

Jacqueline Samagaia

**Globalização e Cidade:
Reconfigurações dos Espaços de Pobreza em Blumenau/SC**

**Florianópolis
2010**

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Geografia

Jacqueline Samagaia

**Globalização e Cidade:
Reconfigurações dos Espaços de Pobreza em Blumenau/SC**

**Orientadora:
Dra. Margareth de Castro Afeche Pimenta**

TESE DE DOUTORADO

Área de Concentração: Desenvolvimento Regional e Urbano

Florianópolis, março de 2010.

FOLHA BANCA DEFESA

**Deixar uma em branco que colocarei a mesma já assinada pela
Banca**

Se a geografia deseja interpretar o espaço humano como o fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial, aliada à da sociedade local, pode servir como fundamento à compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem. Pois a história não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social

Milton Santos (1979 p.9-10)

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos são muitos, pois este trabalho só foi possível em função de muitas pessoas que dele participaram de várias maneiras. Tentarei elencar algumas delas, às quais sou imensamente grata pela contribuição.

Agradeço inicialmente á Alejandro Labale e Claudia Siebert, que me deram o empurrão necessário para a escolha pela geografia. Sou-lhes muitíssimo grata.

À Margareth, minha orientadora que não me permitiu escorregar nas discussões e nem me perder na superficialidade, risco que corremos quando elaboramos um trabalho como este junto com várias outras atividades que temos que dar conta em nosso cotidiano de trabalho na Universidade. Devo-lhe, sobretudo, os enormes estímulos recebidos

Importante mencionar que só pude concluir este trabalho graças ao recebimento de algumas horas de afastamento de minhas tarefas na Universidade, as quais me foram muito valiosas. Desta forma, agradeço a Universidade Regional de Blumenau pelo apoio recebido.

Não posso deixar de agradecer também aos moradores das comunidades com as quais trabalho e que foram parte integrante de minha pesquisa. Seus importantes relatos que resultaram das entrevistas e conversas informais, me possibilitaram elaborar as reflexões que deram sustentação a esse estudo, e permitiram me aproximar mais profundamente da realidade vivida por eles. Foi um prazer realizar as entrevistas, mesmo frente ao grande trabalho que demandou.

Agradeço a meu filho Jonatha pelas fotos, pela organização final e, sobretudo, por sua companhia nesta trajetória. A minha irmã Sarita, agradeço também por boa parte da revisão final do trabalho.

Magali Moser e Rejane Wilwert foram parceiras importantes no levantamento das áreas de pesquisa, e com elas pude discutir e elaborar questões importantes para o trabalho.

Enfim, agradeço às amigas valiosas que me auxiliaram no trabalho de campo, nas reflexões, ou mesmo compartilhando um bom café nos intervalos, que também me foram imensamente valiosos para que eu pudesse enfrentar este tempo: Miriam Dallabona, Ivanir Mais, Ivone Fernandes M. Lixa, Catarina Gewehr, Susana Soares, Candice Cazorla, Rubia dos Santos; e finalmente, Marie Françoise Geraldine, que além dos bons cafés compartilhados, fez a tradução do resumo para o Frances.

RESUMO

Este estudo busca analisar o impacto do processo de Globalização da economia internacional sobre o mundo do trabalho e suas conseqüências para as cidades, visivelmente expressas no aumento da pobreza. A globalização é aqui abordada de forma processual, com enfoque nas últimas décadas (anos 1990, até atualidade), quando seus efeitos sobre a economia e a organização do trabalho se tornaram mais evidentes. Partiu-se do pressuposto de que, para entender a situação atual da pobreza nas cidades brasileiras, faz-se necessário uma análise do processo de globalização e da forma como seus efeitos recaíram sobre economias locais. Blumenau foi escolhida por seu perfil industrial e por sua capacidade histórica de garantir, em grande medida, uma situação um tanto estável em termos de perspectiva de trabalho e oportunidades para seus cidadãos, o que veio gradativamente se perdendo no período estudado, igualando-a cada vez mais à realidade da maioria das cidades do país. A perda gradativa de trabalhos industriais, que se tornou marcante após o período de 1990, aliada às formas de precarização do trabalho em geral, delineou outra configuração ao empobrecimento de grandes parcelas da classe trabalhadora local. Como ocorreu em todo o país, a economia local soube driblar os desafios que se colocaram para sua inserção no processo de globalização atual, porém o custo social foi marcante. A desigualdade, uma das faces mais perversas da questão social no capitalismo, marcou a formação social de países como o Brasil, fazendo-se presente também na formação do espaço urbano local. Essa desigualdade aparece nitidamente nas divisões espaciais, expressando-se de forma mais contundente nos últimos anos, através do aumento das áreas de pobreza na cidade, que se caracterizam pela falta de infra-estrutura urbana em todos os níveis. Buscou-se compreender a forma como se configuraram esses processos na vida da cidade, mais especificamente, na vida dos trabalhadores locais, que vão adensar a ocupação destas áreas, submetidos ao desemprego, ao trabalho precário e ao rebaixamento de salários. Estudos como este possibilitam dimensionar, em alguma medida, o impacto das mudanças ocorridas recentemente no cenário econômico das cidades brasileiras, principalmente com relação à situação em que vivem grande número de trabalhadores e suas famílias, no quadro atual de pobreza urbana que se procura configurar.

Palavras-chave: pobreza urbana; cidades brasileiras; precarização do trabalho; efeitos sociais da globalização

RÉSUMÉ

Cette étude cherche à analyser l'impact du processus de Globalisation de l'économie internationale, ces dernières décennies, dans le monde du travail et ses conséquences pour les villes, visiblement exprimées dans l'augmentation de la pauvreté. La Globalisation est, ici, abordée de forme processive, spécialement durant ces dernières décennies (des années 1990 jusqu'à présent) quand ses effets sur l'économie et l'organisation du travail se sont rendus plus évidents. Pour comprendre la situation actuelle de la pauvreté dans les villes brésiliennes, il s'est avéré nécessaire une analyse du processus de globalisation et de la forme dont ses effets sont retombés sur les économies locales. Blumenau a été choisie pour son profil industriel et par sa capacité historique de garantir, dans une large mesure, pour ses citoyens, une situation stable en termes de perspective de travail et d'opportunités, ce qui vient graduellement se perdre dans la période étudiée, en l'égalant de plus en plus à la réalité de la majorité des villes du pays. La perte graduelle de travaux industriels, très nette après la période de 1990, alliée aux formes de precarisation du travail, a engendré une autre configuration du travail dans la ville, et par conséquence, l'appauvrissement d'une grande partie de la classe travailleuse locale. Comme cela s'est produit dans tout le pays, l'économie locale a su dribbler les défis rencontrés lors de son insertion dans le processus de globalisation actuelle, néanmoins le coût social a été marquant. L'inégalité, essence de la question sociale plus ample, liée à un type de développement social qui a marqué des pays comme le Brésil, est présente dans la formation de l'espace urbain local, passant à faire partie de la vie des habitants de manière plus frappante ces dernières années. Dans la division spatiale, cette inégalité apparaît clairement, surtout, dans l'augmentation des zones de pauvreté.

On a cherché à comprendre de quelle manière se sont configurés ces processus dans la vie de la ville, plus spécifiquement, dans la vie des travailleurs locaux, qui vont augmentant l'occupation des zones de pauvreté, et qui sont soumis au chômage, au travail précaire et à la dégradation de salaires. L'impact des changements, survenus récemment dans le scénario économique a besoin d'être mieux mesuré dans les villes brésiliennes, et principalement la situation dans laquelle vivent un grand nombre de travailleurs et leurs familles, dans ce nouveau tableau de pauvreté urbaine qui est en train de se configurer.

ABSTRACT

This study assesses the impact of the process of globalization of world economy on the world of work and its consequences for cities, visibly expressed in the increase of poverty. Globalization is here dealt with procedural form, focusing in recent decades (the 1990s to present), when its effects on economy and work organization became more evident. Started from the assumption that to understand the current situation of poverty in Brazilian cities, it is necessary to examine the process of globalization and how their effects fell on local economies. Blumenau was chosen for its industrial profile and its historic ability to ensure to large extent, a situation somewhat stable in terms of work prospects and opportunities for its citizens, which has gradually been lost during the period mentioned, like most Brazilian cities. The gradual loss of industrial jobs, which became marked after the 1990s, combined with forms of precarious employment in general, outlined another setting to the impoverishment of large sectors of the local working class. As occurred throughout the country, the local economy knew how to circumvent the challenges that arose for the current globalization process, but the social cost was significant. Inequality, one of the more perverse side of social issues in capitalism, marked the social formation of countries like Brazil, being present also in the formation of local urban space. This inequality appears clearly in the spatial divisions, expressing itself most starkly in recent years by increasing the areas of poverty in the city, characterized by a lack of urban infrastructure at all levels. We tried to understand how these processes are shaped in the city life, more specifically, in the lives of local workers, which will thicken the occupation of these areas, subject to unemployment, precarious employment and lowering wages. Studies like this allows us to scale to some extent, the impact of recent changes in the economic scenario of Brazilian cities, especially in relation to the situation a large numbers of workers live with their families in the current frame of urban poverty that is looking to set up.

Keywords: urban poverty; Brazilian cities, precarious employment, social effects of globalization

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização de Blumenau.....	22
Figura 2 – Blumenau vista do Centro	72
Figura 3 - Microrregião de Blumenau	96
Figura 4 – Região Metropolitana de Blumenau	98
Figura 5 – Favela Farroupilha.....	106
Figura 6 – Mapa das Áreas de Concentração de Pobreza em Blumenau	119
Figura 7 – Efeitos do Desastre de 2008/Rua Pedro Krauss	121
Figura 8 – Sobreposição Áreas de Concentração de Pobreza e Áreas de Risco	123
Figura 9 – ZEIS Definidas em Blumenau	127
Figura 10 – Adensamento da área – Garuva 1981, 1993 e 2003	137
Figura 11 – Morro da Garuva	141
Figura 12 - Efeitos do Desastre no Morro da Garuva	145
Figura 13 – Adensamento da área – Vila União 1993 e 2003	150
Figura 14 – Vila União - comunidade e “barracão.....	153
Figura 15 –Vila Vitória - localização	157
Figura 16 – Vila Vitória.....	159
Figura 17 - Algumas Áreas de Pobreza	209
Figura 18 – Ocupação do Movimento dos Atingidos pelo Desastre ...	234

LISTA DE GRÁFICOS /TABELAS

GRÁFICOS

Gráfico 1 - Médio Vale do Itajaí: População, Empregos e Emp. Industriais.....	97
Gráfico 2 – Estado Civil dos Moradores	161
Gráfico 3 – Idade dos Responsáveis pelas Famílias	162
Gráfico 4 - Formação (escolaridade) dos Responsáveis pelas Famílias.....	162
Gráfico 5 - Remuneração pelo Trabalho	169
Gráfico 6 - Tempo que está neste Trabalho.....	171
Gráfico 7 - Tempo que permaneceu neste último Trabalho	172
Gráfico 8 -Anos que Mora neste Lote ou Casa	179
Gráfico 9 - Anos que Mora em Blumenau	179
Gráfico 10 - Renda Familiar	183

TABELAS

Tabela 1 - Áreas Seleccionadas para a Pesquisa de Campo	134
Tabela 2 - Composição Familiar dos Entrevistados.....	165
Tabela 3 - Atividade/trabalho que exerce Atualmente	167
Tabela 4 - Última Atividade/Trabalho, antes do Atual	171

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNAD – Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos
BNH – Banco Nacional de Habitação
SNHIS – Sistema Nacional de Habitação e Interesse Social
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MC – Ministério das Cidades
FIHS – Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
SFH – Sistema Financeiro de Habitação
MCMV – Programa Habitacional do Governo Federal Minha Casa Minha Vida
IPPUB – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Blumenau
ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social
CEI – Centro de Educação Infantil
COMEN – Conselho Municipal de Entorpecentes
LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social
BPC - Benefício de Prestação Continuada (Previsto na LOAS)
SINTRAFITE – Sindicato dos Trabalhadores Têxteis da Região de Blumenau
MAD – Movimento dos Atingidos pelo Desastre / Blumenau
NPDR - Núcleo de Pesquisa em Desenvolvimento Regional / FURB
FURB – Universidade Regional de Blumenau
SIGAD – Sistemas de Informações Gerenciais e de Apoio à Decisão

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	19
1. PARA ENTENDER O PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO	31
1.1 Globalização ou Desenvolvimento Geográfico Desigual: a dinâmica atual do capitalismo e seus desdobramentos.....	31
1.2 Efeitos do Processo de Globalização sobre o Trabalho.....	37
1.3 Reconfigurações do Papel do Estado neste Novo Contexto.....	41
2. EFEITOS SOCIAIS DO PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO: RECONFIGURAÇÕES DA POBREZA.....	47
2.1 Novas Expressões da Pobreza em um mundo Globalizado.....	47
2.2 Características da Pobreza na América Latina e no Brasil.....	55
2.3 Impactos dos Processos de Globalização sobre as Cidades: para uma abordagem espacial da pobreza	65
3. OS IMPACTOS DO ATUAL CONTEXTO DE GLOBALIZAÇÃO SOBRE UMA CIDADE BRASILEIRA/PÓLO INDUSTRIAL REGIONAL.....	71
3.1 Características da Cidade Atual	71
3.2 Aspectos Históricos Constitutivos da Cidade: Emergência da Industrialização e Constituição de uma Classe Operária Local	77
3.3 Impactos da Reestruturação Produtiva em Nível Local	83
3.4 Impacto Regional decorrente das Mudanças Recentes.....	96
3.5 Aspectos Físico-territoriais e Políticos com Relação á Ocupação Urbana e a Ocorrência de Desastres	101
3.6 Histórico da Pobreza na Cidade e Formas de “Enfrentamento”	104
3.7 As Ocupações “Ilegais” e a Questão da Moradia no País e na Cidade.....	112
3.8 Novas Configurações Espaciais da Pobreza na Cidade de Blumenau em Tempos Recentes.....	117

4. ADENSAMENTO DAS ÁREAS DE OCUPAÇÃO INFORMAL PÓS ANOS 1990: FORMAS DE RESISTIR AO EMPOBRECIMENTO.....	131
4.1 Trajetórias das Famílias Trabalhadoras e Ocupação das Áreas..	132
4.1.1 Garuva: Os Morros da Cidade como “Solução” para a Moradia	135
4.1.2 Vila União: A Fábrica vira Casa para os Trabalhadores....	146
4.1.3 Vila Vitória – A Comunidade se Organiza e Resiste	154
4.2 Caracterização dos Moradores destas Áreas	160
4.3 As Trajetórias de Trabalho Vivenciadas pelos Moradores destas Áreas: o empobrecimento local	184
4.4 Adensamento das Áreas Ocupadas/ Mobilidade Social dos Trabalhadores	200
4.5 Composição e Recomposição das Famílias.....	208
4.6 As Experiências de Trabalho pouco têm a ver com Escolhas – O Trabalho Precoce	213
4.7 Os Vínculos de Trabalho que foram se estabelecendo nessas Trajetórias	216
5. AUMENTO DA POBREZA LOCAL E FORMAS DE RESISTÊNCIA.....	219
5.1 Perspectivas de Trabalho e de Inserção Cidadã para os Trabalhadores Empobrecidos	220
5.2 Capacidade de Resistir às Mudanças em uma Realidade de Empobrecimento.....	227
5.2.1 Organizando formas de Resistência: O Movimento dos Atingidos pelo Desastre/ MAD	229
5.3 Pobreza e Papel do Estado na Diminuição da Desigualdade.....	237
5.4 O Empobrecimento Local e Aumento das Ocupações: elementos para a análise das novas configurações da pobreza	242
CONSIDERAÇÕES FINAIS	249
Referências Bibliográficas	254
Anexo 1 – Perfil dos Entrevistados	261

Vivemos em um mundo complexo, marcado na ordem material pela multiplicação incessante do número de objetos e na ordem imaterial pela infinidade de relações que aos objetos nos unem
Milton Santos (2002 p.153)

Introdução

Em tempos como o que hoje vivemos, de economia globalizada, frente às grandes mudanças operadas no processo de produção, desafiá-nos a proposta de conhecer os impactos destas mudanças na vida dos trabalhadores, em sua grande maioria submetidos à intensa exploração, precarização das condições de trabalho, e ao empobrecimento.

O cenário mundial sofreu modificações marcantes nas últimas décadas, o que se pode observar, sobretudo, por meio de características, tais como: descentralização espacial dos processos produtivos; amplas possibilidades de comunicação em função da revolução da informática; emergência de um novo padrão de acumulação baseado em modelos flexíveis que se tornaram referência para os processos produtivos e para as relações sociais; e maior concentração de dinheiro e poder nas mãos de grandes grupos econômicos, reforçando as desigualdades já existentes no capitalismo.

A utilização do termo “globalização” é oportuna para caracterizar estas mudanças que marcam o momento atual do capitalismo, embora tenha que se levar em conta a utilização generalizada de tal conceito e seus significados diversos e ambíguos. O sentido de globalização será utilizado aqui através de sua noção de “processo”. O que permite reconhecer que, embora algo semelhante esteja presente desde longa data na história do capitalismo, sua utilização leva a se concentrar no modo como a globalização ocorreu e está ocorrendo no momento atual (HARVEY, 2006 p.80).

Um dos aspectos mais marcantes do processo de globalização da economia é o acirramento da principal contradição do capitalismo, qual seja: enquanto se produzem os mais refinados utensílios (mercadorias) de consumo, com capacidade tecnológica cada vez mais desenvolvida, os acessos a estes bens são restritos à uma reduzida parte da humanidade.

Os pobres hoje, são cada vez em maior número, se relativizar-se a pobreza com relação à riqueza produzida e possibilidades de acesso. E esta pobreza imensa não se expressa somente em grande número de

peessoas/famílias que vagueiam pelo mundo como migrantes, refugiados ou desempregados, denotando o que se poderia conceituar como processos de exclusão, mas também, e sobretudo, em amplos segmentos das classes-que-vivem-do-trabalho¹, que se incluem de forma cada vez mais precarizada no mercado de trabalho.

Esta situação leva a questionar outra característica tão alardeada da globalização que se expressa na crença do potencial infinito de suas realizações. Como por exemplo, quando se fala na enorme capacidade de fazer chegar à informação no lugar em que se quer, economizando tempo, o que Milton Santos designaria como “o mito do espaço e do tempo contraído”, lembrando que “a velocidade apenas está ao alcance de um número limitado de pessoas”. Assim, “as distâncias têm significações e efeitos diversos e o uso do mesmo relógio não permite igual economia de tempo”. Em muitos sentidos então, conforme alerta o mesmo autor, a idéia de globalização também pode ser vista como uma “fábula” (SANTOS, 2002 p.41).

Importa dizer aqui, que as novas configurações do mundo do trabalho rebatem sobre a vida de grande parte dos trabalhadores de forma bastante dramática. Isto é, as expectativas de se inserirem no mercado de trabalho (expectativas estas vividas pelos trabalhadores até bem pouco tempo atrás), tinham como referência o trabalho estável, as garantias sociais, e uma possibilidade de segurança para eles e, conseqüentemente, suas famílias. Mesmo frente aos baixos salários e a fragilidade dos vínculos de trabalho que caracterizaram o processo de desenvolvimento industrial no capitalismo periférico, principalmente em países como o Brasil, o imaginário dos trabalhadores era povoado por uma possibilidade de estabilidade em sua condição de trabalhador. Esse imaginário, bem como a realidade à qual lhe é subjacente, passa rapidamente a ser povoado pela instabilidade, pelas novas exigências de qualificação, pela disputa em torno dos – cada vez mais escassos – postos de trabalho.

A redução dos postos de trabalho, a precarização do trabalho em si, e a exigência cada vez maior de qualificação, coloca a maioria dos trabalhadores numa situação bastante fragilizada. Por sua vez, o poder ampliado do capital e, por extensão, dos empregadores coloca-os numa

1 Termo utilizado por Antunes para definir os contornos atuais da classe trabalhadora, que comporta tanto os trabalhadores industriais, como o conjunto dos assalariados que vendem sua força de trabalho, os que estão desempregados “pela vigência da lógica destrutiva do capital”, assalariados do setor de serviços, o proletariado precarizado, o sub-proletariado par-time, trabalhadores terceirizados e da “economia informal”; e os que foram expulsos do processo produtivo e do mercado de trabalho pela reestruturação do capital (ANTUNES, 1999 p.103/104).

posição privilegiada frente ao conjunto de trabalhadores enfraquecidos e inseguros, diminuindo sua capacidade de qualquer reivindicação.

Os trabalhadores e suas famílias passam a conviver então, com a insegurança do trabalho temporário, do não trabalho, e por conseqüência, da impossibilidade de atenderem suas necessidades mais imediatas. Tais famílias vão engrossar cada vez mais as filas dos programas públicos de assistência e saúde, os quais, sem recursos suficientes e fragilizados por um discurso neoliberal (que tende a responsabilizar o próprio indivíduo por seus “fracassos”), não conseguem atender a demanda crescente, caracterizando o desmonte do Estado do Bem-Estar-Social onde ele existia e a impossibilidade de alcançá-lo, onde ele se apontava como horizonte.

Configura-se, então, um quadro de pobreza cada vez maior nas cidades, expressando-se concretamente no aumento da ocupação das periferias², onde os terrenos são mais baratos ou de alguma forma, ainda acessíveis. Esse é o cenário atual de grande parte das cidades brasileiras, que convivem cada vez mais com a insegurança e a falta de perspectivas por parte de seus moradores que empobreceram. Mesmo frente à heterogeneidade de situações vividas nas cidades brasileiras, e levando-se em conta as diferenças regionais, de um modo geral, muitas destas cidades presenciaram nos últimos anos (principalmente a partir da última década do século passado/ anos 1990), o aumento deste tipo de ocupação. Decorrente de um histórico de desigualdade social marcante, permanecendo o país, por longas décadas, entre os mais desiguais do mundo, esta situação permitiu cunhar o termo “brasilianização” do mundo, para apontar a formação desigual em outras sociedades.

No entanto, nas últimas décadas do século passado, mesmo que de forma tardia, havia se traçado o caminho para alguns avanços sociais em termos de conquistas trabalhistas e direitos de cidadania. Ao mesmo tempo, porém, sob efeitos do processo de globalização no país, o custo social que se optou pagar para manter a economia nas novas regras da lógica capitalista foi enorme. Desta forma, a precarização dos vínculos de trabalho, das garantias trabalhistas e o aumento da exploração do trabalho, refizeram a realidade da maioria dos trabalhadores, resultando numa pobreza ainda mais acentuada.

Mesmo que algumas estatísticas nos últimos anos possam atestar para a diminuição do quadro de pobreza e da desigualdade no país, o

² Utiliza-se o termo periferia com relação às áreas desvalorizadas pelo mercado imobiliário em função de sua localização, que não possuem infra-estrutura urbana adequada e onde residem moradores de baixa renda.

A construção de Blumenau como cidade, foi empreendida por um grupo de imigrantes europeus (alemães inicialmente, depois seguidos de italianos e poloneses), que tinham como projeto inicial, criar um núcleo produtivo no sul do país e se estabelecerem como futuros empreendedores. O processo de industrialização foi de certa forma, bem-sucedido na região, que teve Blumenau como referência, desenvolvendo um potencial para a indústria têxtil reconhecido em todo o país, se consolidando como referência nacional em produtos têxteis, através de marcas como Hering, Karsten, Cremer, Artex, Sul Fabril.

O início desse processo deu-se nas primeiras décadas do século passado, e se desenvolveu rapidamente, atraindo grande contingente de trabalhadores das regiões vizinhas e mesmo de outras áreas mais longínquas. O significativo aporte industrial garantiu até meados dos anos 1980, emprego para grande parte destes trabalhadores que vinham para a cidade em busca de uma “vida melhor”. Mesmo que de forma questionável do ponto de vista dos acessos ao que se consideraria uma vida digna, levando-se em conta a situação do trabalho no Brasil, a maioria dos trabalhadores locais tinha esta perspectiva como horizonte, e conquistava um lugar na cidade que lhe garantia em alguma medida, as melhorias desejadas.

Como ocorreu em todo país, as cidades pólos de regiões mais bem sucedidas do ponto de vista econômico, atraíram grande número de pessoas em função dos acessos, não só ao emprego melhor, com carteira assinada e estabilidade, como acessos à infra-estrutura em educação, saúde, lazer, enfim, isto que a maioria não encontrava nas pequenas cidades, muito menos nas áreas rurais do país, onde a exploração do trabalho sempre foi intensa.

Nos anos 1990, as mudanças anunciadas atingiram gradualmente a cidade, concretizando-se as novas formas de organização da produção, que se traduziram em mudanças enormes nos padrões organizacionais das empresas e na forma destas se reconfigurarem dentro de uma nova lógica, com conseqüências drásticas para os trabalhadores.

Da política econômica nacional que marcou os anos 1990, cuja tônica era a ênfase na abertura comercial, defenderam-se as empresas locais com investimentos em ajustes que gerassem ganhos de produtividade para aumentar a capacidade de competição no mercado mundial. Destaca-se o desmonte da indústria têxtil, que havia se tornado referência no processo de industrialização local. Em decorrência disso, o surgimento de grande número de pequenos negócios terceirizados, criados

para atender a demanda das grandes empresas, conforma uma situação típica do momento atual, resultante das grandes mudanças ocorridas no mundo do trabalho. Nas próprias empresas-mãe, os novos modelos de gestão do trabalho, aliado às novas tecnologias, refazem drasticamente a situação do trabalho, resultando na diminuição dos postos de trabalho, em maiores níveis de exploração e vínculos cada vez mais “flexíveis”. As conseqüências disso aparecem no empobrecimento de grandes parcelas da população local.

Neste contexto, percebe-se que os níveis salariais, as perspectivas de emprego e outros acessos “prometidos” na vida urbana, que eram relativamente melhores em se tratando de uma cidade brasileira, foram se perdendo em Blumenau. A cidade industrial sofreu o impacto destas mudanças de forma mais evidente a partir do início dos anos 1990.

Porém, aos poucos a economia local vai se refazendo sob os imperativos de “novos modelos de gestão” e uso de novas tecnologias. Ocorre então que, da mesma forma que o país conseguiu driblar a crise, Blumenau continua a crescer e enfrentar os impactos nefastos do processo de globalização sobre a economia local. No entanto, grande parte de sua população, qual seja, os estratos mais empobrecidos das classes-que-vivem-do-trabalho são drasticamente afetadas em suas perspectivas de trabalho e possibilidades concretas de melhoria das condições de vida.

O aumento das periferias empobrecidas na cidade nos anos pós 1990, revelam tal situação. A fragilidade do solo, aliada às condições físico-territoriais do sítio onde se localiza a cidade (região de vales) e o perigo de desastres e enchentes, embora apontados como principais causas, só atuam como agravantes deste quadro.

É fato que as diferenças sociais já fossem estabelecidas desde o início da Colônia de Blumenau, demarcando também o processo de industrialização com a divisão do trabalho, típica de uma economia capitalista, que caracterizava a cidade desde o início. No entanto, o acirramento da desigualdade nas últimas décadas é bem visível espacialmente.

Tomando a cidade de Blumenau como referência de análise, busca-se dimensionar o objeto de estudo aqui proposto em torno das mudanças que ocorreram na cidade nos últimos anos, decorrentes dos “efeitos perversos”³ da globalização, principalmente no que se refere à organização da produção em nível local e ao impacto de tais mudanças na

3 Termo utilizado por Milton Santos (2002, p. 36) para demonstrar a forma perversa sob a qual o processo de globalização é imposto para a maioria através de uma “dupla tirania, do dinheiro e da informação”. Esta discussão será melhor desenvolvida no corpo da tese.

vida dos trabalhadores.

Nesta direção, o objetivo deste estudo foi analisar as transformações sócio-espaciais ocorridas em cidades brasileiras reconhecidas como pólos de regiões industriais como Blumenau, partindo das reconfigurações da pobreza vivenciada pelos moradores, em função das mudanças ocorridas no mundo do trabalho. O estudo teve como foco os anos 1990 até o período atual.

Tal proposta remete à necessidade de espacializar a discussão, levando em conta que o conceito de espaço decorre da própria materialização de uma cidade, da forma como ela se constrói e sobretudo, das relações que se estabelecem neste seu fazer-se. Parte-se do pressuposto de que “o espaço não é uma simples tela de fundo inerte e neutro” (M. SANTOS 1979, p.16). Na concepção de espaço estão contidas as relações sociais, políticas, econômicas que ocorrem em determinada sociedade. Estas diferentes dimensões da realidade constituem uma diversidade de elementos que precisam ser analisadas também na relação que estabelecem entre si. Neste sentido, Milton Santos (1992 p.14) chama atenção para o fato de que:

Quando analisamos um dado espaço, se nós cogitamos apenas dos seus elementos, da natureza desses elementos ou das possíveis classes desses elementos, não ultrapassamos o domínio da abstração. É somente a relação que existe entre as coisas que nos permite realmente conhecê-las e defini-las. Fatos isolados são abstrações e o que lhes dá concreitude é a relação que mantêm entre si

Deduz então que, o espaço é conceito necessário para elaborar a compreensão aprofundada das transformações operadas na realidade, sendo que “o espaço reproduz a totalidade social na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas” (M. SANTOS, 1979, p.18).

Justifica-se a importância de estudos como este, no sentido de que focalizar estas novas configurações da pobreza como decorrentes da situação do mundo do trabalho hoje e de seus impactos sobre as populações mais fragilizadas socialmente, possibilita recolocar o trabalho no seu lugar atual, “como uma dimensão estruturante da vida social”, conforme propõe Telles (2006, p.173). É desta forma que, além de aprofundar o conhecimento sobre as situações de pobreza vividas nos últimos anos, essa abordagem possibilita “relançar a discussão sobre os sentidos e os lugares do trabalho na tessitura do mundo social”.

A abordagem espacial destas conseqüências possibilita conhecer melhor as cidades, dimensionando suas particularidades, permitindo pensar em políticas mais amplas de enfrentamento das problemáticas que as atingem diretamente. Por outro lado, permite também dar-se conta da amplitude da problemática que envolve a presença expressiva dos pobres nas cidades e os limites das políticas públicas para lhes garantir o status de cidadãos. O que precisa se rever é o tipo de desenvolvimento adotado pelo país, que embora tenha conquistado um lugar privilegiado entre as economias com perspectivas de desenvolvimento no mundo globalizado, o custo social é um dos piores do mundo, baseando sua economia numa intensa exploração do trabalho e apresentando umas das piores distribuições de riqueza do mundo.

Com referência ao Brasil, o estudo leva em conta também, que as informações produzidas sobre as cidades geralmente tratam de dados quantitativos, ou de médias gerais sobre determinada situação. Nos estudos mais gerais sobre cidades, - como, por exemplo, nos índices de violência ou renda per capita - raramente se levam em conta a diversidade de situações vividas pelos moradores (que depende de sua localização sócio-espacial na cidade), tampouco os determinantes estruturais que contribuíram para que se originasse tal situação.

Parte-se do pressuposto então que, para um estudo mais aprofundado sobre as realidades locais, é preciso levar em conta que tais contextos, embora contenham suas particularidades, estão implicados em um processo global, o qual tem que necessariamente ser compreendido em sua própria dinâmica e na forma como atinge a vida das pessoas no lugar onde se localizam.

Assumir uma postura crítica nesta tarefa, implica em afirmar que uma análise sobre a cidade no mundo contemporâneo globalizado, tem que considerar as mudanças ocorridas nas relações de trabalho ou, mais especificamente, os processos que envolveram um determinado modo de produção, sob o qual se organizou um tipo de sociedade. O mais conveniente para esta análise é a utilização do termo “formação sócio-espacial”, já que este se refere intimamente ao espaço onde se concretizam as relações mais próximas, embora implicadas diretamente em um determinado modo de produção. A utilização desse conceito implica em considerar, sobretudo, conforme propõe Milton Santos (1979, p.15), que as relações entre espaço e formação social se fazem num espaço particular e não num espaço geral, tal como para os modos de produção. “Os modos de produção escrevem a História no tempo, as

formações sociais escrevem-na no espaço”.

Deste modo, buscou-se conhecer concretamente as conseqüências de uma sociedade globalizada, apreendendo a dinâmica objetiva das relações, conforme se consolidam ou se materializam no território, constituindo o espaço propriamente dito. A utilização deste procedimento implicou em partir da afirmação de que “modo de produção, formação social, e espaço – essas três categorias são interdependentes”. Ou seja, “todos os processos que, juntos, formam o modo de produção (produção propriamente dita, circulação, distribuição, consumo) são histórica e espacialmente determinados num movimento de conjunto, e isto através de uma formação social” (M. SANTOS, 1979, p.14).

A análise da formação sócio-espacial permite reconhecer como são originadas determinadas formas de viver na cidade. Analisando-se o caso do Brasil, as distinções entre os lugares de pobreza e os de riqueza, se constituem em expressões concretas da contradição gerada por uma formação sócio-econômica de um país de periferia capitalista, o qual se produziu a si mesmo sob relações bastante hierarquizadas. Conhecer as cidades brasileiras então se torna um desafio. Requer, sobretudo, “confrontar-se com a concretude da lógica excludente com que tem convivido a sociedade brasileira ao longo de sua história” (KOGA, 2001, p.22-23)

Neste sentido, descrever simplesmente o suposto “caos” urbano em que se transformaram as cidades brasileiras nestes tempos, com relação às formas de ocupação “desordenada” que vem se adensando, e propor medidas técnicas de enfrentamento ou resolutividade através de planejamento adequado, é pouco eficaz.

É preciso refletir, por exemplo, que, por trás desta suposta “desordem” da maioria das cidades atuais, principalmente das cidades localizadas nos continentes da periferia do capitalismo, há uma “ordem oculta”, levando-se em conta, conforme sugere Lefebvre (1991 p.20), que “não existe sociedade sem ordem”. Desta forma, partiu-se do pressuposto de que o indicativo dessa nova ordem é que tem que ser decifrado para que se possam enfrentar estas contradições. Amplos interesses estão em jogo na dinâmica de formação do espaço urbano. Entender sua conformação exige, portanto, entender a formação social que está presente. É o que se propôs neste estudo.

A análise dos impactos do processo de globalização na cidade de Blumenau partiu da discussão de alguns conceitos como globalização e seus desdobramentos. Desta forma, o trabalho foi dividido em 5 capítulos.

No **Capítulo 1** buscou-se discutir o conceito de globalização, partindo-se das transformações ocorridas nas últimas décadas nos campos da ciência e das técnicas, sobretudo com relação ao seu uso nos sistemas de produção em nível mundial. Buscou-se analisar tal fenômeno e seus desdobramentos em países como o Brasil. Levou-se em conta, então, as especificidades nacionais, ou seja, a entrada do Brasil nesse processo e suas particularidades, construídas historicamente em razão de sua situação política e econômica com relação ao mundo globalizado, qual seja, a realidade de um país pertencente à periferia do capitalismo.

O **Capítulo 2** aborda o impacto destas mudanças, mais precisamente, na forma de acirramento das divisões espaciais de classe nas cidades, revelando novos contornos da configuração de uma pobreza que se busca dimensionar.

No **Capítulo 3**, procurou-se discutir os aspectos que incidem sobre o empobrecimento local ligados diretamente a produção econômica, social e espacial da cidade de Blumenau nos últimos anos. As mudanças ocorridas nas empresas têxteis são parte fundamental da discussão levando em conta que, apesar de grande número de demissões nos últimos anos, ainda é o setor que mais emprega na cidade (direta ou indiretamente através de grande número de fábricas e pequenas empresas) e se tornou referência para os trabalhadores locais. Utiliza-se para esta análise, trabalho já realizado por outros pesquisadores como Siebert (2007), Junkins (2006), Theis (2005/2001) que produziram interessantes análises sobre os impactos destas mudanças na vida da cidade. O foco principal deste trabalho, no entanto, diferente dos anteriores, recai principalmente sobre o rebatimento destas mudanças na vida dos trabalhadores e suas famílias, e em consequência disso, propõe-se discutir as novas configurações espaciais da pobreza na cidade. Ainda neste capítulo, apresenta-se a espacialização desta pobreza na cidade, identificando as áreas onde ela se concentra.

No **Capítulo 4**, busca-se traçar um perfil dos moradores destas áreas, escolhendo-se três das 47 que foram mapeadas, sendo o critério de escolha o adensamento das mesmas nos anos pós 1990, e a forma como se projetaram politicamente na cidade, ganhando visibilidade nos últimos anos. São elas: Vila União, Morro da Garuva, Vila Vitória. Partiu-se da discussão do processo de ocupação das áreas, sabendo-se que estas ocupações distintas lhe conferem algumas características particulares. Para conhecer a realidade destes moradores, realizou-se amplo trabalho de campo coletando dados quantitativos e qualitativos. Os primeiros

foram conseguidos através de aplicação de questionários com uma amostra de 60% dos moradores das áreas, aplicando-se aos responsáveis pelo núcleo familiar. A segunda fonte de informação, resultou de entrevistas realizadas posteriormente com alguns moradores destas áreas (16 ao todo), buscando-se conhecer, sobretudo, as trajetórias de trabalho destes indivíduos e o processo de ocupação das áreas pelas famílias. Os entrevistados foram escolhidos inicialmente em função de sua atuação como lideranças locais, e posteriormente indicados pelas lideranças com relação ao maior tempo de moradia e envolvimento com a comunidade residente na área. Os depoimentos possibilitaram estabelecer um diálogo entre a realidade destes trabalhadores empobrecidos e os macro-processos ocorridos recentemente no mundo da produção e do trabalho.

No Capítulo 5 enfim, buscou-se analisar a forma como a pobreza vem sendo vivida pelos moradores da cidade, frente às mudanças ocorridas no mundo do trabalho, bem como compreender as formas de resistência encontradas por estes trabalhadores empobrecidos a partir de sua localização na cidade.

O diálogo entre os moradores das cidades, que vivem o empobrecimento resultante destas novas configurações do mundo capitalista e as mudanças que se operam com relação às novas formas de produção e de apropriação das riquezas, tornou possível algumas considerações que são produzidas ao longo do trabalho. Acredita-se que esta possibilidade aponte para a uma compreensão mais aprofundada dos impactos da globalização nas cidades.

Desconfiai do mais trivial, na aparência singular. E examinai, sobretudo, o que parece habitual. Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de hábito como coisa natural, pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural, nada deve parecer impossível de mudar
Berthold Brecht

Capítulo 1

Para entender o Processo de Globalização

Partiu-se do pressuposto de que a situação vivida em cidades como Blumenau, tem relação intrínseca com as transformações ocorridas no capitalismo nos últimos anos e os impactos em sociedades como o Brasil. Embora essa cidade tenha algumas particularidades que vão ser mais bem dimensionadas no capítulo 3 (três) deste trabalho, faz-se necessária uma compreensão ampla dos processos econômicos, sociais, políticos e culturais ocorridos no movimento que se define como globalização, e que tiveram impacto direto sobre as formas de produção material e imaterial da vida de milhões de trabalhadores no mundo. Esta possível interlocução dos processos ocorridos em nível local, com a forma com que a economia mundial hoje se realiza, dá suporte para a compreensão do momento atual e permitem dimensionar seus impactos locais.

1.1 Globalização ou Desenvolvimento Geográfico Desigual: a dinâmica atual do capitalismo e seus desdobramentos

Sendo a globalização do capital uma marca do desenvolvimento histórico do próprio capitalismo, expressa-se principalmente na forma de relações comerciais cada vez mais amplas e globalizadas e na evolução tecnológica dos sistemas de informação.

É realçada nestes tempos, uma surpreendente evolução tecnológica que torna possível encurtar distâncias para as transações comerciais, os transportes, a notícia, e as trocas de todas as formas, o que faz com que a facilidade de comunicação seja uma das marcas do momento atual.

Segundo Harvey (1996 p.138), mesmo que o desenvolvimento histórico da sociedade moderna fosse marcado por alguns grandes inventos e criações tecnológicas como o telégrafo, que também tiveram grande impacto sobre a sociedade, provocando alterações profundas em seu modo de ser, a fase atual se caracteriza como o acontecer pleno destas forças mundiais.

O que se conceitua como globalização, surge então, a partir da década de 1970 do século passado, sendo que seus efeitos, tanto econômicos como sociais, vão se tornar mais visíveis nas duas últimas décadas (80 e 90) e nos primeiros anos deste século⁴. Neste contexto, o que se poderia chamar de um modelo flexível, foi aos poucos se tornando referência para as formas de organização da produção.

Da transição do modelo fordista, na forma de novas respostas aos anseios de acumulação capitalista, é que surge a “acumulação flexível”. Este novo regime nasce das experiências realizadas nos domínios da organização industrial, social e política existente na época. É marcado pelo confronto direto com a rigidez do fordismo e se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo. Suas principais características são: “o surgimento de setores de produção inteiramente novos; novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros; novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional” (HARVEY 1996 p.140).

Então, observa-se que na complexa realidade que se conformou atualmente, no contexto de um novo modelo de produção, destacam-se dois movimentos quase antagônicos, mas que se relacionam e interdependem um do outro. Segundo Harvey (Ibid., p.150), “[...] num dos extremos da escala de negócios, a acumulação flexível levou a maciças fusões e diversificações corporativas”, propiciando a união de grandes grupos empresariais, aumentando assim o poder das corporações. Já, “no outro extremo da escala”, aponta o mesmo autor, “os pequenos negócios, as estruturas organizacionais, patriarcais e artesanais também floresceram”.

Este processo de descentralização da produção incide em uma espécie de fragmentação, tanto das relações de trabalho como das formas de produzir. “No modelo pós-fordista”, conforme aponta Vasapollo (2005 p.24), “a produção não começa nem termina na empresa, mas começa e termina fora dela mesma”.

4 Embora a economia já circulasse internacionalmente bem antes, a maior parte dos autores que se referem à globalização, elegem este período como referência para analisar um conjunto de mudanças que ocorrem no mundo, principalmente com relação às novas formas de produção (HARVEY, 1996; M. SANTOS, 2002; IANNI, 1993; B. SANTOS, 2001; CHESNAIS, 1996).

Neste sentido, a ascensão do termo “globalização” aponta para uma profunda reorganização geográfica do capitalismo, oportunizando ver “a produção do espaço como momento constitutivo da dinâmica da acumulação do capital e da luta de classes (em oposição a algo derivativamente construído a partir dele)” (HARVEY, 2006 p.85). A noção de espaço ganha então centralidade na discussão da trajetória da economia e da sociedade no capitalismo.

Desta forma de organização capitalista, decorrem altos níveis de concentração de capital e poder que vão se acentuando cada vez mais, colocando nas mãos de alguns grandes grupos empresariais, a liderança no mercado de produção e finanças em nível mundial.

Depara-se também, com novas formas políticas de relação entre os diferentes atores da globalização, constatando-se o fortalecimento de instâncias políticas de abrangência internacional, tais como: Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional/FMI e a Organização Mundial do Comércio/OMC, as quais estão sujeitas à forte influência dos países mais bem sucedidos economicamente, isto é, às grandes potências pertencentes ao Primeiro Mundo. Neste contexto, Boaventura Santos (2001), aponta para a emergência de uma classe capitalista transnacional, cuja principal forma institucional são as empresas multinacionais, que embora já existissem antes, concentram atualmente mais de um terço do produto industrial mundial. Um valor ainda maior se concentra nas transações do que é produzido, caracterizando um capital volátil que se movimentava para além das forças produtivas.

O fato das decisões sobre os processos produtivos ocorrerem em grande parte no âmbito internacional, são facilitadas principalmente, pelas formas de comunicação rápida, que é uma das características desse momento, enfatizadas por Harvey (1996, p.140), o que o autor denomina como “compressão de espaço-tempo” no mundo capitalista, que ocorre quando: “[...] os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata destas decisões num espaço cada vez mais amplo e variegado”.

De outro lado, assistimos ao aumento das situações de pobreza em todo o mundo. O contraponto da grande capacidade de acumulação de capital nas mãos de grupos econômicos e de países que sediam tais empresas é o aumento de grupos, populações inteiras, em situação de pobreza. Quer dizer que a grande contradição do capitalismo está longe de ser resolvida, denotando que uma perspectiva de classe é ainda bastante

pertinente para análise das formações sociopolíticas e espaciais neste novo contexto.

Percebe-se assim, que a desigualdade entre países e classes sociais é cada vez maior. Por exemplo: muitas empresas sediadas nos países do Hemisfério Norte, faturam mais do que o equivalente ao conjunto do PIB de 4 ou 5 países do Sul (VIEIRA, 1997). O que equivale dizer que as diferenças entre Norte e Sul, ou o que se poderia chamar de Primeiro e Terceiro mundo, ou ainda, países do centro e os da periferia⁵, ficam cada vez maiores. Vale afirmar então, conforme Boaventura Santos (2001, p.33), que:

[...] a globalização, longe de ser consensual, é, como veremos, um vasto e intenso campo de conflitos entre grupos sociais, Estados e interesses hegemônicos, por um lado, e grupos sociais, Estados e interesses subalternos por outro; e, mesmo no interior do campo hegemônico há divisões mais ou menos significativas

Chesnais (1996 p.37/39) demarca este “agravamento da polarização mundial” que se expressa no aprofundamento brutal da distância entre “os países situados no âmbito do oligopólio⁶ mundial e os países da periferia”. Divididos mais do que nunca entre centro e periferia, estes últimos países foram colocados numa situação de crescente marginalidade, mesmo os países considerados “em desenvolvimento”, os quais foram “golpeados em cheio” pela conjuntura mundial ocasionada “pelas transformações tecnológicas ocorridas no centro do sistema, no sentido de substituição dos recursos tradicionais por produtos intermediários industriais, provenientes de indústrias intensivas em pesquisa e desenvolvimento (novos materiais e biotecnologias)”.

Embora a importância do desenvolvimento tecnológico seja constantemente enfatizada nas análises sobre a globalização, outras dimensões precisam ser consideradas para se entender o fenômeno.

Milton Santos (2002 p.23) propõe uma análise sobre o momento atual, caracterizado pelo autor como “o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista”, destacando dois elementos

5 Ao longo do texto será utilizada esta definição para expressar as relações entre países ricos e pobres. Ou então, para situar as áreas mais empobrecidas na cidade. Periferia e centro aqui não têm a intenção de referir-se à situação territorial de tais lugares e sim à situação política e econômica dos mesmos nas relações do mundo globalizado.

6 Por “oligopólio mundial” Chesnais refere-se ao modo de organização das relações entre as maiores firmas mundiais conformando uma espécie de “espaço de rivalidade industrial”. Um espaço que forma-se sobre a base de expansão dos grandes grupos e da concentração internacional resultante das aquisições e fusões que efetuam (CHESNAIS, 1996, p.36)

fundamentais: “o estado das técnicas e o estado da política”. De fato, conforme frisa o autor, há uma tendência a valorizar o desenvolvimento das técnicas na análise deste processo, sem levar em conta que “nunca houve na história separação entre as duas”. O avanço das técnicas é constantemente mencionado com relação ao avanço das ciências que possibilitou, por exemplo, às técnicas da informação, uma presença planetária. Porém, a globalização não pode ser dimensionada apenas pela existência de um novo sistema de técnicas avançadas, porque é o uso político destas técnicas que está em questão, ou seja, a utilização delas por um mercado global é que resulta nesta “globalização perversa” que é presenciada atualmente. E isso significa, sobretudo, segundo o autor, que “poderia ser diferente se seu uso fosse outro”.

Outra questão para a qual Milton Santos (2002. p.37) chama a atenção é a “perversidade sistêmica”, sob a qual o processo de globalização é imposto para a maioria através de uma “dupla tirania, do dinheiro e da informação”. Quer dizer que, de um lado, a enorme capacidade de informação desenvolvida através dos equipamentos tecnológicos não garante que as pessoas estejam informadas porque, geralmente “o que é transmitido à maioria da humanidade, é de fato, uma informação manipulada que, em lugar de esclarecer, confunde”. Pode-se explicar tal fenômeno, devido ao fato de que, no mundo de hoje, o discurso antecede quase obrigatoriamente uma parte substancial das ações humanas, tendo como consequência, a presença generalizada da ideologia, que confunde a apreciação do homem comum sobre as coisas. Sendo assim, “realidade e ideologia se confundem”, sobretudo porque, “a ideologia se insere nos objetos e se apresenta como coisa” (Ibid., p.39). Neste sentido, o discurso generalizado sobre a globalização como um modo novo de se viver, com possibilidades avançadas de comunicação entre pessoas, grupos, países também é ideologizado e soa muito mais como “fábula” do que como realidade.

Outra característica da globalização, a “tirania do dinheiro”, ressaltada por Milton Santos (Ibid., p.44), a qual deve-se ao fato da autonomia relativa que o dinheiro conquistou no contexto da economia internacional. Segundo o autor, “por isso a relação entre finança e produção, entre o que agora se chama economia real e o mundo da finança, dá lugar aquilo que Marx chamava de loucura especulativa, fundada no papel do dinheiro em estado puro”. O dinheiro passa então a ocupar um lugar central no sistema de valores, tornando-se mediador em grande parte das relações, sendo que “essa presença do dinheiro em toda parte

acaba por constituir um dado ameaçador da nossa existência cotidiana”

O próprio Marx (1987 p.195) já apontava para a soberania do dinheiro no capitalismo e suas conseqüências nefastas, afirmando que: “o dinheiro, enquanto possui a propriedade de comprar tudo, enquanto possui a propriedade de apropriar-se de todos os objetos, é, pois, o objeto por excelência. A universalidade de sua qualidade é a onipotência de sua essência; ele vale, pois, como ser onipotente”. E isto vale para esta época mais do que em qualquer outra fase do capitalismo.

Uma das marcas dessa nova forma de organização societária, conforme já dito, está presente nas mudanças ocorridas nos processos de produção, sendo que sua compreensão possibilita entender seus outros desdobramentos. O surgimento do que se pode denominar como um regime de “acumulação flexível”, surgiu a partir de 1973, após um período de crise do capitalismo, exacerbado pelo aumento do petróleo⁷. Segundo Harvey (1996, p.135), “de um modo geral, o período de 1965 a 1973 deixou cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo.”

Neste contexto de um novo modelo de produção, a acumulação flexível levou grandes grupos empresariais a se fundirem, ampliando seu poder sobre os mercados. O que se poderia denominar como um processo de descentralização da produção também estimulou a organização de pequenos negócios, geralmente para servir de mão de obra às grandes corporações. A emergência de altos níveis de centralização de capital e aumento da desigualdade acompanharam este processo.

Analisando a realidade econômica mais ampla, em termos de capitalismo global, Harvey (1996, p.141) aponta para o fato desse novo processo de acumulação flexível implicar em níveis relativamente altos de desemprego estrutural, rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos de salários reais e o retrocesso do poder sindical, que, conforme ele mesmo aponta, era “uma das colunas políticas do regime fordista”, a qual garantia uma relação de poder um pouco mais horizontal nas negociações entre capital e trabalho.

Os impactos mais graves desses processos recaíram, então, sobre as classes-que-vivem-do-trabalho, principalmente aquela grande parcela que se constituiu no sistema industrial, a qual, embora detivesse salários relativamente baixos⁸, contava com razoável segurança e estabilidade

7 Informações mais específicas sobre este momento de crise e da passagem do fordismo ao modelo de acumulação flexível, ver Harvey (1996, p.135-162).

8 Levando-se em conta as distinções de salários entre trabalhadores do centro e da periferia do capitalismo, impera historicamente entre esses últimos, os mais baixos salários.

quanto à manutenção do emprego, pois deles dependia o êxito da produção. Essas classes passaram a conviver com o desemprego e a insegurança nas relações de trabalho.

1.2 Efeitos do Processo de Globalização sobre o Trabalho

Nas relações de trabalho, importante ressaltar algumas características que marcam esta nova fase do capitalismo. Antunes (2000, p.49) trata da questão como “metamorfoses do mundo do trabalho”⁹, denotando que houve uma mudança drástica nas relações de trabalho a partir das mudanças operadas na atual fase do capitalismo. Entre as características apontadas pelo autor, resalta-se a “desproletarização do trabalho industrial, fabril, nos países de capitalismo avançado, com maior ou menor repercussão em áreas industrializadas do Terceiro Mundo”. Esta “desproletarização”, refere-se principalmente, à diminuição acentuada da tradicional classe operária fabril, fenômeno observado, sobretudo, no trabalho fabril industrial.

Conforme Antunes e Pochmann (2007 p.203):

as mutações que vem ocorrendo no processo produtivo, em escala global, sob comando do chamado processo de globalização ou de mundialização do capital, vêm combinando, de modo aparentemente paradoxal, a ‘era da informatização’ por meio dos avanços técnico-científico, com a ‘época da informalização’. Trata-se pois de uma precarização ilimitada do trabalho, a qual também atinge uma amplitude global.

Melhor que “desemprego” então, precarização do trabalho descreve adequadamente o que está ocorrendo. Ocorre que os novos postos de trabalho que estão surgindo em função dos avanços tecnológicos e da divisão internacional do trabalho, não oferecem em sua maioria, ao seu eventual ocupante, as compensações usuais que as leis e contratos coletivos vinham garantindo (ANTUNES, 2001, p.24). Emprego estável só será assegurado para um número de trabalhadores de difícil substituição, e em função de suas qualificações, de sua experiência e de suas responsabilidades. Ao redor desse núcleo estável, gravitará um número variável de trabalhadores periféricos, engajados por um prazo limitado e portanto, substituíveis (Ibid., p.26).

9 Trata-se de um capítulo do livro intitulado “Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho” (ANTUNES, 2000).

Novamente, é importante levar em conta na análise de tal processo, as contradições existentes, pois de um lado têm-se o que é geralmente alardeado como ganhos reais que a capacidade de produção atual pode proporcionar, de outro, depara-se com as perdas consideráveis de conquistas históricas sobre a condição de trabalho e, por extensão, da qualidade de vida dos trabalhadores.

Passa-se a conviver então com uma “*subproletarização* intensificada, presente na expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, ‘terceirizado’, que marca a *sociedade dual* no capitalismo avançado”¹⁰ (Ibid., grifo do autor).

Nesse contexto, observa-se conforme propõe Antunes (2001), uma heterogeneização do trabalho, sendo uma de suas maiores expressões, a incorporação cada vez maior da presença da mulher na força de trabalho. Porém, este aumento das mulheres no mercado de trabalho, (que em alguns países capitalistas chega a constituir 40% da força de trabalho), não pode ser considerado “de modo algum progressista”, como denota Harvey (1996, p.146). Em sua grande maioria, as mesmas são submetidas a baixos salários (cerca de 60% menor que o dos homens para as mesmas funções), e precárias condições de trabalho.

A exclusão dos trabalhadores mais velhos ou antigos nos postos de trabalho, também constrói essa face heterogênea da nova classe trabalhadora. Sennet (2001)¹¹ atenta para o fato de que, no século XIX, a preferência pela juventude ocorria por uma questão de mão de obra barata. No capitalismo de hoje, ainda ocorre tal preferência por jovens por motivo salarial (notadamente nas fábricas e oficinas insalubres de partes menos desenvolvidas do mundo), mas outros atributos da juventude atual parecem torná-la atraente nos altos escalões da mão de obra. Por exemplo, buscam-se argumentos do tipo: os trabalhadores mais velhos são mais inflexíveis e avessos ao risco; ou, não possuem energia física necessária para enfrentar as exigências da vida no local de trabalho flexível.

Outra forma de caracterizar esta nova conformação do trabalho nas últimas décadas, é denominá-lo como “atípico”. O trabalho caracterizado como atípico, se contrapõe ao modelo de “trabalho padrão” reconhecido pela obrigatoriedade do tempo indeterminado, regime

10 Aqui o autor toma os *gastarbeiters* na Alemanha e o *lavoro Nero* na Itália como exemplos do enorme contingente de trabalho imigrante que se dirige para o Primeiro Mundo, em busca do que ainda permanece do *Welfare State*, invertendo o fluxo migratório de décadas anteriores, que era do centro para a periferia (ANTUNES, 2000 p.49)

11 Para elaborar o argumento Sennett se utiliza de Katherine Newmann, *Falling from Grace*, Nova York: Free Press, 1988, p.70.

constante de prestação de serviços, exclusividade na relação e na oferta da disponibilidade temporal. Já uma definição possível do que se poderia chamar de trabalho atípico aponta para “prestação de serviços cuja característica fundamental é a falta ou a insuficiência de tutela formativa e contratual. No trabalho atípico, são incluídas todas as formas de prestação de serviços, diferente do modelo padrão, ou seja, do trabalho efetivo, com garantias formais e contratuais, por tempo indeterminado e *full-time*.” 25% dos empregos na Itália estão assim formatados, caracterizados por Vasapollo (2005 p.34) como “independentes”, contra uma média de 15% no restante da Europa, conformando um “modelo mediterrâneo” representado principalmente pela Espanha e Itália.

É preciso registrar que o trabalho de tempo integral e indeterminado é apenas um entre os 44 tipos existentes de emprego, ou seja, são previstas outras formas de trabalho atípico e que estão crescendo e predominando no contexto do trabalho atual. Nos últimos anos, a ocupação e a estabilidade da relação de trabalho, continuam a ser o problema principal da Itália, convertida no país mais flexível da Europa (VASAPOLLO 2005 p. 55/56).

Harvey (1996, p.141) aponta para o fato desse novo processo de acumulação flexível implicar em níveis relativamente altos de desemprego estrutural, rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos de salários reais e o retrocesso do poder sindical, que, conforme ele mesmo aponta, era “uma das colunas políticas do regime fordista”, a qual garantia uma relação de poder um pouco mais horizontal nas negociações entre capital e trabalho.

A desmobilização das classes trabalhadoras deve-se principalmente, à escassez de postos de trabalho, à maior concorrência entre a possibilidade de colocação no mercado de trabalho, enfim, às imposições do sistema produtivo sobre o trabalho.

O que se poderia chamar de “subproletarização” do trabalho, caracteriza as novas formas de vínculo (ou não vínculo), estabelecidas entre os trabalhadores e seus contratantes. Essas formas de trabalho podem ser traduzidas em trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado e terceirizado. Geralmente estão vinculados à economia informal, com baixa remuneração, sujeitos a desregulamentação do trabalho, à regressão dos direitos sociais e ausência de sindicatos. A relação salarial então passa a ser individualizada.

Os sindicatos estão aturdidos e exercitando uma prática que raramente foi tão defensiva. Distançam-se crescentemente do sindicalismo e dos movimentos sociais classistas dos anos 60/70, que

propugnavam pelo controle social da produção, aderindo ao acrítico sindicalismo de participação e de negociação, que em geral aceita a ordem do capital e do mercado, só questionando aspectos fenomênicos desta mesma ordem (ANTUNES, 2000, p.43).

Todas essas mudanças foram bastante drásticas na vida dos trabalhadores de todo o mundo. Incidiram sobre suas formas de vida e, conseqüentemente, no aumento das situações de pobreza e insegurança. A tendência à perda de direitos vinculados a condição de trabalhador conquistados historicamente, aliada á fragilidade da organização dos trabalhadores para reivindicar e garantir direitos, tornou ainda mais vulnerável a condição da maioria.

Em termos de projeto de vida, embalados por trajetórias ocupacionais relativamente erráticas, o custo individual do vínculo precário de trabalho é algo que é vivido ao longo da vida produtiva, diluindo-se, por assim dizer, na adequação contínua das expectativas de emprego e status à realidade adversa. Mas a reestruturação não leva apenas ao aumento da precariedade dos vínculos dos trabalhadores não-qualificados. Mais do que isso, a forte tendência à terceirização de atividades não qualificadas pode levar à perda de determinados direitos que por longo tempo definiram o cidadão trabalhador (CARDOSO 2000, p.23).

As saídas para tal situação poderiam implicar na construção de novos referenciais para se mover na sociedade atual e reivindicar o que a sociedade do consumo promete. No entanto, o que ocorre, conforme aponta Dupas (1999 p.9), é que “o desemprego e a exclusão da sociedade global acabam por resgatar o posto de trabalho formal fordista como altamente desejável e o transformam em quase um sonho distante de segurança e estabilidade”. Nesta perspectiva, se levar-se em conta todas as críticas já realizadas da condição de trabalho vivenciadas no modelo fordista¹², analisar o atual momento como evolução histórica do capitalismo parece soar como grande equívoco.

Estas novas formas de organização do trabalho decorrem de decisões tomadas em macro espaços de poder, pelas elites internacionalizadas, sob o pretexto de serem necessárias para alavancar novas dinâmicas produtivas

12 O filme “ Tempos Modernos” de Charles Chaplin é uma das formas geniais elaboradas como crítica sobre este tema.

mais eficientes, para a manutenção da “saúde” da economia, e dos postos de trabalho. De qualquer forma, conforme aponta Vasapollo (2005 p.28), “a flexibilização, definitivamente, não é solução para aumentar os índices de ocupação. Ao contrário, é uma imposição à força de trabalho para que sejam aceitos salários reais mais baixos e em piores condições”.

Neste contexto, os ganhos relativos ao trabalho são cada vez menores com relação aos enormes avanços em produtividade, o que é uma característica do modelo atual. A esse propósito, Agostinho Megale (um dos autores do informe do Instituto di Recherche Economiche e Sociali sobre os salários) afirma que na Europa, relativamente ao euro, ocorre o seguinte: contra os 33 pontos de aumento de produtividade na França, no decênio 1993-2002, o trabalho chegou a nove pontos; na Alemanha, sobre os 21 pontos, o trabalho chegou a 9,1 e na Itália, sobre os 18,7 pontos, o trabalho chegou apenas a 3,3%. O que, de certa forma ainda serve de “consolo” segundo Vasapollo, comparado aos Estados Unidos, onde o crescimento em produtividade tem sido de 40, enquanto o trabalho relativamente chegou apenas a 1,5%¹³. O autor pontua ainda que, na Itália “além de registrar apenas 3,3% de restituição ao trabalho, por parte do aumento em produtividade, todo o restante tem sido destinado aos ganhos e proveitos e não aos investimentos produtivos ou às pesquisas” (VASAPOLLO 2005 p.86-87).

O Brasil segue nesta mesma direção, com agravante das altas taxas de exploração do trabalho que historicamente predominam aqui. Conforme Pochmann (2007 p.16), “do final da década de 1970 à metade da primeira década do século XXI, a participação do rendimento do trabalho na renda nacional caiu quase 12 pontos percentuais. Simultaneamente, cresceu a porcentagem relativa às formas de riqueza associadas aos proprietários (lucros, juros, aluguéis, renda da terra)”. Por exemplo, em 1959 a participação do rendimento dos trabalhadores na renda nacional era de 55%; situação que em 1980 caiu para 50% e em 2005, reduziu para 39,1% .

1.3 Reconfigurações do Papel do Estado neste Novo Contexto

O Estado Liberal, a partir dos conflitos do fim do século XIX, se reinventa como Estado Social, ou Estado Providência, estruturando-se a partir da necessidade de gerir o conflito entre capital e trabalho no processo de industrialização, contemplando, sobretudo, os Direitos

¹³ Informações retiradas pelo autor do documento citado “Chi lavora nom mangia. Carta Settimanale, n.2, 2004, pp.20-21.

Sociais. Nesta dimensão, está incluída a função de responder às situações de pobreza através de políticas públicas, responsabilizando-se em certa medida por sua existência, mesmo que fosse contra os preceitos liberais que lhe deram sustentação. Após a Segunda Guerra, os modelos alternam-se entre Estado de Direito (concretizando-se em modelos autoritários) e os Democráticos de Direito, que se organizam de forma a garantir mais representatividade dos interesses sociais e responder melhor à sua função de proteção social. No entanto, estes últimos que prevalecem, logo se afirmam, em sua esmagadora maioria, sob uma perspectiva neoliberal.

Frente a isso, as mudanças nas relações políticas são evidentes. Com foco nas grandes corporações, o capitalismo se reorganiza e o papel do Estado-nação passa a ser redimensionado. O prenúncio de sua queda é mais discurso do que realidade, na medida em que se depara com a necessidade de sua presença, constituindo-se como importante terreno de segurança da economia, de onde ela tira os subsídios necessários para sua manutenção e onde se apóia nas crises. Conforme Santos (2002, p.19), o que se vê é o fortalecimento do Estado, “para atender aos reclamos da finança e de outros grandes interesses internacionais, em detrimento dos cuidados com as populações cuja vida se torna mais difícil”.

O caráter de diminuição do Estado e seu relativo enfraquecimento ocorreram com relação a seu papel social, o que também é um dado novo na nova dinâmica de relações no contexto de globalização, contrapondo-se à perspectiva de Estado do Bem-Estar-Social (o Welfare State) que vinha se constituindo desde o fim da Segunda Guerra Mundial (nos países do Primeiro Mundo).

a gradual retirada de apoio ao Estado do bem-estar-social e o ataque ao salário real e ao poder sindical organizado, que começaram como necessidade econômica na crise de 1973-1975, foram simplesmente transformados pelos neoconservadores numa virtude governamental (HARVEY, 1996, p. 158).

O discurso neoliberal desresponsabiliza cada vez mais o Estado com relação ao seu papel de provedor das condições de existência das populações. O enfraquecimento do Estado na sua função social recoloca na sociedade a afirmativa de que as pessoas e grupos sociais fragilizados não encontrarão mais respostas às suas demandas.

Nesse aspecto, Santos (2002, p.149) afirma:

Isso, todavia, tem trazido como consequência para todos os países uma baixa de qualidade de vida

para a maioria da população e a ampliação do número de pobres em todos os continentes, pois, com a globalização atual, deixaram-se de lado políticas sociais que amparavam, em passado recente, os menos favorecidos, sob o argumento de que os recursos sociais e os dinheiros públicos devem primeiramente ser utilizados para facilitar a incorporação dos países na onda globalitária.

Esse discurso é mais problemático quando dirigido para os países periféricos (países da Ásia, América Latina e África) que não viveram os benefícios do Welfare State, e que vêm sendo contaminados por um discurso (seguido de práticas) anti-Estado, agravando as condições já bastante precárias de vida da maioria de sua população.

Pode-se entender o que significa a efetivação de um ideário neoliberal, observando seus resultados constituídos nas últimas décadas, conforme aponta Pochmann (1999 p.15): contração de emissão monetária, elevação de juros, diminuição de impostos sobre as rendas mais altas, desregulamentação do mercado de trabalho, do comércio externo e do mercado financeiro, alteração do papel do Estado, privatização dos serviços públicos, focalização do gasto social, restrição à ação sindical, entre outras.

Por trás do discurso da teoria que supõe o fim do Estado, verifica-se que se desenvolveu o aumento das responsabilidades efetivamente assumidas por tal Estado. Nessa perspectiva de argumentação, Harvey (1996, p.160) afirma que “há muitos sinais de continuidade, em vez de ruptura, com a era fordista”. O autor exemplifica os grandes déficits públicos dos Estados Unidos, cuja atribuição deveu-se à segurança, e que “[...] foram fundamentais para o pouco crescimento econômico ocorrido no capitalismo mundial ao longo da década de 1980, sugerindo que as práticas keinesianas não morreram”. Do mesmo modo, Chomsky (2001, p.25) afirma que o poder estatal continua a ter grande capacidade de intervenção, principalmente em países como os Estados Unidos, onde atua principalmente por uma espécie de “mecanismos de assistência social para os ricos”. O elevado orçamento do Pentágono, frisado pelo autor, é utilizado em grande parte, como “forma de política industrial, um subsídio do contribuinte fiscal para o lucro e o poder privados”.

Por outro lado, a diminuição do papel social do Estado confronta-se com o aumento crescente da demanda por serviços básicos essenciais que resultam das más condições de vida que se agravaram nas últimas décadas. O Estado responde então a estas situações, com serviços cada

vez mais focalizados, voltados para demandas específicas, enquanto remete ao sistema privado grande parte das suas responsabilidades. Estes serviços geralmente são organizados numa lógica de mercado de que, quanto mais enxutos possam operar, mais comprovam sua “eficiência”, possibilitando, por vezes, a conquista de lucros para investidores. Desta forma é que passa a funcionar grande parte dos serviços, principalmente de saúde e de educação.

Considerando as disparidades sociais decorrentes do regime atual, haveria necessidade de se garantir seguros sociais mais efetivos como aposentadorias, seguros saúde, amplas redes de serviços assistenciais. Porém, o que se constata neste contexto de enfraquecimento do Estado social, é o abandono gradativo desta tarefa.

Observa-se este fenômeno em vários países que conquistaram um patamar de Estado Social bastante avançado no sentido de responder concretamente às demandas de bem estar de sua sociedade. A Alemanha, por exemplo, registra nos últimos anos um aumento da disparidade entre pobres e ricos, com um conseqüente aumento da pobreza geral. Com significativas diminuições de serviços, provoca maior sofrimento para as famílias com rendas mais baixas, que não podem arcar com serviços privados. Da mesma forma, no Reino Unido, a disparidade entre ricos e pobres continua crescendo, como vem acontecendo nos últimos anos (a população considerada pobre já significa 23% do total), também se constata aumento da privatização dos serviços públicos, principalmente nos setores de saúde e habitação (VASAPOLLO 2005, p.73/74).

Países como a França, quarta potência econômica mundial, que serve de referência por um longo período, de “um capitalismo europeu temperado e social”, de alguma forma, também foi atingida por tais “reformas”. Neste país, 35% das atividades industriais e 84% das financeiras são controladas diretamente pelo Estado, 75% dos trabalhadores são efetivos, e o índice de pobreza relativa baixou nos últimos anos. No entanto, o se denominava como renda mínima de colocação (RMI), foi convertida em renda mínima da atividade (RMA), e não mais paga pelo Estado, mas por entidades locais, com a obrigação, por parte do trabalhador, de aceitar o trabalho que lhe for proposto, sob o risco de perda do subsídio (Ibid. 2005 p.78/79).

Outro item citado neste novo contexto com relação ao papel do Estado é a sua capacidade de recursos para investir em bens e serviços sociais. A diminuição de impostos diretos sobre riquezas e fortunas - que estão cada vez mais concentradas e transitam sob forma de investimentos

virtuais, ou pairam em Paraísos Fiscais protegidos - fragiliza ainda mais o Estado. Com pouca capacidade de investimento, o Estado prioriza as estruturas de produtividade, para poder competir no mercado mundial.

Sobre esse tema, Vasapollo (2005 p.86) lembra que os incrementos em produtividade não retornam ao fator trabalho e considera também “o quanto se tem perdido, em termos de salário indireto, com as contínuas eliminações do Estado social e com o também contínuo endurecimento fiscal geral, não apenas sobre os impostos dos rendimentos, mas também sobre o consumo de primeira necessidade”.

Recentemente, o socorro aos bancos prestado pelo Estado americano através de grandes volumes de capital, seguido das potências ligadas a União Européia e, em menor volume, dos Estados menos desenvolvidos, deixa claro a capacidade dos Estados em investir recursos, quando “necessário”. Percebe-se, então, que o Estado não é um ator menor ou fora de cena, apenas assume novas funções, e é nesta perspectiva que precisa ser conhecido nestes novos tempos.

O mercado produz desigualdade tão naturalmente quanto combustíveis fósseis produzem poluição do ar. (...) O capitalismo exige um crescimento de produtividade sem fim. Diferentemente das máquinas e de seus produtos, que se tornam cada vez mais eficientes e baratos, os seres humanos permanecem obstinadamente humanos.

Eric Hobsbawm, 1992

Capítulo 2

Efeitos Sociais do Processo de Globalização: Reconfigurações da Pobreza

Para compreender a pobreza no capitalismo atual, ela precisa ser analisada a partir das últimas décadas, no contexto do processo denominado como globalização e seus efeitos mais perversos. É neste contexto que o desemprego, o trabalho precário, e a fragilização dos vínculos de trabalho, se constituem em fatores que incidem de forma marcante sobre a pobreza que atinge milhões de trabalhadores no mundo. Nesta direção, a análise aqui proposta foca o desemprego e a precarização do trabalho no Brasil como causas maiores do aumento da situação de pobreza nas periferias urbanas, ao mesmo tempo em que se propõe discutir as decisões políticas internas, sobretudo em nível de Estado, que contribuíram enormemente para o quadro desastroso que ora se conforma. Busca-se superar a naturalização deste quadro, que é encarado muitas vezes como consequência inevitável do desenvolvimento das forças capitalistas atuais e da necessidade de obedecer a preceitos externos para inclusão do país na economia internacional.

2.1 Novas Expressões da Pobreza em um Mundo globalizado

Os efeitos políticos, econômicos e sociais da globalização recaíram sobre a maior parte das sociedades, embora com diferentes impactos, dependendo do tipo de formação econômica e social, e das escolhas políticas realizadas por seus dirigentes. Porém, de um modo geral, todas estas mudanças foram bastante drásticas na vida dos trabalhadores de todo o mundo. Incidiram sobre suas formas de vida e, principalmente, no

aumento das situações de pobreza e insegurança. Segundo Antunes (2000, p.23), “foram tão intensas as modificações, que se pode mesmo afirmar que a classe-que-vive-do-trabalho sofreu a mais aguda crise deste século, que atingiu não só a sua materialidade, mas teve profundas repercussões na sua subjetividade e, no íntimo inter-relacionamento destes níveis, afetou a sua forma de ser”.

A desigualdade social, característica intrínseca ao modelo capitalista, não pôde ser resolvida com os “avanços” apresentados por este sistema. Pelo contrário, no último século ela se apresentou de forma mais violenta. Conforme Baumann (2008 p.28), “por volta de 1870, a renda per capita da Europa industrializada era 11 vezes mais alta que nos países pobres do mundo. No decorrer do século seguinte, a discrepância cresceu cinco vezes e chegou a 50 vezes por volta de 1995”. Tratando a desigualdade como “fenômeno recente¹⁴”, o autor lembra que é desta época também (dos dois últimos séculos), “a idéia de trabalho como fonte de riqueza, assim como as políticas nascidas e guiadas por tal suposição”. A transição da sociedade baseada na terra como fonte de riqueza para o trabalho, foi guiada inicialmente por promessas de libertação, que na prática não se concretizaram para a maioria. Conforme o mesmo autor, “uma vez que se descobriu que o trabalho era a fonte de riqueza, foi tarefa da razão minar, drenar e explorar esta fonte de uma forma muito eficiente e jamais vista” (BAUMANN 2008 p.30).

O que observamos então nas últimas décadas, conceituado como globalização, parece ser a tentativa máxima de extração da capacidade de produção pelo trabalho e apropriação concentrada dos frutos do trabalho coletivo, ou seja, da riqueza, do bem estar, e das inúmeras possibilidades que se apresentam para viver, se comunicar e se mover no mundo atual.

É necessário então, caracterizar este novo quadro de pobreza como decorrente de amplos processos de exclusão, tanto do mundo do trabalho, como das possibilidades de acesso aos bens produzidos, o que lançou milhares de pessoas em uma situação de instabilidade, constituindo relações de insegurança. Seres humanos violentados, que vão se deparar o tempo todo com os limites e regras impostos por um sistema que não lhes garante uma situação que oportunize usufruir das novas necessidades que vão sendo criadas.

O fato novo dessa pobreza recente decorre de não haver mais certeza na capacidade de sua superação. Ela aumenta em função da exclusão do mercado de trabalho e das formas cada vez mais numerosas

14 Para defender esta idéia, Baumann se utiliza das considerações de Daniel Cohen, realizadas em *Richesse du monde, pauvreté des nations* (Paris: Flammarion, 1998, p.31).

de trabalho precário, e incide sobre um Estado fragilizado em sua função social, que não consegue mais responder a suas demandas.

Segundo Milton Santos (2002 p.73), “uma das grandes diferenças do ponto de vista ético é que a pobreza de agora surge, impõe-se e explica-se como algo natural e inevitável. Mas é uma pobreza produzida politicamente pelas empresas e instituições globais”.

A desigualdade se ampliou muito no contexto da globalização. As duas últimas décadas do século passado viram a iniquidade da distribuição da riqueza se agravar, sendo que 54 dos 84 países menos desenvolvidos tiveram seu PNB (Produto Interno Bruto) per capita diminuído¹⁵. De acordo com Boaventura Santos (2001, p.39)

o aumento das desigualdades tem sido tão acelerado e tão grande que é adequado ver as últimas décadas como uma revolta das elites contra a redistribuição da riqueza com a qual se põe fim a certa democratização da riqueza iniciado no final da Segunda Guerra Mundial.

Segundo o Relatório do Desenvolvimento Humano do PNUD, em 1999, os 20% da população mundial que vive nos países mais ricos, detinha 86% do produto bruto mundial, enquanto os 20% mais pobres ficavam com apenas 1% (dados relativos a 1997). O mesmo Relatório aponta que, em 2001, na quinta parte mais rica do mundo, concentram-se 79% dos utilizadores da internet, mostrando “o quão distante estamos de uma sociedade de informação verdadeiramente global” (BOAVENTURA SANTOS 2001, p.41).

O aumento da desigualdade está presente em quase todo o mundo, inclusive aqueles países em que se garantia, em alguma medida, melhor acesso ao trabalho, situação mais equânime na repartição de salários e de bens, e onde o Estado do Bem-Estar-Social garantia certa dignidade para seus cidadãos.

Na maioria destas sociedades, não somente a falta de trabalho caracteriza esta nova situação, mas também as formas diversas de trabalho precário configuram a pobreza atual. Na Alemanha, por exemplo, registra-se o aumento da disparidade entre pobres e ricos e aumento da pobreza, sendo que o fator novo trazido no “Informe sobre a Pobreza e Riqueza” é a existência de um setor amplo de pessoas que, mesmo trabalhando, estão na faixa dos pobres, fazendo parte dos sujeitos a contratos atípicos e com salários baixos (VASAPOLLO 2005 p.73/74). No que se refere á

15 A diminuição foi cerca de 35%, conforme Relatório do Programa para o Desenvolvimento das Nações Unidas – PNUD, 2001, citado por Boaventura Santos (2001, p.39)

má distribuição da riqueza, o autor aponta que, no Reino Unido, 20% dos ricos gozam de 43% dos recursos disponíveis, enquanto 20% dos pobres utilizam apenas 6,6% dos recursos. Desta forma, conforme o autor, “não há indicadores estatísticos que consigam medir, com rigor, o conjunto das condições da pobreza” que em toda a Europa vem aumentando com relação ao aspecto da pobreza gerada pelas próprias condições de trabalho (Ibid. p. 64).

Assim, a melhor maneira de compreender a pobreza em tempos recentes, é abordá-la em sua dimensão estrutural, ou seja, como resultado de um modelo de sistema político e econômico que torna cada vez mais improvável a possibilidade de inclusão desta parte da sociedade; nem através das possibilidades de trabalho e remuneração digna que proporcione acessos às promessas de cidadania construídas na modernidade, tampouco através de programas sociais do Estado.

O que Milton Santos (2002, p.72) definiria como:

uma pobreza estrutural globalizada e resultante de um sistema de ação deliberada. Examinando o processo pelo qual o desemprego é gerado e a remuneração do emprego se torna cada vez pior, ao mesmo tempo em que o poder público se retira das tarefas de proteção social, é lícito considerar que a atual divisão ‘administrativa’ do trabalho e a ausência deliberada do estado de sua missão social de regulação, estejam contribuindo para uma produção científica, globalizada e voluntária da pobreza

Trata-se de uma pobreza em expansão, sem possibilidades de enfrentamento concreto, onde a situação em que vivem tais pessoas torna-se cada vez mais dramática. Importante frisar que esta pobreza, cada vez mais, é também uma sombra que amedronta as classes médias.

Pobreza é uma situação difícil de dimensionar teoricamente, embora quem a vive concretamente, em maior ou menor medida, sabe exatamente do que se trata. Essa situação pode ser caracterizada, sobretudo, como a falta de condições de acesso às necessidades constituídas socialmente, o que, no capitalismo, se dá principalmente através do trabalho. Uma definição mais precisa nesse sentido, conforme propõe Dupas (2001, p.34), seria tomá-la como a “dificuldade de acesso real aos bens e serviços mínimos adequados a uma sobrevivência *digna*”. O próprio autor chama atenção para o fato de que nas sociedades contemporâneas, esse acesso ocorre por duas vertentes: a renda que é normalmente fruto do trabalho e o acesso a programas públicos de bem-estar social.

O conceito de pobreza vem sendo cunhado há bastante tempo e de maneiras bem diversas. Pochmann (2007), em discussão sobre a construção de índices que revelariam o tamanho da pobreza no mundo e no Brasil, aponta para a diversidade de entendimentos sobre tal fenômeno, que é atribuído como causa - dependendo do contexto social, geográfico e histórico - tanto de fatores individuais como econômicos e políticos.

Já o termo exclusão, tão utilizado recentemente, embora de certa maneira explicita a situação em que vive grande parte dos trabalhadores nos últimos anos, é problemática para servir como conceito chave na análise da situação de pobreza atual. De certo modo, o termo exclusão pode denotar uma série de situações marginais com relação a uma suposta ou prometida situação que se torna desejada ou idealizada. Essa relação pode estar recortada por distinções não somente de classe, mas de gênero ou de raça. Até mesmo pode estar norteada por um ideal de status desejado, com relação ao qual nem sempre aquele que o deseja ou se vê excluído, vive uma situação limite, ou tem sua capacidade de sobreviver ou viver com certa dignidade, comprometida. O estar excluído, então, pode significar uma série de situações, que teriam de ser analisadas em suas particularidades.

Para Castel, discorrer sobre a vulnerabilidade criada pela degradação das relações de trabalho e das proteções correlatas (ou mais especificamente, da crise salarial), pode ser tratado pelos termos *vulnerabilização*, *marginalização*, mas não *exclusão* (CASTEL, 2000, p.42). A utilização do conceito, conforme o autor pode incorrer no “risco de se economizar a necessidade de se interrogar sobre as dinâmicas sociais globais que são responsáveis pelos desequilíbrios atuais”, criando-se impasses sobre os processos que os geram. Sobre isso, Castel (2000, p. 25) assim se pronuncia:

Sem dúvida, há hoje os *in* e os *out*, mas eles não estão em universos separados. Não se pode falar numa sociedade de situações fora do social. O que está em questão é reconstruir o continuum de posições que ligam os *in* e os *out*, e compreender a lógica através da qual os *in* produzem os *out*

Partindo-se do pressuposto de que a própria pobreza é uma marca do capitalismo, o que se poderiam caracterizar como novas configurações da pobreza decorrem, pois, dos denominados processos de empobrecimento decorrentes das transformações operadas no mundo do trabalho, bem como da falta de possibilidades de acesso aos serviços e bens produzidos.

A contradição principal do capitalismo se acirra, visto que, enquanto

cada vez mais se produzem necessidades em função das descobertas, invenções tecnológicas, e aumento da capacidade produtiva, milhões de pessoas passam a viver em condições cada vez mais pauperizadas.

Esta contradição principal do mundo desde a estruturação do sistema capitalista gerou um impasse com relação à situação de pobreza crescente que se instaurou nas cidades. Junto com as fábricas, se configurou espacialmente a presença de milhões de trabalhadores pobres que tinham que sobreviver com poucos recursos. A grande dimensão que tomou esta pobreza urbana, junto com a organização dos trabalhadores para reivindicar melhores condições de vida e de trabalho, fez com que a mesma fosse reconhecida como “questão social”. Esta expressão começou a ser utilizada por volta de 1830 quando o “pauperismo” aparecia na cena urbana de forma evidente (CASTELS 1998). A dimensão política desta pobreza se expressou através dos protestos e reivindicações organizados pelos trabalhadores na cena urbana. O fato de que esta pobreza se constituía ao mesmo tempo e como resultado de uma sociedade que produzia riqueza, era o elemento novo que buscava ser reconhecido.

Castels (1998, p.526) conceitua as situações de pobreza e vulnerabilidade social nas últimas décadas, no contexto do que propõe ser chamada “nova questão social”. Embora se considere que o cerne da questão social continua a ser o mesmo, pretende-se abordá-la sob a caracterização das novas configurações apresentadas pelo autor, que ajudam a compreender a forma como se apresenta o quadro de pobreza no momento atual. Considerando-a sob o ângulo de uma sociedade do trabalho, o autor distingue três pontos relevantes: a desestabilização do trabalho estável (onde este existia); a instalação de grande parte dos trabalhadores na precariedade, sujeitos ao trabalho temporário e desemprego recorrente, tendo que viver o dia-a-dia numa espécie de “*neopauperismo*”; e finalmente, aqueles que não encontram mais lugar no mercado de trabalho, os “inúteis para o mundo” ou “supranumerários”, como sugere o autor. Esses últimos, “podem ser objeto de atenções e suscitar inquietações, porque criam problemas. Porém, o problema é o próprio fato de sua existência” (CASTELS 1998, p.530).

Este sentimento de não ser mais necessário, desconstrói as possibilidade de resistência dos trabalhadores empobrecidos, tornando a pobreza muito mais dramática no momento atual.

O que está em questão agora, não é mais aquela pobreza que caracterizava uma parte dos trabalhadores com baixos salários que povoavam as cidades no início do processo de industrialização, em direção

aos quais se discutiam e implantaram-se sistemas de ajuda, auxílios e, depois, assistência organizada ou ainda, em algumas sociedades mais abastadas, sistemas de proteção social consideráveis.

Esta nova configuração da pobreza caracteriza-se então, pelo desmonte de sistemas de proteção e aumento das vulnerabilidades nos países que conseguiram garantir níveis de proteção social avançados com a estruturação do Estado do Bem-Estar Social, e a desconstrução das promessas destes sistemas de proteção e das estruturas frágeis que ganhavam forma nos outros países, os da periferia do capitalismo principalmente. Paugam (2003, p.31) chama atenção para os impactos deste fenômeno em países como a França, bem como outros países ocidentais que vivem desde o final do século passado, “uma série de evoluções simultâneas, que se referem em particular à degradação do mercado de trabalho, com a multiplicação dos empregos instáveis e o grande aumento do desemprego prolongado, como também ao enfraquecimento dos vínculos sociais”

A face subjetiva dessa nova pobreza é ressaltada pelo autor, caracterizando novas preocupações, tais como a falta de uma identidade social que substitua a de trabalhador estável. Para abordar tal situação, Paugam (2003), cunha o termo “desqualificação social”, fenômeno que analisa a partir da perda dos vínculos estáveis com o mercado de trabalho, que geralmente vem acompanhado do afastamento da vida social, crise de identidade, problemas de saúde e, para alguns, ruptura familiar. A passagem de um trabalho para outro, a exposição ao desemprego e aos baixos salários desestabiliza as relações familiares, contribuindo com o aumento da tensão social e da violência. O que não significa que as classes pobres se tornem mais violentas, elas são na verdade, violentadas neste processo.

Posto isso, dimensionar situações com base em linhas definidoras da pobreza se torna complicado, já que comumente estas não dão conta de medir também as oportunidades oferecidas (geralmente não disponíveis ao acesso de todos) e as reais capacidades de atingi-las. Ater-se em número de pobres, então, é ainda mais generalizante e tem a função mais de denúncia do tipo de pobreza, do que de evidenciar concretamente suas especificidades e suas reais possibilidades de superação.

Na atual organização do sistema capitalista globalizado, a tendência é priorizar cada vez mais os processos econômicos, sendo as pessoas cada vez mais excluídas com relação às perspectivas reais de acesso ao trabalho, aos espaços e bens culturais existentes, enfim, à

riqueza produzida. Conforme Chomski (1999, p.38):

[...] em geral, o mundo está sendo levado a uma espécie de modelo do Terceiro Mundo, por uma política deliberada pelo estado e pelas corporações, com setores de grande riqueza, uma grande massa de miséria e uma grande população supérflua – desprovida de todo e qualquer direito porque em nada contribui para a geração de lucros, onde seu único valor é o humano.

Considerando a fragilidade do papel do Estado como provedor das condições sociais dignas de existência dos cidadãos, viver no mundo atual se tornou tarefa difícil para a maioria. Neste sentido, Dupas (1999 p.10) afirma que “o mal-estar da civilização está hoje traduzido no desamparo do cidadão da sociedade global”

Nos países da periferia do capitalismo como é o caso do Brasil, o impacto desta situação tem dimensões um tanto particulares, levando-se em conta a trajetória histórica de pobreza com uma sociedade industrial não consolidada em todo o país e que se utilizou de farta mão-de-obra barata para se estruturar; onde o Estado nunca conseguiu se organizar também como um Estado Provedor e os direitos sociais foram reconhecidos tardiamente.

Desta forma, há que se levar em conta que as características desta pobreza atual, se analisadas do ponto de vista estrutural, atingem de alguma forma todos os países implicados no processo de globalização, mesmo que tenham que ser interpretados em suas particularidades. O Brasil, por exemplo, embora não tenha estruturado uma sociedade salarial nem perto dos moldes da Europa do século XX, mantinha boa parte de sua força de trabalho com vínculos empregatícios na grande indústria. As perdas de postos de trabalho e precarização do trabalho, também se fizeram sentir aqui intensamente, desestruturando grupos de trabalhadores que contavam com certa segurança, e fragilizando sua capacidade organizativa.

O desemprego atingiu também estes países. Conforme dados da OIT (Organização Internacional do Trabalho) em 2000, o Brasil é o terceiro país (numa listagem de 175 países analisados) em número de desempregados, ficando abaixo da China e Índia (POCHMANN [et.al]. 2004 p.140). Certamente esta situação contribuiu para fragilizar ainda mais as classes-que-vivem-do-trabalho, redimensionando o quadro de pobreza.

2.2 Características de uma Nova Pobreza na América Latina e no Brasil

Os preceitos neoliberais de diminuição das funções do Estado em seu papel social, tiveram maior impacto quando dirigido para os países periféricos (sobretudo, países da Ásia, América Latina e África) que não viveram os benefícios do Welfare State. Os mesmos vêm sendo contaminados por um discurso (seguido de práticas) anti-Estado, agravando as condições precárias de vida da maioria de sua população.

A América Latina, de um modo geral, se caracterizou por uma “ocupação” imposta, em que os colonizadores europeus colocaram-se, desde o princípio, como senhores, originando uma elite privilegiada em todos os sentidos. As formações das sociedades latino-americanas desdobraram-se em formas próprias de reprodução destas relações de poder, assim como a formação dos Estados nacionais se constituíram com base nesta lógica. Tais sociedades foram também marcadas historicamente por sistemas políticos ditatoriais e, conseqüentemente, pela constituição fragilizada da democracia. Isso explica de certa forma, as diferenças enormes presentes aqui.

Conforme Diaz (2007 p.148),

é paradoxal que, em todos os países da América Latina, haja uma riqueza natural imensa, enquanto suas populações vivam na mais exorbitante desigualdade. Isso só pode ser explicado pela presença de um Estado e de uma institucionalidade frágeis que, permanentemente, foram objeto de captura por parte de grupos privilegiados.

As desigualdades próprias do capitalismo constituíram, dessa forma, quadros muito mais dramáticos neste continente, que vêm se agravando nos últimos anos. Frente às diversas formas de pobreza e exclusão social já mencionadas, decorrentes do processo de globalização, depara-se com um Estado que não tem tradição histórica de comprometimento e responsabilidade em prover seus cidadãos de acessos à uma condição considerada digna no modo de vida atual.

A situação vivida atualmente pela maioria dos povos deste continente, observadas as particularidades internas de cada país, destoa das promessas de ascensão social do capitalismo. Conforme Cattani (2007 p.215), às voltas com ditaduras sanguinárias e experimentos neoliberais, “a América Latina do início do século XXI apresenta um quadro de injustiças e distorções socioeconômicas tão graves como aquele existente

há um século”. Conforme *Panorama Social da América Latina* (Cepal 2003), o total de pobres latino-americanos, que era de 136 milhões em 1980 (40% da população), passou, 22 anos depois, para 220 milhões (44%) (apud CATTANI 2007 p.216).

Esse cenário se reproduz em países como o Brasil com algumas oscilações, delineando uma divisão de classes sociais bem mais acentuada do que outros países em situação similar. O lugar ocupado pelo país, que está entre os primeiros em desigualdade de renda nos últimos anos, conforme Relatórios do Banco Mundial, confirma tal fato. Atualmente, “os 10% mais ricos da população impõem, historicamente, a ditadura da concentração, pois chegam a responder por quase 75% de toda riqueza nacional. Enquanto os 90% mais pobres ficam com apenas 25%” (POCHMANN 2007 p.16)

Observa-se no Brasil, que a pobreza se constituiu como uma marca de desenvolvimento. Ou seja, o desenvolvimento capitalista no país obedeceu aos imperativos da esfera econômica, sendo que a preocupação principal das elites econômicas e políticas, que atuaram no sentido de lhe dar sustentação, voltaram-se, sobretudo, para a garantia de espaços para acumulação. A produção, com a conseqüente acumulação capitalista que se consolidou no país, foi garantida pelo baixo custo da mão de obra, possibilitando assim alta lucratividade e ganhos em termos de mais-valia. Neste sentido, afirma Oliveira (1972, p. 23), aqui “a industrialização sempre se deu, visando, em primeiro lugar, atender às necessidades da acumulação e não às do consumo”.

Este dado, acrescido pela concentração de terras, herança do período colonial que nunca conseguiu ser superada, demonstra o quanto a desigualdade está cravada na história do país. Conforme Bacelar (2007 p.7), “dificilmente existirá no mundo outro país com margens de lucros tão fantásticas e padrões de remuneração do trabalho tão modestos”. O fato da economia do Brasil ter crescido substancialmente ao longo de várias décadas do século XX é atribuído, em parte, às margens de lucros elevadíssimas que predominam aqui. É isto que caracteriza o país como “uma nação economicamente moderna e uma sociedade socialmente frágil”.

Assim, no processo de desenvolvimento capitalista no Brasil, observa-se que as relações entre pobreza e riqueza se deram, sobretudo, no campo da produção e, embora de forma mais complexa, essas divisões tendem a se reproduzir, obedecendo também às regras internacionais de divisão social do trabalho e, posteriormente, de flexibilização das relações

de trabalho.

Embora se reconheça que a posição do Brasil numa das periferias pobres do mundo (América Latina), lhe confere algumas situações específicas, estando em condição bastante desprivilegiada com relação aos grandes centros a que pertence a maioria do capital e do poder sobre as decisões do comércio em nível mundial, esse fator por si só, não garante a explicação do tamanho da pobreza, que é fruto das desigualdades internas que se reproduziram historicamente aqui. Nesse sentido, Oliveira (1972, p.42) elabora uma crítica aos teóricos do “modo de produção subdesenvolvido”, afirmando que os mesmos, “ao enfatizar o aspecto da dependência – a conhecida relação centro-periferia – quase deixaram de tratar os aspectos internos das estruturas de dominação que conformam as estruturas de acumulação próprias de países como o Brasil”. Conforme o autor, esta abordagem crítica, que predominou por muito tempo, tendeu a analisar a questão do desenvolvimento sob o ângulo das relações externas, definindo uma problemática que se expressava na oposição entre nações, passando despercebido o fato de que, “antes da oposição entre nações, o desenvolvimento ou o crescimento é um problema que diz respeito à oposição entre classes sociais internas.”

As disputas internas deram-se, desde o início do processo de colonização do país entre grupos privilegiados e a maioria empobrecida. Portanto, a constituição de uma sociedade democrática, com tudo o que acarretaria tal definição, ou seja, concebida em seus aspectos econômicos, políticos e sociais, aqui não se consolidou. Nesta direção, Tavares (1999, p.71) lembra que:

[...] no Brasil, as grandes massas nunca tiveram um destino minimamente claro via acesso à propriedade da terra, à educação e a uma relação salarial estável e progressiva, que foram os instrumentos mais importantes de incorporação em qualquer sociedade moderna. Todos os países centrais trataram de estimular esses caminhos de integração não apenas para expandir os respectivos mercados internos, mas ainda para aumentar a própria capacidade de defesa, através da formação de povos de cidadãos. Aqui, nas crises, sempre ‘fugimos para a frente’, buscando defender os interesses das elites regionais e nacionais, e ignorando os interesses e necessidades da maioria da população

Levando-se em conta que a pobreza decorre, sobretudo, da falta de acesso aos frutos do trabalho, é importante abordar como se constituiu

historicamente, no Brasil, o universo das relações de trabalho que deram origem a essa pobreza. Entende-se que, embora em sua face atual, a pobreza seja relativamente distinta, ela está implicada diretamente com uma forma peculiar de desenvolvimento capitalista, tal qual se efetivou no Brasil.

O processo de industrialização, que marcou no capitalismo o surgimento do trabalho assalariado como conhecemos hoje no Brasil, implantou suas bases de sustentação somente no século XIX. Esse processo foi acompanhado de crescente urbanização da sociedade, em função dos deslocamentos das famílias de trabalhadores para as cidades em busca dos empregos na Indústria. Em sua grande maioria, esses trabalhadores não migraram para as cidades, atraídos simplesmente por uma nova forma de vida e pelas promessas de modernização (como ocorreu nos países centrais). Foram expulsos do campo em função da implantação dos agronegócios e da manutenção/reforço da concentração de terras, o que confere ao país características peculiares.

A industrialização, por sua vez, entre outros fatores que tornaram possível seu desenvolvimento, foi alavancada pela disponibilidade de mão de obra que se sujeitava a baixos salários. Esse, segundo Oliveira (1972, p.46), foi fator responsável pelo sucesso logrado com o “esforço de acumulação”, qual seja, o “aumento da taxa de exploração da força de trabalho”, responsável, sobretudo, por fornecer os excedentes internos para a acumulação. Importa dizer, então, que o financiamento da acumulação no Brasil ocorreu, principalmente, à custa do excedente de trabalho realizado pelos trabalhadores urbanos e rurais.

Essa realidade desigual, embora tenha relação direta com a escolha por um tipo de desenvolvimento (o capitalismo), possui características próprias, observáveis na formação econômica do Brasil. A economia rural, por exemplo, já se consolidara sobre patamares de desigualdade tão assustadores como os que viriam a se formar no processo de urbanização industrial. Conforme Oliveira (1972, p.74)

[...]a distribuição da renda agrária no Brasil, pelas características da formação histórico-econômica da economia rural brasileira, com o predomínio das “plantations”, com a concentração fundiária que a caracteriza desde sua implantação e pela ausência de seu contrário, que seria um forte estrato camponês, é uma distribuição tão, ou mais desigualitária que a urbana-industrial

Por outro lado, percebe-se um aumento substancial da concentração

de renda, conforme avançou o desenvolvimento industrial no país. Baseado nos dados dos Censos Demográficos de 1960 e 1970, Duarte (apud OLIVEIRA, 1972 p.61) apontou o gradativo aumento da concentração de renda ocorrida no período (enquanto que 5% da população detinham, em 1960, 27,35% da renda; em 1970, esses mesmos passariam a reter 36,25%. Em contrapartida, os mais pobres participavam, em 1960, com 11,20% da renda total, e em 1970 decaíam para 9,05%). Essa tendência permanecerá como marca do desenvolvimento desigual no país.

A opção do Estado no Brasil foi, ao longo da história, claramente direcionada para reforçar as atividades econômicas de uma elite empresarial que se constituía no processo de desenvolvimento capitalista. Nesse sentido, o Estado seguiu a mesma lógica com a qual vinha se posicionando com relação à proteção e ao incremento dos latifúndios. Isto é, sendo os proprietários de terras responsáveis pela formação dos subsídios que possibilitaram a implantação das bases do capitalismo, tiveram desde o início, uma relação estreita com o Estado.

Segundo Oliveira (1972, p.11), “o papel do Estado é ‘institucionalizar’ as regras do jogo” e isso no Brasil ele cumpriu bem, como é próprio ocorrer nas economias capitalistas, no sentido de alavancar o desenvolvimento desse tipo de sistema. A interferência do Estado com relação à implantação de algumas regras que mediassem as relações de trabalho (tais como a introdução de um salário mínimo base), também obedeceram a esse pressuposto. Conforme aponta o autor, “[...] importa não esquecer que a legislação interpretou o salário mínimo rigorosamente como “salário de subsistência”, isto é, de reprodução.” Pensou-se rigorosamente em termos de salário mínimo como a quantidade de força de trabalho que o trabalhador poderia vender. Segundo mesmo autor, não houve, desde o início, nenhum outro parâmetro para o cálculo das necessidades do trabalhador. Não existiu, por exemplo, na legislação, nem nos critérios elaborados para dimensionar o salário, nenhuma incorporação dos ganhos de produtividade do trabalho.

Dessa forma, a intervenção do Estado na esfera econômica no Brasil deu-se, de forma a privilegiar interesses do desenvolvimento capitalista. Além do trabalho, este operou na regulamentação dos demais fatores, como: na fixação de preços; na distribuição dos ganhos e perdas entre os diversos estratos ou grupos das classes capitalistas; no gasto fiscal com fins direta e indiretamente reprodutivos; na esfera da produção com fins de subsídio a outras atividades produtivas. O seu papel era o de criar as bases para que a acumulação capitalista industrial pudesse se

reproduzir (OLIVEIRA, 1972, p.14).

Analisando o período pós 1980 no Brasil, já sob reflexos da globalização internacional da economia, Tavares (1999 p.247) afirma que, mais do que decorrência inevitável da globalização, o desemprego tem a ver com o posicionamento do país frente a esse processo e com as políticas que adote para sua correspondente reestruturação produtiva. A autora chamou atenção para o fato de que, numa inserção internacional subordinada (como é o caso do Brasil), dentro de um modelo de endividamento externo e de ajustes recessivos permanentes, deixar a reestruturação industrial entregue à espontaneidade do mercado e às supostas necessidades das empresas individuais, enquanto o Estado preocupa-se em “cortar gorduras”, é claro que a situação do emprego tende a complicar-se enormemente. De outro modo, frisa a autora, não ocorreria a uma sociedade civilizada usar a denominação “cortar gorduras” para lançar no desemprego milhões de trabalhadores.

Pode-se afirmar então, que os preceitos neoliberais não tiveram dificuldades em serem implantados no país, pois aqui não se chegou a conquistar níveis (nem próximos) de estabilidade social no que se refere à segurança no emprego e proteção do Estado, em comparação aos países do centro. Então, a “necessidade” de flexibilizar as formas de produção e as relações de trabalho soa, por vezes, quase como afronta. Nesse sentido, Tavares (1999 p.250) afirmaria, já no final de 1990, (quando o discurso de defesa dos preceitos da globalização invadia o país), que o mercado de trabalho no Brasil já era extremamente “flexível”, apresentando alto grau de informalidade do emprego (atingindo mais de um terço da mão de obra empregada). Já na época, a autora denunciava “os baixos níveis de salário, a forte dispersão da escala de remuneração e a elevada taxa de rotatividade da mão de obra”, o que, segundo a mesma, já podiam ser vistas como um “escândalo mundial”.

Com o incremento do processo produtivo através dos novos produtos tecnológicos, a lucratividade foi se acentuando e o PIB cresceu. Porém, os trabalhadores, de um modo geral, continuaram empobrecidos, sendo que seus salários não conseguiam, e não conseguem ainda, atender às demandas criadas pelas novas necessidades materiais que foram se constituindo no processo de desenvolvimento capitalista.

Conforme observa Pochmann (2008 p.17):

Do final da década de 1970 à metade da primeira década do século XXI, a participação do rendimento do trabalho na renda nacional caiu quase 12 pontos percentuais. Simultaneamente, cresceu a

porcentagem relativa às formas de riqueza associadas aos proprietários (lucros, juros, aluguéis, renda da terra

Na década de 1980, o colapso do padrão de financiamento da economia, por conta da crise da dívida externa, levou a adoção de um conjunto de programas de ajuste macroeconômicos, que inviabilizaram a retomada do crescimento sustentado. Já o período pós-80, sob impacto dos efeitos da globalização, é marcado pela desestruturação do mercado de trabalho brasileiro. Neste contexto, ocorre “o desassalariamento de parcela crescente da População Economicamente Ativa e a expansão das ocupações nos segmentos não-organizados¹⁶ e do desemprego”. Este processo corre paralelo ao “abandono do projeto de industrialização nacional e a adoção de políticas macroeconômicas de reinserção internacional e enfraquecimento do estatuto do trabalho” (POCHMANN, 1999 p.78). Contexto propício para o aumento da degradação do trabalho que se acentua na década de 1990.

A tendência em transferir recursos de áreas de investimento produtivo para a especulação financeira¹⁷, embora aumente a possibilidade de lucros, não se traduz no aumento de investimentos em empregos, por exemplo, concentrando ainda mais a riqueza nas mãos de poucos. Isso para países como o Brasil, é um agravante terrível para a desigualdade existente.

Embora o pleno emprego nunca tivesse se colocado na realidade brasileira como possibilidade concreta para grande parte dos trabalhadores, a partir de 1990, o Brasil passa a conviver mais de perto com o fenômeno do desemprego, desembocando, no final da década e nos primeiros anos deste século, para uma situação de “crise” nunca antes vivida. Segundo considerações de Pochmann (2006, p.61), com base em dados gerais do IBGE (PNAD), em 2002, o país ocupou o quarto lugar no ranking mundial do desemprego, perdendo apenas para Índia, Indonésia e Rússia. Além disso, o trabalho precário se reproduz a partir de então no país, com mais intensidade.

A maior parte das vagas abertas no mercado de trabalho não tem sido de assalariados, mas de ocupações sem remuneração, por conta própria,

16 A definição “segmentos ocupacionais não-organizados” Pochmann empresta de Paulo Renato de Souza, definindo formas de trabalho que, embora inseridos na lógica capitalista são típicas de economias em estágio de subdesenvolvimento, incluídas de forma dependente e subordinada à dinâmica capitalista (POCHMANN 1999).

17 Tendência recente da globalização, a qual, segundo Dowbor (1998, p.4) “atinge diretamente o coração da legitimidade do sistema capitalista”.

autônomo, trabalho independente, de cooperativa, entre outras. O trabalho autônomo que pode caracterizar formas de assessoria prestada por técnicos especializados às grandes empresas, no Brasil é problemático, constituindo-se em sua grande maioria, em trabalho precário e mal remunerado (POCHMANN 2006, p.61)

Percebe-se que as questões políticas tem relevância no quadro que se configurou no país com relação às formas de “adequação” aos preceitos da globalização mundial. Quer dizer que as decisões sobre a forma de desenvolvimento adotadas pelo país, foram definidoras dos rumos que seguiu o mesmo neste contexto.

Nesse sentido, Tavares (1999) busca desconstruir alguns mitos sobre o desemprego, normalmente justificado com os avanços tecnológicos e necessidades de responder a demandas externas. Com base na análise política do que ocorre no país na década de 1990, a autora constata que os principais redutores do potencial de geração de emprego, se expressaram muito mais no plano da compressão da capacidade de investimento do Estado e das empresas, impostos pela política de ajuste neoliberal, do que no progresso tecnológico efetivamente dito. Ou seja:

[...] a abertura abrupta e desordenada da economia, paralela à implementação de uma política de sobrevalorização cambial, aperto creditício e elevação brutal das taxas de juros, gerou um processo de substituição de produção nacional por produção importada – somente em 1995 as importações aumentaram em 50% – desestruturando amplos segmentos do sistema produtivo nacional (TAVARES 1999, p.248)

Continua a autora, afirmando que, desta forma:

“[...] os efeitos deste processo sobre o emprego são muito mais relevantes que o impacto da modernização tecnológica, até porque ele afetou com mais intensidade setores produtivos e segmentos empresariais com importante participação na geração de empregos.” (Ibid., p. 249).

As formas mais recentes de empobrecimento atingem, sobretudo, as classes de trabalhadores que já estavam próximas de tal realidade, com baixa escolaridade e, portanto, baixa qualificação para atender às novas exigências do mercado de trabalho. O dado novo nesse contexto é o empobrecimento crescente de setores das classes populares que

conseguiam manter certa estabilidade no trabalho e outros setores das classes médias, os quais não conseguem mais reproduzir sua situação social em função dos baixos salários percebidos ou da impossibilidade de se manterem no emprego.

A atuação do Estado, bastante exigida na área social e enfrentando cortes nessa função, não consegue se colocar à altura de atender aos reclames da sociedade. Conforme Telles (2001, p.16), na sua forma mais recente, as situações de pobreza se reproduzem na sociedade brasileira, ou seja:

[...] ao lado da persistência de uma pobreza de raízes seculares, a face moderna da pobreza aparece registrada no empobrecimento dos trabalhadores urbanos integrados nos centros dinâmicos da economia do país, seja pela deteriorização salarial que se aprofundou durante os últimos anos, seja pela degradação dos serviços públicos que afetam a qualidade de vida nas cidades, seja ainda pelo desemprego em larga escala que atinge o setor formal da economia.

Atualmente, as políticas sociais no Brasil, embora direcionadas por preceitos universalizantes, na perspectiva de direitos sociais (ampliados e garantidos na Constituição de 1988), não estão estruturadas suficientemente para atender às demandas crescentes do empobrecimento da população. Atendendo à lógica de enxugamento dos gastos sociais, as políticas atuam sobre demandas focalizadas, geralmente com ações emergenciais, incapazes de alterar o quadro existente.

Tais ações mereceriam uma análise mais ampla, buscando discutir desde seus princípios até seu alcance e, sobretudo, a capacidade de se enfrentar problemas estruturais tão graves através da intervenção do Estado, num contexto dimensionado por um conjunto de ordenamentos neoliberais “sugeridos” pelas grandes agências externas, as quais, muitas vezes, são as próprias fomentadoras dos recursos para os programas sociais aqui implantados.

Nesse contexto, pode-se reafirmar que o Estado no Brasil nunca se constituiu na verdade como um Estado Provedor, muito menos o que se chamaria de Estado de Bem-Estar-Social (Welfare State). Mesmo concebendo o Estado como um espaço de conflitos e de disputa política a ser reconstruído constantemente, constata-se que historicamente, aqui fez-se uma opção em defender os interesses do desenvolvimento econômico, posicionando-se ao lado das elites que impulsionavam tal

desenvolvimento. E isto está claro na história do Brasil, salvo em alguns momentos isolados em que a vontade política parecia brotar, mas que foi abortada rapidamente.

O país, nestes novos tempos, segue na mesma lógica de reprodução da desigualdade, mesmo com certo incremento de programas públicos que buscam garantir um pouco mais de segurança social. Tais medidas são ainda bastante tímidas, focalizadas nos segmentos em situação de miséria, e enfrentam muita resistência para sua efetivação. A noção de direitos sociais é bastante frágil, mesmo estando garantida no texto constitucional.

Neste contexto, “medidas de caráter neoliberal, fundadas estritamente na restrição dos gastos sociais, são orquestradas pela lógica da racionalização dos recursos” (POCHMANN 2007 p.18). Prevalece o interesse das minorais detentoras do poder capital, impedindo que se consolide qualquer ideal democrático. E este é um dos maiores desafios do país nestes tempos de globalização, para o enfrentamento da desigualdade.

Numa análise mais atual, mas que justamente por ser tão nova, “carece de ferramentas teóricas atualizadas” Oliveira recoloca a questão do Brasil, como um país supostamente administrado por forças de esquerda¹⁸, em que “os capitalistas e o capital consentem em ser politicamente conduzidos pelos dominados [porém] à condição de que a ‘direção moral’ não questione a forma de exploração capitalista”. Esta postura se consolida no que o autor chamaria de uma “hegemonia às avessas”, tratando-a como um fenômeno “típico da era da globalização”. Mesma situação é caracterizado pelo autor com relação às condições da África do Sul, onde “a liquidação do apartheid mantém o mito da capacidade popular para vencer seu temível adversário, enquanto legitima a desenfreada exploração pelo capitalismo mais impiedoso” (OLIVEIRA, 2007, p.57).

A crítica levantada por Oliveira (2007) quanto à postura do governo atual na forma como vem tratando a pobreza é bastante pertinente no contexto desta análise. Ou seja, o fato da pobreza ser tratada como um “problema de administração”, sugere que a mesma possa ser resolvida desta forma no contexto do capitalismo contemporâneo, o que, concorda-se com o autor, “despolitiza o debate”.

Por sua vez, as políticas sociais no Brasil atual, como instâncias privilegiadas de consolidação de um projeto nacional de garantia de justiça

18 Trata-se de uma coligação de partidos, tendo à frente o Partido dos Trabalhadores, o qual se constituiu historicamente no Brasil a partir da luta dos trabalhadores e outros movimentos sociais que reivindicavam melhor distribuição da renda e participação política.

social e cidadania precisariam ser melhor dimensionadas. Mereceriam as mesmas uma análise mais ampla, buscando discutir desde seus princípios até seu alcance e a capacidade de se enfrentar problemas estruturais tão graves através da intervenção do Estado.

2.3 Impactos dos Processos de Globalização sobre as Cidades: para uma abordagem espacial da pobreza

Para entender o Processo de Globalização sobre as cidades, parte-se do pressuposto de que as diferenças que se apresentam hoje no espaço urbano foram construídas através do desenvolvimento capitalista, modelo que predominou na formação da sociedade moderna. Fundamentado na divisão da propriedade privada, que define o lugar ocupado pelas pessoas em função de suas possibilidades materiais, esta forma de desenvolvimento se concretiza espacialmente nas cidades. A impossibilidade de acessos, os altos preços e a grande quantidade de terrenos ociosos mantidos como reserva de valor, estão no cerne da problemática da divisão espacial da cidade. Conforme Singer (1978, P.33):

Em última análise, a cidade capitalista não tem lugar para os pobres. A propriedade privada do solo urbano faz com que a posse de uma renda monetária seja requisito indispensável à ocupação do espaço urbano. Mas o funcionamento normal da economia capitalista não assegura um mínimo de renda para todos

Nos últimos anos, conforme pôde-se observar, um dos maiores impactos da globalização sobre as sociedade moderna foi o aumento da pobreza, ou mais especificamente, a desigualdade. Esta situação de pobreza crescente, gerada pelo aumento da concentração de renda no mundo todo, recai sobre as cidades como problemas cada vez maiores e de mais difícil enfrentamento, restringindo cada vez mais o acesso a riqueza e a tudo que é produzido, tanto de ordem econômica (bens materiais), como de ordem cultural - o que se poderia chamar de bens imateriais, como as artes, cinemas, livrarias, enfim, o próprio conhecimento.

O acirramento da desigualdade se evidencia espacialmente no aumento das áreas de concentração de pobreza, embora não se restrinja a estes espaços. Estas áreas localizam-se geralmente na periferia da cidade, e são de alguma forma, marginalizadas com relação ao seu todo. No Brasil, denominam-se geralmente tais áreas como favelas, discriminando pejorativamente seus moradores como *favelados* e atribuindo a eles a

responsabilidade por grande parte (ou quase toda), da violência e dos problemas das cidades.

Na França, os “quartiers difficiles” constituem estes bairros periféricos, que são por vezes, objeto de discursos xenófobos, e para os quais são dirigidas algumas políticas de melhoria urbana, no sentido de combater vulnerabilidades sociais, ou de reinserir grupos marginalizados (KOWARICK 1986).

Já os locais escolhidos pelas elites econômicas são cada vez mais selecionados, em função do crescimento acelerado das cidades e conseqüentemente, dos poucos lugares disponíveis para habitação, e também do aumento da violência. Como a violência tem sido freqüentemente aliada às classes pobres¹⁹, estas elites buscam uma forma de isolamento ou auto-segregação.

No cenário atual, percebe-se assim que o acirramento das divisões de classe aparece nitidamente no espaço urbano, dividindo áreas de pobreza e áreas de riqueza e segregando-as cada vez mais. Conforme Castells (1983 p.210), “num primeiro sentido, entenderemos por segregação urbana, a tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e com intensa disparidade social entre elas, sendo esta disparidade compreendida não só em termos de diferença, como também de hierarquia”.

São essas hierarquias que vão definir as relações de forças que ocorrem no desenvolvimento das cidades. No caso do Brasil, suas particularidades apontam para um histórico de colonialismo e espoliação de suas riquezas pelos países centrais e relações internas reprodutoras desta ordem. A modernização da sociedade brasileira se deu na esteira deste modelo, expressando nas relações sociais e, portanto, na própria constituição do espaço, estas divisões.

A maioria da população, desde o início do processo de industrialização no Brasil, sobreviveu com baixos salários, aumentando cada vez mais o número de famílias de trabalhadores empobrecidos na cidade, onde foram se avolumando as mais diversas problemáticas.

Portanto, o que se poderia denominar como “pobreza urbana”, decorre desse processo e se expressa, principalmente, nas ocupações de

19 Por serem as classes empobrecidas as mais criminalizadas pelos mecanismos de justiça, acabam sendo apontadas como responsáveis pelos atos criminosos. Conforme Zaluar, teorias sociológicas vulgares, atribuindo a violência à pobreza e ao fenômeno de urbanização acelerada, geralmente estão aliados à incompreensão dos mecanismos institucionais e societários do crime organizado que atravessa classes e não sobrevivem sem o apoio institucional das agências estatais incumbidas de combatê-lo (ZALUAR, 1994 p.215)

loteamentos sem infra-estrutura, moradias em áreas de risco, habitações precárias, falta de sistema de esgoto, de segurança, de áreas de lazer etc. Esses lugares, em sua grande parte, não são legalizados em termos de posse de terra, tratando-se de ocupações informais, cujos contratos de propriedade, quando existem, não são reconhecidos do ponto de vista jurídico. Esta situação geralmente é colocada como justificativa pelas administrações públicas locais para a ausência de atendimento a estes grupos de moradores, principalmente quanto à infra-estrutura urbana.

As mudanças recentes nos processos de produção aumentaram essa fragilidade, fazendo com que milhões de trabalhadores, em sua maioria empobrecidos, circulem de um trabalho para outro, e por conseqüência, de um lugar para outro, na mesma cidade, e por vezes, para além delas, onde o acesso à alguma forma de trabalho se constitua como possibilidade. Neste contexto, a discussão do espaço habitado se torna elemento importante, que na interseção com outros elementos constitutivos do quadro que se delinearía como “configurações de uma nova pobreza na cidade”, pode apontar para uma discussão que possibilite aproximar-se melhor desta realidade. Neste sentido, Kowarick (2003 p.77) afirma que:

A magnitude do pauperismo, na atualidade de nossas cidades, aparece de forma tão evidente que impede, cada vez mais, a afirmação de que vivemos em uma sociedade aberta e competitiva, onde quem trabalha duro e arduamente consegue ter êxito. Mesmo porque o desemprego, o subemprego e a precarização do trabalho atingiram também parcelas importantes das camadas médias

É importante reconhecer que no Brasil, o uso “ilegal” do solo urbano é uma questão que tem acompanhado o desenvolvimento das cidades desde o período industrial, quando elas se consolidaram, ou seja, quando o processo de urbanização se efetivou concretamente. Ocorre que os baixos salários não possibilitavam aos trabalhadores acesso à moradia, e o Estado, por sua vez, nunca garantiu uma política que se configurasse em uma resposta efetiva para tal necessidade.

A política habitacional no Brasil é quase inexistente, a não ser por alguns programas esparsos, focalizados em demandas específicas. Bollaffi, já em 1980, atentava para o fato de que, nem a Federação nem seus Estados e municípios, jamais chegaram a definir uma política de Habitação Popular clara e conseqüente, capaz de minorar os graves problemas das populações de baixa renda²⁰.

20 Como exemplo, o autor cita o BNH, que foi criado muito mais para atender aos requisitos políticos, econômicos e monetários dos Governos que conduziram ao efêmero “milagre” brasileiro, do que para solucionar o verdadeiro problema da habitação (BOLLAFFI, 1980).

Nos últimos anos, a criação do Ministério das Cidades, pelo Governo Federal, tem buscado, em alguma medida, dar respostas à situação dramática que se constituiu nessa área, mas ainda não se vê delineada uma política habitacional consistente, que a coloque concretamente acessível como direito do cidadão, conforme previsto na Carta Constitucional.

A ausência de um Estado Provedor no Brasil explica em parte esta situação, sendo agravada nos últimos anos, pela predominância dos preceitos neoliberais, cujo discurso de “menos Estado” continua posto no que se refere ao enfrentamento das expressões da questão social que se traduzem, sobretudo, em aumento cada vez maior de pobreza nas cidades. Importante observar, no entanto, que quando se trata de “salvar o capitalismo”, o Estado é aclamado para intervir, esperando-se dele medidas de proteção às instituições econômicas, ajudando a “salvar a economia de mercado”²¹.

Assim, as propostas políticas de priorizar as pessoas através do incremento das políticas sociais, tão alardeadas pelos representantes políticos do Estado, soa estranho nestes tempos. Gasta-se muito pouco, levando em conta as atuais necessidades de grande parte da população e confrontando-as com a capacidade atual do Estado brasileiro. Os recursos maiores continuam a ser investidos no desenvolvimento econômico. Conforme observa Cattani (2007 p.217):

a eliminação da pobreza é apenas demagogicamente apresentada como prioridade; ademais, investimentos em infra-estrutura e gastos com a iniciativa privada e com o pagamento da dívida externa consumiram quase a totalidade dos recursos públicos, e as verbas orçamentárias destinadas aos investimentos sociais apresentaram até hoje percentuais mínimos

Frente à tendências próprias do momento atual, a presença de um Estado Social é cada vez mais necessária. Ou seja, um Estado estruturado e com capacidade de intervir nas questões nevrálgicas que produzem e reproduzem a desigualdade, poderia intervir positivamente neste quadro de pobreza que ora se apresenta.

A proposta de reforma tributária que está sendo discutida no Brasil, por exemplo, coloca em xeque questões como o fato de as camadas mais pobres da população pagar proporcionalmente mais impostos (impostos

21 Recentemente, frente à postura do governo americano de socorrer bancos com milhões de dólares, Delfim Netto, reconhecido economista brasileiro, defendeu a intervenção estatal, afirmando inclusive que “o capitalismo só se salva com ações comunistas” (Folha de São Paulo, domingo, 21 de setembro, p.2 Cad.B).

indiretos). Na maioria dos países capitalistas desenvolvidos, a carga tributária direta é muito mais acentuada do que a que é praticada aqui, recaindo sobre a renda, a riqueza, a propriedade e a herança²²(GUEDES, 2008 p.22). O aumento da taxaçoão sobre renda e sobre fortunas abriria oportunidades para investimentos em infra-estruturas sociais, proporcionando assim, um pouco mais de igualdade.

Outra ação política importante seria diminuir a distancia entre as maiores em relação às menores remuneraçoões do trabalho, que vem aumentando tendenciosamente nas ultimas décadas, piorando o quadro de desigualdade existente.

A questão é que, sem atitudes mais contundentes no sentido de distribuição melhor de renda e de aumento da produtividade do trabalho sobre a riqueza produzida, afasta-se cada vez mais do ideal de uma sociedade mais igualitária. Os problemas nas cidades tendem, portanto, a se avolumarem, piorando cada vez mais a situação de milhares de trabalhadores, sujeitos às condições precárias de trabalho e não-trabalho já mencionadas.

Acredita-se que políticas urbanas desvinculadas destas medidas, ou seja, que não estejam articuladas à políticas econômicas e sociais, provavelmente se limitarão a diminuir os efeitos nefastos do capitalismo atual, ou seja, podem ser importantes em determinados contextos e podem significar muito para grupos de pessoas em situação fragilizada, mas não chegam a tocar no problema principal e portanto, não são capazes de efetivamente enfrentar a situação do empobrecimento da grande maioria de famílias de trabalhadores que vivem nas cidades. Intervençoões políticas capazes de mudar este cenário, teriam que necessariamente tocar na questão da desigualdade.

Transformar uma cidade capitalista, como são atualmente, a maioria das cidades no mundo, em espaços mais igualitários, sob a perspectiva de maior justiça social e oportunidades aos cidadãos, talvez seja o atual desafio, o que não poderá ser resolvido apenas com planos urbanos de modificação de função das áreas. É preciso medidas com capacidade de intervir nas relações de força estabelecidas na organização do espaço local. Medidas para uma melhor divisão da renda, desconcentração das

22 Vários estudos feitos pela Unafisco (órgão dos auditores fiscais da Receita Federal) e pela Universidade de São Paulo (USP) mostram que as pessoas cuja renda familiar alcança até dois salários mínimos gastam 48,9% de seus recursos mensais com o pagamento de tributos enquanto famílias que tem uma renda superior a 30 salários mínimos comprometem apenas 26,3%. Ou seja, “mais de 50% da carga tributária no país é indireta, isto é, incide sobre o consumo” (GUEDES, 2008 p.22).

Hoje, certamente mais importante que a consciência do lugar é a consciência do mundo através do lugar

Milton Santos (2005 p.161)

Capítulo 3

Os Impactos do Atual Contexto de Globalização sobre uma Cidade Brasileira/Pólo Industrial Regional

Neste capítulo apresenta-se a cidade de Blumenau, buscando situá-la no atual contexto regional em que se encontra. O foco de discussão concentra-se nos últimos anos, e a análise busca situar as principais características econômicas e sociais da cidade. Busca-se dimensionar principalmente o rebatimento do processo de reestruturação produtiva em nível local, e os efeitos sobre uma cidade cujo perfil industrial tornou-a conhecida no país inteiro. Os efeitos deste processo serão discutidos com relação á formação sócio espacial local, focando as manifestações da desigualdade crescente nos últimos anos, a disputa pelo espaço urbano, e o aumento da ocupação das áreas de concentração de pobreza pelas famílias de trabalhadores.

3.1 Características da Cidade Atual

Blumenau está situada na região do Vale do Itajaí no estado de Santa Catarina²³. O Médio Vale do Itajaí, mais especificamente onde se localiza Blumenau, caracteriza-se, conforme sugere o próprio nome, por uma região de vales, cujas cidades se constituíram a partir do fundo dos vales do Rio Itajaí e de seus afluentes. A utilização do rio como escoamento da produção e como forma de mobilidade (priorizando-se inicialmente o transporte pluvial), contribuiu com este tipo de caracterização das cidades da região, conferindo-lhes uma paisagem particular.

23 O estado de Santa Catarina está dividido em 8 regiões (Oeste, Meio Oeste, Planalto Norte, Nordeste, Litoral, Planalto Serrano, Vale do Itajaí e Sul)

Figura 2 – Blumenau vista do Centro



Foto da autora

Conforme senso demográfico de 2000, Blumenau tinha uma população de 261.808 habitantes. A atual projeção populacional estimada para a cidade é de 300.000 habitantes (SIGAD, 2009). Em termos de número de habitantes, a cidade pode ser caracterizada como média, levando em conta as grandes metrópoles brasileiras que concentram milhões de habitantes. No entanto, dado sua importância regional constituindo-se desde o início da colonização (segunda metade do século XIX), como centro de comercialização de produtos, de consumo e de opções culturais, a cidade se tornou referência na região.

No estado, Blumenau perde em população somente para Joinville e Florianópolis e na região do Médio Vale, é a maior cidade, concentrando cerca de 60% da população regional. Somente Indaial e Gaspar (municípios vizinhos), ultrapassam 40.000 habitantes. Os demais são pequenos (BLUMENAU, 2009, p.95).

O fato de se concentrarem historicamente na cidade grande número de empresas, serviços básicos de saúde e educação mais especializados (unidades de referência em saúde, universidades), tornou a cidade atrativa para grande número de pessoas e famílias que desejavam ampliar suas oportunidades de trabalho e de melhores condições de vida. Para famílias

de trabalhadores empobrecidos, cidades como Blumenau representam uma oportunidade concreta de “melhorar de vida”, o que geralmente acontece, segundo relatos dos moradores, que serão analisados no decorrer deste estudo. As expectativas de uma vida melhor para os moradores tem relação direta com a melhor inserção no mercado do trabalho, ou mais oportunidades de trabalho (mesmo que precário), acessos facilitados à serviços de saúde, escolas, cursos profissionalizantes, o aprendizado de um ofício (que depois poderia servir de trabalho) e outras situações apresentadas pelos moradores, que comprovam uma melhora na situação geral de vida, com relação ao anteriormente vivido.

Blumenau ficou conhecida nacionalmente por seus produtos, mais especificamente, pelas marcas comerciais de seus produtos, que em algum momento passaram a ter inserção nacional: Hering, Karsten, Teka, Cremer, Artex.

Nos últimos anos, as mudanças estruturais ocorridas nos processos de produção resultaram em impactos locais bem acentuados. Esses impactos incidiram sobre vários aspectos da realidade local. Por exemplo, quanto à participação das indústrias de Blumenau na economia do país, sua representação diminuiu consideravelmente nos últimos anos. Conforme estudos do Núcleo de Pesquisas em Desenvolvimento Regional da FURB (NPDR), em 1984 Blumenau participava com cinco empresas entre 19 catarinenses. Já em 2002, somente 12 catarinenses tem expressão nacional e apenas duas são de Blumenau. Seguindo esta tendência, em 2003, são nove catarinenses apenas que se sobressaem e nenhuma de Blumenau²⁴, caracterizando uma queda de sua representatividade econômica em nível estadual e nacional.

Até período recente, a cidade havia se tornado referência no Estado e no próprio país em função do alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) apresentado e das perspectivas amplas de investimentos que se constituíam. Embora encubra de certa forma a má distribuição da riqueza produzida, este índice é uma referência importante como indicador²⁵, e na escala do mesmo, a cidade já ocupou, em 1970, o 1º no Estado e o 12º no país. Em 2000, a classificação da cidade colocou-a como a 5ª do Estado

24 Dados publicados no Jornal de Santa Catarina, 28/29 janeiro de 2006, p.10.

25 O IDH é a base de referência do Relatório de Desenvolvimento Humano publicado anualmente pelo PNUD. Tal índice propõe-se ser um contraponto para o indicador de Produto Interno Bruto (PIB) per capita que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. Além do PIB, o índice requer dois outros parâmetros: de longevidade e educação. Foi criado por Mahbub ul Haq, com a colaboração do economista indiano Amartya Sen. Pretende ser uma medida, sintética e não “uma representação de felicidade das pessoas e nem indicar “o melhor lugar do mundo para se viver” (<http://www.pnud.org.br/idh/> acessado em outubro de 2009).

e a 19ª no país. Um dos fatores mais significativos, segundo as fontes de análise, foi a longevidade (que de 4º lugar no país em 1980, caiu para 388º em 2000). O índice de renda, conforme já visto, também apresentou expressiva queda, do 26º lugar em 1980, caiu para 45º em 2000²⁶. Tais dados apontam para uma queda geral na qualidade de vida da cidade, que afeta, principalmente, as classes mais empobrecidas, como se poderá ver melhor adiante.

A cidade se caracterizou, desde o início, pelas feições de uma típica cidade brasileira, já definindo no processo de ocupação, e depois da industrialização, uma divisão espacial de classes (VIDOR, 1995). No entanto, a partir do final dos anos de 1980, e principalmente na década de 1990, alguns fatores desencadearam uma queda bruta de qualidade de vida e de possibilidades de ascensão social. Esses fatores estão relacionados diretamente com efeitos da reestruturação produtiva sobre a economia local, concentrando-se no setor têxtil, que era mola propulsora do desenvolvimento da cidade.

Esta situação vivida por grande parte dos trabalhadores locais e respectivas famílias, foi se constituindo de certa forma, como um dado “novo” na realidade local, levando em conta que grande parte dos trabalhadores nascidos na cidade ou que para ela migravam, até a década de 80, ocupavam postos de trabalho na indústria, que geralmente mantinham por longos anos e que garantiam em certa medida, delinear um projeto de vida e uma almejada aposentadoria. A própria economia local, com base industrial e razoavelmente bem sucedida, garantia alguma condição para isso.

O rompimento desta possibilidade colocou para os trabalhadores e suas respectivas famílias a realidade em conviver com a insegurança e o risco permanente, situação essa vivenciada pela maioria dos trabalhadores como característica do momento atual. O fato de “abrir mão” da estabilidade, ter que apostar em algum trabalho novo, ou mudar de local de moradia, os expõe a uma situação bastante fragilizada.

Conseqüência disso é o aumento das situações de pobreza na cidade, principalmente na área urbana, que ganharam visibilidade nos últimos anos em função das demandas que vão sendo colocadas para a administração pública, muitas delas através da própria organização dos moradores.

Este aumento da pobreza não se deve ao fato da cidade ter

26 SIGAD, 2006 (Dados do IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - publicados pelo Diagnóstico Sócio Econômico de Blumenau, 2006).

empobrecido²⁷. A concentração de renda é que se acirrou como reflexo do momento atual. Entre 1990 e 2001, Blumenau, como maior cidade do Vale do Itajaí, dobrou a geração de riqueza, entretanto a distância entre ricos e pobres aumentou. Os 20% mais pobres, em 1991, continham 5% da renda gerada na cidade, caindo este índice para 4,5% em 2000. Já os 10% mais ricos, que detinham 35% da renda, em 2000 avançaram para 39%²⁸. Convém acrescentar que a razão, ou seja, (o número de vezes que a renda é maior) entre a renda média dos 10% mais ricos e dos 40% mais pobres era de 10,98 em 1990, e aumentou para 12,95 em 2000 (SIGAD, 2007).

Através desses dados, que serão melhor dimensionados no decorrer do trabalho, pode-se afirmar que a cidade, embora tenha driblado os efeitos nefastos do processo de reestruturação produtiva em nível local, e conseguido de alguma forma manter sua economia, e por conseqüência, seu PIB interno em proporções aceitáveis de crescimento, sua população trabalhadora empobreceu muitíssimo e as perspectivas de uma vida digna e de ascensão social destas famílias de trabalhadores se vêem cada vez mais distantes.

Desta forma, dados como “renda per capita” não se constituem como referências confiáveis para se conhecer uma cidade e avaliar a qualidade de vida de sua população. Este índice em Blumenau, que era de 2,29 (baseada em salários mínimos) em 1980, diminuiu para 2,14 em 1991, mas elevou-se novamente para 3,06 em 2000 (SIGAD, 2007). No entanto, isso não reflete a situação da sociedade local, ou seja, não se pode afirmar que as famílias blumenauenses tenham melhorado seu padrão e vida; outros dados da realidade local vão evidenciar o empobrecimento e o aumento da desigualdade local já apontados.

Alguns dados produzidos no que diz respeito aos acessos a bens materiais, são apenas quantitativos, portanto de difícil definição. O número de automóveis, por exemplo, poderia ser um indicador de distribuição de bens. No entanto, percebe-se que apesar do alto número existente, cerca de 3 habitantes por automóvel²⁹ (o que implicaria em um carro por família,

27 Em 2005, com R\$ 3,5 bilhões, Blumenau é a cidade catarinense com o maior volume de aplicação de dinheiro privado e de operações de crédito. Liderava também a situação de mais alto índice per capita de movimentação financeira (IBGE, 2005)

28 Os dados foram produzidos pelo Núcleo de Pesquisa em Desenvolvimento Regional (NPDR) da FURB; publicados no Jornal de Santa Catarina no dia 28/29 janeiro de 2006 (Caderno de Economia).

29 Em 2006, para uma população de aproximadamente de 301.333, haviam 107.501 carros (entre carros de passeio, caminhonetes e utilitários, muito utilizados para uso familiar e pessoal). O que equivale a um carro para cada três pessoas (DETRAN-SC).

levando em conta que o número de pessoas nos domicílios na cidade é de 3,12³⁰), o acesso é restrito, concentrando vários automóveis em uma mesma família, reproduzindo a concentração de riqueza apontada.

Com relação às condições gerais dos moradores da cidade, pode-se dizer que não houve investimentos para garantir melhores condições de vida para as classes trabalhadoras, que se constituíram historicamente em grande parte da população local, em função da necessidade de mão de obra que a indústria exigia. A falta de investimentos qualitativos que pudessem caracterizar a urbanização da cidade como bem sucedida, já era apontada por Vidor na década de 1990. Segundo o mesmo, se o urbano for compreendido, não como “urbs” reunião dos que vivem nas cidades, mas sim em termos “*da qualidade da estrutura do espaço urbano onde se vive*”, não se pode dizer que o quadro urbano tivesse melhorado, uma vez que para a maioria da população, o equipamento urbano era inexistente (VIDOR 1995 p.167). Esta situação não mudou, pelo contrário, esta falta histórica de investimentos urbanos na cidade, voltados para a melhoria da situação das famílias dos trabalhadores, se evidenciou no momento atual, frente ao aumento do empobrecimento destas famílias, como se pretende mostrar neste trabalho.

Blumenau, a partir de um determinado momento, procurou organizar seu crescimento, buscando, como sempre ocorre nas iniciativas de planejamento técnico das cidades, formas de controle sobre o mesmo. Os locais e as moradias para as classes pobres, no entanto, foram deixadas à responsabilidade das próprias famílias trabalhadoras, que com seus baixos salários, tiveram que enfrentar a escassez cada vez maior de terrenos. Outros elementos não previstos foram as praças, ciclovias e áreas de lazer, que surgem aos poucos, através de propostas bem tímidas, no meio de uma cidade que enfrenta todos os problemas urbanos de uma cidade brasileira.

A cidade “antiga” possuía uma arquitetura tradicional da região bastante expressiva, ressaltada por autores como Mamigonian (1965, p.64), juntamente com outras características de cidade supostamente “organizada”, cuja paisagem era marcada pela utilização generalizada de bicicletas. Essa paisagem não se confirma na atualidade, o que se deve ao fato de não ter se constituído uma política consistente que tornasse efetiva a preservação dos imóveis históricos, os quais, depois das duas grandes enchentes (1983/84), foram destruídos em larga escala; e as vias urbanas, exemplo do ocorrido na maioria das cidades brasileiras, priorizaram o uso

30 Uma projeção das médias nos últimos anos permite afirmar que este é o número médio por domicílios em 2006 (SIGAD 2006).

de automóvel individual.

Alguns serviços básicos de infra-estrutura poderiam caracterizar a cidade no rol das melhores para se viver no país, como o atendimento de rede de água, que é bastante expressivo, cobrindo 88% dos domicílios. Já não se pode dizer o mesmo do esgotamento sanitário, que atende somente 13% da área urbana com rede geral de esgoto, cobrindo apenas 5% da cidade (SIGAD, 2007). Pelo fato da cidade ser cortada por um rio (Itajaí-Açu), que acaba fazendo parte essencial da paisagem, causa estranhamento não ter se providenciado tratamento de esgoto adequado, lançando-se quase que 90% dos dejetos desta natureza nos córregos, e por consequência, no rio principal.

Ao longo dos anos, não houve muitos avanços com relação a estas questões, resultando numa cidade com todos os problemas típicos de uma cidade brasileira: aumento das áreas de ocupação irregular pelas famílias empobrecidas, problemas ambientais graves decorrentes da ocupação de áreas de risco, escassez de áreas de lazer e de convivência e trânsito caótico; este último é responsável, como ocorre em todo o Brasil, pelo maior número de mortes violentas.

3.2 Aspectos Históricos Constitutivos da Cidade: Emergência da Industrialização e Constituição de uma Classe Operária Local

Blumenau se constituiu a partir de um núcleo de colonização européia no sul do país (iniciado por volta de 1850³¹), liderado inicialmente pelos alemães, seguidos dos italianos (vindos a partir de 1875) e poloneses.

Grande parte desses imigrantes provinha de regiões já industrializadas da Europa, o que possibilitou a rápida utilização de equipamentos e de novos maquinários na exploração econômica local.

A vinda de imigrantes alemães na época foi provocada pelas condições que então viviam em seu país de origem. Na Alemanha, vários conflitos internos, decorrentes da tentativa de unificação, culminaram na Revolução de 1848. Influenciados pela Revolução Francesa e pelo período de dominação da França³², foram implantadas reformas nesta época, com pretensão objetivo de beneficiar os camponeses, mas que acabaram

31 Ano em que aportaram os primeiros imigrantes agenciados por Hermann Otto Blumenau (o fundador da colônia) para iniciar o processo de colonização.

32 1813-1815 Final da dominação francesa na Alemanha. Prússia e Rússia se aliaram contra a França e estabeleceram a Confederação Alemã durante o Congresso de Viena, sob a hegemonia da Áustria.

beneficiando as classes “nobres” (SEYFERT, 1974 p.19). A Revolução Industrial se consolidava através da acumulação de capitais financeiros e da sujeição e marginalização dos trabalhadores a uma nova ordem. Na agricultura, as máquinas diminuíram a necessidade de mão-de-obra e os produtos manufaturados competiam com o trabalho artesanal, acabando com o ganho suplementar das famílias.

A crise econômica era agravada pela fome e pela destituição de muitos trabalhadores de seus meios de produção, como a terra e o ofício aprendido. Também nesta época, eclodiram vários movimentos nacionalistas, pois a nação encontrava-se dividida em vários territórios. Isso tudo culminou na Revolução de 1848, perpetuando-se este quadro até a Unificação, em 1870. Resultado disso foram a instabilidade da vida no campo, o empobrecimento e a proletarianização dos trabalhadores, o que estimulou a emigração para a América. Neste contexto, a maior parte dos que emigraram eram pessoas destituídas de seus bens, tendo que vender sua força de trabalho a baixos preços, sendo algumas perseguidas e expulsas por assumirem posições contrárias a nova ordem política, econômica e religiosa que se estabelecia.

Aqui, eram principalmente agricultores e nas suas horas vagas exerciam sua profissão. Parece que o fundador da Colônia, Hermann Blumenau, preocupou-se em trazer “*gente laboriosa*”, para que seus compromissos junto ao Governo Imperial (do qual o fundador recebeu concessão de terras para estabelecer o núcleo colonial) pudessem ser cumpridos. Propunha à quem quisessem vir, uma “*vida livre e próspera, liberdade de pensamento e aquisição de um lote de terra, coisas que os alemães em vias de partir não tinham mais*” (VIDOR, 1995 p.27).

No entanto, o que sonhavam estes emigrados, era na possibilidade de terem um pedaço de terra para si e serem donos de seu trabalho, o que em parte se realizou no sul do Brasil. Com esta perspectiva, grande contingente de europeus migrou para essa região. Estava bem claro, portanto, desde o início, que as intenções da Colônia eram basicamente como empreendimento econômico, que viabilizasse no Brasil o que estas pessoas não conseguiam mais ter em seu país: possibilidades de ascensão econômica e social.

Desta forma, o que se percebe desde o início, é que as relações de produção e de trabalho foram estabelecidas em uma lógica capitalista, com vistas a construir as bases para o desenvolvimento econômico baseado na exploração do trabalho e acumulação de lucros, necessários para o progresso da indústria (Ibid.1995).

O processo de industrialização foi construído a partir do conhecimento prévio destes imigrantes e do capital acumulado no próprio desenvolvimento da colônia agrícola. Neste sentido, a acumulação capitalista aqui, deu-se sobre outras bases, diferente da que ocorreu nas grandes lavouras de café no sudeste. A hierarquia econômica e social também não foi tão acirrada como aconteceu em outras partes do país. Mas, desde o início, a cidade já mostrava suas contradições e deixava claro sua relação com o sistema econômico que se estruturava no país. A partir da implantação da indústria, foi obrigada a buscar capitais e tecnologia nacional e internacional (relações desenvolvidas principalmente com a Alemanha), para financiar o seu próprio desenvolvimento industrial.

A industrialização propriamente dita inicia-se por volta de 1880, com o surgimento de pequenas firmas no ramo têxtil e de confecções. E vai tomando corpo nos anos de 1890, articulando-se a uma rede regional, culminando com a entrada dos produtos industriais no mercado brasileiro após o término da Primeira Guerra Mundial, e no mercado mundial nos anos 1970 (THEIS, KEISER 1998 p.39).

Neste processo, Blumenau ficou conhecida nacionalmente por seu desempenho na área têxtil, abrigando, durante muito tempo, um aporte industrial bastante expressivo. Analisando o bom desempenho da indústria local neste ramo, alguns autores como Hering (1997), valorizam “o caráter pioneiro e espírito empreendedor” dos imigrantes alemães na implementação dos primeiros negócios e posteriormente da indústria. A autora ressalta os traços culturais do imigrante europeu, principalmente o alemão, como um dos fatores principais na construção de um “*modelo econômico catarinense*”. Também é evidenciado pela mesma o fato destes imigrantes, no sul, poderem ter suas próprias propriedades, não tendo que se submeter a uma forma de poder tal qual a aristocracia rural existente na época em outras partes do país. Este teria sido o motivo principal para que os mesmos gozassem inicialmente de uma certa autonomia, com possibilidades de realização de um ofício (já aprendido em seu país de origem), e de montar um negócio, o que teria reforçado sua auto-confiança e independência (HERING 1997, p.57).

Já outros autores como Kohlhepp³³ e Theis (2001), ressaltam a importância da própria força de trabalho local como fator essencial para se explicar o bom desenvolvimento da indústria e das atividades econômicas regionais. Theis afirma que, embora este desenvolvimento tivesse sido movido inicialmente por condições específicas, como potenciais da

33 Apud THEIS, 2001.

força de trabalho qualificadas trazida pelos imigrantes, também foi condicionado fortemente pela política econômica nacional. O autor, para ser mais exato, utiliza exemplo do período do regime militar que inicia em 1964, em que “o processo de acumulação de capital se acelera em decorrência do predomínio de um salário-mínimo (SM) miseravelmente baixo, além do fato de que algumas empresas remuneravam mesmo abaixo do SM [salário mínimo]” (THEIS, 2001, p.221). Desta forma, seguindo a lógica de desenvolvimento da indústria nacional, o processo de industrialização aqui se construiu, através da possível e consentida exploração da mão de obra.

Desde o início do processo de industrialização local, como observou também Mamigonian (1965 p.119): “os gastos com salário eram sempre bem baixos, os gastos com matérias primas é que eram grandes”.

Mamigonian (Ibid. p.106) levantou algumas características do trabalhador industrial já na época (década de 1960), que chamam atenção. Diz o autor sobre a proveniência espacial que: “uma análise abrangendo 80% desta mão-de-obra mostra que apenas 32,5% são nascidos em Blumenau mesmo. Mais da terça parte, isto é, 38%, compõe-se de pessoas nascidas no Vale do Itajaí”. E o restante, provavelmente, provinha de outros Estados. Esta situação é muito semelhante a atual, conforme poderá ser visto no decorrer do trabalho, mostrando que o processo de desenvolvimento econômico local ocorreu historicamente aproveitando-se de mão de obra imigrante.

Outras características do operariado local chamam a atenção, como o perfil de “operário-colono” que se forjou a partir das condições locais em que o agricultor mantinha a pequena propriedade, cultivando para consumo próprio e, portanto, complementando sua renda, diminuindo seu grau de dependência dos salários pagos pelas fábricas. Conforme Mamigonian (1965 p.109), esta situação pode ter ocorrido em função da divisão por herança das pequenas propriedades, que a tornavam cada vez menores, dificultando sua exploração pelos colonos. Então, “para as populações rurais localizadas nos arredores da aglomeração urbana, a solução do trabalho misto, industrial-agrícola, foi adotada, tanto *in loco*, como em direção à Blumenau”. Essa situação se reproduz ainda atualmente em algumas regiões da cidade, sendo bastante proveitosa para a acumulação de capital local³⁴.

34 Conforme Vivian Bertoldi, presidente do Sindicato dos Têxteis da região, algumas empresas como a Haco, situada na Vila Itoupava, e a Karsten, no Texto Salto, ainda contam com grande número de trabalhadores com este perfil em seus quadros (entrevista realizada em 12 de janeiro de 2010).

Outras considerações feitas pelo autor, dizem respeito à origem alemã que caracterizava a maior parte da mão de obra ainda na época, atribuindo a ela algumas características como: alta “qualidade do trabalho”; e certo “paternalismo” nas relações patrões-operários (MAMIGONIAN 1965 p. 107).

Dito caráter paternalista, que marcou as relações de trabalho em nível local, outros autores também ressaltam como traço constitutivo da cultura local, e concordam que esta característica marcou profundamente as relações de trabalho industriais até os dias atuais, principalmente levando-se em conta que, apesar das mudanças ocorridas nos últimos anos, algumas empresas ainda são gerenciadas por grupos familiares.

Sobre este aspecto, Hering (1987 p.216) utilizou-se das análises de Kolhepp³⁵ para ressaltar a presença histórica de “*um permanente convívio entre a direção e o empregador, não apenas determinado pelo trabalho mas pela participação da mesma cultura e dos mesmos valores*”, o que fez com que se estendesse nas fábricas, segundo a autora, “*um clima familiar de influência positiva sobre a moral do trabalho*”, construindo-se “*uma camaradagem entre os proprietários das fábricas e os operários que em sua maior parte, já trabalharam para o pai de seu atual chefe*”. A construção destas relações, assim como a forma de interpretação dada por autores como Hering, ajudam a compreender uma possível cultura do trabalho local e seus desdobramentos atuais.

A presidente do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis de Blumenau (SINTRAFITE), Vivian Bertoldi resalta que, embora historicamente possa ter sido elemento dificultador da organização dos trabalhadores, atualmente, em alguma medida, esta relação paternalista contribui nas negociações, sendo que, quando estas são efetivadas pelos membros da família que originalmente fundaram a empresa, eles tendem a ser mais “sensíveis a situação dos trabalhadores”. Já quando ditas negociações são estabelecidas por altos administradores contratados pelas empresas, esses tendem ser mais duros, e em alguma medida, parecem sofrer pressões dos acionistas que querem obter lucros em seus investimentos³⁶.

A qualidade do trabalho expressa nos produtos locais, denota outras características que são apontadas por Hering (2007 p.167), como “*auto confiança, alta moral de trabalho, persistência de um certo conservadorismo e espírito empreendedor*”, atribuídos à uma possível identidade específica construída sobre fatores sócio culturais, observáveis

35 Kolhepp, Gerd. *Industriegeographie des Nordostlichen Santa Catarina (Südbrasilien)*. In Selbstverlag des Geographischen Instituts der Universität Heidelberg, 1968.

36 Entrevista realizada em 12 de janeiro de 2010.

especialmente entre os descendentes de alemães e italianos. Esta perspectiva, com acentuado recorte étnico, foi se enredando na cultura local, sendo alardeada nos discursos políticos, por exemplo quando se tratava de convocar o povo para reconstruir a cidade após uma grande enchente, ou quando um perigo eminente de greve dos trabalhadores se fazia presente. Dita perspectiva carece de justificativa concreta que possibilite sua verificação, ou seja, tendo em vista o perfil heterogêneo da classe trabalhadora local logo nas primeiras décadas do processo de industrialização, não se tem dados sobre o tipo de impacto que possa ter com relação à qualidade da produção. Além disso, o discurso é divisor para as classes trabalhadoras quanto à sua organização, o que, aliado ao paternalismo local que marcou a relação entre patrões e operários, dificultou ainda mais este processo.

Talvez por isso, justifique dizer que a região onde se localiza Blumenau (nordeste de Santa Catarina), está sujeita a “*poucos conflitos sociais*”, associando-se este fato, muitas vezes, à uma situação de “*vantagem*” com relação ao restante do país, como o faz Hering (2007 p.181). Do ponto de vista da construção de uma classe trabalhadora fortalecida em seus interesses, que garanta uma situação de vida e de trabalho mais digna, acredita-se serem estes possíveis traços culturais bastante prejudiciais frente aos desdobramentos dramáticos do processo de globalização, que resultou em quase todo o mundo, num conjunto de trabalhadores adoecidos, empobrecidos, e com pouca capacidade de organização. Esta situação também ocorre aqui, conforme veremos adiante.

Nesta direção, o rigoroso controle dos sindicatos dos trabalhadores é apontado como um dos fatores que contribuiu para o crescimento do nível de exploração do trabalho local, como ocorreu em todo o país, resultando em uma concentração de renda na região em níveis praticamente idênticos aos apresentados em âmbito nacional (THEIS, 2001; VIDOR, 1995).

Nos final da década de 1980 (89 mais especificamente), uma grande greve geral dos trabalhadores têxteis tomou as ruas principais da cidade e obteve grande repercussão local. Porém, ao longo dos anos 1990, os sindicatos se enfraqueceram diante da pressão pelas mudanças que foram se concretizando.

Ao longo dos anos, o desenvolvimento da indústria têxtil garantiu à cidade uma grande projeção no cenário nacional. Até a década de 1980 do século passado, a cidade mantinha-se nesta posição³⁷. A partir

37 Conforme aponta Lenzi (2000), em 1990, as exportações deste ramo em Blumenau chegaram a representar 20% das exportações do Brasil.

dos anos 1990, as mudanças ocorridas em função da globalização da economia, dos avanços tecnológicos e principalmente da forma de gestão destes processos, vão atingir também a realidade local, resultando numa reconfiguração da economia local, diminuindo o setor industrial com aumento de outros setores como comércio e serviços, ainda que não na mesma proporção, e também sujeitos aos efeitos destas mudanças.

Como efeitos do processo de globalização, estas características vão conformar uma nova realidade para os trabalhadores locais, que precisa ser compreendida através de seus determinantes estruturais, cujos efeitos se concretizam em novas configurações geográficas.

3.3 Impactos da Reestruturação Produtiva em Nível Local

As mudanças ocorridas no processo de Globalização mundial vão incidir sobre realidades regionais e locais, dependendo dos aspectos particulares da formação econômica, social e espacial presentes em cada contexto. “Base da explicação é a produção, isto é, o trabalho do homem para transformar, segundo leis historicamente determinadas, o espaço com o qual o grupo se confronta” (M. SANTOS 2005 p. 22).

Entende-se que o estudo das especificidades de um lugar em tempos de globalização, deve partir das possibilidades de se conhecer o impacto desses macro-processos em nível local, tanto quanto das contribuições que estes lugares proporcionam para reproduzi-los em grande medida, sob determinadas pré-condições existentes.

O espaço como parte essencial desta proposta metodológica de apreensão da realidade, supõe que se leve em conta, sobretudo, a forma espacial propriamente dita, de realização das mudanças ocorridas no âmbito do capitalismo atual. Conforme Milton Santos (2005 p.28), “os modos de produção tornam-se concretos sobre uma base territorial historicamente determinada”. Deste ponto de vista, as formas espaciais seriam uma linguagem dos modos de produção. Daí, serem eles seletivos na sua determinação geográfica, reforçando desta maneira, a especificidade dos lugares

Partindo-se de tais pressupostos, busca-se conhecer as formas locais de se concretizarem os processos globais em movimento, no capitalismo atual.

Com um perfil de cidade tipicamente industrial, Blumenau foi bastante atingida pelas mudanças ocorridas nos últimos anos no mundo do trabalho. A análise de alguns fatores como o desmantelamento das

indústrias, aliado á novas formas de produção e gestão da produção, a diminuição dos postos de trabalho no setor têxtil, o desemprego e a precarização do trabalho, podem ajudar muito a entender este processo. O impacto destas mudanças na situação geral dos trabalhadores será o foco da análise.

É possível afirmar de antemão que houve uma drástica redução nos níveis de qualidade de vida e possibilidades de ascensão social pelos trabalhadores locais após os anos de 1990.

Por exemplo, em pesquisa realizada em 1999/2000 sobre o desemprego em Blumenau, Simão³⁸ coloca que, considerando o período de 1993 a julho de 1998, obtém-se um saldo de 7.688 pessoas demitidas, o que, em certos períodos, como em 1996, chega a se compor um índice negativo de variação de emprego formal (-5,06), maior do que o Estado (-1,15) e o país, comprovando que as demissões aqui tiveram um impacto muito maior³⁹. Outra observação feita pela autora deduz que, “de 1995 a 1997, a indústria, e em seguida, os serviços, foram os maiores responsáveis pelo aumento dos índices de demissões, colocando em questão teses defensoras do simples deslocamento do trabalhador da indústria para o setor de serviços” (SIMÃO 2000, p.25-26).

Na mesma pesquisa, com base nos dados apresentados pelo CAGED, Simão ressalta a estratégia utilizada pelas empresas de admitir e readmitir seus trabalhadores com menores salários, o que significou, na época, uma redução de 19,35% na renda dos trabalhadores (Ibid. 2000).

A taxa de rotatividade de mão de obra local em período mais recente também é expressiva. Nos anos de 2000 e 2004, se caracterizou pela renovação de 43% da mão de obra (SIGAD 2006). Não se tem dados sobre as possíveis recontrações destes trabalhadores.

As maiores demissões ocorreram na indústria têxtil e atingiram, principalmente as mulheres, sendo que nos anos de 1995 a 1996, elas somavam 56,38% dos demitidos (SIMÃO, 2000).

Percebe-se que as mudanças estruturais ocorridas em nível macro social nos últimos anos, como efeitos diretos do que se conceituou como globalização, vão ter efeitos bem drásticos sobre a indústria têxtil, caracterizando-se como um dos setores mais atingidos pelas perdas

38 A pesquisa realizada por Simão intitula-se Desemprego e Sobrevivência – alternativas de trabalho. A autora buscou dados sobre desempregados no período de julho de 1995 a julho de 1996, atingindo 283 trabalhadores através da aplicação de questionário, ou seja, 3,13% do total de demitidos no período, que era de 9.004 demissões. FURB: Blumenau, 2000.

39 Dados obtidos pela autora junto ao Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

econômicas e sociais. Por exemplo, conforme Mattoso e Pochmann (1998), “[...] no setor têxtil, entre 1990 e 1993, o nível de emprego caiu 49%, enquanto no mesmo período, na indústria automobilística, o emprego reduziu cerca de 9%”.

Os efeitos destas mudanças sobre o trabalho, como já visto anteriormente, foram desastrosos. No Brasil, o mercado de trabalho sofreu profundas mudanças na década de 1990, especialmente na sua segunda metade, já na vigência do Plano Real (editado em julho de 1994). Nesta década, a abertura econômica irrestrita para os produtos estrangeiros, assim como a falta de políticas do Estado para impulsionar a indústria nacional, são reações do país ao novo jogo do capital. Segundo Tavares (1993, p.77), entre as reformas estruturais recomendadas pelas políticas de ajuste neoliberal, estão a desregulamentação dos mercados financeiros e a abertura comercial irrestrita. Ambas apontadas pela autora, como fonte de desequilíbrio (internos e externos), enquanto não se conseguisse atingir certo grau de estabilização e de crescimento com uma boa inserção internacional.

Pochmann e Mattoso(1998 p.214), consideram as novas condições nacionais a partir das quais o Brasil, a partir de 1990, busca inserir-se passivamente nesta ordem econômica, destacando:

[...] a abertura comercial indiscriminada, a ausência de políticas setoriais defensivas, a escassa realização de negociações democráticas entre os distintos interesses, a preservação do sistema antidemocrático de relações de trabalho, a maior desregulação financeira e do mercado de trabalho, os elevados juros e sobrevalorização da moeda nacional (POCHMANN, MATTOSO, 1998 p.214).

No Brasil, apesar destas mudanças terem rebatido sobre vários setores econômicos como um todo, o impacto sobre a indústria foi ainda mais forte.

O setor têxtil foi o que mais sofreu com a abertura econômica e a sobrevalorização cambial que seguiram à implantação do Plano Real. Dados do BNDES indicam uma queda de 53% no nível de emprego na indústria têxtil nacional entre 1989 a 1994 (JINKINGS e AMORIM, 2006 p.339). Resultado disso, foi que a balança comercial no setor têxtil, de 1975 a 2000, aponta uma projeção das perdas que foram se constituindo ao longo dos anos, concretizando-se em déficit a partir de 1995 (845 milhões)⁴⁰ e estendendo-se até o final daquela década. O crescimento das

40 Dados produzidos pela CECEX-MDIC. Elaboração: ABIT (DIEESE, 2003 p.20)

importações também tem relação direta com a redução das alíquotas das tarifas aplicadas pelo país.

Países capitalistas de desenvolvimento industrial intermediário, como a Índia, o Brasil, o México e a Argentina, além de seus múltiplos problemas de organização e desenvolvimento interno, têm grande dificuldade em converter suas estruturas produtivas na direção de uma nova inserção internacional dinâmica. Suas matrizes industriais não têm o grau de amplitude e modernidade nos setores de equipamentos para, a partir deles, estabelecer um núcleo endógeno de desenvolvimentos das novas tecnologias. Mais ainda, a relação entre indústria e setores primários não foi resolvida pela criação de uma matriz industrial, como em certos países desenvolvidos do Norte da Europa, onde a industrialização se deu a partir de dentro, com apoio na transformação industrial de sua base de recursos naturais.

Com relação às condições de mercado ocupadas pelos países produtores da indústria têxtil, o Brasil perdeu espaço para países em desenvolvimento como os asiáticos⁴¹, a Turquia e o México. Já os países capitalistas centrais, investiram pesadamente em tecnologia e puderam contar com imprescindível retaguarda dos Estados nacionais⁴². A tendência mundial então foi concentrar a produção nos países centrais, diante do elevado custo das inovações tecnológicas no setor, o que levou as empresas destes países a se tornarem maiores por meio de fusões e aquisições, para viabilizar os elevados custos destas inovações (DIEESE 2003, p.60). Esta foi uma forte tendência do processo de globalização. Tavares confirma esta tendência, afirmando que “esse processo acelerado de reestruturação só foi bem-sucedido nos países onde as condições microeconômicas, de organização industrial e as políticas do Estado tiveram condições de ser compatibilizadas” (TAVARES, FIORI, 1993 p.22).

Em Blumenau, o empresariado local, seguindo a lógica das economias em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, para enfrentar a competitividade internacional, buscou melhorar a qualidade e baratear seus produtos. A diminuição dos custos da produção foi feita então, através da implantação de maquinário de última tecnologia, terceirização

41 No período de 1980/1999 a participação do Brasil caiu no mercado internacional com relação à produção têxtil. A Índia, no mesmo período avançou 2,1% para 3,2; Hong Kong, de 3,2% para 9,4%; Taiwan, de 3,2% para 8,2%; e a China, de 4,6% para 8,9% (DIEESE, 2003 p.19)

42 Os países da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) desenvolveram políticas de proteção e reestruturação de suas indústrias e assinaram acordos comerciais entre si prevendo cotas e taxas de importação (DIEESE, 2003 p.15).

de alguns serviços e redução da mão de obra assalariada. Eis aí o quadro do desemprego em massa, que se encontrava disponível para os trabalhadores blumenauenses.

Algumas estratégias de flexibilização se concretizaram na forma de especialização da produção dentro das grandes empresas. Isto se deu pela venda de divisões – a desagregação das empresas -, e também pela “divisão do trabalho” nas empresas verticalizadas⁴³ (DIEESE 2003 p.13). O que se pode entender como um processo de desverticalização da produção, através das terceirizações e da descontração da produção, típicos do momento atual⁴⁴.

No que se refere às inovações tecnológicas no setor têxtil, “foram muito acentuadas durante toda a década de 1990, possibilitadas pelo progresso técnico observado no setor de bens e capital e pelo desenvolvimento de fibras artificiais”. Por exemplo, a mudança automática das lançadeiras dispensou a participação do operador, e os ganhos não se resumem somente a maior velocidade obtida, mas também na possibilidade destes novos teares produzirem tecidos mais largos. Por outro lado, “programas avançados de computador, disponíveis desde pelo menos metade da década de 1990, permitem um controle da produção em tempo real, facilitando enormemente sua administração”. A partir de 1990, a tendência era que as empresas têxteis substituíssem a mão de obra de baixa qualificação por robôs, e foi o que ocorreu em grande medida (DIEESE 2003 p.12-12).

Nas mudanças operadas no setor a partir das dificuldades mencionadas, as empresas adotaram estratégias bem diversificadas, dependendo de seu porte e, portanto, de sua capacidade de acesso a financiamentos e estratégias de mudança. Numa mesma planta, por exemplo, têm-se as mais variadas combinações das inovações tecnológicas, podendo conviver juntas, máquinas de diferentes graus de tecnologia, produzindo em ritmos diferentes. Mas o que se explicitou em todas, foi a redução de pessoal, existindo setores em que um trabalhador apenas comanda catorze máquinas (Ibid. 2003 p.39).

Observa-se que, frente a ausência de um projeto estratégico nacional para enfrentamento desta conjuntura, e de políticas estratégicas

43 Verticalização ocorre quando as empresas integram todas as etapas da produção, desde a fabricação dos insumos até os serviços auxiliares (DIEESE, 2003 p.14)

44 A verticalização da produção foi estratégia bastante utilizada pelas indústrias locais na época de sua implantação. Algumas empresas como a Hering, por exemplo, diante da dificuldade de obtenção do fio de algodão (muito grande no final do século XIX e início do século XX) instalou uma fição própria (HERING, 1987).

para determinados setores que se viam afetados com maior intensidade, os empresários reagiram da forma defensiva, adequando-se às novas exigências. Segundo Pochmann e Mattoso (1998 p.214), foi o que ocorreu em todo o país, ou seja:

[...] as principais empresas reagiram abandonando linhas de produtos, racionalizando a produção e importando máquinas e insumos. Colocadas em posição desvantajosa em relação aos competidores internacionais muitas das empresas privilegiaram um reordenamento produtivo e do processo de trabalho unilateral, acentuadamente heterogêneo, com poucas sinergias externas, fundado tanto em estratégias de curto prazo, com constante pressão para a redução dos custos do trabalho, quanto em competitividade via preços.

Voltando ao contexto local, de um modo geral, observa-se que os aparatos tecnológicos assumiram um lugar cada vez maior na produção, ao mesmo tempo em que se concretizou a implantação de um modelo flexível que deslocou a centralidade da grande indústria para inúmeras facções. Estas facções passaram a produzir para a grande empresa, eximindo-a dos gastos com contratos de trabalhos. Geralmente elas se constituem em:

pequenas empresas que costumam para outras empresas do mesmo ramo, o que caracteriza um processo de deslocamento da produção do lócus da fábrica para atividades de subemprego, onde um ex trabalhador assalariado contrata outros sem carteira assinada com salários bem inferiores ao que recebiam na grande indústria (SIMÃO, 2000, p. 32-33)

Os trabalhadores passam então a vivenciar cada vez mais o trabalho temporário, sem vínculo, desemprego, enfim, a precariedade nas relações de trabalho.

Muitas destas pequenas facções prestam serviços à grande indústria. Elas localizam-se geralmente na periferia das cidades, muitas delas no próprio domicílio das costureiras, restringindo assim a vida destas mulheres a este espaço, sobrecarregando ainda mais seu cotidiano de trabalho. Estas novas espacialidades definidas com relação às novas dinâmicas de organização do trabalho, incidem sobre a vida na cidade, mais exatamente, sobre a vida destas trabalhadoras. Neste sentido, Pimenta (2003 p.73) chama a atenção para o fato de que:

quer seja pela interiorização do trabalho, quer seja pelo trabalho doméstico, a cidade desaparece da vida destes trabalhadores. Pulverizados no espaço ou retraídos no cômodo domiciliar adaptado ao trabalho fabril, perdem a possibilidade de identidade e de associação. No ambiente da empresa ou se deslocando entre empresa e trabalho encontrava-se a contribuição do lugar, do espaço de aproximação, que poderia facilitar a superação de sua condição de expropriado. Os frágeis laços sociais, restritos ao trabalho ou à circulação urbana, são agora dissipados. É uma pobreza com maiores obstáculos para sua superação.

Pode-se imaginar o impacto de tudo isso em cidades como Blumenau, cuja produção têxtil foi o motor do processo de industrialização local. O desmonte da indústria têxtil refaz não só as relações de trabalho, como a própria vida da cidade, que se refaz sob outras configurações espaciais, que serão melhor dimensionadas no decorrer do trabalho.

Um panorama mais real deste impacto pode-se ter, observando o desmonte dos empregos industriais na região a que pertence Blumenau. Na pesquisa realizada por Simão junto aos desligados da indústria têxtil, na década de 1990, a autora chama a atenção para o fato de que 19,15% estavam sem nenhuma fonte de renda na época, e constatava-se ao mesmo tempo, uma queda de 6,3% dos trabalhadores que percebiam renda na faixa de 1 a 3 salários mínimos. O que comprova uma tendência ao empobrecimento destes trabalhadores (SIMÃO, 2000).

As novas exigências, assim como o rebaixamento do salário, vão deixando os trabalhadores numa situação cada vez mais fragilizada. Em 1992, por exemplo, a indústria têxtil pagava em média 6,5 salários mínimos para os funcionários, tendo como exigência 6 anos de estudo. Em 2001, a média de remuneração caiu para 3,2 salários mínimos e o tempo de estudo exigido aumentou para 7,5 anos (SIGAD, 2007). Isso levando em consideração os trabalhadores com carteira assinada. As perdas devem ter sido maiores, se considerado o alto grau de informalização do trabalho na última década.

Conforme dados do DIEESE (2003 p.55-57), a partir de 1990 no próprio Estado de Santa Catarina, este perfil mudou, ou seja, as empresas passaram a exigir um perfil de trabalhador com mais anos de estudo, havendo uma diminuição de quase 10% com relação aos trabalhadores que possuíam somente ensino fundamental. O tempo médio

do vínculo empregatício também diminuiu na mesma década, ou seja, os trabalhadores que permanecem no emprego na faixa de até um ano e nove meses, aumentaram de 28% em 1990, para 34% em 1999. Segundo Vivian Bertoldi, dirigente do SINTRAFITE, o número de trabalhadores nesta situação, qual seja, com 1 à 2 anos de vínculo, tem aumentado bastante nos últimos anos, tendo como consequência, uma grande rotatividade dos trabalhadores nas empresas, em torno de 50%. O que deixa claro que os efeitos de todas estas mudanças ainda estão em processo.

O perfil deste “novo” trabalhador vai se refazendo neste processo. Com relação ao gênero, as mulheres são a maioria dos trabalhadores têxteis atualmente (cerca de 60%). Elas ocupam geralmente postos nos setores de costura, fiação e embalagem. Os setores de costura e embalagem empregam mais força de trabalho pelo fato de terem menos possibilidades de implantação tecnológica redutora da força de trabalho. Jinkings (2006 p.355) observa que “as mulheres, tradicionalmente, estão alocadas em postos de trabalho hierarquicamente inferiores na estrutura ocupacional das empresas”. Desta forma, juntando-se às faccionistas (que se constituem em grande parte de trabalhadoras), são as mais atingidas pela precarização do trabalho.

Neste contexto de precarização do trabalho, decorrente da implantação de tecnologia, de modelos de gestão e formas de contratação “flexível”, observa-se que os trabalhadores que permaneceram na indústria tiveram um grande rebaixamento salarial. Conforme Jinkins (2006 p.355), entre 1990 a 2001, cresceu o número de trabalhadores com menor renda entre os têxteis. “Em 1990, os trabalhadores se concentravam mais fortemente na faixa de remuneração até quatro salários mínimos – aproximadamente 62% do total da força de trabalho têxtil de Santa Catarina. Em 2001, esse percentual sobe para assustadores 85%”. Portanto, a média salarial no mesmo período, sofre uma queda de 4,19 salários mínimos, para 2,91. Se levarmos em conta as perdas do salário mínimo no período, a situação é ainda mais grave⁴⁵.

Em Blumenau, os investimentos externos, tipo aquisição das empresas por grandes multinacionais no setor têxtil foram raros. O caso da Artex, empresa com bastante expressão, chamou atenção por ser incorporada pela Coteminas em 2000.

No entanto, a utilização de “modernos conceitos gerenciais” foi largamente difundida nas empresas locais e atingiu diretamente as

45 Utilizando-se de dados do Dieese, Jinkins (2006 p.356) aponta para uma desvalorização do salário mínimo no período de janeiro de 1990 e janeiro de 2002, de 22% em termos reais de seu poder de compra.

condições de trabalho. Como exemplo, podemos citar o trabalho em células, geralmente empregado no setor de costura. Sua implantação significou passar de uma organização linear da produção para implantação de células de produção em confecção, prevendo a organização de grupos de trabalhadoras de forma articulada e dependente, sendo o resultado final da produção medido com relação ao trabalho do grupo.

Segundo Jinkings (2006 p.347):

O principal elemento motivador da organização do trabalho em células pode ser considerado a falta de tecnologia para enxugar a força de trabalho do setor. Como consequência, as indústrias, implantando o sistema de células de produção, adotam uma estratégia de maximizar a produtividade das trabalhadoras.

O “Banco de Horas” é outra estratégia muito utilizada pela indústria local. Trata-se de “um mecanismo de flexibilização da jornada de trabalho, que permite adequar, ao longo do tempo, a jornada de trabalho às oscilações da produção e da demanda”. Assim, quando a produção exige, a jornada de trabalho aumenta e as respectivas horas adicionais são computadas como crédito dos trabalhadores, que poderão utilizá-las em conformidade com as necessidades da empresa, ou conforme “acordo coletivo”. A implantação do banco de horas acarretou o fim das horas extras e adicionais, gerando desta forma, “impacto direto sobre o orçamento de parte significativa dos trabalhadores, que ao longo do tempo incorporaram os extras na renda, compensando os baixos salários”. Por outro lado, “estava claro que a idéia das empresas de flexibilizar a jornada de trabalho por meio desta estratégia, era movida, antes de tudo, pelo intuito de reduzir os custos e aumentar a competitividade”(DIEESE 2003, p.41/42).

Frente às dificuldades de acesso ao trabalho pelo desemprego crescente na década de 1980/90 e a precarização das condições gerais, pode-se prever a fragilidade dos trabalhadores na mesa de negociações coletivas, organizados pelos sindicatos. A presidente do SINTRAFITE afirma que atualmente, o “banco de horas” é prática ilegal na região, pois não está previsto na Convenção dos trabalhadores têxteis local. No entanto, ela admitiu que este mecanismo fosse largamente utilizado na década de 1990 na região, tendo sido acordado entre a antiga diretoria do sindicato e os empresários locais no “acordo coletivo”. Segundo a mesma, este procedimento, assim com o piso livre⁴⁶ que também fez parte deste

46 O “piso livre” significou abrir mão do piso salarial do trabalhador têxtil, tendo-se novamente como parâmetro o salário mínimo nacional. Segundo Vivian Bertoldi, dirigente do SINTRAFITE, este acordo foi firmado em 1996/1997 e vigorou até 2002.

acordo, significou naquela década, em grande medida, “a decadência e o empobrecimento dos trabalhadores”.

Dita negociação foi realizada no calor das mudanças estruturais que se operavam na região e por isso, pode-se imaginar o grau de pressão sobre os dirigentes sindicais naquela época. Porém, os efeitos desta negociação foram muito impactantes, agravados pelo fato do sindicato têxtil local ser o maior do setor na América Latina. Ainda de acordo com a presidente do SINTRAFITE, Vivian Bertoldi, “estas negociações refletiram muito no país inteiro porque os empresários de outras localidades usavam como exemplo a negociação feita aqui. Nas redondezas foi pior ainda, porque o empresariado local usou este parâmetro para as negociações na região”.

Em 2002, foi resgatado o piso salarial que atualmente tem o valor de R\$ 682,00. Mesmo sendo de baixo valor, o fim do banco de horas e o resgate do piso representam de alguma forma, novas possibilidades de resistência dos trabalhadores locais organizados.

Sobre o banco de horas, Vivian Bertoldi, acrescenta que, embora não seja previsto no acordo, sabem que ele ainda é praticado por algumas empresas. Com relação a uma delas (empresa local de grande porte), elas relata:

Encaminhamos uma ação no Ministério Público do Trabalho com relação à esta situação junto com outra que tinha a ver com a participação nos lucros. A empresa tinha uma política de participação do trabalhador nos lucros, porém tinham uma cláusula de que o trabalhador que fizesse greve não teria direito a esta participação. E isto era ilegal. Mas, o que aconteceu! Nós entramos na justiça. Foi declarado que a empresa teria que tirar o banco de horas e esta cláusula da greve. Lá no Ministério público eles (os representantes dos empresários) solicitaram uma pesquisa interna com os trabalhadores perguntando se eles queriam ou não trabalhar no banco de horas. Fizemos uma pesquisa secreta, tipo um plebiscito e 70% dos trabalhadores votaram a favor.

O perfil dos trabalhadores em algumas áreas da cidade como esta, é apontado pela dirigente sindical como um dos principais fatores para este tipo de resposta. Trata-se de uma região com características bastante rurais, onde sobrevive em alguma medida o tipo de operário-colono, cujos membros da família historicamente se empregam na empresa. Estes trabalhadores, mesmo percebendo as condições de precariedade atual,

mostram possuir uma grande capacidade de adequação às mudanças e exigências.

Isso não significa dizer que suportem com tranquilidade os efeitos das mudanças atuais. Neste sentido, percebe-se um grande vazio em termos de pesquisa sobre a situação atual dos trabalhadores, levando-se em conta todos estes condicionantes.

Quanto ao banco de horas, o próprio DIEESE (2003, p.43), aponta que, apesar de muitas empresas em Santa Catarina terem condicionado a manutenção do quadro de trabalhadores à aceitação desta medida, ao contrário do que afirmava a propaganda empresarial, o banco de horas não significou a geração de mais empregos. O fato de o Estado ter tomado o controle desta medida, levou o empresariado a reclamar da intervenção estatal, sinalizando sua posição em termos de que o capital é que deveria ter o controle da jornada de trabalho em tempos de crise, sem nenhuma regulação pública.

Percebe-se que o empresariado têxtil vendo-se alijado das políticas protecionistas e estimuladoras por parte do Estado, reagiu procurando ter o total controle sobre o trabalho. E desta forma, os custos da superação da crise tenderam a recair principalmente sobre os trabalhadores.

Alguns condicionantes internos à cidade de Blumenau, relativos ao desenvolvimento da região, também contribuíram para que este quadro de pobreza e instabilidade econômica se instaurasse neste período pós-1990. Um deles é o fato da cidade ter constituído sua produção voltada para um único setor, uma espécie de “mono-indústria” tornando-se assim vulnerável às oscilações do mercado. Siebert (1998 P.36), baseando-se em considerações elaboradas por Singer⁴⁷ já na década de 1960, chama atenção para este fator.

Outro grande problema enfrentado pela indústria têxtil local foi a sua “participação marginal no mercado internacional”, que a levou a depender do mercado interno para viabilizar a venda seus produtos⁴⁸. Isto representou debilidade para o setor, levando-se em conta, conforme aponta o DIEESE (2003 p.16), as irregularidades no mercado de consumo interno, em função das oscilações no crescimento da renda dos brasileiros. Desta forma, pode-se afirmar que a queda da produção do emprego no

47 Conforme Siebert, ao verificar que em 1958 o setor têxtil respondia por 41,8% da atividade econômica de Blumenau, Singer já havia alertado para o fato de como o desenvolvimento da cidade estaria comprometido, caso sua economia continuasse baseada, exclusivamente neste setor. Pare estas considerações, a autora baseou-se em SINGER, Paul. Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana. São Paulo: Nacional, 1968.

48 Cerca de 70% da produção têxtil brasileira é destinada ao mercado interno (DIEESE, 2003 p.20)

setor está diretamente relacionada à queda na renda média da população brasileira, que caiu 18,8% entre 1989 e 1999. No período subsequente (1993 a 2000), a participação dos trabalhadores no total da renda nacional foi reduzida de 44% para 37% (DIEESE 2003 p.20). São dados que deixam claro o tamanho das perdas salariais dos trabalhadores, de um modo geral, no país.

Esta posição marginal do país em relação ao mercado mundial, no que se refere à produção têxtil também é apontada pelo DIEESE (2003 p.21-22) como resultado da “falta de política industrial para o setor, que contemplasse, não apenas a indústria têxtil, mas todo o complexo”, incorporando as pequenas e médias empresas, responsáveis pela maioria dos empregos no setor atualmente.

Apesar de ter havido uma recuperação no setor nesta última década (a partir de 1999)⁴⁹, alavancada pela desvalorização do câmbio que dificultou as importações e possibilitou o aumento das exportações, os ganhos em termos de melhoria das condições de trabalho ainda são tímidos, levando-se em conta as perdas apontadas no mesmo período (1990).

Conforme dados levantados por Theis e Bagattolli (2005 p.40), em 2004, a participação relativa no total de empregos formais em Blumenau, tinha a indústria têxtil, de vestuário e artefatos de tecidos, como o maior empregador, representando 26,2% do total, e o comércio varejista em segundo lugar, perfazia 15% dos postos de trabalho⁵⁰.

Mesmo que não tenha ocorrido considerada alteração no índice de concentração do setor têxtil na média dos empregos formais, com relação aos anos 1990 (de 30,3 em 1990 passou para 28,7 em 2000⁵¹), leve-se em conta o grau de informalidade do trabalho ocorrido no período, especialmente relacionado à indústria têxtil. Situação esta que envolve grande número de trabalhadores e sobre a qual não se tem dados produzidos.

Percebe-se então, que o setor têxtil tem importância fundamental na caracterização da situação de trabalho em nível local, embora outros setores tenham avançado. De modo geral, o trabalho em Blumenau tendo como referencia o setor têxtil, que tem tradição histórica na cidade e que é o maior empregador, sofreu uma queda bruta, tanto relativa às condições e

49 Dados da Associação Brasileira da Indústria Têxtil (ABIT). As indústrias têxteis nacionais abriram 40 mil novas vagas e cresceram 5% em relação à 1998 (Dados retirados de JINKINGS, 2006, p.340)

50 Os autores utilizaram fonte de dados da RAIS, baseados em 26 subsectores econômicos.

51 Dados apresentados pelos mesmos autores.

oportunidades oferecidas aos trabalhadores, como aos salários. As perdas ocorreram em ambos os aspectos.

As mudanças ocorridas no sistema de produção foram interessantes do ponto de vista do capital. O mesmo não se pode dizer em relação à situação da maioria das famílias trabalhadoras em nível local. Neste sentido, Vasapollo (2005 p.20) afirma que:

Com efeito, os incrementos maciços em produtividade, devido aos processos intensos de inovação tecnológica e uma conseqüente redefinição do mercado de trabalho, têm se traduzido exclusivamente em aumentos impressionantes dos lucros e das várias formas de remuneração do capital. O fator trabalho não tem recebido qualquer vantagem em termos de redistribuição real dos tais incrementos em produtividade. De fato, não aumentaram as vagas de emprego, nem tampouco os salários reais, ou sequer foram reduzidas as jornadas de trabalho e, muito menos, foram mantidos os anteriores níveis de salário indireto relativos ao total de gastos sociais

Em relação às políticas sociais implementadas pelas empresas, políticas que se constituíam em forma de salários indiretos, também foram retiradas neste processo, tendo o trabalhador e sua família que recorrer ao atendimento das estruturas das políticas sociais do Estado. Do ponto de vista da universalização das políticas sociais e da perspectiva de direitos a elas subjacentes (pelo menos em sua concepção), não haveria problema. Muito pelo contrario, o atendimento das necessidades sociais pela esfera pública/estatal, garante mais autonomia aos trabalhadores e lhes possibilita reconhecerem-se como cidadãos de direito. No entanto, a precariedade das estruturas de atendimento, aliada aos poucos recursos disponíveis frente às crescentes demandas, tem colocado os trabalhadores numa situação ainda mais difícil.

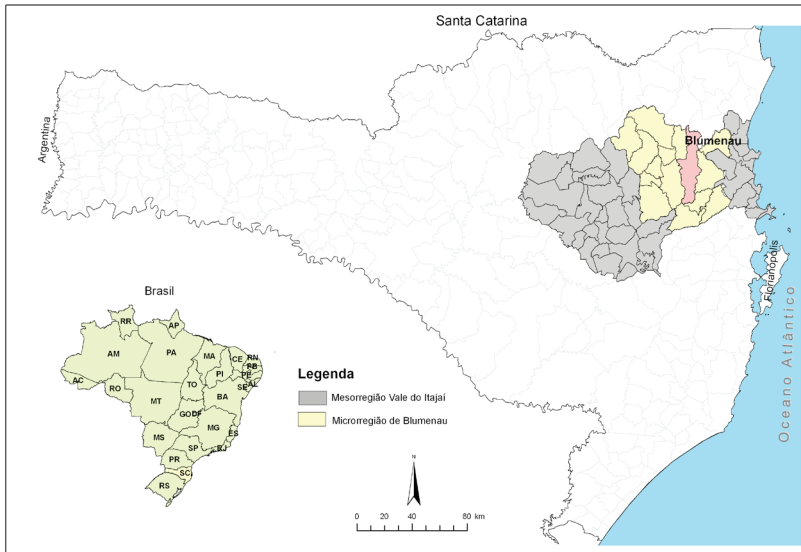
Importante observar, neste sentido, o quanto tem se perdido com as contínuas eliminações do Estado Social no mundo globalizado, levando-se em conta os custos sociais destas decisões políticas. No Brasil, esta tendência, frente à fragilidade histórica desta perspectiva de atuação do Estado, qual seja, o Estado Social, coloca-se como uma perda das ilusões de sua concretização.

3.4 Impacto Regional decorrente das Mudanças Recentes

Blumenau tem uma importância regional bastante significativa, constituindo-se ao longo dos anos e de seu desenvolvimento industrial, numa espécie de pólo econômico e cultural da região denominada Vale do Itajaí⁵². O Médio Vale do Itajaí é uma das regiões mais industrializadas de Santa Catarina, com predominância do setor têxtil. Desta forma, toda a região foi bastante impactada pelas mudanças ocorridas.

A microrregião de Blumenau é composta por 15 municípios, são eles: Apiúna, Ascurra, Benedito Novo, Blumenau, Botuverá, Brusque, Doutor Pedrinho, Gaspar, Guabiruba, Indaial, Luis Alves, Pomerode, Rio dos Cedros, Rodeio e Timbó.

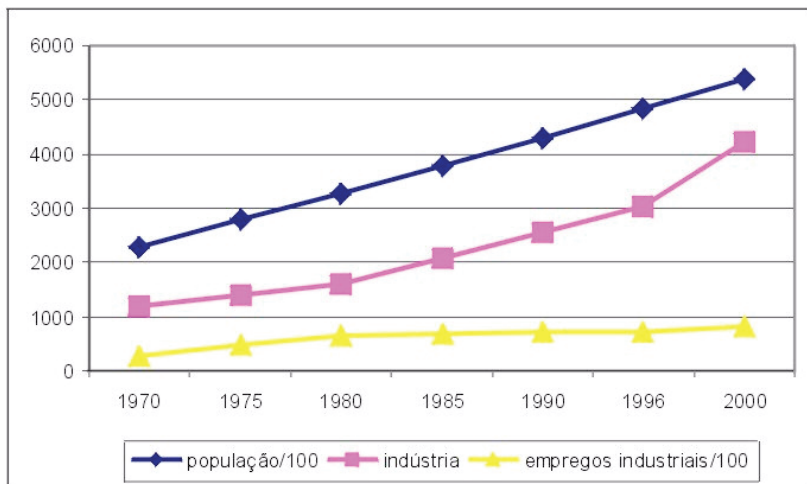
Figura 3 : Microrregião de Blumenau



Em estudo realizado por Siebert (2006), discute-se a materialização dos processos econômicos ocorridos aqui nos últimos anos, advindos das mais diferentes estratégias de reestruturação produtiva no setor industrial e sua espacialização. Dados apontados pela autora demonstraram, sobretudo, a diminuição dos empregos têxteis em toda região.

52 O Vale do Itajaí se caracteriza como uma das mesorregiões do estado brasileiro, localizada em Santa Catarina e composta por 53 municípios, organizados em quatro microrregiões: Blumenau, Itajaí, Ituporanga e Rio do Sul.

Gráfico 1: Médio Vale do Itajaí: População, Empregos e Empresas Industriais



Fonte: SIEBERT e TRIBESS, 2002⁵³

O emprego têxtil que era referência para os trabalhadores na região, foi perdendo seu significado nos últimos anos, tanto em quantidade, como em qualidade (conforme discutido no item anterior).

Blumenau mantinha, até a década de 1980, posição de cidade pólo na região em função, principalmente, do desenvolvimento da atividade industrial. Situação que foi se modificando após 1990, observando-se um fenômeno de desconcentração da atividade principal e, por consequência, dos postos de trabalho.

Siebert (1996, p.104) já afirmava em 1996, que a desconcentração da atividade industrial na região apontava para o surgimento de uma nova hierarquia urbana, com a diminuição do grau de dependência das cidades médias em relação à cidade pólo. Desta forma, podia-se observar, conforme apontado pela autora, a materialização de “uma nova divisão interurbana do trabalho, com o desmantelamento da hierarquia urbana do trabalho tradicional, na qual determinados bens e serviços só eram encontrados nos centros de posição hierárquica mais elevada”.

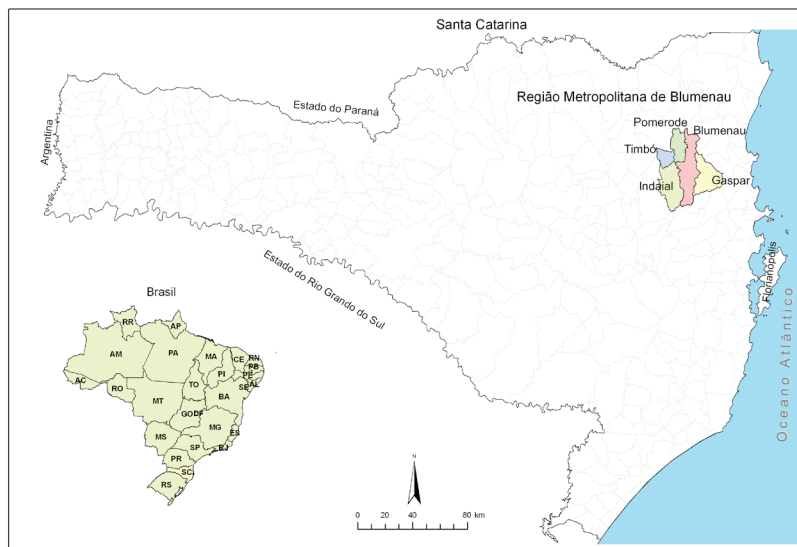
Nesta direção, ocorre, também, ao longo das últimas décadas, conforme Siebert e Peixer⁵⁴, que cidades menores que se caracterizavam

53 In: SIEBERT 2006 p.110

54 Relatório de Pesquisa: Análise dos vínculos sócio-econômicos regionais do Médio Vale do Itajaí/ Universidade regional de Blumenau/FURB (In: Blumenau, 2009).

como satélites, aumentaram seu grau de auto-suficiência em termos de serviços básicos e geração de empregos no setor secundário, transformando-se em uma espécie de sub-pólos regionais. Esta nova realidade urbana evidencia uma “tendência de conurbação, com a formação de uma mancha contínua de ocupação entre os municípios de Blumenau, Gaspar, Indaial e Timbó”. Mesmo sendo ainda uma tendência, já se pode observar um vetor de continuidade entre Blumenau e Pomerode (BLUMENAU, 2009 p.95). Tais cidades juntas formam a região metropolitana de Blumenau.

Figura 4: Região Metropolitana de Blumenau



Esta desconcentração urbana pode ser analisada, em alguma medida, como perdas em termos de referência para Blumenau. Conforme dados apontados por Theis e Bagattoli (2005 p.41), entre 1985 e 2004 cresceu a participação do subsetor têxtil na microrregião e estagnou em Blumenau. Analisando o número de empregos como um todo, observaram os autores um crescimento de 69,8% em nível microrregional, porém um crescimento de apenas 32,7% nos empregos formais no município de Blumenau.

Desta forma, a microrregião continua a ter grande expressão na área têxtil, mesmo com todas as mudanças ocorridas, sendo responsável por 51% dos empregos formais da indústria têxtil de Santa Catarina,

mantendo-se o percentual alto de 1985, que era de 61,7%. A cidade de Blumenau, no entanto, que em 1985 era responsável por 37,3% dos empregos da indústria têxtil do Estado, teve queda expressiva em sua participação relativa em 2004, para apenas 19,2% (THEIS E BAGATTOLI 2005, p.42).

Siebert (2006 p.160) aponta três tipos de situações que podem ter gerado este fenômeno de dispersão industrial na região: a abertura de filiais de empresas (sediadas em Blumenau) em municípios da região; transferência ou relocação das indústrias de Blumenau para municípios vizinhos; e preferência das empresas novas de se instalarem nos municípios vizinhos. Conforme a autora, os motivos apontados têm relação com a saturação das áreas urbanizáveis em função das enchentes e do relevo acidentado (que tornaram as áreas planas escassas e supervalorizadas); o trânsito congestionado que dificulta escoamento da produção; a falta de agilidade na concessão de incentivos fiscais, bem como a mão de obra mais cara e organizada em termos sindicais.

O que possivelmente ocorre também, conforme sinalizam Theis e Bagattoli (2005 p.44), é que a “migração” de empregos têxteis de Blumenau para os municípios vizinhos indique que os postos de menos valor agregado, “em geral, os do final da cadeia produtiva, mais intensivos em mão-de-obra do que em capital, ou conhecimento”, estão sendo ocupados por estes municípios. Acrescentam os autores que o fator relevante para esta suposta “migração” está nas “vantagens fiscais” oferecidas por estes municípios, bem como nos “menores custos de mão de obra”.

Nesta direção, algumas empresas locais também migraram para outras regiões do país, onde o valor do trabalho era menor e havia mais incentivos fiscais. Exemplo disso é abertura de filial da Hering, maior têxtil local, em Anápolis (GO) transferindo setores de costura de Blumenau e Indaial para aquela cidade em função dos incentivos fiscais recebidos (isenção de 70% do ICMS por quinze anos), e o custo do trabalho que era bem inferior (uma costureira em Goiás recebia na época R\$ 140,00, enquanto que em Blumenau o salário médio de uma costureira era de R\$ 450,00) (SIEBERT, 2006 p.167)⁵⁵.

Esta lógica perversa faz com que, em tempos de crise, o trabalho seja leiloado a preços cada vez mais baixos e o Estado abra mão da arrecadação para garantir a presença das indústrias em seu território. Neste sentido, parece que a tendência ao papel do Estado no Brasil, como provedor de

55 Dados retirados pela autora do Jornal “A Notícia”, 07/01/1998.

infra-estrutura para garantir as condições econômicas para o capital se instalar e realizar suas atividades continua sendo sua principal função, exercida com certo êxito. O papel social do Estado frente às demandas cada vez maiores das famílias empobrecidas, em forma de política de saúde, assistência e habitação, tem deixado as administrações públicas municipais muito fragilizadas, já que estas demandas se expressam com mais intensidade nas cidades e pressionam estas instâncias.

Frente a esta situação, diríamos que toda a microrregião está sujeita ao aumento considerável de empobrecimento. Siebert (2006 p.130) aponta dados nesta direção que confirmam a diminuição de salários na região, apesar do aumento dos postos de trabalho. Segundo a autora, “a remuneração média da região em 1990, para o setor industrial, era 5,13 salários mínimos, passando a ser de apenas 3,55 salários mínimos em 2000”.

Algumas cidades da microrregião, como Blumenau, Timbó, Guabiruba, Pomerode e Brusque demarcam um empobrecimento em suas populações no Relatório de Desenvolvimento Humano. No item “crianças em domicílio com renda per capita menor que 37,75”, por exemplo, no período de 1991 a 2000, aumentou em Blumenau de 1,86 para 2,93; em Timbó 1,67 para 2,66; Guabiruba passou de 2,42 para 2,51; Pomerode de 1,68 para 2,14; e Brusque subiu de 0,84 para 1,99⁵⁶. Mesmo que os índices sejam baixos considerando-se os índices gerais das cidades brasileiras, chama a atenção o fato de estarem aumentando quando a tendência geral no país foi diminuir em função de programas governamentais de assistência à população empobrecida e outros tímidos investimentos sociais.

Este empobrecimento na região, cujo perfil industrial garantia certa projeção em termos de melhor qualidade de vida, denota claramente os efeitos da implantação das medidas para adequação às formas de reestruturação produtiva aqui, nas últimas décadas. Os custos sociais vão se evidenciando e igualando a cidade e a região a outras regiões do país.

Sobre a capacidade de produção de pobreza destas novas estratégias da economia mundial, Tavares (1999 p.63) lembra que a transformação produtiva que se operou, de forma alguma veio acompanhada de equidade, muito pelo contrário, o caráter global desta “modernização conservadora”, lembra a autora, se atribui ao sentido comum de agravar desigualdades e produzir exclusão. Nesta direção:

56 Dados do SIGAD, 2007.

Os traços principais que a distinguem da transformação produtiva do pós-guerra residem no caráter restrito e concentrado das mudanças tecnológicas em poucos países, assim como numa distribuição desigual dos frutos do progresso técnico e dos custos sociais das políticas de ajuste e reestruturação (TAVARES 1999 p.63).

3.5 Aspectos Físico-territoriais e Políticos em Relação à Ocupação Urbana e a Ocorrência de Desastres

A paisagem urbana da região do médio vale do Itajaí compõe-se de elementos naturais bastante interessantes. É uma região de vales, com morros e partes planas, em que a sinuosidade do rio desenha o centro da cidade, apresentando um patrimônio arquitetônico também muito particular. Isso tudo vai conformar um conjunto urbano com uma forma estética própria, que veio sofrendo modificações no desenvolvimento da cidade.

Um grande número de ribeirões e córregos vindos de dentro dos vales foram referências importantes na ocupação, que ocorreu inicialmente através de pequenas propriedades agrícolas. A sede da Colônia de Blumenau foi sendo ocupada em lotes menores, em sua parte plana no começo, subindo para os morros conforme o crescimento da cidade foi se dando. Esta forma de ocupação dos morros, no entanto, não foi simplesmente resultado do adensamento do centro, foi ocasionada por diversos fatores, como a apropriação de lotes em melhor localização como reserva de valor, tão logo a cidade comportasse um mercado imobiliário significativo; as enchentes que atingiam mais as partes planas; a valorização do solo aliada ao empobrecimento; e por fim, a falta de planejamento que levasse em conta estes fatores e a falta de uma política de habitação efetiva.

Siebert (2000 p.300) chama a atenção para a conformação geomorfológica da cidade, que se encontra “situada em uma área de vales com encostas íngremes”, e sujeita a enchentes constantes. Conforme a autora:

se, em qualquer cidade, uma série de fatores se conjugam para induzir a geração de um espaço urbano ilegal, em Blumenau, as condições do sítio físico contribuem para agravar o problema. Sujeitas a enchentes nas áreas planas localizadas nos fundos

de vale, e extremamente acidentada e com geologia frágil nas demais áreas, Blumenau oferece poucas opções para uma ocupação dentro dos parâmetros legais (SIEBERT 2000, p.300)

No entanto, a forma como se deu o desenvolvimento local, ou seja, as divisões de classes que foram demarcadas desde o início da constituição do espaço urbano, assim como as decisões políticas sobre a forma de utilização do solo, foram as principais causas da forma “desordenada” de ocupação e da exposição sensível de grande parte da população aos desastres.

O empobrecimento das famílias trabalhadoras nas últimas décadas, na cidade, agravou esta situação. As ocupações de morros, encostas e áreas de risco passaram a ocorrer com mais intensidade. Por outro lado, percebe-se que o que se entende por ocupação “desordenada”, ou seja, fora dos parâmetros legais permitidos que deveriam garantir a proteção das condições sociais e ambientais, não são prerrogativa das classes pobres. As classes médias e ricas, assim como os empreendedores imobiliários urbanos também conseguem criar legislações em benefício próprio⁵⁷, ou então driblar as mesmas, infringindo os índices de ocupação e agravando a situação de ocupação do sítio local.

Quanto ao fator: enchentes e desastres, no Vale do Itajaí, mais especificamente, em Blumenau, têm-se 150 anos de convívio com o fenômeno (o primeiro registro data de novembro de 1852). Há pouco tempo, mais especificamente, em novembro de 2008, ocorreu na região um desastre com grandes proporções, atingindo em cheio a cidade. Este último desastre caracterizou-se pela combinação de enchentes e deslizamentos, o que geralmente acontecia de forma separada, e que causou impacto de grandes proporções.

Parte-se do princípio de que este tipo de desastres possui uma dimensão social extremamente importante para seu entendimento, sendo conceituado analiticamente por um grupo de pesquisadores da Universidade Regional de Blumenau (FURB) como “desastres sócio-ambientais”, e não catástrofes ou desastres naturais, como vinham sendo exploradas estas ocorrências. Isto fez com que se tornasse imprescindível analisar a forma de ocupação local e o tipo de desenvolvimento adotado para se compreender porque um fenômeno como este, aqui “virou rotina”, conforme apontam Mattedi, Frank [et al] (2009).

Sobre o evento ocorrido na região em 2008, o qual teve repercussão

57 Lembrando-se como já assinalado, que os representantes das elites locais detiveram o poder político durante grande parte da história local.

em todo o país por ter custado a vida de pessoas, colocado outras tantas em situação de grande fragilidade, e contado também com grandes perdas materiais, importa demarcar que os fatores que o ocasionaram vão muito além da composição geológica dos solos ou da quantidade de chuvas, ou seja, implicam na forma de conduzir o próprio desenvolvimento local, sobretudo em relação às decisões políticas, tanto concernentes ao próprio desenvolvimento urbano, como econômico, levando-se em conta que ambos estão intimamente relacionados.

Desta forma, conforme apontam os autores citados, “os desastres não são somente um **problema** para o desenvolvimento da região mas, principalmente, uma **conseqüência do próprio desenvolvimento**”⁵⁸. Como “produto de escolhas políticas”, então, os desastres “foram construídos socialmente” pelas ações cotidianas antes do ocorrido. Para ilustrar esta afirmação os autores utilizam exemplo de alteração no Plano Diretor da cidade permitindo “aterros em áreas inundáveis, sem considerar o aumento do risco de inundação à jusante” (MATTEDI, FRANK [et al] 2009, p.17).

As ações governamentais para se defender dos desastres geralmente se deram na região através de obras hidráulicas (barragens e “melhoramento” fluvial), como se fossem a questão essencial do problema, desconsiderando regras de uso do solo, desmatamentos, formas de ocupação como fatores essenciais para a constituição e o agravamento dos desastres. Nesta linha de reflexão, Mattedi (1999 p.13), em sua tese de doutoramento, defende a idéia de que padrões de intervenções governamentais que se consolidaram ao longo do tempo, partiram de uma configuração segmentada e parcial do problema das enchentes e desastres, acabando por agravá-lo em função da produção de uma falsa imagem de segurança.

A população geralmente percebe tais obras como necessárias, por falta de conhecimento técnico do problema e também de reconhecimento da dimensão política que implicam. Chama-se a atenção neste sentido para as formas centralizadas de decisão sobre a utilização do espaço e de recursos em Blumenau, visto que quase sempre as decisões são tomadas sem participação da sociedade organizada.

Importante demarcar que as mudanças ocorridas nos últimos anos com relação ao processo de produção também conferiram à cidade outras feições. A presença, cada vez maior de famílias de trabalhadores em situação de pobreza incide sobre as ocupações de moradia em áreas

58 Grifos dos autores.

irregulares, de preservação permanente ou prédios abandonados. As classes pobres, neste sentido, foram as mais atingidas pelo desastre.

A grande maioria destes locais sofreu as conseqüências do desastre, alguns de forma bem grave, ameaçando a própria continuidade dos núcleos comunitários. Em tais localidades, além das moradias, foram afetadas escolas, comércio local, pontes e quase toda (e geralmente escassa) infra-estrutura e equipamentos públicos.

O desastre trouxe á tona a problemática das ocupações nas encostas, nos morros, sem infra-estrutura, evidenciando o empobrecimento e a falta de política habitacional. O fato de centenas de famílias atingidas terem sido abrigadas “provisoriamente” e encontrarem-se, ainda, após 1 ano do desastre, nos abrigos⁵⁹, expõe esta situação ao nível público. A organização de um movimento social das famílias atingidas pelo desastre, o MAD, expõe esta dimensão social e política da ocorrência, que será discutida melhor no Capítulo 5 deste trabalho.

Os desastres, desta forma, tornam-se momentos importantes para se compreender o local. Para além do sofrimento causado, trazem à tona os problemas encobertos da cidade. Conforme Mattedi (1999 p.250), se “analisados da perspectiva socioambiental, estes impactos refletem as características do espaço geográfico em que ocorrem e a organização social que afetam”.

3.6 Histórico da Pobreza na Cidade e Formas de “Enfrentamento”

Com base no que foi discutido até aqui, pretende-se analisar a situação de pobreza em Blumenau, que atinge atualmente dimensões amplas na vida dos moradores da cidade. É necessário compreendê-la dentro do contexto de uma pobreza que se pode conceituar como estrutural, decorrente do desenvolvimento econômico que lhe é subjacente. Por outro lado, suas expressões mais recentes lhe definem contornos particulares, os quais exigem uma análise com enfoque no momento atual, que dê conta de compreender os desdobramentos do capitalismo no contexto da globalização e os rebatimentos na cidade hoje.

Conforme Milton Santos (1979 p.14), “as diferenças entre lugares são o resultado do arranjo espacial dos modos de produção particulares”. Partindo-se deste pressuposto, pode-se inferir, ainda com base no autor, que conhecer uma cidade em sua dimensão espacial implica ater-se de que

⁵⁹ Os abrigos inicialmente eram as escolas e associações locais. Tão logo estas instituições retomaram suas atividades, as famílias foram deslocadas para galpões alugados pela Prefeitura, que foram “adaptados” para moradia.

“o ‘valor’⁶⁰ de cada local depende de níveis qualitativos e quantitativos dos modos de produção e da maneira como eles se combinam”. É preciso ater-se ao fato de que “a organização local da sociedade e do espaço reproduz a ordem internacional”. E, nesta direção, chama atenção o autor para o fato de que:

O dado global, que é o conjunto de relações que caracterizam uma dada sociedade, tem um significado particular para cada lugar, mas este significado não pode ser apreendido senão ao nível da totalidade. (.....) O espaço construído e a distribuição da população, por exemplo, não têm um papel neutro na vida e na evolução das formações econômicas e sociais (M. SANTOS 1979 p.18)

A noção de espaço contém, sobretudo, uma dimensão histórica. Assim, a tarefa de compreender as formas como se expressa a pobreza no contexto urbano local nos últimos anos, ao tomar o espaço como conceito chave para seu entendimento, exige percorrer a história local através de suas inter-relações nacionais e globais.

Blumenau, no processo de passagem da colônia para cidade e da implantação da industrialização, já expressava uma divisão social bem demarcada, conforme já analisado. Ou seja, ao lado das classes empresariais, pequenos investidores e trabalhadores liberais que enriqueceram no processo de industrialização e conseqüente urbanização local, formaram-se as classes pobres, constituídas, naquele momento, tanto de trabalhadores da construção civil, como outros prestadores de serviços domésticos e gerais.

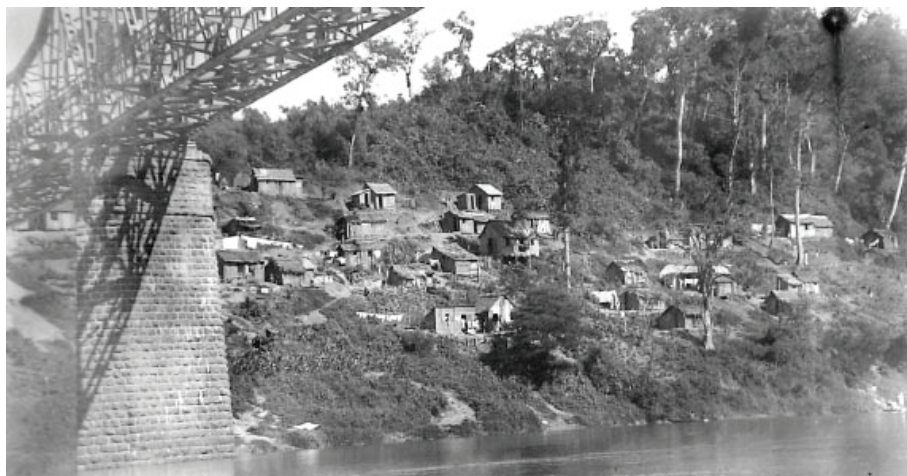
Embora a média de salário local tenha sido um pouco mais alta que a do país, principalmente em relação à indústria têxtil predominante no desenvolvimento da indústria local, não garantia uma relação mais simétrica entre as classes; isto é, não possibilitava que esses trabalhadores operários da indústria tivessem acesso equivalente à riqueza produzida na cidade. E essas diferenças foram aparecendo *espacialmente*, ou seja, os locais ocupados pelas classes mais ricas eram visíveis desde então, sendo que os lugares da pobreza, embora não tão segmentados como atualmente, já eram identificáveis.

O histórico da pobreza em Blumenau, ao se explicitar espacialmente como questão urbana, tem início já no final da década de 1920, mais especificamente em 1929, quando o processo de industrialização local estava se consolidando. O primeiro aglomerado que surgiu em condições

60 Grifo do autor

“ilegais” do ponto de vista da aquisição dos terrenos, situava-se bem no centro da cidade, ao lado da ponte de ferro (hoje Ponte Aldo Pereira de Andrade) que outrora era passagem do trem. A ocupação do local tem relação direta com a construção da ponte de ferro, levando-se em conta que grande parte dos moradores da localidade eram operários que trabalhavam na sua construção⁶¹. A pequena comunidade chegou a abrigar 102 famílias e foi auto-denominada pelos próprios moradores de “Favela Farroupilha”, como ficou conhecida na cidade.

Figura 5: Favela Farroupilha



Fonte: Arquivo Histórico de Blumenau

Na década de 1940, quando a pobreza aparece com mais evidência na paisagem urbana, começa a produzir incômodos. Neste momento, a mídia local expressava em alguma medida este incômodo quando se referia à área citada como um “núcleo de deserdados da sorte”⁶², ou mais aterrorizadamente como um “cancro social”⁶³ que deveria ser removido da cidade. Este perspectiva segue o pensamento da época em relação ao tratamento dado pela maioria das cidades aos seus pobres. O projeto

61 A estrada de ferro era uma das estruturas que acompanhavam o processo de urbanização local, possibilitando escoamento da produção dos excedentes até o Porto de Itajaí. Os trens eram o meio de transporte das pessoas também. Todo o investimento realizado, no entanto, teve pouca duração, sendo que em meados da década de 1960 foi totalmente desativado, sendo sua duração de uso menos de duas décadas.

62 Jornal A Nação, Blumenau, 29 de outubro de 1949 n.130 p.1.

63 Jornal da Cidade de Blumenau. 20 de abril de 1948.

“modernizante”, com enfoque higienista, importado da Europa, teve grande repercussão no Brasil, servindo de modelo para a reorganização das grandes cidades que se formavam e a tentativa de “eliminação” dos pobres dos centros urbanos.

A visão que se tinha em relação à pobreza na época era reconhecidamente a mais conservadora possível, seguindo também a lógica que se estabelecia nas cidades centrais do país. A pobreza, no pensamento conservador dominante na época, era vista como um problema individual, motivado pela falta de capacidade de tais pessoas, “falta de sorte”, ou mesmo “falta de força de vontade”.

Mesmo que a pobreza tenha emergido como “questão social”, junto com o processo de industrialização e modernização da sociedade brasileira, através do agravamento de suas conseqüências sociais e da capacidade de organização do operariado urbano, paralelamente continuou-se a alimentar uma percepção reducionista, atribuindo-a historicamente à incapacidade de indivíduos e grupos específicos. Desta forma, os programas governamentais, que bem mais tarde se desdobraram em políticas amplas (de saúde, assistência) tiveram (e ainda têm) grande dificuldade em serem reconhecidos e operacionalizados no âmbito de direitos sociais.

Em relação à Favela Farroupilha, as medidas tomadas por representantes da administração pública, apoiados pelas elites locais foram as primeiras formas de tentativa de controle da pobreza na cidade. Uma Comissão instituída pela Câmara de Vereadores decidiu pela remoção dos indivíduos para “uma área escondida, atrás dos morros” como conta a historiadora Sueli Petry, diretora do arquivo histórico de Blumenau. O motivo na época da remoção foi a proximidade das comemorações do Centenário da cidade (1950), sendo levada a cabo pelo então prefeito Frederico Guilherme Busch. O proprietário da terra que abrangia a área ajudou na remoção e, dispondo de uma ordem judicial, impediu que outras pessoas se instalassem no local. As famílias foram transferidas para locais, já na época discriminados como locais de moradia dos pobres - Beco Araranguá (hoje Rua Araranguá) e Beco das Cabras (atualmente Rua Pedro Krauss Sênior)⁶⁴.

Esses locais são até hoje conhecidos desta forma, ou seja, lugares onde a pobreza é predominante, mas longe do olhar de quem visita a cidade ou mora nas áreas mais privilegiadas. São locais cujos moradores dão continuidade à situação em que se encontravam; isto é, em sua grande

64 Jornal de Santa Catarina, 24/25 fevereiro de 2007.

maioria convivem com habitações precárias, em terrenos “irregulares” ou áreas de risco, infra-estrutura urbana precária ou inexistente, falta de áreas de lazer e convivência, etc. Estas comunidades, historicamente situadas na parte avessa da cidade, receberam pouca atenção das administrações públicas e tem seus problemas se agravarem nos últimos anos em função das novas ocupações que vão se concretizando, do empobrecimento dos moradores locais, da inserção do tráfico de drogas, e da precarização da vida como um todo.

Ocorre, então, que estes locais, assim como outros que foram se formando no processo de ampliação urbana da cidade, não aparecem na paisagem da cidade. O que faz com que um turista ou um morador mais desatento possa acreditar que eles realmente não existam, ou melhor, que não existem pobres na cidade. Se tomar-se como referencia a propaganda externa que se faz da cidade quando se divulga a Oktoberfest⁶⁵, por exemplo, ou com base em alguns dados mais gerais como a renda per capita, toda esta realidade fica encoberta.

A tendência dos representantes do governo local foi sempre de esconder esta pobreza, sendo tal processo facilitado pelo fato da cidade ter sido construída numa região de vales e o relevo ser bem acidentado. Historicamente, as elites econômicas, as quais também se constituíram como dirigentes políticos por muitos anos, ocupando os cargos majoritários na administração pública local⁶⁶, destinaram recursos para infra-estrutura e embelezamento da cidade nas áreas centrais ou industriais, como ocorre também na maioria das cidades brasileiras. Estes investimentos, aliados a uma herança cultural dos imigrantes europeus, contribuíram para que Blumenau fosse divulgada como “cidade jardim” durante muito tempo. A cidade atual não comporta mais esta denominação, embora ela ainda assim se materialize de forma tímida, tanto no discurso como na prática.

As transformações ocorridas nos anos em que se refletiram com mais ênfase os processos de globalização em nível local (a partir da década de 1990) registraram o empobrecimento considerável de grande parte da

65 Oktoberfest ou festa de outubro, é uma festa local que ocorre todos os anos e tem repercussão nacional. Foi “inventada” pela administração local logo após as grandes enchentes de 1983/1984 para incrementar o comércio local, e manter o caráter turístico da cidade, que contribuiu historicamente com a economia local.

66 Estudos realizados por Tomio, lhe permitem afirmar que: “entre a criação do Município e o fim da década de 70 (século passado), membros da elite empresarial blumenauense estiveram envolvidos diretamente no governo local” (TOMIO, 2000 p.79). Alguns dos fatores apontados para explicar esta posição das elites empresariais é sua organicidade enquanto classe para enfrentar os desafios colocados ao processo de implementação da indústria e comércio local, reforçada por uma ideologia étnica.

população. As chamadas “ocupações ilegais⁶⁷” passaram concretamente a fazer parte da paisagem da cidade neste período. Percebe-se um aumento considerável desta pobreza, como já analisado, em relação às situações cada vez mais precarizadas de trabalho, e este aumento se evidencia espacialmente na proliferação das áreas de concentração de pobreza. Importante chamar atenção, no entanto, para o fato de que a manifestação local do empobrecimento de grande parte das famílias de trabalhadores não está restrita a estas áreas.

Com relação à postura da administração pública, em 1994/95 a então Secretaria de Ação Comunitária da Prefeitura Municipal de Blumenau organizou um cadastramento sócio-econômico das famílias residentes em tais áreas, buscando dimensionar de alguma forma as situações de pobreza que emergiam no cenário urbano. As mais evidentes na época e que foram alvo deste levantamento foram: Morro do Arthur, Benjamim Franklin, Coripós, Fidélis (Cohab I), Morro do Hadlich, Horto Florestal, Rua Itapuí, Rua Pedro Kraus, Loteamento América do Sul, Nova Esperança, Morro da Pedreira, Romário da Conceição Badia, Vila Iná, somando 13 comunidades. Nestes locais, foram localizadas um total de 2.248 famílias, as quais fizeram parte do levantamento.

Os dados levantados na época mostravam tratar-se de famílias vindas de outras cidades (76% foram consideradas migrantes embora não se tenha levantado o tempo de permanência na cidade). Os principais motivos da vinda para Blumenau na época era o desemprego no lugar de origem e a busca de melhores condições de vida (cerca de 45%). As profissões mais significativas eram de pedreiro e operário. A soma dos autônomos e dos que não possuíam vínculo trabalhista também já era grande, 34% - para as mulheres esta taxa era maior, 52,3%.

No final da década de 1990, a administração municipal buscou elaborar uma forma mais organizada de enfrentar a questão das “ocupações ilegais” ou “bolsões de pobreza” como eram referidas estas áreas, que já eram muitas e começavam a se tornar visíveis; senão do ponto de vista físico-territorial - porque elas continuavam a se esconder atrás dos morros - mas do ponto de vista político, visto que os moradores organizados pressionavam a administração pública a manifestar-se de alguma forma no cumprimento de seu papel de provedor de infra-estrutura urbana adequada.

Um mapeamento destas áreas foi realizado na época pela Superintendência de Habitação, sub-setor vinculado à Secretaria de

67 A suposta “ilegalidade” destas ocupações diz respeito a um entendimento jurídico.

Planejamento Municipal. As 13 áreas mapeadas na época, se localizavam nas diferentes regiões da cidade. Algumas já eram antigas, como a Pedro Krauss e Rua Araranguá, citadas anteriormente, e que serviram de destino para a transferência das famílias da Favela Farroupilha. Outras iniciaram na década de 1980 e 1990. O que se percebe nitidamente, no entanto, é que grande parte destas áreas tiveram um adensamento expressivo na ocupação a partir de 1990, o que lhes deu mais visibilidade.

Foram realizadas algumas intervenções nestas áreas neste período. As propostas de urbanização e regularização fundiária se concretizavam em alguns locais, com relevância em termos de mapeamento dos terrenos e cadastro dos moradores. A articulação entre estas ações com a questão habitacional resultou na construção de condomínios populares, cuja proposta era abrigar as famílias que estavam em áreas de risco. O que aconteceu em certa medida. Foram construídos 3 condomínios populares para este fim.

Ocorreu, no entanto, que frente às grandes demandas que se colocavam à administração pública neste setor e à frágil estrutura (em termos de número de técnicos qualificados e condições de trabalho) para levar adiante as propostas, os projetos pouco avançaram. A intenção dos representantes da administração pública, na época, era de organizar um planejamento de ação sistemática para estas áreas, buscando recursos estaduais e federais. Porém, sem apoio político, o responsável pela pasta pediu demissão e se retirou do governo, demonstrando que a Política de Habitação não era prioridade daquele governo, apesar de caracterizar-se como “governo popular”⁶⁸.

Durante a gestão pública do próximo governo⁶⁹, já nos primeiros anos, as demandas crescentes das comunidades destas áreas eram muitas e os moradores se organizavam para reivindicar as melhorias tão esperadas em termos de regularização das áreas e direito de permanência, além de implantação de rede de água, organização do fornecimento de luz, vias de acesso, creches⁷⁰ e postos de saúde⁷¹. Algumas obras já estavam em

68 O “Governo Popular e Democrático”, liderado pelo Partido dos Trabalhadores permaneceu na gestão da cidade entre 1997 e 2004.

69 Depois de 8 anos de uma Coligação liderada pelo Partido dos Trabalhadores na gestão, o DEM (Democratas) lidera o novo grupo político que assumiu em 2005 até o momento/2010, cumprindo seu segundo mandato.

70 As reivindicações populares utilizam ainda esta nomenclatura e portanto é a que será adotada neste trabalho. A conceituação correta dentro da nova política da Educação é CEI Centros de Educação Infantil

71 Da mesma forma, as Unidades de Saúde ou ESFs Estratégias de Saúde da Família, são referenciados pelas comunidades como Posto, ou “postinho”.

andamento como herança da gestão anterior.

O governo municipal, então, manteve inicialmente a estrutura da Superintendência de Habitação e criou um novo setor “Diretoria de Regularização Fundiária” ligado ao Gabinete do Vice- Prefeito para atender a demandas específicas, como se estivesse desvinculada do setor de Habitação. A subordinação do setor a tal instância da administração direta deixava claro os interesses dos dirigentes quanto à questão.

Aos poucos, no entanto, percebeu-se que esta estrutura, da forma como estava organizada e com poucos funcionários (leve-se em conta também a falta de qualificação técnica para dar conta desta demanda), não conseguiu responder às necessidades que ampliavam-se cada vez mais. Uma nova forma administrativa então foi organizada para dar respostas mais efetivas. Isso se deu, tanto em relação às pressões populares que se seguiam, como em relação aos recursos financeiros existentes em nível nacional que poderiam ser captados pelos municípios principalmente com relação aos processos de regularização fundiária⁷².

A então Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária responde até o momento por esta pasta na administração pública municipal. A dificuldade de equipe técnica qualificada, bem como a falta de informações organizadas sobre a real situação do déficit habitacional na cidade, aliados aos poucos recursos para o setor, continuam a ser os grandes desafios a serem enfrentados.

Percebe-se, como nos governos anteriores, que a habitação não é uma política que tenha prioridade, mesmo frente ao último desastre ocorrido, que deixou centenas de famílias desabrigadas. As famílias atingidas continuam nos abrigos provisórios um ano após o desastre – cerca de 300 famílias – e os projetos em vias de serem executados dependem exclusivamente de recursos externos que custam a chegar.

Ao término deste trabalho, ocorreu a renúncia do responsável por esta Secretaria, provavelmente desgastado pelo tamanho do desafio colocado e dos poucos recursos (humanos e financeiros) para enfrentar tal situação.

A pressão sobre este setor após o desastre foi enorme, juntando-se as demandas habitacionais dos atingidos à situação de muitas famílias e comunidades organizadas que vinham reivindicando moradias mais dignas, regularizações de áreas, e outras necessidades de infra-estrutura urbana.

72 Representante do Ministério das Cidades que esteve na cidade na época relatou que alguns recursos eram pouco utilizados e sobravam na rubrica a que estavam destinados por falta de capacidade dos municípios de cumprir os requisitos como projetos, equipes técnicas e outros.

3.7 As Ocupações “Ilegais” e a Questão da Moradia no País e na Cidade

No que se refere ao uso “ilegal” do solo urbano, é importante reconhecer que no Brasil esta questão tem acompanhado o desenvolvimento das cidades desde o período da implantação do processo industrial, visto que os baixos salários não possibilitavam aos trabalhadores acesso à moradia e o Estado nunca garantiu uma política consistente que proporcionasse resposta a tal necessidade.

A política habitacional no Brasil foi bem inexpressiva, atuando concretamente como política somente de 1964 até 1986, em plena ditadura, através do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e de seu órgão principal, o Banco Nacional de Habitação (BNH), voltado quase que exclusivamente para as classes médias. No entanto, Rolnik e Nakano (2009, p.4) atentam para o fato de que somente 33% dos produtos (4,5 milhões de moradias) do SFH foram destinados à população de baixa renda. E, ainda assim, os conjuntos habitacionais com este destino se localizavam nas periferias urbanas, onde a terra era mais barata por não contar com infra-estrutura em termos de saneamento básico, transporte coletivo, equipamentos comunitários de educação, saúde, lazer e cultura, e o acesso ao trabalho também não ser garantido. “Enfim, por não ser cidade”. Mesmo, assim, o crédito disponível na época para construção de moradias jamais atingiu a faixa de renda familiar mensal de 0 a 3 salários mínimos, que representa hoje 90% do déficit habitacional no país.

Neste sentido, até a década de 1990, nem a Federação nem seus Estados e Municípios chegaram a definir uma política de Habitação Popular clara e conseqüente, capaz de minorar os graves problemas das populações de baixa renda. O BNH, segundo Bollaffi (1980), foi criado muito mais para atender aos requisitos políticos, econômicos e monetários dos Governos que conduziram ao efêmero “milagre” brasileiro, do que para solucionar o verdadeiro problema da habitação.

O vazio que se fez quanto às respostas possíveis a essa situação ajudaram a compor o quadro que hoje se apresenta. Não se pode dizer que foi a falta de recursos ou de aparato técnico que impediu o enfrentamento desta situação por parte do Estado. Bollaffi (1980, p.168) atenta para o fato de que “[...] os grandes problemas sociais são sempre antes políticos do que técnicos, na medida em que sua solução ou a tolerância explícita ou implícita da sua persistência implicam opções que resultam do confronto de valores, interesses e pressões sociais contraditórios.”

Nos últimos anos, a criação do Ministério das Cidades, pelo Governo Federal, busca em alguma medida dar respostas à situação dramática que se constituiu nessa área, ainda que não se veja delineada uma política habitacional consistente, que a coloque concretamente como direito do cidadão, conforme previsto na Carta Constitucional.

A elaboração da Política Nacional de Habitação (aprovada pelo Conselho das cidades em dezembro de 2004), propõe sua concretização através do Sistema Nacional de Habitação (SNH), que se desdobra em dois grandes subsistemas: O primeiro denominado Sistema Nacional de Mercado, como diz o próprio nome, formado por agentes promotores financeiros públicos e privados para atender um público com capacidade de arcar com financiamento habitacional dentro dos moldes do mercado, para atender às demandas do mercado privado. O segundo, o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) teria como objetivo principal “viabilizar o acesso à moradia digna para os setores de baixa renda, pelos diversos instrumentos que incluem subsídios diretos e indiretos” (AZEVEDO, 2007 p.11).

No entanto, Azevedo (2007 p.12) lembra que, somente após 13 anos tramitando no Congresso Nacional, o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FHIS) foi aprovado⁷³. E mesmo assim, “não se conseguiram, como no caso da saúde e educação, verbas “carimbadas” que garantissem um fluxo constante e crescente de investimentos para o setor”. Como resultado disso, a “política” aparece com um conjunto de programas e propostas para o setor, mas sem a garantia de recursos, o que a torna quase inviável do ponto de vista de sua operacionalização.

Neste sentido, Azevedo (2007 p.15), salienta que:

no caso brasileiro, ainda que os estados federados (a maioria fortemente individualizado) e os municípios atuassem de forma integrada, utilizando os novos formatos institucionais disponíveis analisados anteriormente – o que está longe ainda de ocorrer na prática -, dificilmente estas instâncias logriam uma forte dinamização dos investimentos em habitação popular, tanto nas grandes metrópoles, como nos demais municípios, sem o incentivo seletivo de alocações federais novas ou reorientadas para esta rubrica

O recente Programa Habitacional do governo federal “Minha Casa,

73 Instituído pela Lei n. 11.124 de 2005, mesmo instrumento legal que criou o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (MC, 2006)

Minha Vida”, MCMV, (cujo nome, talvez não por coincidência, incorre numa perspectiva muito mais de apelo do que de direito social), propõe a construção de 1 milhão de imóveis para população de baixa renda. Para as famílias que recebem até um salário mínimo, no entanto, que somam 90% do déficit habitacional⁷⁴, são designados 40% do financiamento. Enquanto o restante do recurso segue movimentando o mercado da construção através de recursos do FGTS, esta parte do investimento é a que tem mais dificuldade de se operacionalizar, em função da exigência da legalidade dos terrenos e da necessária intermediação das administrações públicas na sua execução. A escolha dos terrenos fica então à cargo das próprias administrações e os moradores são selecionados através de cadastros para “receberem” a casa. O financiamento é subsidiado pelo Estado, em sua grande parte, ficando a cargo do morador 10% do custo do imóvel.

Levando em conta os poucos recursos dos trabalhadores empobrecidos e a defasagem do salário mínimo nos últimos anos, percebe-se a dificuldade que terão estas famílias para arcarem com qualquer custo.

Magalhães⁷⁵ atenta para o fato de que o Programa MCMV pode ser importante do ponto de vista de estímulo à economia, “mas não terá o mesmo relevo na questão habitacional”. Um milhão de moradias em três anos não é tão expressivo como parece, levando em conta que o Brasil urbano produzirá 5 milhões de moradias no mesmo período, segundo estimativas realizadas nas últimas décadas. A maioria destas moradias será construída como foi até agora, sem qualquer tipo de financiamento, onde for possível (nos loteamentos irregulares, nas periferias e nas favelas). Desta forma é que as casas são feitas, o que significa dizer que a habitação se concretiza de qualquer jeito, “a cidade é que é escassa”, o déficit é urbano. Lembra Magalhães que este modelo de política habitacional traz de volta o antigo modelo dos conjuntos residenciais, das casas descoladas da cidade. E, se de fato assim for, o resultado “para as cidades poderá ser desastroso”, conforme aponta Magalhães⁷⁶.

(...) As notícias são de conjuntos com milhares de unidades, valendo-se da artimanha de produzir condomínios independentes, justapostos. Onde? Lá mesmo, onde a cidade se esvai, ou onde nem se-

74 Estudo realizado pela Fundação João Pinheiro em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, intitulado: “Déficit Habitacional no Brasil 2007”

75 Sergio Magalhães, arquiteto e professor da Prourb e da FAU/UFRJ (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Rio de Janeiro), coluna publicada na Folha de São Paulo, domingo, 30 de agosto de 2009, (p.B4 dinheiro).

76 Ibid.

quer chegou: em locais ermos, destituídos de vida urbana

A política urbana no país, embora tenha trilhado alguns “avanços” nos últimos anos, ainda é pouco eficiente para enfrentar os problemas que se avolumam nas cidades. As decisões políticas são as que custam mais caro aos governos e as que garantiriam em alguma medida esta eficácia.

O Estatuto das Cidades⁷⁷, por exemplo, propõe uma série de instrumentos possíveis de garantir um pouco mais de igualdade e inclusão mais justa nas cidades. No entanto, em sua grande maioria, tais propostas são apenas sugestões, ou seja, não tem força para exigir das diferentes esferas governamentais que assumam o seu papel nesta tarefa, assim como não garantiu verbas específicas para operacionalização de tais propostas.

Sem querer tirar a importância destas medidas, é bom lembrar que tais instrumentos só se transformarão em avanços efetivos para as classes trabalhadoras, quando forem apropriados pelos grupos organizados que representem os interesses mais legítimos destas classes. De posse de tais instrumentos, poderá ocorrer na arena política de negociações do desenvolvimento da cidade, igual condições de forças na disputa dos mais diversos interesses.

Por enquanto, o que se vê por detrás dos discursos de “participação social” na definição de políticas para a cidade, como por exemplo, na elaboração dos Planos Diretores, é uma pseudo-participação, ou participação reduzida a uns poucos técnicos e representantes da comunidade. Estes últimos, em número pouco representativo em relação à complexidade de interesses que estão em jogo, geralmente tem pouco domínio sobre os instrumentos previstos e possíveis de serem utilizados. Apesar de a participação estar prevista como exigência para realização de tais processos decisórios que vão direcionar em grande medida a vida nas cidades, as administrações públicas vêm-se bastante despreparadas para cumprir este papel, já que esta tarefa historicamente esteve restrita às mãos de técnicos.

Em Blumenau, não foi nada diferente. Tanto em relação à última revisão do Plano Diretor (2006), como em relação às decisões para escolha dos terrenos e construção das moradias no período pós-desastre (2008/2009), a discussão foi feita em momentos restritos, com poucas pessoas presentes, e com pouca divulgação dos encontros. Desta forma, as decisões tendem a partir de interesses minoritários, deixando a maioria dos interessados literalmente fora do processo. O Projeto “Blumenau

77 Lei 10.257 de julho de 2001.

2050” construído logo após a revisão do Plano Diretor, também seguiu nesta direção. A comunidade, de um modo geral, não se reconhece nesta proposta, quando ela é apresentada, já definida, através de um encarte, projetada dentro dos moldes do que se entenderia como um projeto “moderno” lá em meados do século XX. Neste sentido, a cidade apresentada ao público está mais para Manhattan (EUA) do que para uma típica cidade de imigração européia do sul do Brasil. O ideal de cidade definido por estes técnicos, percebe-se, não tem relação com a qualidade de vida ou outros conceitos incorporados na discussão sobre cidades atuais com relação à possibilidades de maior inserção social dos habitantes, medidas alternativas de transporte urbano ou proteção ao meio ambiente.

Importante observar também no que se refere às medidas políticas no setor urbano municipal, a mais impactante delas, o desmantelamento do IPPUB (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Blumenau) em 2005, incorporando-se algumas de suas funções à já existente Secretaria de Planejamento. O IPPUB havia sido criado em 1993, com a missão de repensar o desenvolvimento da cidade, bem como elaborar pesquisas e propostas para a área urbana. Percebe-se que as dificuldades de elaborar e implantar políticas urbanas eficientes no contexto econômico social do país nas últimas décadas são muitas. Algumas delas foram aqui apontadas. No entanto, setores como este, na estrutura das administrações públicas, com objetivos bem específicos nesta direção, garantiam de alguma forma que o debate fosse alimentado e que pudessem se concretizar em propostas. Tal reforma obedece à lógica das administrações públicas de um modo geral no país, de fortalecer cada vez mais seu papel de executor das políticas, geralmente priorizando-se esta tarefa de governar como estratégia política de “mostrar serviços” e capitalizar politicamente as obras realizadas. O planejamento a longo prazo é sempre sacrificado em função de tais objetivos políticos imediatos.

Pensar o desenvolvimento local e propor alternativas a partir das particularidades já conhecidas pelo conjunto de técnicos e representantes das comunidades e grupos existentes, poderia contribuir em muito para avançar no enfrentamento das problemáticas urbanas tão complexas que atingem diretamente as cidades. Porém, num país com tão pouca trajetória em termos de democracia, dado os longos anos de ditadura e forte tradição conservadora, é um grande desafio construir processos participativos autênticos.

Voltando à questão habitacional, pode-se constatar que a política

recentemente esboçada, de um modo geral, continua a ofertar a maioria dos recursos para as classes médias, buscando dinamizar o mercado privado de construção. Importante observar, neste sentido, que, levando em conta o déficit habitacional no país, em torno de 6,7 milhões de moradias, os investimentos governamentais em moradias para classes médias produziu uma quase sobreoferta de unidades habitacionais para a demanda de renda média, resultando em números de imóveis vazios quase iguais aos números apontados pelo déficit (ROLNIK, NAKANO, 2009 p.4).

No entanto, conforme Azevedo (2007 p.8-9), a nomenclatura “*déficit habitacional*” induz equivocadamente a possibilidade de uma quantificação padronizada e neutra da falta deste bem essencial. O conceito pode incorporar tanto a necessidade de construção de novas moradias, como a inadequação das moradias existentes. Partindo desta reflexão, fica muito mais difícil medir o tamanho do déficit, levando em conta que nem mesmo o IBGE consegue dimensionar através dos dados coletados as reais condições de moradias e uso do solo no Brasil. Levando em conta a dificuldade de captação da amplitude do fenômeno assim considerado, os números apresentados podem subestimar a real dimensão do problema.

3.8 Novas Configurações Espaciais da Pobreza na Cidade de Blumenau, em Tempo Recente

Com relação à dimensão espacial dessa pobreza na cidade, importa compreender as novas configurações deste fenômeno em período recente, a partir de 1990 mais especificamente, que é o de análise aqui proposto.

Blumenau, por muito tempo, manteve de alguma forma o status de metrópole, pela própria posição conquistada como cidade pólo de uma região industrial de alguma forma bem sucedida. O aumento das áreas de concentração de pobreza na cidade nas últimas décadas é visivelmente concreto, denotando na espacialização desta pobreza, seu crescimento recente. O mapeamento desta realidade, levando em conta, sobretudo, os fatores causadores deste fenômeno, pretende contribuir para a discussão do tema, elucidando algumas questões e possibilitando construir propostas de enfrentamento.

Conforme discutido neste trabalho, as grandes mudanças que se deram no terreno da produção afetaram drasticamente a vida dos trabalhadores locais. O empobrecimento local se espacializa de tal

forma, que é impossível não percebê-lo, mesmo que as condições físico-territoriais contribuam para que a grande maioria destas situações ainda fique encoberta, atrás dos morros, em terrenos distantes, ou com pouca visibilidade das vias principais de acesso e trânsito na cidade. Conforme podemos observar na figura 6 (na página seguinte), a maior parte das 47 áreas identificadas estão fora do circuito central da cidade, e distribuídas de forma bem diversa.

As áreas identificadas se caracterizam como terrenos sem infraestrutura urbana adequada, muitas vezes ocupados de forma “irregular” (moradores não possuem documento de compra, ou então, de posse dos mesmos, não são devidamente registrados em cartório); áreas de proteção ambiental e áreas de risco (geralmente terrenos com grande declividade ou frágeis, expostos a desbarrancamentos); loteamentos clandestinos (loteadores vendem terrenos de forma ilegal, sem infraestrutura e sem reconhecimento dos órgãos públicos responsáveis). Por vezes estas situações ocorrem de forma combinada. Na maioria das situações expostas, trata-se de áreas localizadas longe da parte central da cidade, ou “fora da cidade”, se entender-se a cidade como núcleo urbano, dotado de infraestrutura condizente com as possibilidades do desenvolvimento atual.

Este mapeamento das áreas de concentração de pobreza na cidade partiu de uma proposta preliminar organizada pela Secretaria de Habitação de Regularização Fundiária do município. No entanto, a falta de clareza sobre determinadas informações levou à necessidade de realização de amplo trabalho de campo para averiguar alguns dados e concluir o levantamento⁷⁸. Acredita-se que o resultado tenha produzido uma boa configuração da realidade atual, embora não se tenha tido a pretensão esgotá-lo, ou seja, de ter dado conta de abordar todas as áreas com tais características existentes hoje na cidade⁷⁹.

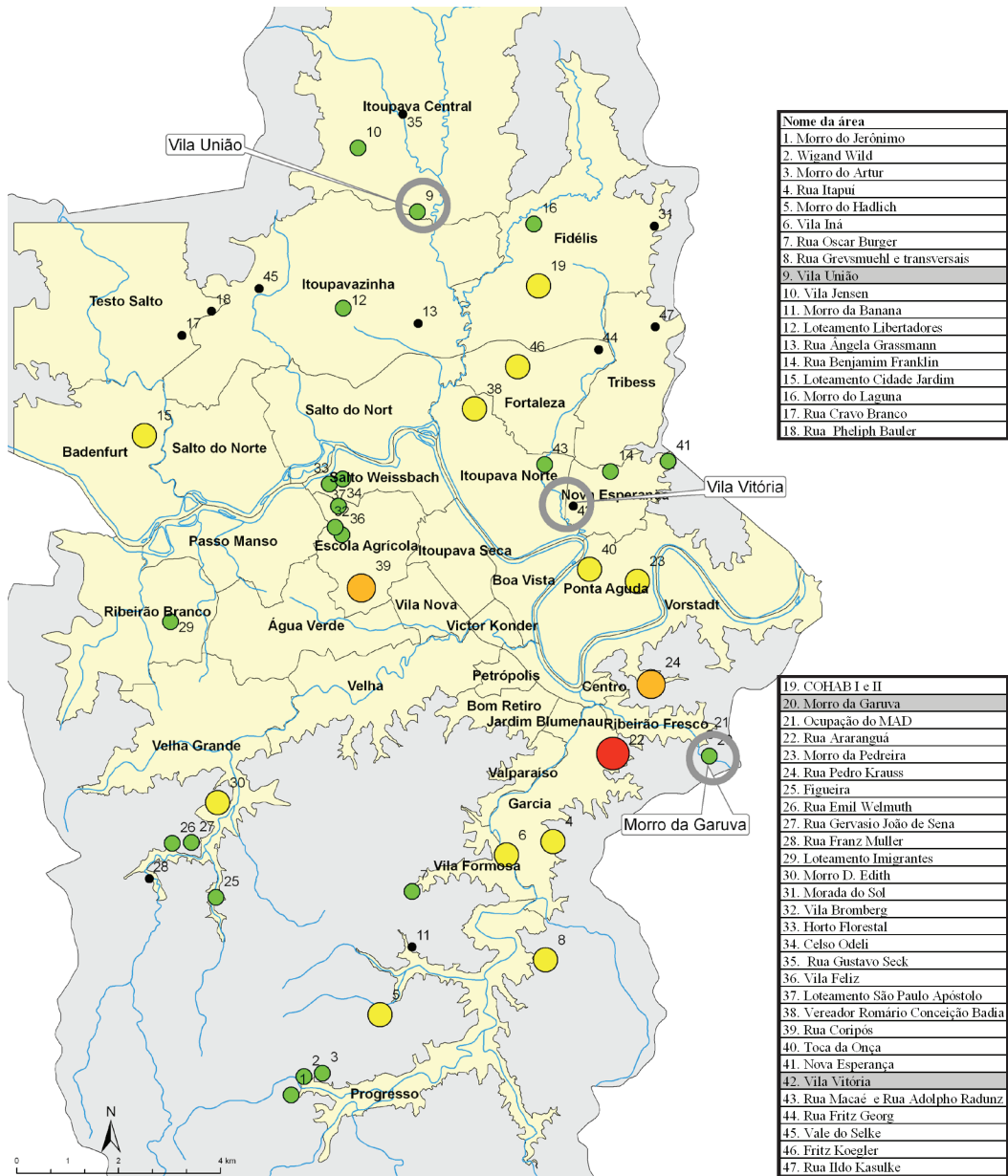
O número de moradores destes lugares, varia entre 20 e 1.500 famílias. Os órgãos da administração pública não tem dados sobre a maioria destas áreas.

Constata-se bastante imprecisão, atualmente, no que se refere às informações concernentes as áreas de pobreza, por exemplo, em relação

78 Este trabalho foi realizado pela jornalista Magali Moser e pela Assistente Social Rejane Wiltwert, com as contribuições desta autora. Os dados foram coletados junto aos ESFs (Estratégias de Saúde da Família, vinculados à estrutura de atendimento da política de saúde nos bairros) e junto às lideranças comunitárias das devidas localidades.

79 Enquanto o levantamento era realizado, surgiam sempre “novas” comunidades para serem incorporadas, demonstrando a amplitude do tema.

Figura 6: Áreas de Concentração de Pobreza em Blumenau



Legenda



Título	Área de Concentração de Pobreza - Blumenau
Título da Tese	Globalização e Cidades: Reconfigurações dos Espaços de Pobreza em Blumenau
Autora	Jacqueline Samaglia
Fonte	Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária. Programas Estratégias de Saúde da Família (ESFs) e Lideranças Comunitárias

a famílias em situação de moradia (ou não moradia) em estado precário, “irregular”, em áreas de risco, etc. Desta forma, é impossível se ter uma real demanda por habitação na cidade.

Os dados levantados pela Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária do município levam em conta apenas o registro de pessoas em busca de resolver tal situação e que chegam a procurar a administração pública, o que resulta em 10.000 casas. Mas é um dado com pouca representatividade, levando em conta que muitas famílias, mesmo das que foram atingidas historicamente pelas enchentes e desastres constantes ocorridos na cidade, procuraram resolver por conta própria sua problemática, reformando a casa, melhorando o terreno ou juntando-se com outros familiares.

O mapa busca dar uma dimensão desta territorialização da pobreza no espaço local, embora se tenha claro que as famílias empobrecidas não estão restritas a estas áreas. O desastre sócio ambiental ocorrido em 2008, por exemplo, trouxe à tona a situação de centenas de famílias empobrecidas, provenientes dos mais diferentes lugares da cidade. Porém, as formas cada vez mais evidentes com que surgem estas áreas na paisagem urbana da cidade expressam concretamente que a pobreza se refaz, sob outros contornos agora.

Pode-se perceber nestas ocupações que elas possuem muitas características em comum, levando-se em conta que são, em grande parte, determinadas pelo mesmo processo de empobrecimento do qual se vem tratando ao logo deste trabalho. Desta forma, pode-se partir para a discussão de segregação social que se constitui nas cidades contemporâneas. Para analisar o processo de segregação, Villaça (1998 p.149) parte da afirmação de Castells, definindo-as como “áreas de grande homogeneidade interna” e constatando que nas grandes metrópoles brasileiras, os bairros geralmente tendem a uma homogeneidade muito grande em termos de classe social.

No entanto, já não se pode mais aferir o bairro como definidor da espacialização da pobreza. No caso de Blumenau, por exemplo, a possibilidade de demarcar esta espacialização da pobreza pelos bairros diz muito pouco. Por exemplo, é fato que os mais populosos abrigam os estratos mais empobrecidos da população. São eles, respectivamente: Itoupava Central (20.45 habitantes); Velha Central (14.933 hab.); e Garcia (14.649 hab.). A estrutura da ocupação, no entanto, é bem diferente em cada um deles. A Itoupava Central, por exemplo, localizada na região norte da cidade, é dotada de imensas áreas planas, o que motivou a decisão

dos gestores públicos, em dado momento, de reservar parte da área para instalação de parque industrial. Mais tarde, nas últimas décadas, depois das grandes enchentes de 1983/84, buscou-se direcionar o crescimento da cidade para esta região, estendendo-se o perímetro urbano. Porém não se providenciou infra-estrutura urbana para atender esta decisão e nem se viu contemplado projetos claros de habitação e ocupação desta área.

Pode-se encontrar atualmente na própria região e nas vizinhanças a existência de grande número de áreas de concentração de pobreza. A maioria destas áreas foi ocupada em função da necessidade das famílias de trabalhadores pobres “resolverem” sua situação habitacional. Alguns loteamentos foram construídos pela própria administração municipal nos anos de 1999/2002 (conforme citado no item 3.6) para remover as famílias residentes em áreas de risco, enquanto se buscava organizar uma intervenção urbana para melhoria de tais áreas. Obedecendo à mesma lógica dos conjuntos habitacionais para as classes pobres já construídos no país, estes loteamentos estão longe da infra-estrutura central da cidade, embora em área plana livre de enchentes e desastres, seguindo a tendência sentido norte de crescimento da cidade.

Importante lembrar que estas iniciativas de construção de moradia foram bastante pontuais na cidade, respondendo à pequena parte da demanda, marcando a descontinuidade destas ações pela falta de uma política efetiva.

Figura 7 - Efeitos do Desastre de 2008/Rua Pedro Krauss



O desastre sócio ambiental ocorrido recentemente (2008) trouxe à tona esta problemática mostrando concretamente sua dimensão. Ou seja, o maior número de famílias atingidas pelo desastre foi, visivelmente, a de trabalhadores empobrecidos que moravam em áreas de morros, nas periferias longínquas (como exemplo: o Morro da Garuva, Morro do Arthur e rua Pedro Krauss) que já vinham, há anos, solicitando respostas da administração pública de forma organizada para a situação vivida por eles. Esta última área foi bastante atingida pelo desastre, trazendo à tona a realidade precária em termos de pobreza e habitação vivida historicamente naquela comunidade e o grau de fragilidade/risco ambiental à que estão expostos seus moradores.

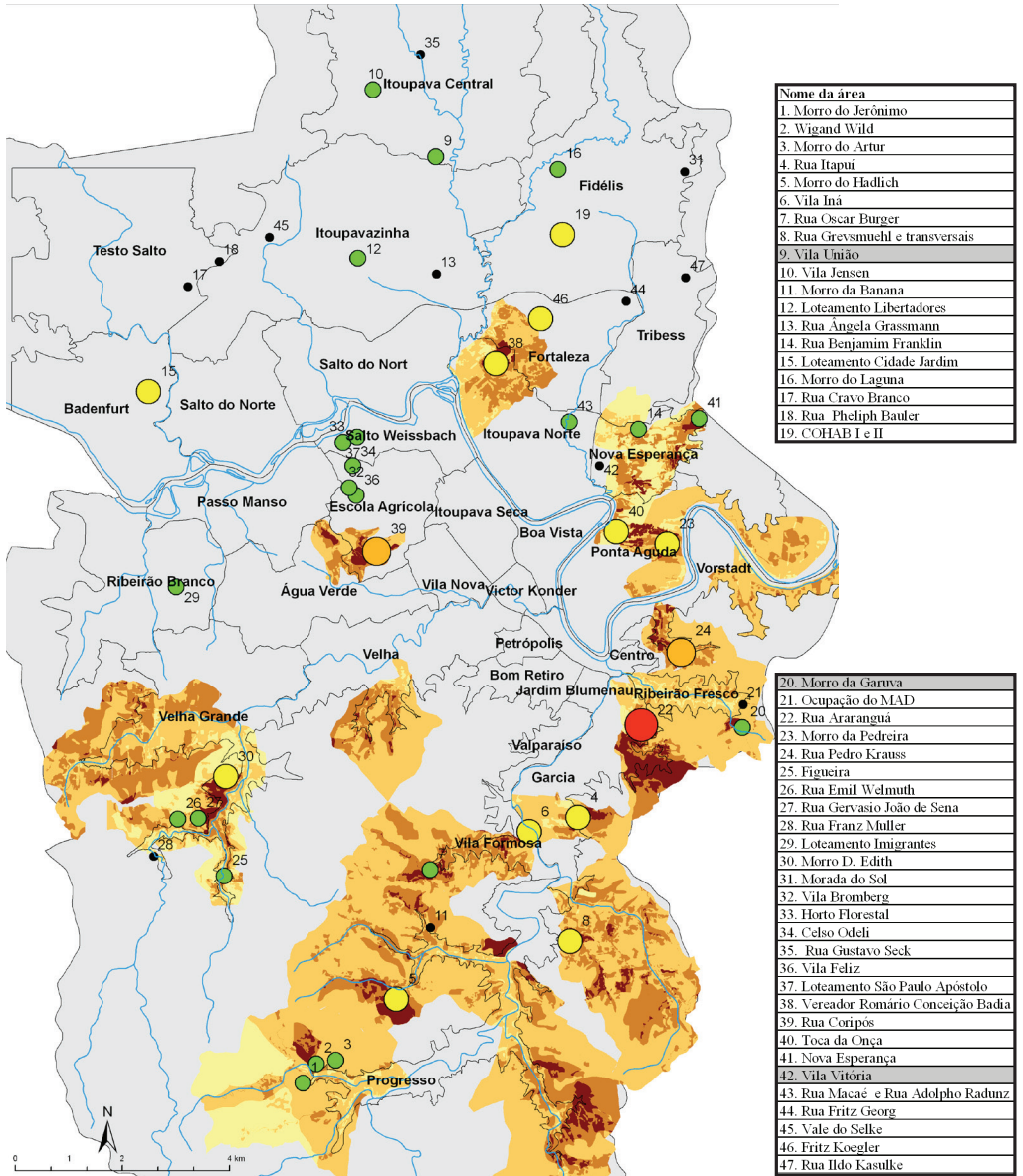
Podemos observar esta e outras situações na figura 8 (na página seguinte) que evidenciam as áreas de risco identificadas na cidade, sobreposto às áreas de concentração territorial de pobreza. Não por acaso, as áreas para as famílias de trabalhadores empobrecidos vão se localizar dentro ou próximas às áreas de risco, que são terrenos insalubres, longes de infra-estrutura urbana, aqueles que são menos valorizados pelo mercado imobiliário. Esta divisão faz parte da lógica de divisão espacial de classes que se concretiza na paisagem das cidades.

O conceito de segregação sócio espacial pode ajudar a entender tal fenômeno, se compreendido na forma mais profunda do sentido que a espacialização desta realidade revela, qual seja: de que as diferenças na ocupação espacial são construídas de forma organizada, ou seja, privilegiando alguns grupos em detrimento de outros, tal qual a sociedade de classes se organiza. Segundo Villaça (1998, p.152) “a segregação é um processo dialético, em que a segregação de uns provoca, ao mesmo tempo e pelo mesmo processo, a segregação de outros”. Este processo “resulta de uma luta ou disputa por localizações”, e se dá entre grupos sociais ou classes⁸⁰. Neste sentido, “a segregação entre centro e periferia pode ser considerada uma segregação por classes”. Perceba-se, no entanto, que há muitas periferias no centro e vice-versa, denotando que estas divisões são complexas e difíceis de dimensionar.

Para explicar melhor esta realidade, Villaça (1998 p.152) propõe o conceito de “macrosegregação”, ou seja, “segregação por regiões da cidade e não por bairro”. No intuito de esclarecer, o mesmo autor afirma que “o exemplo clássico da macrosegregação analisado pela quase totalidade dos estudos é a organização social segundo centro e periferia, cuja explicação e conteúdo de classe são tão óbvios que não estimulam

80 Pode ocorrer por questões étnicas, de nacionalidade ou de classe. No caso aqui discutido, as divisões tem um recorte claramente de classe.

Figura 8: Sobreposição de Áreas de Concentração de Pobreza sobre Áreas de Risco



Nome da área
1. Morro do Jerônimo
2. Wigand Wild
3. Morro do Artur
4. Rua Itapui
5. Morro do Hadlich
6. Vila Iná
7. Rua Oscar Burger
8. Rua Grevsmeuhl e transversais
9. Vila União
10. Vila Jensen
11. Morro da Banana
12. Loteamento Libertadores
13. Rua Angela Grassmann
14. Rua Benjamin Franklin
15. Loteamento Cidade Jardim
16. Morro do Laguna
17. Rua Cravo Branco
18. Rua Phepilh Bauler
19. COHAB I e II

20. Morro da Garuva
21. Ocupação do MAD
22. Rua Araranguá
23. Morro da Pedreira
24. Rua Pedro Krauss
25. Figueira
26. Rua Emil Welmuth
27. Rua Gervasio João de Sena
28. Rua Franz Müller
29. Loteamento Imigrantes
30. Morro D. Edith
31. Morada do Sol
32. Vila Bromberg
33. Horto Florestal
34. Celso Odéli
35. Rua Gustavo Seck
36. Vila Feliz
37. Loteamento São Paulo Apóstolo
38. Vereador Romário Conceição Badia
39. Rua Coripos
40. Toca da Onça
41. Nova Esperança
42. Vila Vitória
43. Rua Macas e Rua Adolpho Radunz
44. Rua Fritz Georg
45. Vale do Selke
46. Fritz Koegler
47. Rua Ildo Kasulke

Legenda

Número de famílias

- 0 - 30
- 31 - 200
- 201 - 500
- 501 - 1000
- 1001 - 1500

Suscetibilidade a escorregamento

- Baixa
- Média
- Alta
- Muito Alta

Título	Sobreposição de áreas risco e áreas de Concentração de Pobreza
Título da Tese	Globalização e Cidades: Reconfigurações dos Espaços de Pobreza em Blumenau
Autora	Jacqueline Samagaia
Fonte	Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária, Programas Estratégicas de Saúde da Família (ESFs) e Lideranças Comunitárias

muito a busca de explicações”. Villaça sugere, ainda, uma “análise da estrutura espacial intra-urbana segundo setores de círculo”. Segundo ele, “este padrão de segregação aparece com enorme importância e potencial explicativo e revela a natureza profunda da segregação”; o fato de ser “um processo necessário à dominação social, econômica e política por meio do espaço”.

Tal divisão não se trata, no entanto de “círculos concêntricos” que mantém uma relação entre si e com o centro da cidade, e sim de uma divisão bastante setorializada, definindo mais claramente as distinções entre classes no próprio espaço. Nos países do Primeiro Mundo, por exemplo, onde “as classes médias são enormes, constituindo-se na maioria da população, elas residem em locais por vezes agrupados, mas que mantêm relação com o todo da cidade, deslocando-se mais ou menos igualmente, mantendo, assim, “o padrão de círculos concêntricos” Já a forma de ocupação realizada no Brasil é cada vez mais setorializada, contribuindo com a “decadência do centro” ou o afastamento dele pelas classes médias e média alta (VILLAÇA 1998 p.154).

É o que aconteceu também em Blumenau. Processo iniciado logo após as enchentes de 1983 e 84, e agravado nos anos pós 1990, quando o empobrecimento ficou mais evidente, e as classes mais divididas. Os condomínios fechados começam a surgir, muitas vezes, de forma verticalizada, em locais estrategicamente situados cada vez mais voltados para si mesmos.

Em relação a esta forma de divisão urbana de classes, mais evidente nas grandes cidades brasileiras, Caldeira (1997 p.67) aponta os condomínios das elites e grande parte da classe média como formas de “enclaves fortificados” que, através dos muros e grades, vão tornando cada vez mais explícitas as distâncias sociais. Este novo tipo de forma urbana, ressalta a autora, que incorpora princípios de desigualdade e acesso controlado, vem moldando a vida pública e as interações cotidianas de milhões de pessoas.

Estes condomínios estão em inteira relação com as áreas periféricas onde se concentram as famílias empobrecidas. São as duas faces do aumento da desigualdade que se dilui por toda a cidade.

Certamente esta forma de se construir a cidade não é só resultado do aumento da violência e sim parte vital de seu processo, no sentido de que acirra as desigualdades e alimenta o medo e ódio de classe. Assim exposta, a desigualdade é tão destruidora que ela mesma pode ser interpretada como a pior violência.

A divisão de classes vai ficando cada vez mais evidente neste contexto. Blumenau não foge a isso. O centro, nas últimas décadas, é cada vez mais o destino das classes pobres e um pouco das médias. As elites, bem como uma boa parte da classe média alta não se utilizam mais deste espaço. A conformação do comércio na rua principal de Blumenau, a rua XV de Novembro, deixa isso claro. Poucas são as lojas, restaurantes ou cafês (tirando uns 2 ou 3 que são tradicionalmente conhecidos) que se destinam para as classes médias e altas. A grande maioria destes estabelecimentos volta-se para as classes mais pobres.

Caldeira (1997 p.67) chama atenção para esta tendência quando diz que: “Andar nas ruas vai se tornando um sinal de classe em muitas cidades ou zonas urbanas, uma atividade que as elites estão abandonando”. Para estas elites, as ruas deixam de ser espaços de sociabilidades, restringindo-se a seus apartamentos e casas fechadas; a rua passa a ser perigosa e pouco atrativa.

Para o consumo ou entretenimento, estas classes mais ricas vão preferir os shopping centers ou outras cidades no circuito turístico do próprio país, ou no exterior. A divisão de classes em todos os sentidos vai se consolidando. As classes pobres, as quais muitas vezes vão trabalhar para as elites, vão morar nas periferias pobres e ocupar alguns lugares da cidade que lhes vão ser acessíveis.

Quanto à caracterização destas áreas de concentração de pobreza que foram mapeadas, muitas tratam-se de ocupações informais, em terras públicas ou privadas; grande parte delas realizada com o consentimento do próprio proprietário legítimo, como é o caso do Morro do Arthur, do Jerônimo e do Wigand Wild (áreas 1,2 e 3 na figura 6), no sul da cidade, bairro Garcia. Das 250 famílias moradoras da área, muitas compraram os terrenos dos proprietários (o primeiro deles agora falecido e os outros dois são também moradores da localidade). Entre os motivos para desmembramento dos terrenos, o Sr. Wigand, assim como Sr. Jerônimo afirmam que: cederam parte do terreno para filhos e netos que precisavam de um lugar para morar; venderam para parentes trabalhadores que queriam sair do aluguel, ou que precisavam ficar mais perto do trabalho. Aos poucos, eles vão sendo compelidos a vender outros lotes, em função da pressão da demanda que vai crescendo e das dificuldades econômicas que eles mesmo enfrentam.

Desta forma, os terrenos são vendidos, negociados muitas vezes, através de um contrato de compra e venda entre os próprios moradores, por preços bem pequenos, dentro das possibilidades que os interessados

possam pagar e significando um pequeno reforço no orçamento das famílias proprietárias da terra. Wigand, o proprietário, relata como se deu este processo: “vendi um pedaço de terra, foi pro pai do meu genro que morava lá em cima no encano. Um dia ele perguntou se eu queria vender um chão pra ele, porque ele trabalhava no Samae⁸¹ e aqui ficava mais perto. Os outros foram chegando! Tem cinco casas que são de filho e filhas. Dei seis mil metros pra cada um. Temos sete filhos e cinco moram aqui e os outros moram pra fora. E os outros pedaços eu fui vendendo pra recurso de vida⁸²”.

Os terrenos foram vendidos a baixo preço e o dinheiro recebido, Wigand utilizou para prover o sustento de sua família, o que pode-se evidenciar no fato dele ser hoje um homem com uma situação bem similar à maioria dos moradores da área.

Sobre a possibilidade de “regularizar” as terras, Wigand conta que fizeram algumas tentativas, porém é um processo muito difícil. Sobre uma destas tentativas de encaminhamento, ele conta:

-“Anos atrás - quando eu não lembro -, a gente tinha pego um agrimensor, e dissemos pra ele: pagamos tanto e vocês medem; façam o mapa e encaminham a papelada. Na época ele era autorizado a fazer. Depois eu descobri que o título dele tinha sido caçado. Na época gastamos uma média de 1000,00 reais, só que foi só foi medido, e depois ele nunca mais apareceu. Comeu o dinheiro e não fez nada”.

A regularização de grande parte destas áreas é um processo bastante complicado, que demanda muito trabalho, principalmente tratando-se, em sua grande maioria, como se vê no caso de Blumenau, de áreas de risco, numa cidade bastante vulnerável a desastres. Desta forma, a entrega dos títulos finais aos “novos” proprietários é uma possibilidade que vai se afastando do horizonte destas famílias, frente a promessas que atravessam governos e que não se cumprem.

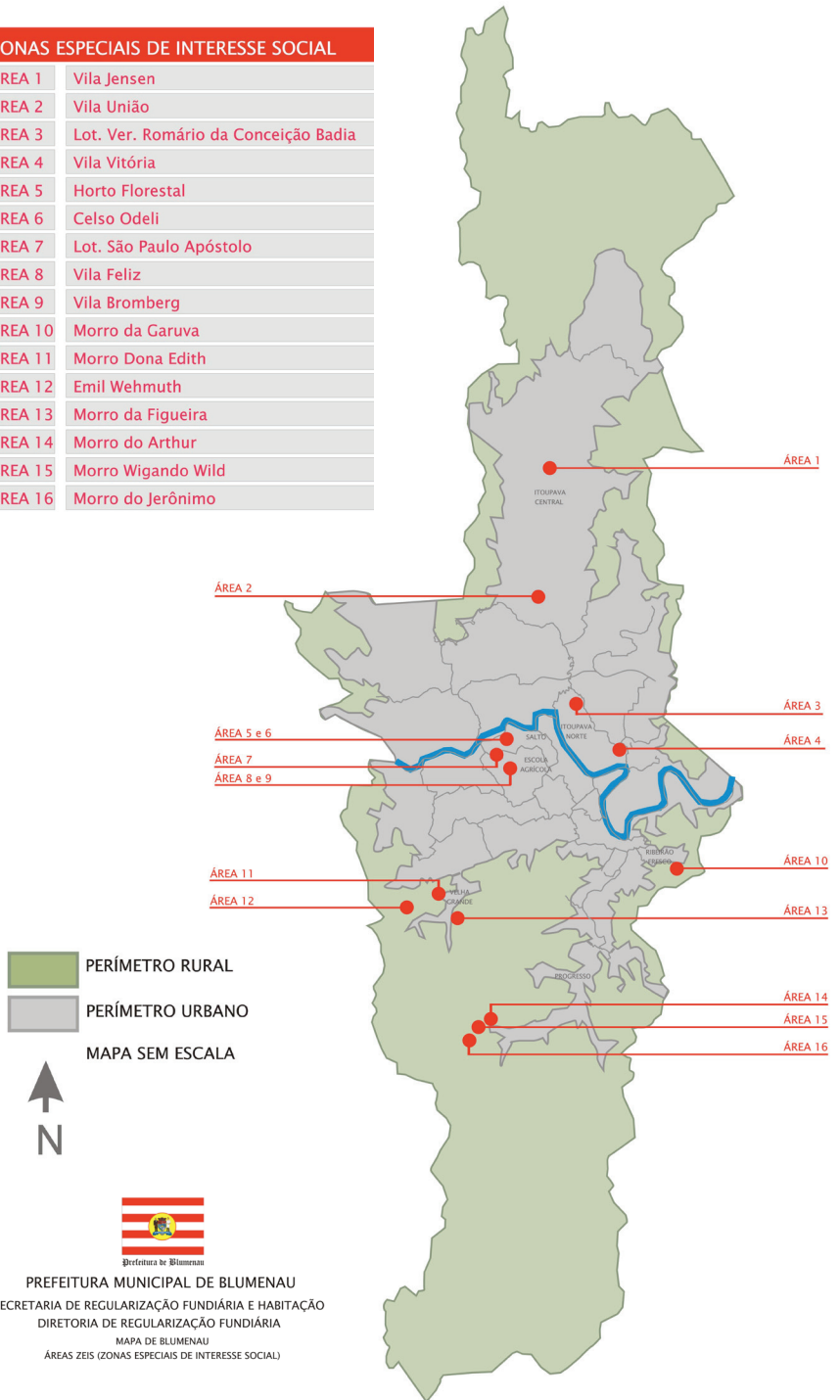
Os moradores de algumas destas áreas já se organizaram de forma a pressionar a administração municipal exigindo respostas nesta direção. O Morro D. Edith (área 30 na figura 6) começou este processo já em 1992 e a Vila União (área 9 na figura 6) vem se organizando e pressionando a administração pública desde meados da década de 1990. Mas pouco se

81 O mesmo era operário do Serviço Autônomo de Água e Esgoto, uma autarquia ligada a Prefeitura Municipal de Blumenau.

82 Entrevista realizada em outubro de 2008 para compor uma pesquisa de levantamento histórico do local.

Figura 9 – ZEIS definidas em Blumenau

ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL	
ÁREA 1	Vila Jensen
ÁREA 2	Vila União
ÁREA 3	Lot. Ver. Romário da Conceição Badia
ÁREA 4	Vila Vitória
ÁREA 5	Horto Florestal
ÁREA 6	Celso Odeli
ÁREA 7	Lot. São Paulo Apóstolo
ÁREA 8	Vila Feliz
ÁREA 9	Vila Bromberg
ÁREA 10	Morro da Garuva
ÁREA 11	Morro Dona Edith
ÁREA 12	Emil Wehmuth
ÁREA 13	Morro da Figueira
ÁREA 14	Morro do Arthur
ÁREA 15	Morro Wigando Wild
ÁREA 16	Morro do Jerônimo



tem avançado. Os processos se iniciam, as negociações são encaminhadas e depois muda o grupo que está na gestão da Prefeitura, ou então (como ocorreu após última eleição local) mudam os responsáveis pela pasta de habitação e o impacto é quase o de mudar o governo principal, porque os trabalhos são todos recomeçados aproveitando-se pouca coisa do que já foi realizado, tanto em termos de material técnico elaborado, como em termos de equipe.

Observa-se que alguns governos, quando deixam a prefeitura, levam consigo grande parte do material elaborado, como Planos, Projetos, Levantamentos, Pesquisas, o que atrasa muito estes processos, já demorados. Nestes momentos, o bem estar e os interesses da população são colocados em segundo plano, frente à disputa de poder partidário. Em Blumenau, isso ocorreu com mais frequência do que se poderia e se gostaria de acreditar.

Com relação a implantação de ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social) previstas pelo Estatuto das Cidades⁸³, também foram realizadas em Blumenau no ano de 2008/2009.

A figura 9 (na página anterior) revela estas áreas que fazem parte das 47 áreas mostradas no Mapa de Concentração de Pobreza (figura 6). A escolha destas áreas entre outras tantas, não deixa claro quais foram os critérios elencados. Mesmo tendo sido definidas antes do desastre de 2008, estranha o fato de muitas delas estarem em áreas de risco, levando em conta que já havia sido feito nesta época o estudo de risco eminente de algumas áreas da cidade. Estudo este que contou com participação direta de setores da própria administração pública (Defesa Civil).

A função principal das ZEIS seria a de possibilitar, através dos novos mecanismos jurídicos legais, tirar estas áreas da irregularidade, dotando-as de infra-estrutura adequada para seus moradores. Algumas benfeitorias para estas localidades estão previstas em Lei Municipal⁸⁴ que cria as ZEIS. No artigo 6º da Lei Municipal, por exemplo, pode-se constatar a afirmação de que a delimitação das ZEIS para efeito de implementação de Programa de Regularização Fundiária, somente deve ser realizada após cumprimento de algumas etapas como: cadastro do

83 O Estatuto da Cidade é uma lei federal (Lei Federal no 10.257/2001) em seu Art. 17 estabelece as Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS - como “áreas de assentamentos habitacionais de população de baixa renda, surgidos espontaneamente, existentes, consolidados ou propostos pelo Poder Público, onde haja possibilidade de urbanização e regularização fundiária” (ESTATUTO DAS CIDADES, 2001).

84 Lei Ordinária nº 7208/2007 de 14/12/2007 - Dispõe sobre os Critérios para a Delimitação das Zonas de Especial Interesse Social – ZEIS e Cria o Plano Habitacional de Interesse Social - (publicação em 28/12/2007 no Boletim Oficial no. 1412 página 1).

grupo familiar, com a identificação de seus membros e da sua condição sócio-econômica; levantamento topográfico cadastral dos lotes e das edificações existentes na área de intervenção; situação fundiária do terreno; condições topográficas; caracterização das áreas de risco; infraestrutura existente e outras. Consta-se, no entanto, que a maior parte das áreas escolhidas não possuem tais requisitos.

Outra situação prevista na referida Lei, consta em seu artigo 10, onde diz o seguinte: “Delimitada a Zona de Especial Interesse Social, somente será permitida a permanência de ocupações irregulares já existentes, desde que estas não acarretem risco à vida, ao meio ambiente e nem impossibilitem a execução do Plano Urbanístico Específico”. O que não ocorre em algumas delas. No Morro do Arthur, por exemplo, que foi objeto de intervenção por equipe da Universidade Regional de Blumenau, através de Projeto aprovado e financiado pelo Ministério das Cidades⁸⁵, os trabalhos não puderam ser concluídos em função - entre outras dificuldades - o fato da área de residência da maioria dos moradores encontrar-se em local considerado de “alto risco” pelo levantamento realizado.

Percebe-se, então, que a existência destas áreas na cidade, mesmo frente aos mecanismos de tentativa de “incorporação” das mesmas, tem grandes chances de se naturalizar na forma como se apresentam, tornando-se parte integrante deste contexto, como ocorre nas grandes cidades.

Sobre elas são dirigidas várias propostas de estudo e tentativa de “regularização” ou “inserção” na cidade, mas com poucos resultados efetivos. O problema é que se avolumaram de tal forma estas demandas, frente à falta histórica de política pública para habitação, à desigualdade crescente e à disputa por terrenos urbanos cada vez mais escassos, que agora se requer ações mais amplas, incrementadas com enormes quantidades de recursos e investimentos para dar conta de enfrentar de alguma maneira este quadro.

Tratando-se de problema estrutural, a pobreza não pode ser enfrentada apenas com política pública, e por outro lado, nenhuma política pública, por mais eficiente que seja, resolverá os graves problemas sociais que enfrenta o país por si só. De qualquer forma, a dívida social do país no que se refere à uma política de habitação eficiente tem que ser estruturada, para que possa responder, em alguma medida, à uma das necessidades humanas mais prementes, a moradia.

85 A proposta realizada intitulava-se: Plano e Urbanização e de Regularização Fundiária do Morro do Arthur e Adjacências/ Blumenau SC, aprovado pelo Ministério das Cidades através da Camada Pública SNPU no.01 de 2007.

Miséria é miséria em qualquer canto. Riquezas são diferentes!

Miséria: Titãs: Paulo Miklos, Sergio Britto e Arnaldo Antunes

Capítulo 4

Adensamento Das Áreas De Ocupação Informal Pós Anos 1990: Formas De Resistir Ao Empobrecimento

Neste capítulo serão apresentados e discutidos os dados referentes aos impactos concretos das mudanças no processo de produção, e conseqüente empobrecimento local, que se traduzem espacialmente no surgimento e/ou adensamento das áreas de concentração de pobreza na cidade de Blumenau, no período pós 1990.

O empobrecimento das famílias de trabalhadores locais, aliado à falta de política habitacional, são fatores relevantes para entender essa realidade. Tais fatores serão analisados ao longo deste estudo, servindo de referência para esta discussão.

Busca-se aqui compreender os processos ocorridos na economia local, na intersecção com as formações sociais e espaciais a ele relacionadas, situando as particularidades de Blumenau no contexto do país.

Uma pesquisa de campo, levantada em algumas das áreas mapeadas, permitiu traçar um perfil de seus moradores no que se refere à mobilidade das famílias de trabalhadores na cidade, às trajetórias de trabalho, e às composições e recomposições familiares. Todos esses elementos servirão de base para tal análise.

As áreas escolhidas serão apresentadas, inicialmente, caracterizando-se o histórico da ocupação e algumas especificidades tanto materiais, como a existência de infra-estrutura, quanto as imateriais, com relação à capacidade organizativa desses moradores e as formas de enfrentarem coletivamente a situação em que se encontram.

Na sequência, serão discutidos o adensamento dessas áreas e o perfil dos moradores, à luz das mudanças ocorridas no processo de reestruturação produtiva, no local, e seus impactos na vida dessas famílias trabalhadoras, aproximando-se da realidade concreta.

4.1 Trajetórias das Famílias Trabalhadoras e a Ocupação das Áreas

Cada vez mais, as ocupações de áreas ociosas ou abandonadas, ou a compra de terrenos de baixo valor, sem a devida regularização para fins de moradia, passam a fazer parte do cenário de Blumenau.

Se, por um lado, conforme vai ganhando visibilidade, essa situação vai se naturalizando, tal como acontece na maioria das metrópoles, por outro, o aumento expressivo dessas ocupações e a organização dos moradores para reivindicar melhorias têm contribuído com a necessária inserção dessa realidade nas agendas da administração pública e nos discursos políticos.

No Brasil, esse tipo de ocupação aumentou bastante depois da década de 1990, mais visivelmente expressivo nas grandes cidades. O que o IBGE define como “aglomerado subnormal”, e que geralmente é traduzido como “favelas”, embora não incorpore todas as situações de pobreza na cidade, dão uma medida que pode servir de referência para conhecer este fenômeno no país, ou pelo menos a forma mais evidente de sua espacialização nas grandes cidades. Para se ter uma idéia, em 2000, o país termina o século com 22% a mais de favelas (em relação ao último censo de 1991). São Paulo é o estado campeão, acompanhando a mesma taxa de crescimento de favelização do país (IBGE, 2001)⁸⁶.

Importante levar em conta que muitas situações de pobreza encontram-se fora desses locais, o que, em algumas cidades pequenas, por vezes, representa a grande maioria dos moradores que vivem com rendas baixíssimas, sem necessariamente constituírem essas concentrações, ou “favelas”. O Brasil comporta isso tudo, deixando claro que os números nunca devem dar conta de todo o fenômeno de pobreza.

Para outros efeitos, no entanto, o grande aumento dessas áreas são um bom indicativo de que a situação social do país não está nada confortável para grande parte dos brasileiros. Levando-se em conta o grau de sujeição às péssimas condições de transporte, de acessos à infraestrutura de saúde, educação, equipamentos de lazer, etc., acredita-se que a “escolha” desses locais é uma das poucas alternativas que se colocam para as famílias empobrecidas. Assim compreendido, o aumento dessas áreas, pode indicar o tamanho das dificuldades enfrentadas pela maioria dos trabalhadores nestes tempos.

Em Blumenau, as novas exigências para o cidadão se inserir no mercado de trabalho, a precarização das atividades e o desemprego,

⁸⁶ Publicados na Folha de São Paulo, 7 de janeiro de 2001, Cotidiano p.C1.

levarão os indivíduos a promoverem profundas mudanças em suas vidas. Tanto aqueles que estavam acostumados com certa estabilidade ou reconhecimento de sua condição e que, por consequência, visualizavam perspectivas mais amplas de ascensão ou estabilidade pelo trabalho; como aqueles, que, de algum modo, nunca tiveram oportunidade para acessar um emprego estável, ou os que migraram para a cidade em busca dessa promessa.

Em cidades industriais como Blumenau, a perda dessa possibilidade, mesmo que de algum modo, compensada pelo setor de serviços e outros tipos de trabalhos terceirizados, implica numa diminuição da qualidade de vida local. Ramos e Reis atentam para esse fato

A diminuição, ou mesmo retração, da capacidade de geração de emprego por parte do segmento industrial, além de seu impacto direto no nível de emprego, tem suscitado preocupação adicional na medida em que este setor tem sido tradicionalmente o maior responsável pela oferta de postos de trabalho de qualidade, pelo menos enquanto entendida por maiores níveis de remuneração do trabalhador. Ou seja, a preocupação recente com a questão do emprego, embora centrada no aspecto quantitativo, tem passado também pela dimensão qualitativa⁸⁷ (RAMOS e REIS, 2009 p.01)

Por esse caminho é que se discutirá a realidade dos trabalhadores locais a partir de sua situação de trabalho e seu local de moradia.

Para essa tarefa, foi levantada uma série de dados referentes à situação dos moradores de 3 áreas dentre as localizadas no Mapa das Áreas de Concentração de Pobreza na cidade (figura 6, p.102). Os locais escolhidos para o trabalho de Pesquisa foram: Morro da Garuva, Vila União e Vila Vitória; todos apresentados no respectivo Mapa (áreas destacadas ns.9. 20 e 42).

A designação das áreas corresponde ao nome que foi dado pelas próprias comunidades, a maioria deles incorporado pelos técnicos da administração pública, pela mídia local e pela vizinhança. As informações foram coletadas a partir do relato dos próprios moradores.

O critério de escolha das áreas partiu inicialmente do período de ocupação, respondendo ao interesse do foco aqui pretendido, que é dos anos pós 1990. Duas delas iniciaram o processo nessa época, e somente uma, o Morro da Garuva, já contava com um pequeno núcleo comunitário

87 Lauro Ramos e Jose Guilherme Almeida Reis. Emprego no Brasil nos Anos 90. Texto para Discussão n. 468. <http://www.ipea.gov.br/pub/td/td0468.pdf> Visitado em 08.01.2009.

anteriormente, porém o adensamento propriamente dito se deu após esse período.

Diante das escassas informações que se tinha sobre essas áreas, sua escolha também decorreu da capacidade de organização dos moradores, o que lhes deu bastante visibilidade pública, tornando-as conhecidas. Todas as comunidades, mesmo a menor delas (Vila Vitória), que contam com tão poucas famílias, organizadamente pressionaram a administração pública em determinados momentos para atender suas demandas que iam se avolumando nos mais diversos setores (saúde, educação, assistência, habitação, etc).

Tabela 1 - Áreas Selecionadas para a Pesquisa de Campo

Nome da Área	Início da Ocupação	Numero de Famílias
Vila União	1996	110
Morro da Garuva	1990 (adensamento)	90
Vila Vitória	1992	28

Diante da dificuldade de se conseguir dados mais específicos das áreas, aplicou-se um questionário, o qual, através de perguntas abertas e fechadas, abrangeram 60% dos moradores (somente na Vila Vitória, a amostra abrangeu 90% dos moradores). Os questionários levantaram informações mais específicas dos moradores como: formação, situação de trabalho, renda familiar, procedência, mobilidade de trabalho e de moradia.

Após essa fase de pesquisa, para se aprofundar os dados referentes às trajetórias de trabalho e de moradia destas famílias, foram realizadas entrevistas com alguns moradores – num total de 16, distribuídas proporcionalmente entre as diferentes áreas – buscando informações com relação ao histórico das ocupações, às trajetórias de trabalho desses moradores, mobilidade habitacional, composição e recomposição das famílias.

As entrevistas irão compor a análise que segue, sendo utilizados nomes fictícios para denominar os moradores, preservando-lhes o anonimato, conforme acordado nas entrevistas. Uma caracterização destes entrevistados segue em anexo, ao fim do trabalho.

4.1.1 Garuva: Os Morros da Cidade como “Solução” para a Moradia

O Morro da Garuva está situado na parte leste de Blumenau, no vale do Ribeirão Fresco. O bairro, embora tenha sido um dos lugares inicialmente povoados no processo de colonização do sítio que se transformou na cidade, não teve crescimento expressivo. Como acontece em outras áreas da cidade, o ribeirão empresta o nome ao lugar, o qual, conforme aponta Soares: “[...] por uma questão de escala – modesto na extensão e volume de água – não atraiu o interesse dos empresários, que instalaram suas fábricas em vertentes mais capazes de mover seus engenhos”⁸⁸.

O bairro Ribeirão Fresco, mesmo possuindo acessos fáceis para o centro, através da rua Pastor Osvaldo Hesse e Alwin Schrader, chegou a ter um crescimento negativo nos últimos anos da década de 1980 e início de 90. É muito provável também que tal fato se deva às grandes enchentes (1983/84) terem atingido boa parte do bairro, principalmente sua entrada, que é um dos primeiros lugares a alagar, isolando os moradores.

O Morro da Garuva localiza-se exatamente no final da Rua Pastor Osvaldo Hesse (um dos acessos principais do bairro) nas imediações da estrada que desemboca no município vizinho, Gaspar. O local se caracteriza por um relevo montanhoso típico, por isso a denominação “Morro”. O nome “Garuva” se tem origem num dos primeiros moradores da região. A área ocupada constitui-se em terras privadas, as quais, até a década de 1990, abrigavam apenas alguns poucos moradores que haviam adquirido os terrenos há muito tempo. Desde o começo, tratavam-se de famílias de trabalhadores que se inseriam na economia local através de empregos de baixa remuneração ou ocupações ocasionais.

Uma destas primeiras moradoras, Isaltina conta que iniciou sua vida de trabalho desde muito cedo. - *“Comecei com 8 anos, de empregada, de diarista nas casas. Meus pais eram pobres”*. Trabalhou cerca de 20 anos nas casas de famílias “ricas” da cidade. Depois tornou-se operária. Trabalhou nove anos na Souza Cruz. Os filhos também não foram poupados do trabalho precoce. Faziam balaios para vender com o pai e tiveram que sair da escola para contribuir na renda da família.

Sobre o processo de adensamento local, Isaltina conta que, quando o marido morreu, os filhos foram vendendo as terras, o que não lhes garantiu nada muito além da sobrevivência e da estruturação bem precária de suas casas próprias no local.

88 Dados retirados do trabalho acadêmico de Ismael Soares. Trabalho Urbanístico apresentado ao curso de arquitetura da Furb (Universidade Regional de Blumenau) em 2005.

Outra moradora antiga no lugar, Rosamélia, relata uma trajetória na mesma direção. Ela era filha de operários de fábrica e iniciou sua vida de trabalho cuidando de filhos de famílias de classe média. Depois trabalhou de atendente em loja no centro da cidade e numa gráfica. Ela desejaria ainda trabalhar, mas diz que: -“*A situação de trabalho hoje é bem pior. Difícil de arrumar alguma coisa. Estou em pânico! Não pude aprender nada. Tive que cuidar de criança desde os 11 anos, dos vizinhos*”. As dificuldades para enfrentar este novo mercado de trabalho que se apresenta, com exigências cada vez maiores, é um dado assustador e visível no relato de alguns entrevistados com idade um pouco mais avançada, como Rosamélia.

A pequena ocupação inicial foi se ampliando através da venda de partes da área pelos próprios proprietários. Em seguida, com abertura de acessos e demarcação de alguns lotes, o restante dos terrenos foi sendo ocupado. Esse processo foi se ampliando a partir dos anos de 1990.

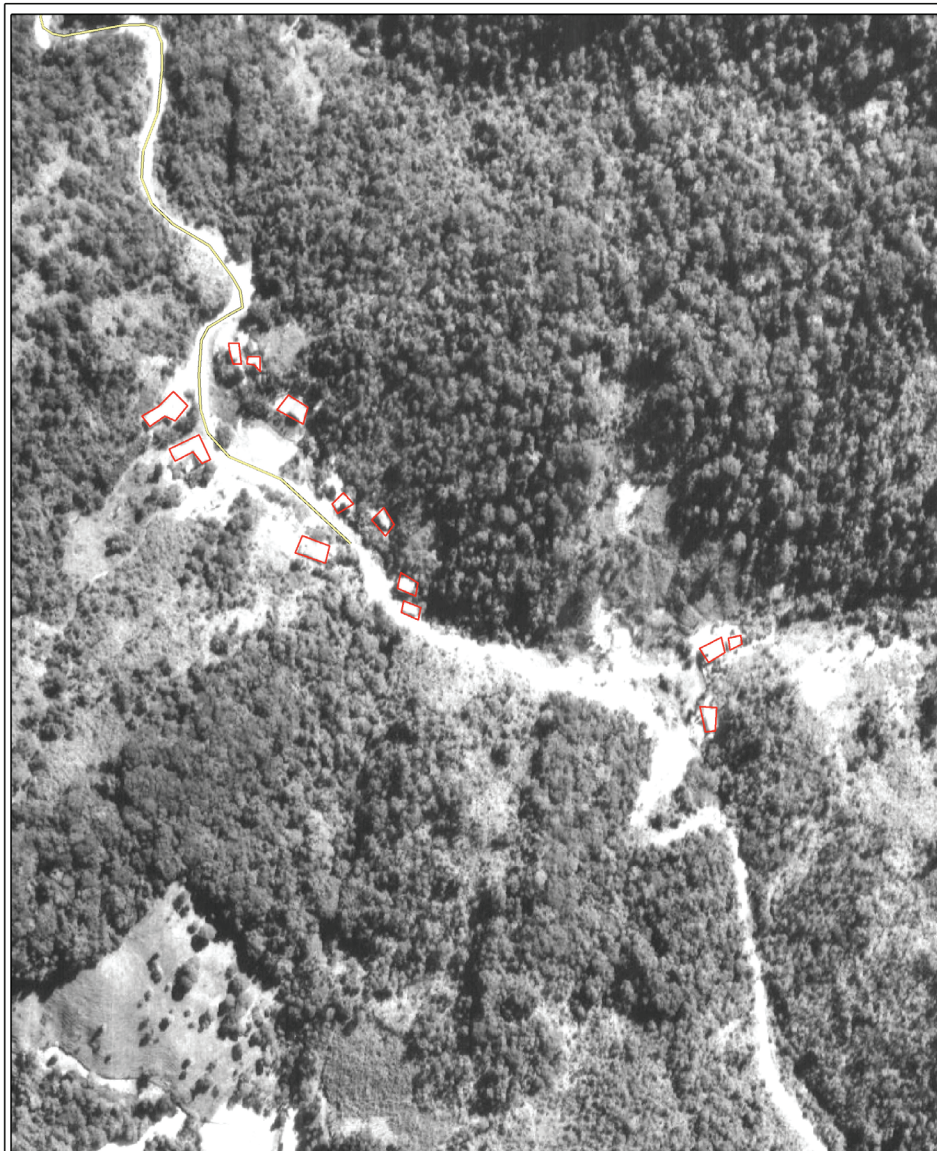
Os moradores locais não aceitam o estigma de “invasores” e justificam, conforme Neivaldo: - “*aqui ninguém invadiu nada, foi tudo comprado. As pessoas compraram*”. Ele mora no local há cerca de 20 anos. Quanto ao processo de ocupação, ele conta que existiam duas escrituras, ou seja, as terras, inicialmente, pertenciam apenas a duas famílias. As famílias foram crescendo, distribuindo os terrenos para filhos, sobrinhos e parentes que não tinham condições de ir para outro lugar. Num terceiro momento, foram vendidos os terrenos de uns para outros, através de contratos informais. Conforme Neivaldo:

- Não foi sendo loteado não, porque existe uma questão legal que o poder público ignora, que são os verdadeiros posseiros, os donos da terra. A escritura há muitos anos, mais de 60 anos deixou de ser o verdadeiro documento. Não havia pagamento de imposto, não havia pagamento de nada... tinha sido lançado em dívida ativa já há muito anos. Era área rural, agora é urbana. Aí quem morava aqui é que vendia um pedaço, o outro vendia pro outro... Foi tranqüilo, até que esse inchaço gerou este problema da infra-estrutura.


Percebe-se ao examinar a forma de ocupação desse local, tratar-se, desde o início, de famílias trabalhadoras inseridas na comunidade local, cujas tarefas profissionais são requisitadas por esta sociedade.

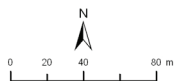
Com relação ao adensamento que foi se constituindo a partir de 1990, pode-se inferir, através de dados levantados recentemente junto aos moradores da área, que residem cerca de 100 famílias ali.

Figura 10: Adensamento da área - Garuva - 1981, 1993 e 2003

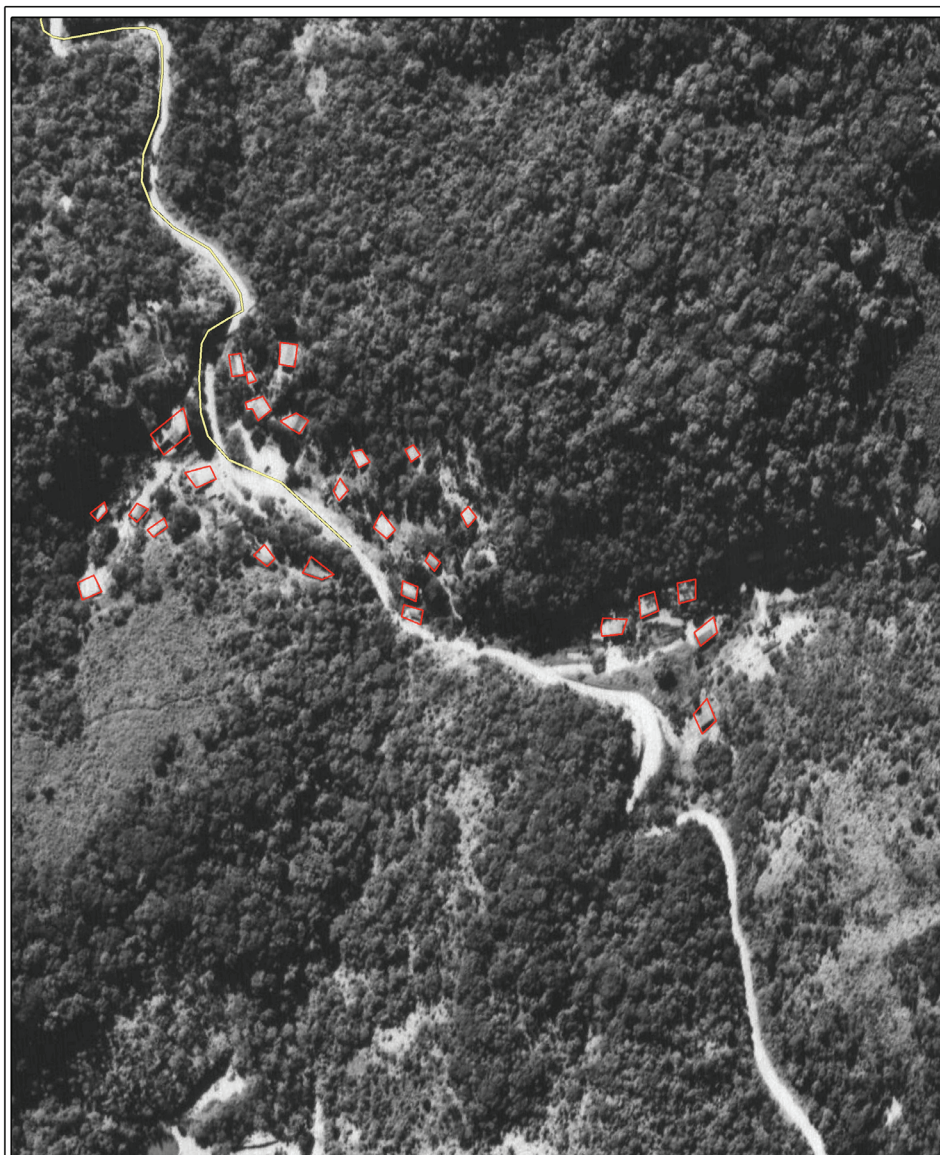


Legenda

-  Ruas
-  Construções



Título	Adensamento da ocupação – Morro da Garuva em 1981
Título da Tese	Globalização e Cidades: Reconfigurações dos Espaços de Pobreza em Blumenau
Autora	Jacqueline Samagaia
Fonte	- Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária, Programas Estratégias de Saúde da Família (ESFs) e Lideranças Comunitárias. - Base cartográfica - Aeroimagem, 2003. - Fotografias aéreas 2003, 1993 1981.



Legenda



-  Ruas
-  Construções

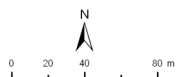


Título	Adensamento da ocupação – Morro da Garuva em 1993
Título da Tese	Globalização e Cidades: Reconfigurações dos Espaços de Pobreza em Blumenau
Autora	Jacqueline Samagaia
Fonte	- Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária, Programas Estratégias de Saúde da Família (ESFs) e Lideranças Comunitárias. - Base cartográfica - Aerofotogrametria, 2003. - Fotografias aéreas 2003, 1993 1981.



Legenda

-  Ruas
-  Construções



Título	Adensamento da ocupação – Morro da Garuva em 2003
Título da Tese	Globalização e Cidades: Reconfigurações dos Espaços de Pobreza em Blumenau
Autora	Jacqueline Samagala
Fonte	- Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária, Programas Estratégias de Saúde da Família (ESFs) e Lideranças Comunitárias. - Base cartográfica - Aeromagem, 2003. - Fotografias aéreas 2003, 1993 1981.

A organização dos moradores foi uma quase necessidade face às demandas enormes que foram se constituindo neste processo de ocupação, principalmente no que se refere à infra-estrutura: água, luz elétrica, esgotamento sanitário, vias de acesso, etc. A constituição de uma Associação de Moradores é vista como um caminho para busca de possíveis melhorias para a comunidade. Neivaldo conta desta organização e de seu papel no movimento que se seguiu:

- Há uns 15 anos atrás o poder público marcou uma reunião. Tínhamos uma associação, da qual eu nem participava, era muito acanhada, não tinha registro nada. O poder público subiu o morro; se deu conta de que existíamos porque começaram a pedir luz, pedir água, um mínimo de infra-estrutura. A estrada era mais ou menos uma picada. E aí foi melhorado um pouquinho, mas muito precário. Até então, o morro da Garuva só era conhecido em função de uma boate que tem aqui na divisa⁸⁹.

Os representantes do poder público inicialmente referiam-se aos moradores da localidade como “invasores” e sobre eles estabeleceram algumas regras de ocupação do solo a partir de então. Quem não quisesse “contribuir”, segundo relato de um dos moradores: - *“havia uma Secretaria que podia encaminhar; dar passagem ao pessoal pra ir embora”*. Era o “recado” que Neivaldo diz ter recebido de representantes da administração pública, principalmente da área de assistência social. Neivaldo reclama desse tipo de tratamento recebido, afirmando seu pertencimento ao local: *“-Eu sou filho de Gaspar. Aqui estou há uns 20 anos. Mas já andava por aqui, tinha amigos aqui. Por cima aqui onde a família do seu Garuva morava, já era divisa com Gaspar. Esta boate aí, que conta a história de Blumenau, já pertence a Gaspar”*.

O relato de Neivaldo busca, de alguma forma, aproximar sua cidade natal (Gaspar) de Blumenau, argumentando o fato dele transitar por essa área desde há muito tempo, sentindo-se pertencer ao local. Ao ser afrontado pelos representantes da administração pública, o sentido de cidadania e de pertencimento ao lugar tem que ser reafirmado pelo próprio morador.

Os anos que seguiram foram de embate com a administração pública na reivindicação de melhorias para a área. No entanto, as conquistas são pela metade, segundo relato dos moradores. Foi o que aconteceu com a rede de água e de luz. Quanto a essa última, Neivaldo

89 Divisa entre as duas cidades: Blumenau e Gaspar.

Figura 11: Morro da Garuva



diz que: - *“é uma rede de uma única fase, monofásica, muito precária. A própria alta tensão é de uma fase só e não atende à demanda. E desde então que se corre atrás e não se consegue nada”*. Quanto à rede de água, muitos moradores entrevistados relataram não ter acesso. Segundo eles, a rede está conectada, mas a água não chega em muitas casas por conta da precariedade da instalação, agravada pela alta declividade do terreno, que está localizado em uma encosta bastante íngreme.

A Educação Infantil também foi uma das reivindicações antigas da Associação de Moradores da Garuva. Diante da demora do atendimento e da necessidade das famílias trabalhadoras terem um local para seus filhos, a estrutura foi organizada pela própria associação e somente depois encampada pela administração mais tarde. Conforme Neivaldo, foi bem difícil de administrar o CEI (Centro de Educação Infantil) nessas condições, por tratarem-se de famílias muito pobres: -*“Fazíamos uma chamada de capital pra quem podia pagar, mas era muito difícil”*.

Essas “iniciativas” dos moradores organizados deixam clara a fragilidade da presença do Estado nessas áreas.

O Orçamento Participativo⁹⁰ apontou-se como uma possibilidade de responder a algumas demandas de tais áreas. Mas foi logo frustrada porque os valores disponíveis eram baixos e por isso, muitas obras não saíram, como foi o caso do asfaltamento da rua principal (Pastor Osvaldo Hesse).

Enquanto os representantes das administrações públicas vão se revezando sem conseguir dar respostas efetivas à situação vivida na área, a organização dos moradores avança. Nessa época, (final dos anos 1990) a associação do Morro da Garuva e a Associação de Moradores da Rua Pastor Osvaldo Hesse juntaram suas forças e formaram uma só Associação. As lideranças que assumiram nessa época, buscaram superar as indisposições que se construíram entre as duas “comunidades⁹¹”. Assim, conforme Neivaldo, enquanto os novos dirigentes organizavam a associação:

- paralelamente brigávamos pelas benfeitorias aqui em cima, onde está a ferida mesmo do bairro e era sério porque a Pastor Osvaldo Hesse era uma rua tradicionalmente de empresários, uma área tida

90 O Orçamento Participativo foi adotado no período em que a gestão municipal liderada pelo Partido dos Trabalhadores esteve à frente do governo municipal (1997-2004).

91 Mesmo sabendo-se que o termo “comunidade” denota um significado bem amplo, sua utilização obedece a própria denominação utilizada pelos moradores. O sentido dado pelos mesmos quando organizados se refere a uma certa identidade territorial, com relação aos problemas comuns vivenciados pelo conjunto dos moradores da área.

como nobre. E a ocupação aqui do Morro causou um atrito com os novos moradores. O pessoal de baixo não gostava do pessoal aqui de cima e o pessoal daqui não gostava do pessoal lá debaixo.

A distinção de classes é colocada por Neivaldo como um dos empecilhos para a organização, que foi enfrentado durante o processo. Os membros da antiga associação da rua principal não tinham um perfil de elite, embora as diferenças de classe muitas vezes os separassem nestes parâmetros, com intuito de definir bem os espaços de ambos os lados. Tratavam-se de profissionais liberais, que foram observando as dificuldades vividas por seus “vizinhos” e resolveram se comprometer com elas, buscando melhorar as condições gerais do bairro.

A conquista de uma área de lazer, antigo camping municipal, localizado ao lado da área, fortaleceu a organização. A concessão dessa área, que pertencia à administração pública, havia sido repassada para uma entidade religiosa, com sede em Curitiba. Depois de algumas negociações, conseguiu-se passar tal concessão para a Associação de Moradores. Conforme Neivaldo: - *“as regras de concessão exigiam a plena manutenção do local que estava abandonado. A gente se apegou nisso”*. Quando o atual governo⁹² assumiu a administração municipal, colocou-se a proposta de se criar nesse local um Centro de Zoonoses. A associação de moradores resistiu e conseguiu garantir a concessão para a comunidade. Mais tarde (2009), essa área foi ocupada pelo Movimento dos Atingidos pelo Desastre, causando alguns conflitos entre os moradores. Essa situação será melhor relatada no capítulo 5.

O Morro da Garuva chamou a atenção sobre sua presença há alguns anos atrás (por volta de 2004) quando houve um surto de pediculose na escola pública que atende a comunidade (localizada na Pastor Osvaldo Hesse). Embora fosse um problema que tivesse se evidenciado no âmbito da escola, a associação de moradores se envolveu na discussão, o que gerou enorme polêmica. Foi parar na Câmara de Vereadores e no Conselho Municipal de Educação. Segundo Neivaldo: - *“eles trataram de querer dar uma “educação” aqui pra comunidade, mas não era por aí, era uma questão de infra-estrutura”*.

Depois de algumas visitas ao local, os representantes da administração pública tiveram que reconhecer que o problema se traduzia em esgoto a céu aberto, falta de água potável, iluminação precária, etc. Essa articulação resultou em uma Comissão constituída pela Secretaria de Educação, de Saúde, Vigilância Sanitária, Celesc, Samae, Universidade

92 Uma coligação de Partidos, lideradas pelo DEM (Partido Democratas).

e outros. O que gerou um significativo debate, mas, na prática, não se traduziu em intervenções concretas. Passado o surto, toda a situação que havia sido denunciada pouco mudou.

A área, apesar de ter sido decretada ZEIS, carece de infra-estrutura básica e está sendo objeto de pretensão regularização fundiária há bastante tempo, não apresentando ainda qualquer tipo de resultado concreto, senão instalação de rede de água e luz, de forma precária, conforme relatado. Através da Associação, os moradores foram até o Ministério Público, solicitaram ajuda da Universidade, mas contam que nada aconteceu. Sobre a forma como as administrações públicas tratam estas realidades, Neivaldo diz: -*“O poder público de Blumenau, independente de quem esteja no poder, insiste em dizer que são áreas invadidas. Aí procuram uma palavra mais bonita: “ocupação irregular”. Só que, na prática, eles tratam como área invadida”*.

No que se refere ainda à estrutura de atendimento das políticas públicas, não houveram avanços também nos últimos anos. Segundo relato de outra liderança, Leonora: - *“Muda a peruca, mas o noivo continua o mesmo”*. Sua reclamação maior é o fato de não haver locais apropriados para as crianças brincarem. A forma como está configurada a ocupação, oferece poucos espaços para as mesmas. Elas utilizam as imensas escadarias de acessos às casas para esse fim. Mas as preocupações de Leonora não se relacionam com esse acesso precário, embora more na parte mais alta do Morro. Ela diz que já se acostumou com isso. Se preocupa mesmo é com a segurança, com a falta de locais de lazer para as crianças e com a falta de infra-estrutura básica, como luz e água.

Ainda com relação à infra-estrutura, importante mencionar que na comunidade existe apenas um pequeníssimo comércio com alguns produtos mais básicos. Os mercados, farmácias e outros tipos de estrutura estão longe. E o caminho, por ser região de morros, é bem difícil. Metade do trajeto é montanhoso e sem calçamento nenhum. O que fez com que a comunidade fosse duramente atingida no último desastre.

Percebe-se então, de modo geral, que os moradores da área convivem cotidianamente com todas as adversidades possíveis. O evento do último ano, 2008, que ficou conhecido como desastre sócio-ambiental, teve conseqüências bem visíveis. Algumas casas foram totalmente destruídas (em torno de 8 casas) e outras parcialmente atingidas em sua estrutura.

Figura 12: Efeitos do Desastre no Morro da Garuva



Fotos: Jacqueline Samagaia e Jonatha Jünge

4.1.2 Vila União: A Fábrica vira Casa para os Trabalhadores

A Vila União está situada na parte norte da cidade, no bairro Itoupava Central, próximo ao aeroporto⁹³. A região é conhecida desde o início da colonização de Blumenau como Itoupavas⁹⁴, e até a década de 1970 tinha feições de área rural. Essa parte da cidade expandiu rapidamente, principalmente nos anos 1990. Trata-se de uma área mais plana, com um grande número de pequenos vales, e com predominância residencial. É a maior do município em superfície, correspondendo a 38,7% do total da área urbana, concentrando a segunda maior população, depois da parte oeste da cidade⁹⁵.

O fato de ser cortada por via estadual de tráfego pesado, possuindo então uma intensa rede viária é o que a particulariza. Instalaram-se nesse local, nos anos 1980, algumas indústrias, porém pouco investimento foi feito no que se refere à infra-estrutura e equipamentos urbanos necessários para abrigar as famílias trabalhadoras que para lá se deslocavam.

O crescimento dessa parte da cidade foi bem significativo nos últimos anos, e ocorreu, sobretudo, de forma bastante “irregular” em algumas áreas, sendo visível o seu contraponto, ou seja, a existência de grandes vazios urbanos que se mantêm como reserva de valor, já que o crescimento do município está sendo direcionado para essa região.

Pode-se perceber, através do Mapeamento das Áreas de Pobreza na cidade (figura 6), uma pequena concentração nessa área, somando em torno de 13. A Vila União é uma delas (área.9). A ocupação inicial deu-se sobre o terreno que pertencia a uma das empresas que se instalaram nessa região, a Trol Brinquedos Indústria e Comércio S.A.. A empresa teve decretada sua falência em 1995. A abertura da economia nacional na época, conforme discutido, juntamente com a falta de uma política industrial nacional consistente que desse algum tipo de suporte à manutenção/proteção da indústria nacional, culminou nesta situação, qual seja, de fechamentos, transferências, ou incorporação das empresas por multinacionais.

Em um trabalho de pesquisa realizado nessa área, com relação ao processo de ocupação, Schoenfelder (2004, p.19) relata a mesma iniciou através de um ex-funcionário da empresa que, após a falência,

93 De pequeno porte, o aeroporto da cidade não opera com vôos comerciais comuns.

94 O nome “Itoupava” tem origem no tupi guarani, significando corredeiras, sendo-lhe denominado assim pelos índios, primeiros habitantes do lugar. “Itoupava Seca” nome de um dos bairros, por exemplo, refere-se ao afloramento das pedras na época de estiagem (Perfil dos Bairros. Blumenau, 1996).

95 Ibid.

permaneceu morando na antiga portaria, fazendo do local sua residência.

A existência de um galpão principal (que outrora abrigara a empresa) permitiu que alguns outros moradores viessem aos poucos se alojando. Esse galpão é chamado até hoje de “barracão” pela comunidade local. Neste momento, nenhuma família ocupa mais o barracão.

Conforme relato dos primeiros moradores, coletados por Schoenfelder (2004, p.20), a ocupação iniciou com a vinda de outros moradores que foram convidados por esse primeiro. Relatos mais recentes⁹⁶ atestam que esse primeiro ocupante da área era contratado pela empresa que decretara falência para vigiar os bens (prédio e máquinas que permaneceram no local). Havendo uma espécie de abandono por parte dos proprietários, o vigia acabou ocupando o local por algum tempo para moradia. Reclamava dos salários atrasados que não havia recebido. A partir dele, outros foram chegando e se instalando no galpão principal e, depois, no restante do terreno.

Uma das primeiras moradoras, Maria, conta que foi por intermédio do vigia que ela e sua família entraram no terreno e se alojaram na casa ao lado do galpão que servia à parte administrativa da empresa. O vigia, segundo ela, foi embora porque não recebia mais salário.

Assim iniciou-se a ocupação. A Projesul era uma empresa de pré-moldados que funcionava no terreno ao lado. Os trabalhadores dessa empresa descobriram a ocupação e passaram a morar ali; inicialmente dividindo o barracão principal com outras famílias. Os salários pagos pelas empresas da região – em torno de um salário mínimo – levavam os trabalhadores a morarem perto do trabalho. Livrando-se das despesas com ônibus e aluguel, podiam suportar os baixos rendimentos.

Esse fato poderia levar a definir a ocupação dessas áreas como funcionais do ponto de vista da manutenção das economias locais. Isso porque os baixos salários são mais bem aceitos dessa forma pelos trabalhadores e o Estado livra-se do encargo da habitação que historicamente nunca quis assumir. No entanto, a questão é bem mais complexa, levando-se em conta que a disputa do espaço urbano está intimamente relacionada com as relações de forças políticas e econômicas de uma determinada sociedade.

Essa empresa, a Projesul, também faliu algum tempo após a ocupação (cerca de oito anos depois, segundo os moradores). Maria, uma das moradoras, conta que o marido trabalhou muitos anos nessa empresa. Mas, depois da falência, ninguém recebeu nada, e eles tiveram que refazer

96 Entrevistas realizadas por esta autora em outubro de 2008.

sua vida. Ela mesma trabalhava numa das empresas das imediações, fazendo cafezinho. O marido fez então curso para vigilante e, muito tempo depois, arrumou trabalho numa empresa que prestava serviços de vigilância para uma universidade, o que lhes garantiu certa segurança, embora, segundo ela, os salários fossem baixos.

Aos poucos foram chegando outros moradores interessados e os terrenos foram negociados para poderem servir às novas moradias que foram construídas. Pedro relata a presença de um certo estranhamento entre esses primeiros ocupantes, quando chegou com sua família: *“Ficaram todos muito desconfiados, porque, na época, era assim: um com medo do outro; porque ninguém sabia quem o outro era, se era prefeitura, se não era”*.

Segundo relato dos moradores, o galpão principal da empresa, no início, contava com todo material deixado pela empresa: fiação elétrica e maquinário. Relatam alguns entrevistados que um empresário de cidade vizinha, dono de empresa do ramo, se apossou de todo o material - pagando alguns dos moradores dali para o ajudarem a transportar durante a noite. Assim as máquinas e outros equipamentos sumiram. Ficaram somente fios das instalações elétricas que os novos ocupantes puderam fazer uso para suas instalações.

De qualquer forma, as acomodações precárias, a falta de todo tipo de infra-estrutura inicial, lhes custou muito na decisão de ocuparem e de permanecerem no local. Maria conta como foram esses primeiros tempos vividos no local:

- “Foi difícil, sabe? Tu chegar assim... tu não ter pra onde ir. Eu trabalhava na padaria. O filho pequeno trabalhava com o pai ali na Projesul. Eles faziam terço, assim, pra apoiar o telhado. Eles ganhavam um salário. Não tinha água, não tinha luz, não tinha nada. Era inverno, tomando banho de água fria, buscando de balde lá no poço, onde agora é a igreja lá. Daí um homem, encarregado que trabalhava na Projesul, disse para eu mandar meu marido lá que ele ia resolver este problema. Meu marido falou com ele. Ele arrumou um rabicho para nós. Com meu primeiro salário na padaria comprei algumas coisas pra casa. Vieram outras pessoas. Uma mulher cuidava do meu filho. Chegávamos às seis horas e iam lavar roupa. Limpamos tudo e fizemos uma horta, plantamos milho”

A infra-estrutura como luz e água, no início era bem precária. Os moradores dependiam de poço artesanal existente no local, cuja água buscavam com baldes. A energia elétrica foi ampliada pelos próprios moradores. Alguns trabalhavam em empresa que operavam com esse tipo de instalação, o que lhes possibilitou puxarem fios da estrutura que servia à empresa vizinha, a Projesul e abastecerem as casas através de um tipo de “rabicho”, sendo que muitos permanecem até hoje nessas condições.

Os rabichos se estendem para várias casas, sendo a conta, ao fim do mês, dividida entre os moradores. Essa conta acaba sendo bem mais cara do que seria normalmente pago por famílias individuais, em função de que são poucos os relógios marcadores e então se acumulam muitos decibéis, o que onera ainda mais esses moradores já empobrecidos.

O fato de negociarem coletivamente as contas de luz, tarefa não livre de conflitos, contribuiu de certa forma para que os moradores estabelecessem contato e oportunamente discutissem a situação em que viviam e se organizassem. Uma das lideranças, Dalila, relata:

- “A gente acompanhou muito o sofrimento das pessoas aqui dentro. Chegava final de mês, não tinha dinheiro para pagar a luz, dava briga porque fulano não tinha. Duas ou três pessoas tinham que fazer uma vaquinha para poder pagar a luz do outro. Era tudo dividido (...) É, mas posso dizer que a Vila União, é união mesmo. Teve os conflitos como todas as comunidades têm, mas na hora de se unir pra repartir, pra se ajudar, eles souberam se ajudar”.

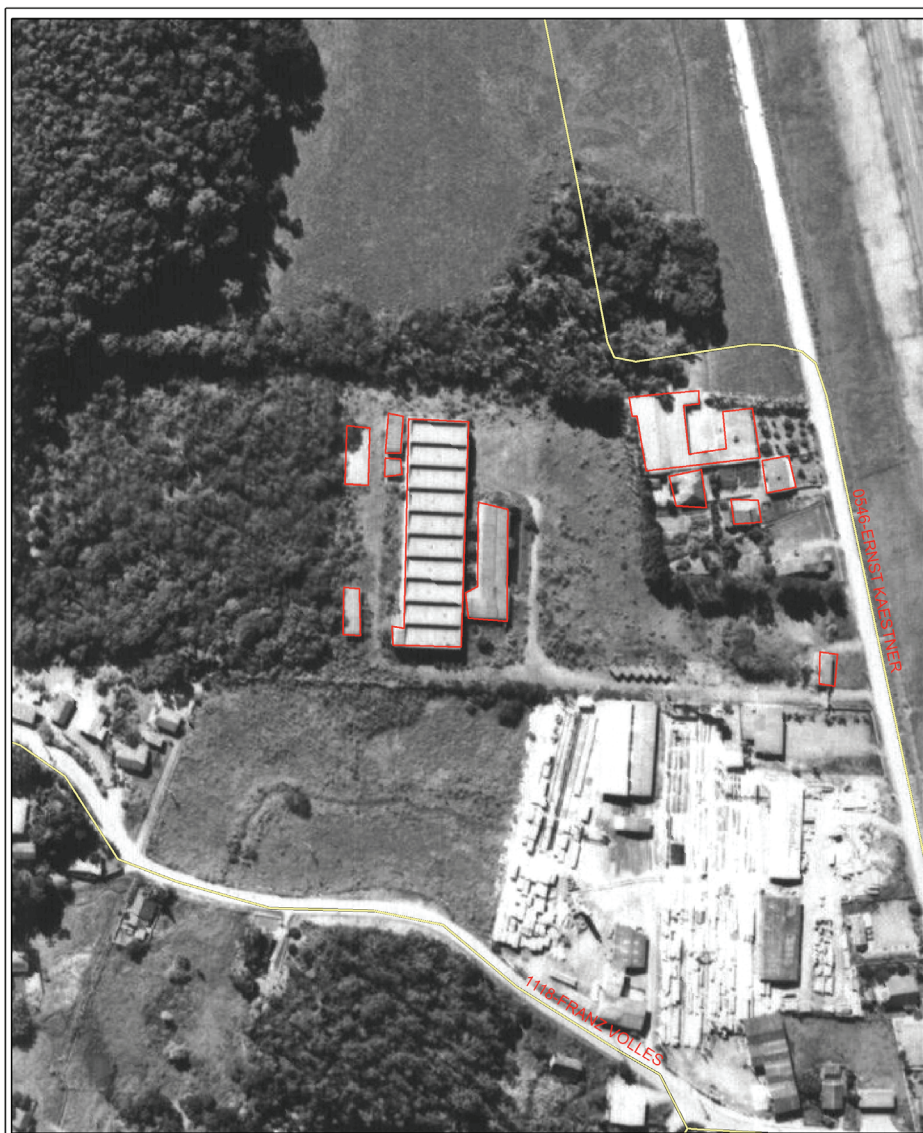
O nome da comunidade – Vila União – nasceu, então, do processo de organização dos moradores, aos perceberem as possibilidades de partilha, de convivência, de solidariedade com que se deparavam.

As relações de proximidade, conforme Milton Santos (2002 p.324), podem ser uma garantia da comunicação entre os participantes. “Nesse sentido, os guetos urbanos, comparados a outras áreas da cidade, tenderiam a dar às relações de proximidade um conteúdo comunicacional maior”, devendo-se ao fato de ser-lhes propício uma percepção mais clara das situações vividas pelo grupo, uma espécie de “afinidade de destino, afinidade econômica e social”⁹⁷.

A organização dos moradores pressionou a administração pública e

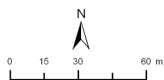
97 Conforme Santos, esta distinção dos pobres na cidade lhes é característica no sentido de como recebem e transmitem a informação. No caso das classes médias e ricas, segundo ele, estas informações tendem a circular como verdades, sem grande capacidade de questionamentos.

Figura 13: Adensamento da área – Vila União - 1993 e 2003



Legenda

- Ruas
- Construções

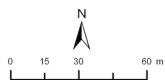


Título	Adensamento da ocupação – Vila União em 1993
Título da Tese	Globalização e Cidades: Reconfigurações dos Espaços de Pobreza em Blumenau
Autora	Jacqueline Samagaia
Fonte	- Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária, Programas Estratégicos de Saúde da Família (ESFs) e Lideranças Comunitárias. - Base cartográfica - Aeromagem, 2003. - Fotografias aéreas 2003, 1993, 1981.



Legenda

-  Ruas
-  Construções



Título	Adensamento da ocupação – Vila União em 2003
Título da Tese	Globalização e Cidades: Reconfigurações dos Espaços de Pobreza em Blumenau
Autora	Jacqueline Samagaia
Fonte	- Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária, Programas Estratégias de Saúde da Família (ESFs) e Lideranças Comunitárias. - Base cartográfica - Aeromagem, 2003. - Fotografias aéreas 2003, 1993 1981.

em 1999, os representantes do setor responsável pela gestão habitacional na cidade tomaram conhecimento da área. Um dos diretores desse setor relatou que foram realizadas, na época, tentativas de negociação da massa falida por parte da promotora que presidia o caso, mas os dirigentes governamentais não mostraram interesse, embora já houvesse na época (2001) cerca de 70 famílias morando no local e que já solicitavam alguma resposta por parte do poder público (SCHOENFELDER, 2004, p.17).

Na mesma época, os moradores montaram uma comissão e passaram a conter a ocupação, organizando os lotes para o processo de regularização. Sobre a organização dos moradores, Pedro relata que:

-“começamos a nos organizar pra gente ter um planejamento da comunidade,... o que nós queríamos desta comunidade (...) não tínhamos experiência de nada. Nós simplesmente fomos assim, naquela vontade de arrumar. Mas, o que fazer, como deve fazer, o que falar... não sabíamos nada. Foi todo um processo de aprendizagem. Nós tivemos que aprender o que fazer”

O fato dos terrenos estarem em situação irregular foi sempre uma justificativa para o poder público não atender às demandas dos moradores. Uma das primeiras conquistas foi o Centro de Educação Infantil CEI, a primeira peça de infra-estrutura urbana para atender a tais demandas. No caso dessa “creche”, como popularmente é chamado o CEI, foi negociado um terreno que pertencia a uma Igreja, na entrada da área, um dos poucos que se encontrava em situação regularizada. Os representantes da administração pública assumiram então a construção do CEI, que funciona no local até hoje.

Interessante ver que nas duas comunidades (Garuva e Vila União), a “creche” é uma das principais reivindicações face ao fato de que para as mulheres das famílias pobres, trabalhar fora do espaço doméstico não é uma escolha, é uma necessidade.

A organização seguiu forte nas reivindicações necessárias para a comunidade, como: instalação de rede elétrica e de água e acompanhamento do processo de negociação do terreno (massa falida). Ronilda, umas das entrevistadas relata: *-“Quantas vezes enchemos um ônibus e fomos pro Leilão aqui da área. Algumas vezes, chegamos lá e não teve. Quantas vezes fizemos isso!!! Fomos na Celesc, na Samae e cobramos. Conseguimos muitas coisas aqui assim”*

O governo municipal se alterna (mudança de partido) e os problemas continuam. Os avanços conseguidos com relação ao processo

Figura 14: Vila União - comunidade e “barracão”



Fotos: Jacqueline Samagaia

de organização da ocupação foram poucos, mas os ganhos efetivos se deram com relação à organização dos moradores. Eles próprios conseguiram, aos poucos, organizar as construções em lotes mínimos para atender ao processo de regularização e contrataram agrimensor para fazer o levantamento da área. Depois de alguns enfrentamentos com os dirigentes políticos locais, conseguiram ser finalmente reconhecidos.

Atendidos em certa medida pela atual Secretaria de Regularização Fundiária e Habitação do Município, conseguiram acessar um pequeno recurso do Fundo Municipal de Habitação, que possibilitou remover algumas famílias do Galpão principal para terrenos que foram organizados na parte de trás (fundos) da ocupação⁹⁸. Atualmente o processo de regularização da área encontra-se estagnado. O desastre ocorrido no ano de 2008 tornou-se a agenda principal da administração pública municipal e serve como justificativa para a morosidade de todos os outros projetos que vinham sendo construídos.

4.1.3 Vila Vitória – A Comunidade se Organiza e Resiste

A Vila Vitória é uma comunidade pequena, formada por 27 famílias apenas. Localiza-se na parte nordeste da cidade, num dos pontos da Rua Fritz Spernau, antiga rua da Coca-Cola, e iniciou sua ocupação no início dos anos 1990. No Mapa da Áreas de Pobreza, ela aparece como área 42 (figura 6, p.102).

Conforme relato dos moradores, antes da ocupação havia uma casa no local que se encontrava abandonada num grande terreno. Os primeiros moradores contam que ocuparam a área para fugir do aluguel. Foram se mudando aos poucos para lá e ocupando, sendo que, conforme relataram: ninguém apareceu para reclamar!

As primeiras instalações eram uma casa de alvenaria antiga e outra pequena de madeira, ao lado das que já existiam. As duas primeiras famílias se instalaram nessas edificações. Depois foram chegando outros moradores, alguns parentes dos primeiros e outros conhecidos e amigos que iam negociando os lotes entre si.

De um modo geral, todos são trabalhadores que, com seus baixos salários, não conseguiam mais incorporar os aluguéis em suas rendas familiares.

Em 2002, uma ação de despejo é impetrada contra a comunidade

⁹⁸ Os recursos repassados foram muitíssimo pequenos, em torno de R\$5.000,00 por família (foram beneficiadas cerca de 10 famílias), correspondendo na época, a média de 08 salários mínimos, ficando à cargo dos próprios moradores o restante do investimento.

e os ocupantes são expulsos da área. Os moradores se organizam e usam os órgãos de comunicação local para exporem sua tragédia. Em seguida, outros grupos se unem a eles, como representantes do Fórum de Movimentos Sociais de Blumenau, e inicia-se um processo de resistência. As negociações são feitas através de um advogado do movimento, via judicial, e de negociações diretas com a administração pública municipal, que não teve como ficar de fora. Depois de alguns meses, a comunidade conquista o direito de permanecer, e iniciam-se as negociações para urbanização e regularização. Em seguida, a área é decretada uma ZEIS e as negociações com o proprietário começam. Isso feito, os moradores entendem que ficarão no local.

Nos anos seguintes, em épocas de eleições municipais, alguns candidatos da situação (partido que ocupa a administração pública local) percorrem a comunidade com promessas de, se eleitos, viabilizarem infra-estrutura como instalação de energia elétrica e melhoria das vias de trânsito e acessos. Prova mais uma vez de que a ocupação foi incorporada na cidade.

Qual não é a surpresa dos moradores quando, em 2009, recebem a notícia de que as negociações com o proprietário não avançaram e que provavelmente terão de sair do local. Pelo menos, dessa vez, não expulsos, mas “transferidos” para outra área. A comunidade organizada resiste. O fato de não terem a oportunidade de participar de qualquer decisão a este respeito é o principal motivo. Dessa forma, os moradores não têm a mínima idéia do suposto local para onde podem ser transferidos, assim como não fica claro os motivos da expulsão da área, supostamente em função da dificuldade de negociação das terras com o proprietário⁹⁹. Novamente os moradores são tratados como objetos da política. Primeiro se define junto aos técnicos o que fazer, depois comunica-se os moradores na hora da execução das propostas.

A falta de participação dos moradores nas decisões políticas com relação à habitação é uma constante. O mesmo ocorreu com a escolha dos terrenos para abrigar os atingidos pelo desastre, bem como quanto aos projetos habitacionais para estas áreas e critérios de acesso às moradias. As decisões foram elaboradas por técnicos da administração pública e “apresentadas” para o Conselho Municipal de Habitação em forma de consulta¹⁰⁰. Tudo isso demonstra claramente a forma como

99 Ressalte-se o fato de a área já ter sido decretada como ZEIS, e de nenhuma melhoria ter sido realizada no local desde então.

100 Lembre-se que foram pouquíssimas reuniões realizadas no ano 2009 que seguiu ao desastre, nas quais geralmente as propostas vinham prontas para serem aprovadas, não deixando-se muito tempo para o debate.

ainda são tomadas as decisões com relação à política habitacional na cidade. Interessante observar o quanto esses processos são difíceis de se encaminhar, e o quanto as administrações públicas municipais estão despreparadas para superar tais situações.

O que leva as cidades a enfrentarem realidades como a Vila Vitória, conforme vem sendo discutido, são amplos processos de empobrecimento local, decorrentes do impacto das novas formas de produção e por consequência também de novas configurações da economia local. O rebaixamento dos salários e a falta de perspectivas de trabalho seguro, estável, deixa à deriva centenas de famílias empobrecidas. E essa é a questão principal. No entanto, o fato dessas situações recaírem sobre as administrações públicas como se fossem um problema local, colocam a tentativa de resolução no mesmo patamar reducionista, dificultando, de ambos os lados, o enfrentamento da questão. Pode-se compreender nesse sentido, a dificuldade das administrações públicas de lidarem com a situação, não retirando-lhes a co-responsabilidade pela falta de uma política urbana e de habitação consistente.

As condições de moradia na área são bastante precárias. Algumas poucas casas têm instalação de rede elétrica, as outras “puxam um rabicho”. Como ocorre nas outras áreas pesquisadas, a fatura da luz geralmente é bem alta por conta desse fato, sendo a mesma apresentada no nome de alguns moradores. Denilson é um deles. Ele declara ter ciência de que esse documento (a conta de luz) lhe permite de alguma forma comprovar o tempo de moradia no local. - *“Pela lei, aqui eu já tenho direito de entrar na justiça com usucapião, que já passou de 05 anos. Eu perguntei pra um advogado. Ele disse que se eu quisesse ele pegava a causa, mas eu disse: Não! Ou todos nós ganhamos ou ninguém ganha”*. Percebe-se assim que o direito de morar foi ganhando uma conotação coletiva, conforme a comunidade foi se organizando.

Os moradores, de um modo geral, não se negam a cumprir com certas obrigações, aceitam as regras jurídicas determinadas pela lógica da propriedade privada, mas se armam dos argumentos necessários para poderem permanecer. Um deles assim se manifesta: - *“O prefeito veio aqui e garganteou: -Olha, vocês vão ter que pagar IPTU!. Pois se derem a escritura pra nós, eu tô concordando em pagar o chão; a gente dá um jeito pra pagar”* (Josias).

Denilson mora no local há cerca de 8 anos. Ele trocou uma casa que tinha no Morro da Pedreira (outra área de ocupação) por esta aqui. Agora, está engajado na organização comunitária pelo direito a permanecer na área.

Figura 15: Vila Vitória - localização



Legenda

-  Ruas
-  Construções



Título	Adensamento da ocupação – Vila Vitória em 2003
Título da Tese	Globalização e Cidades: Reconfigurações dos Espaços de Pobreza em Blumenau
Autora	Jacqueline Samagaia
Fonte	- Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária, Programas Estratégicos de Saúde da Família (ESFs) e Lideranças Comunitárias. - Base cartográfica - Aeromagem, 2003. - Fotografias aéreas 2003, 1993 1981.

Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento / PMB

- *“Eu morava lá no Morro da Pedreira. Daí nós trocamos de casa com um cara que morava aqui. Um tal de Adão. Ele tinha esta casinha aí, já estava feita. Foi ele que fez, já tinha luz, água. Ele chegou e fez a casinha; falou com eles lá em cima. Aí eles mandaram ele fazer uma casinha pra ele aqui em baixo, por causa que era conhecido deles. Aí nós trocamos de casa. Ele foi pro Morro da Pedreira e eu vim pra cá. Eu vim morar pra cá porque eu tava muito doente. Eu fui operado da apendicite, aí veio o problema nos rins. Não podia nem andar. E aqui já era mais fácil pra eu ir ali na policlínica, mais perto. Lá não tinha nem ônibus”*

A proximidade com serviços de saúde pública é um dos motivos apontados para o deslocamento das famílias de uma área para outra na cidade.

Outro morador, Arão, veio para a Vila convidado por parentes que já residiam ali. Os cunhados ofereceram um pedaço de terra para ele poder construir. E foi o que ele fez. Residia em uma cidade pertencente à grande Florianópolis¹⁰¹. Queria vir para Blumenau porque achava que aqui havia melhores possibilidades de trabalho e menos violência.

- *“Eu vim primeiro; arrumei o serviço, depois trouxe a minha família e ficamos ali. Daí, como todo mundo foi se empregando, fizemos a casa e fomos buscar a mudança. Tinha comprado a madeira, tinha feito a prestação. Foi no sacrifício para poder... Bom, pra ver que até hoje não acabamos ainda. Sabe como é a vida de pobre! A situação é: remendando aqui, puxando ali..”*

Conforme Arão, eles foram dividindo os lotes e negociando entre si: -*“Tu faz daqui pra lá e esta parte fica pra mim. Ninguém vendeu, ninguém, pegou”*, afirma ele.

Chama atenção a forma como os próprios moradores distribuem os terrenos, abrindo os acessos, negociando partes e organizando um mercado paralelo de terras, que permite acessos às famílias pobres que não encontram lugar na cidade. As necessidades de um parente, ou de alguém conhecido com os quais estabelecem uma relação mais próxima, ou mesmo a solidariedade para com quem está na mesma situação, geralmente movem tais moradores a “ceder” um pedacinho de terra aqui

101 Expressão utilizada para designar a região metropolitana de Florianópolis, caracterizando-se como um conjunto de pequenas cidades conurbadas à capital e servindo na maioria das vezes como áreas de moradia da população mais empobrecida da região.

Figura 16: Vila Vitória



Fotos cedidas por: Jornal de Santa Catarina

e ali. Um pequeno comércio vai se estabelecendo aos poucos e as terras passam a ser negociadas a dinheiro, mas a baixíssimos valores (com relação à média do valor da terra na cidade), possibilitando para alguns o acesso à moradia e, para outros, um pequeno incremento em sua renda.

Para além de uma política habitacional que não se efetiva, e de uma lógica de produção que se apóia, cada vez mais, nos baixos salários pagos, os trabalhadores vão resolvendo sua situação de moradia como podem.

Com relação à Vila Vitória, percebe-se, no relato dos moradores que, de um modo geral, a vida melhorou depois de sua inserção na comunidade: ou porque conseguiram livrar-se das despesas de aluguel; ou - para os que vieram de outras cidades - porque conseguiram trabalho; Alguns responderam que se sentem mais seguros em ter uma casa, estar perto da família, ou ter deixado um local que consideravam violento. De um modo geral ninguém considera a comunidade violenta. Existe um certo sentido de acolhimento e pertencimento à mesma, justificando, em alguma medida, a utilização do termo “comunidade”. Analisar essas realidades sob o conceito de “comunidades” organizadas requer certa cautela. Há uma diversidade de significados atribuídos ao termo “comunidade”. Para Gohn (2005, p. 59), nas últimas décadas no Brasil, face à organização dos movimentos sociais, “a comunidade passa a ser vista como a parcela da sociedade civil organizada”. Nesse sentido, os territórios ou locais de moradia são fatores relevantes para se entender o significado de comunidade. Souza (1990, p. 66) afirma que “o local de moradia, mesmo nos limites arbitrários que possui, significa uma primeira aproximação para que o contexto cotidiano entre grupos e subgrupos de uma mesma classe social seja identificado”. A autora chama atenção para o fato de que é preciso levar em consideração que “a substância da comunidade não está no aspecto físico da área de moradia, mas no conjunto de relações e inter-relações, de poderes e contrapoderes que se estruturam, tomando como referência a infra-estrutura física e social da área”.

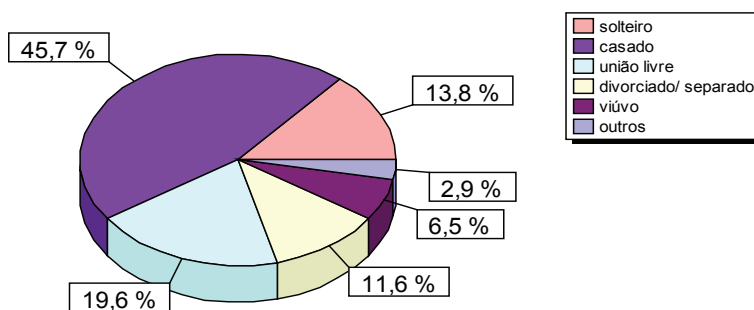
4.2 Caracterização dos Moradores das Áreas Pesquisadas

Conforme levantamento de dados realizados através de questionários aplicados, pôde-se elaborar um perfil dos moradores dessas áreas. Resultou que, das 228 famílias moradoras das três áreas, 138 participaram do levantamento de dados (60% das famílias). Mesmo levando em conta que os dados quantitativos pouco nos dizem da real

situação vivida por essas famílias, acredita-se que possam servir de parâmetro para estabelecer algum diálogo com essas áreas, ao mesmo tempo em que possibilitam desmistificar alguns pré-conceitos que enchem os discursos conservadores frente ao pouco ou nada que se sabe sobre tal realidade.

Procurou-se aplicar o questionário com os responsáveis pelo grupo familiar. Os sujeitos respondentes caracterizaram-se em 96 mulheres (70% amostra) e 42 homens (30%). O fato da maioria de mulheres terem respondido ocorreu por ter sido as que permanecem mais tempo no lar e puderam ser mais facilmente encontradas. Os resultados são os que seguem:

Gráfico 2 - Estado civil dos Moradores

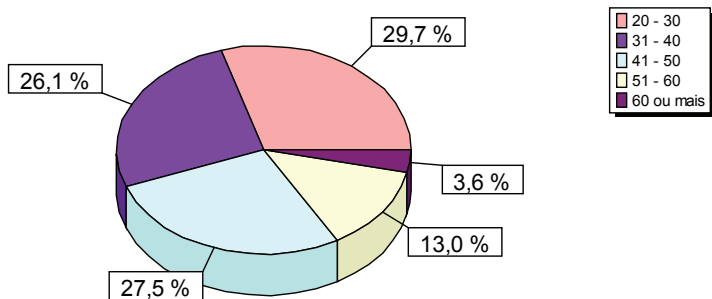


De um modo geral, as famílias pobres seguem o padrão geral das famílias no país, constituindo-se prioritariamente em grupos familiares organizados de acordo com família “nuclear” tradicional, composta do casal e filhos. Por vezes, residem juntos, avós, netos, ou genros e noras, constituindo redes de parentes que acabam por depender uns dos outros. Se em alguns momentos essas relações contribuem para maiores níveis de proximidade e solidariedade, isto não é resultado apenas de escolhas individuais. Esses níveis de proximidade ocorrem com mais frequência entre as classes pobres, quando as famílias vão se refazendo as possibilidades de autonomia são restritas. De qualquer forma, se desfaz a idéia de que famílias pobres são “desestruturadas”, tão latente nos discursos das elites e classes médias conservadoras ou dos técnicos da administração pública. Só se pode entender a “desestrutura” que atinge

as famílias pobres na relação direta com a falta das condições materiais que lhes garantam recursos para serem partilhados e divididos entre seus membros. De outro modo, as próprias famílias se estruturam no sentido de prover suas condições de existência.

Com relação à idade dos entrevistados, observou-se:

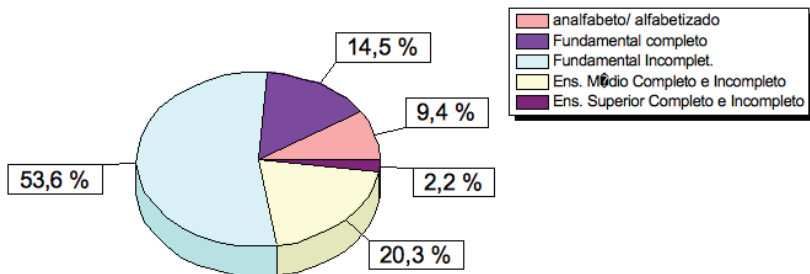
Gráfico 3 - Idade dos Responsáveis pelas Famílias



Percebe-se pelo gráfico acima, tratar-se, em sua grande maioria, de moradores jovens. Em torno de 30% possuem de 20 a 30 anos, os quais, somando-se com o grupo de 30 a 40, constituem mais da metade dos responsáveis pelas famílias.

A escolaridade desses jovens trabalhadores não tem avançado muito, quando se tratam de famílias pobres, mesmo frente às novas exigências do mercado de trabalho. É o que podemos observar no gráfico a seguir:

Gráfico 4 - Formação (escolaridade) dos Responsáveis pelas Famílias



A formação/escolaridade dos moradores é bem precária, com poucos anos de estudo. O número de pessoas analfabetas ou que só aprenderam a escrever soma 9%, muito próximo às taxas nacionais. A PNAD mostra que a taxa de analfabetismo encontrada para as pessoas de 15 anos e mais, em 2006, foi de 10,5% no Brasil. Embora tenha ocorrido uma boa redução nos últimos anos (10 anos antes, 1996, era de 14,6), observa-se que o acesso desigual continua sendo a marca da política. Conforme Síntese dos Indicadores Sociais do IBGE¹⁰²:

o analfabetismo está concentrado nas camadas mais pobres, nos mais idosos, entre aqueles de cor preta e parda, e nas localidades menos desenvolvidas. Constata-se uma média maior de anos de estudo para aqueles situados entre os 20% mais ricos na distribuição de renda do País. Enquanto no primeiro quinto (os 20% mais pobres) as pessoas tinham 3,9 anos de estudo, essa média era de 10,2 no quinto superior. Tais resultados evidenciam uma clara situação de desigualdade de oportunidades, mostrando a necessidade de políticas de distribuição de renda mais efetivas que venham a proporcionar melhores oportunidades educacionais para a população de baixa renda.

Observe-se que a situação educacional do país acompanha a situação de desigualdade e pobreza, longe ainda de significar uma política de inclusão social ampla, de oportunidades iguais, cumprindo-se os princípios de uma sociedade democrática. Com relação ao ensino superior, por exemplo, pode-se constatar que apenas 2% dos respondentes conseguiram esse acesso. Embora tão alardeado, o aumento do número de vagas pelo governo federal, as classes mais empobrecidas não têm acesso à maioria dos cursos que são oferecidos nas Universidades privadas, o que não lhes é colocado nem como perspectiva.

Muitos moradores, ao serem entrevistados posteriormente à aplicação do questionário quantitativo, relataram a necessidade de ter de sair da escola para trabalhar. Quando tentam retomar os estudos através de Programas como (EJA/ Educação Jovens e Adultos) muitas vezes fica complicado em função das exigências cada vez maiores do mercado de trabalho.

Um dos entrevistados, Denílson, assim se pronuncia: - *“Eu fui à aula, mas não aprendi nada. Aprendi só a fazer meu nome. A gente ia à*

102 Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=987 acessado em 20/10/2009.

escola, mas nós era de uma geração de pobres e aí o velho levava nós pra trabalhar e não estudava quase. Eu não aprendi nada”.

O relato de Leonora se traduz num bom exemplo das famílias pobres no quesito educação, quando a mesma diz: -*“Meu marido só assina o nome dele. E eu fiz até a quarta série. Os filhos, a maioria deles (6) só estudaram até o quarto ano primário. Só os últimos três é que fizeram o segundo grau”.*

Esses poucos anos de estudo não permitem às famílias ascenderem profissionalmente, ficando na condição de quase analfabetos funcionais. Se levarmos em conta as indicações da UNESCO¹⁰³ para a América Latina, de que o processo de alfabetização só se consolida de fato para as pessoas que completaram a 4ª série, ou seja, pelo menos 4 anos de estudo, podemos dizer que as taxas de analfabetos entre nós é bem maior do que as anunciadas.

As taxas de analfabetismo funcional no Brasil, apesar de terem sido reduzidas em alguma medida, ainda são altas em comparação com alguns países da América Latina, como Chile, por exemplo. Conforme dados do IBGE¹⁰⁴, as taxas para o setor rural, 42,9%, é mais do que o dobro da mesma apurada para o setor urbano, 17,8%. Por vezes, não basta a possibilidade de inserção nas escolas, ou mesmo nas universidades.

A realidade dessas famílias exige muito de seus membros que são constantemente requisitados a atender suas demandas. Nessa direção, Ivanilda relata com certa tristeza: -*“Eu tinha bolsa de estudo pra estudar numa escola melhor porque tinha notas muito boas. Mas tive que parar por causa da doença da minha mãe. Fiz até a sétima série”.*

Pedro foi um dos poucos que relatou ter concluído curso profissionalizante no SENAC, uma forma de Supletivo. Concluiu até o segundo ano do segundo grau. Ele considera pouco, embora ainda esteja bem acima da média dos outros moradores. Porém, frente às novas exigências do mercado de trabalho, sabe que é complicado não ter concluído o 2º grau, por exemplo.

Com relação à composição do grupo familiar, tem-se o seguinte quadro:

103 Boletim: Projecto Principal de Educação em América Latina e el Caribe, 1993. Retirado do site do IBGE <http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/pesquisas/educacao.html> - Acessado em 16 novembro de 2009.

104 Dados obtidos através do site do IBGE: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/sinteseindicisociais2008/indic_sociais2008.pdf - Acessado em 16 novembro de 2009.

Tabela 2 - Composição Familiar

no. membros	Caracterização das famílias	no. fam.
1 a 2 membros	casal; ou mãe e filha; ou pai e filho; ou avó e neto	25
3 a 4 membros	casal com dois filhos; ou mulher e três filhos;	63
5 a 6 membros	casal com 3 ou 4 filhos; ou casal, filhos e netos; ou casal filhos, noras ou genros	43
7 ou mais membros	casal com 3 ou 4 filhos, noras, netos	8
	Total	138

As famílias vêm sofrendo modificações também entre as classes pobres. A maior parte das famílias se constitui de 3 a 4 pessoas, caracterizando-se geralmente como um casal com dois filhos. Juntando-se ao primeiro grupo de duas pessoas (que pode tratar-se tanto de um casal, como uma mãe com filho, avó/avô com neta/neto) somam 88% das famílias. Embora continue se atribuindo os problemas urbanos e sociais ao aumento da população, essa realidade tem se modificado substancialmente nos últimos anos. Segundo IBGE¹⁰⁵, a taxa de fecundidade total (número médio de filhos que uma mulher teria ao final do seu período fértil) passou de 2,7, em 1996, para 2,0 filhos por mulher em 2006. Apontando para as diferenças regionais, o vizinho, Rio Grande do Sul, apareceu com apenas 1,6; níveis europeus que estão bem abaixo do chamado nível de reposição natural da população - que é de 2 filhos. Segundo dados do IBGE, em relação a outros países da América Latina, o Brasil está entre os que possuem os menores percentuais de população infante-juvenil¹⁰⁶. Quer dizer que não seria esse um problema social, não fosse a desigualdade de distribuição de renda e oportunidades de acessos que se reproduzem no país. Importante dizer que as médias gerais do país estão bastante referenciadas nas classes pobres já que essas se constituem no maior número das famílias brasileiras.

105 Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=987 – Acessado em 09 de novembro de 2009. **Importante mencionar que a única taxa de fecundidade que aumentou no país, em 2006 frente a 2005 por exemplo, foi entre mulheres de 15 a 17 anos, mães adolescentes.**

106 A taxa de fertilidade no Brasil caiu de 5,3 filhos por mulher em 1970, para 3,2 em 1989. Segundo George Martine, a maior queda de natalidade jamais conhecida em toda a história da humanidade! (In: SANTOS, Milton. A Urbanização Brasileira. São Paulo: Hucitec, 1993 p.120)

O número de pessoas por família, por consequência, também diminuiu bastante. Segundo a PNAD de 2006, confirma-se uma tendência de redução do tamanho das famílias, que passaram da média de 3,6 pessoas, em 1996, para 3,2 em 2006. Além disso, chama atenção a redução da proporção de mulheres com três filhos ou mais, no mesmo período, passando de 63,2% para 48,6% (redução de 14%)¹⁰⁷.

A escolaridade das mulheres é um dos principais fatores ao qual se atribui a redução da perspectiva de filhos¹⁰⁸. O maior acesso das mulheres à educação formal, depois do advento da pílula, é um dos principais motivos da redução do número de filhos, ou seja, o aumento dos acessos de um modo geral colocados para as mulheres como perspectivas de realização pessoal e profissional influem em sua escolha sobre o número de filhos. Nenhuma estratégia de planejamento familiar pode ser mais eficiente que isso. Só que esse leque de escolhas tem um recorte de classe bem definido, sendo que para as mulheres de baixa renda, as possibilidades são imensamente menores, conforme observou-se com relação ao acesso à educação formal por exemplo, pelas classes pobres. Esse também é o maior dificultador para inserção mais bem remunerada no mercado de trabalho. Quer dizer que as possibilidades de ascensão social são bem restritas para esses grupos.

Importante demarcar que o problema para as classes pobres não é número de membros da família, e sim a falta de condições dignas para abrigá-los, cuidá-los. E isso se pode perceber principalmente nas precárias condições habitacionais das ocupações estudadas.

Levando-se em conta que as rendas das famílias pobres são provenientes basicamente do trabalho, levantou-se os tipos de trabalho realizados por esses moradores pesquisados, e obteve-se o quadro ao lado (Tabela 3).

A designação “serviços gerais” denota uma série de funções ligadas à limpeza, jardinagem, que se constituem em sua grande maioria em serviços “terceirizados” pelas grandes empresas, universidade, Prefeitura¹⁰⁹, em que os trabalhadores permanecem por tempo determinado e servem às mais diversas tarefas. A terceirização é uma das “novas”

107 Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=987 Acessado em 20 de outubro de 2009.

108 A maior redução das taxas de fecundidade foram identificadas entre as mulheres com escolaridade mínima de 9 anos, cujas taxas ficaram abaixo de 1,6; enquanto que para aquelas sem instrução a taxa foi igual a 4. http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=987 Acessado em 09 de novembro de 2009.

109 A Prefeitura Municipal de Blumenau “terceirizou” grande parte dos serviços de limpeza e merenda

Tabela 3 - Atividade/trabalho que exerce atualmente

Atividade	%
Serviços Gerais	13 %
Área Têxtil	10 %
Desempregado/faz bicos	10 %
Não esta trabalhando	8 %
Domestica	8 %
Aposentado	7 %
Doença/ auxílio saúde	6 %
Auxiliar Cozinha	4 %
Nunca trabalhou/ do lar	4 %
Pedreiro	4 %
Cabeleireiro	4 %
*Outros: Motorista; Auxiliar de Enfermagem; Jardineiro; Zelador; Ajudante de carga e descarga; Auxiliar administrativo; Auxiliar Sondagem; Auxiliar transporte; Chapeador; Cozinheira; Eletricista; Isolador térmico; Op. de telemarketing; Pintor; Pizzaiolo; Produção cosméticos; Roçador; Servidora publica; Sindicalista; Tecnólogo; Vigilante; Possui empresa Própria (produção comidas, mercearia, dedetização).	22%
*Os “outros” significam todas as atividades de trabalho que apareceram com pequenos percentuais	

formas de organização do trabalho, utilizadas pelas empresas para se adequarem às exigências do mercado. Segundo Dupas (1999 p.2)

Simultaneamente, este processo radical em busca de eficiência e conquistas de mercados força a criação de uma onda de fragmentação-terceirizações, franquias e informalização-, abrindo espaço para uma grande quantidade de empresas menores que alimentam a cadeia produtiva central, com custos baixos. Tanto na sua tendência de concentrar como na de fragmentar, a competição opera como um motor seletivo deste processo”

As terceirizações ganham espaço também fora da indústria cada vez mais. Pochmann atenta para o fato de que as atividades ligadas à terceirização já representam um em cada 4 empregos formais gerados na economia. O autor ressalta um possível caráter de “modernização”

desse tipo de processo que ocorre quando “a contratação da empresa terceirizada representa um mecanismo e inovação de gestão da mão-de-obra e da técnica”. No entanto, lembra que, em países como o Brasil, as terceirizações são utilizadas para enxugar as empresas e ajudá-las a reforçar sua capacidade de competição no mercado. Nessa direção, a falta de uma situação econômica mais favorável e de regulação pública para esse tipo de trabalho aponta para sua precarização¹¹⁰.

Com relação à situação de trabalho, percebe-se na tabela 3, acima, que a maioria dos entrevistados são trabalhadores potenciais. Mesmo que se tratando de 70% mulheres as respondentes, somente 4% se colocou como “do lar”. Se algumas eventualmente “não estão trabalhando” (8% delas), não se percebem como “desempregadas”. A maioria porque os maridos continuam trabalhando e sua saída é temporária, muitas vezes marcada pelo pouco vínculo com o trabalho, como será analisado adiante, ou em função de sua saída do último trabalho ter sido motivadas por situação considerada “pessoal” tipo: gravidez, falta de “creche”, cuidar de neta, filho portador de deficiência, doença de alguém na família. Essas fragilidades sociais, que são parte intrínseca da vida das famílias, e que, no Primeiro Mundo, onde vigorou o Estado do Bem-Estar Social durante muito tempo, foram incorporadas como de responsabilidade social, no Brasil, principalmente com relação a maiorias empobrecidas, são tidas como de responsabilidade privada.

Tratando-se o Brasil de uma sociedade de base autoritária e conservadora, os direitos sociais só foram reconhecidos tardiamente, características de alguns países que passaram por longas ditaduras e cujos direitos só foram reconhecidos tardiamente. Como foi o caso do direito à educação pública que foi reconhecido somente na Constituição de 1946 e à saúde pública, que só foi reconhecido na Constituição de 1988. Esses países são caracterizados por Sposati (2002 p.2) como de “regulação social tardia”, lembrando a autora que o “reconhecimento legal não significa que estejam sendo efetivados”, ou seja, “embora, estejam inscritos em lei, seu caráter difuso não os torna autoaplicáveis ou reclamáveis nos tribunais”.

O imaginário da população de um modo geral carrega essa idéia frágil de direitos, depositando a responsabilidade de respostas de suas demandas sociais na sua própria “capacidade”. Se olhar-se o tamanho da desigualdade social no país, sem uma análise aprofundada da distribuição desigual da riqueza, do acesso à terra, e das oportunidades, pode parecer que só uma minoria está dotada de tal “potencial”. Levando em conta,

110 Marcio Pochmann. O Avanço da Superterceirização. Gazeta Mercantil. São Paulo, 27 junho de 2007. Pequenas e Médias Empresas/ Serviços p.1

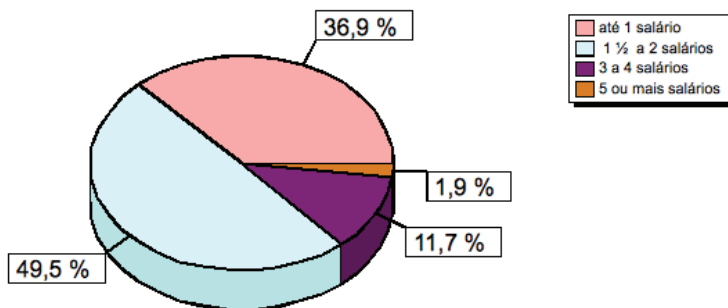
sobretudo a divisão altamente desigual das remunerações pelo trabalho, sobre a qual se organizou o processo industrial do país, das frágeis garantias trabalhistas, pode-se perceber que a dimensão da pobreza é estrutural e explicá-la pelas capacidades pessoais é de um reducionismo que não contribui com nada para seu entendimento.

Voltando a tabela 3, juntando-se as mulheres que responderam “não estarem trabalhando” e os desempregados, tem-se 18% de responsáveis pelas famílias fora do mercado de trabalho. As entrevistas com alguns destes trabalhadores demarcam a fragilidade dos vínculos e a grande exploração do trabalho a que estão expostos a maioria dos trabalhadores (baixos salários, sobrecarga de horas), situações motivadoras para a saída dos empregos que serão melhor analisadas nos próximos itens deste capítulo.

Chama atenção o número de trabalhadores têxteis moradores desses locais (10%), deixando claro a precarização de trabalho vivida por estes operários. A maioria está vinculada às grandes empresas e outros, em faixões, caracterizando-se como: costureiras, estampadores, revisoras, embaladeiras.

Outras atividades que aparecem em menor número (agrupados como “outros”), mostram a heterogeneidade de ocupações. Porém, pode-se observar serem todos de baixa remuneração. Mesmo os proprietários de pequenos negócios (mercearias na própria comunidade ou empresa que fornece alimentos para lanchonetes, dedetizadora) não se diferenciam muito dos outros moradores em termos de ganhos pelo trabalho. Eles se utilizam da máxima força de trabalho de toda a família para fazer funcionar o negócio, conforme observado em seus relatos na aplicação dos questionários e entrevistas. O quadro seguinte dá uma idéia dos salários recebidos pelos entrevistados.

Gráfico 5 - Remuneração pelo Trabalho



O fato da grande maioria estar trabalhando deixa claro que a pobreza tem relação direta com as baixas rendas provenientes do trabalho. Pode-se observar que cerca de 86% dos que mantêm alguma atividade recebem, no máximo, 2 salários mínimos (juntando-se os dois primeiros itens do gráfico).

Estudos comprovam que o salário mínimo nacional vigente se afastou imensamente do que fora proposto nos preceitos constitucionais, ou seja, a idéia de um “salário mínimo fixado em lei, nacionalmente unificado” capaz de atender às necessidades vitais básicas dos trabalhadores e de sua família, “como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, reajustado periodicamente, de modo a preservar o poder aquisitivo, vedada sua vinculação para qualquer fim”¹¹¹. Em novembro de 2009, esse salário mínimo nominal era de R\$ 465,00, enquanto que a remuneração mínima necessária prevista, conforme tais preceitos, era de R\$ 2.139,06 (DIEESE¹¹¹).

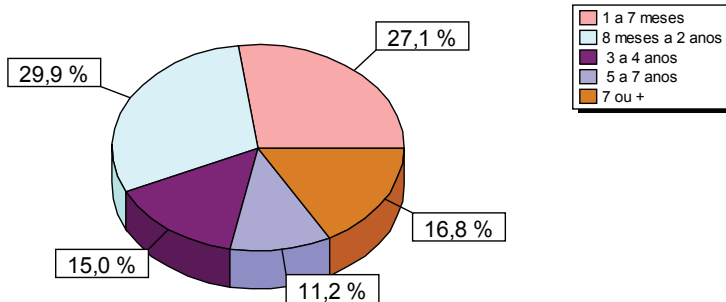
Com relação **aos vínculos de trabalho estabelecidos**, constatou-se que a maioria tem carteira assinada (cerca de 70%), embora chame atenção o número de autônomos (20%). Os desempregados (10%) muitas vezes realizam “bicos”, trabalhos temporários sem vínculos. No caso das mulheres (maioria dos respondentes) que se consideram autônomas, tratam-se de domésticas ou diaristas, geralmente sem registro em carteira.

Esses 30% de trabalhadores fora do emprego formal vivem a realidade do trabalho instável e, por consequência, não podem contar com renda fixa. A dificuldade de se planejar a vida a partir dessa situação é uma situação que se amplia cada vez mais no mundo do trabalho, como característica dos impactos atuais da reestruturação produtiva. Embora atinja em grande medida as classes médias que tinham um pouco mais assegurados os vínculos de trabalhos, as classes pobres também são diretamente afetadas em cidades industriais como Blumenau levando-se em conta que grande parte desses trabalhadores empobrecidos tinham como horizonte o “trabalho na fábrica” com a estabilidade e remuneração que acreditavam ter quando vieram para a cidade ou então, para os que já moravam aqui, mantinham a crença de que seguiriam o caminho traçado por seus pais.

O tempo que permanecem nas atividades/trabalhos que realizam os responsáveis pelas famílias deixa clara a fragilidade dos vínculos, conforme pode-se observar no gráfico abaixo.

111 Retirado da pagina <http://www.dieese.org.br/rel/rac/salminMenu09-05.xml> - Acessado em 04 de janeiro de 2010.

Gráfico 6 - Tempo que está neste Trabalho



Grande parte dos trabalhadores está vinculado a este último trabalho, menos de 7 meses (27%). Se juntar com o grupo que possui vínculo com menos de dois anos, tem-se quase 60% dos trabalhadores. Embora a maioria tenha definido seu vínculo de trabalho “*com carteira assinada*”, a fragilidade dos mesmos fica assim exposta. Os vínculos de mais de sete anos significam apenas 17% dos moradores e no caso da maioria dos respondentes serem mulheres, o que mais apareceu foram os empregos de doméstica, e alguns serviços gerais. Aparecem alguns poucos metalúrgicos e trabalhadores têxteis com muitos anos de trabalho, os quais justificam a saída em função de “*demissão*” e “*salário baixo*”. O fechamento de unidades industriais na década de 1990 justifica esta primeira situação e os baixos salários praticados a partir de então vão se evidenciar mais adiante nos relatos.

Os **últimos empregos** dos trabalhadores antes desses, dão uma idéia da trajetória desses trabalhadores na cidade.

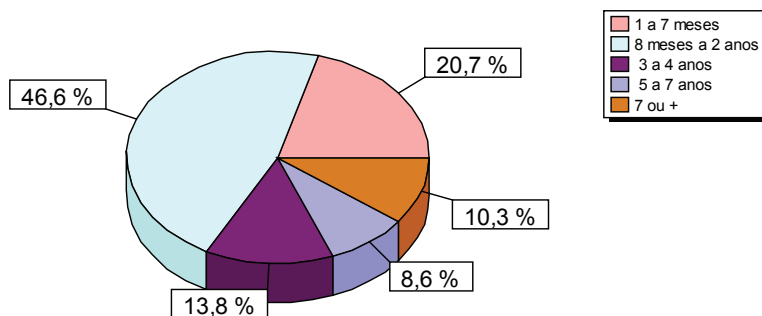
Tabela 4 - Última Atividade/Trabalho, antes do Atual

Doméstica/ limpeza	15%
Serviços gerais	14%
Área Têxtil	11%
Auxiliar de Cozinha	9%
Atendente	4%
Jardineiro/roçador	3%
Outros: Vigilante; Abatedouro; Ajudante Caminhão; Armador; Auxiliar de Açougue, Auxiliar de Eletrecista; Auxiliar de Topógrafo; Colocador de Forro; Cobrador de Ônibus; Comércio; Garçonete; Metalúrgico; Servente de Pedreiro; Zelador; Frentista; Entregador de Gás; Copeira; Tinha uma Fação;	44%

Com relação aos últimos empregos, pode-se observar que a maioria trabalhava como doméstica ou serviços de limpeza. Somando-se aos “serviços gerais” que fogem do espaço doméstico, mas que estão na lógica dos mais mal remunerados, somam-se quase 30% das ocupações. Os empregos da área têxtil também chamam atenção (11%). Observe-se que, quase na mesma proporção, os têxteis aparecem como empregos atuais, (10% na tabela 3). Levando-se em conta o tempo de vínculo predominante nos trabalhos, que apareceu com dois anos apenas (gráfico 6), percebe-se a rotatividade também desse tipo de emprego.

Os “outros” aparecerem em porcentagens muito pequenas, mostrando a heterogeneidade de funções, das quais a sociedade local se beneficia com possibilidades de baixos salários para trabalhadores que, sem profissão definida, se sujeitam a exercer qualquer tipo de serviço.

Gráfico 7 - Tempo que permaneceu neste último Trabalho



O tempo que permaneceram nos últimos trabalhos também evidencia a movimentação do mercado de trabalho: 21% ficaram menos de 7 meses. E somados aos que ficaram menos de 2 anos são 73% dos trabalhadores. Os trabalhos já deixados, que conseguiram manter certa estabilidade (7 anos ou mais) aparecem novamente com apenas 10% com as mesmas características dos atuais.

Com relação **aos motivos de saída dos antigos empregos**, número significativo dos pesquisados respondeu que “empresa faliu/ fechou ou mudou de dono” (15%), denotando o comportamento dos negócios (empresas, bares, restaurantes) em tempos tão flexíveis; 10% dizem terem sido demitidos, deixando clara a rotatividade do próprio mercado de trabalho; 9% justificaram os baixos salários e a oferta de trabalho melhor, e 5% reclamaram de não terem carteira assinada. Juntando-se

essa a outras respostas como: “horário ruim” e “falta de pagamento”, “sobrecarga de trabalho” (que somam mais 9%) tem-se um panorama da movimentação dos trabalhadores em tempos de mercado de trabalho flexível e com grande capacidade de exploração.

Com relação aos postos de trabalho na indústria têxtil, os que permanecem não são mais atrativos para os indivíduos. A exploração intensa, através das estratégias gerenciais apontadas, tornam o emprego na indústria pouco desejado.

Alguns entrevistados das empresas têxteis assim justificaram suas saídas: Ronilda era costureira de profissão, mas mudou de ocupação: - *“Na primeira malharia, saímos todo mundo porque ela fechou. E na outra, o salário era de um tamanho que (...) se eu tivesse que pagar aluguel, eu pagava aluguel e comia só. Daí fui trabalhar na faxina!”*

Conforme dirigente do SINTRAFITE, Vivian Bertoldi, muitos trabalhadores, principalmente os mais jovens, não permanecem mais nesse tipo de emprego. Os motivos apontados estão relacionados tanto à condição do trabalho (mais estressante e controlado) como com relação à falta de política salarial que lhes possibilitem alguma forma de melhorar a remuneração ou ocupar um cargo melhor na hierarquia da empresa. Conforme Vivian, algumas delas chegam a contratar carro de som chamando funcionários para ocuparem cargos que se encontram vagos que os trabalhadores não querem mais. Sobre a situação do trabalhador no interior da grande empresa, ela relata: - *“Hoje, poucos fazem o trabalho que antes muitos faziam, com mesma produção; não há mais planos de saúde, médicos especialistas, nem ajuda com exames. Isso tudo acabou”*. Quando alguns médicos são mantidos, eles têm mais o papel de defender as empresas contra as denúncias de doenças do trabalho, que vêm aumentando, informa a dirigente.

Mesmo levando em conta que seja questionável esse tipo de atendimento de saúde dentro da própria empresa, pelo fato de dificultar a percepção dos trabalhadores sobre seus direitos e retirar do Estado a responsabilidade por essa política, Vivian lembra do tempo que atuou como operária de fábrica e de como esses suportes contribuía e muito com a qualidade de vida de uma jovem mãe trabalhadora. Tudo isso acabou e, certamente, causou grande impacto nas relações de trabalho local. A fábrica agora já não é mais vista como o lugar da segurança, nem de possibilidades de ascensão.

O próprio Sindicato dos Têxteis atua nessa perspectiva realizando

centenas de atendimentos médicos mensais¹¹². Conversando com um médico do SINTRAFITE¹¹³, ele relata que o número de trabalhadores com doenças consideradas do trabalho, ou relativas ao mesmo, como dor-lumbar e depressão, são cada vez mais comuns entre os atendidos, sendo que muitas vezes as duas ocorrem juntas.

Alguns trabalhadores entrevistados justificaram a saída das empresas com ofertas de trabalho melhor, ou porque não gostavam. Dados do Sindicato dos têxteis dizem que, nas empresas têxteis, atualmente, as rescisões contratuais a pedido dos funcionários são em número muito maior que as demissões por parte do empregador. As causas apontadas são: o salário baixo e o desejo de querer progredir. Segundo Viviam:

Até um tempo atrás, se uma empresa oferecia 50,00 a mais para os trabalhadores largarem a empresa têxtil, eles não iam. Agora vão! Porque a expectativa deles pra reajuste salarial é baixíssima. Eles possivelmente levariam alguns anos pra conseguir incorporar esses 50,00 no seu salário.

A empresa têxtil local se configura então nos moldes da grande empresa capitalista dimensionada pela reestruturação produtiva com agravos no Brasil, dos salários que já eram baixos e dos seguros sociais que eram (e ainda são) frágeis. Com relação ao trabalho têxtil então, o que se percebe é que segue a lógica globalitária, que assim se expressa:

Com efeito, os incrementos maciços em produtividade, devido aos processos intensos de inovação tecnológica e uma conseqüente redefinição do mercado de trabalho, têm se traduzido exclusivamente em aumentos impressionantes dos lucros e das várias formas de remuneração do capital. O fator trabalho não tem recebido qualquer vantagem em termos de redistribuição real dos tais incrementos em produtividade. De fato, não aumentaram as vagas de emprego, nem tampouco os salários reais, ou sequer foram reduzidas as jornadas de trabalho e, muito menos, foram mantidos os anteriores níveis de salário indireto relativos ao total de gastos sociais (VASAPOLLO 2005 p.20).

As demissões apareceram como justificativa para a mudança de trabalho em outros setores. Uma das entrevistadas contou que atuava

112 No ano de 2009 foram realizados 45.737 atendimentos médicos, segundo dados fornecidos pelo próprio Sindicato (para um total de 16.000 associados – a categoria soma ao todo 36.000). Mas os atendimentos se estendem às famílias dos associados também.

113 Entrevista com o médico: Aldo Vera Sarubbi, no dia 15.12.2009.

como auxiliar de cozinha numa grande empresa, porém estava vinculada a uma terceirizada. Houve quebra de contrato e a empresa não pagou a terceirizada. Eles tiveram que fechar a cozinha e todos foram demitidos. As empresas terceirizadas muitas vezes não têm estrutura para comportar o tamanho das demandas que lhes vão ser exigidas e ficam subjugadas às grandes empresas que já estão acostumadas a operar o jogo do mercado e impõem as regras de negociação. Essa nova organização da produção coloca os trabalhadores em situação cada vez mais frágil.

A renda proveniente dos salários recebidos pelo trabalho é a principal ou quase única fonte de renda das famílias entrevistadas. Quando questionados sobre isso, a maioria, 96%, respondeu não ter outra renda. Entre os que possuem, 3% se referem à pensão alimentícia, cuja fonte também certamente é o trabalho, em se tratando de famílias pobres. Algumas mulheres confeccionam roupas em casa para vender e outras vendem produtos de beleza, formas de sobre-trabalho utilizadas para aumentar suas rendas.

Com relação a algum tipo de benefício recebido pelo Estado, somente 15% atestam receber, sendo 10% provenientes do Programa Bolsa Família e outros: Auxílio Doença, BPC (Benefício de Prestação Continuada) e Previdência.

Com relação aos **benefícios concedidos pela política de assistência social**¹¹⁴ (Bolsa Família e BPC), mesmo encontrando-se em situação bastante vulnerável do ponto de vista econômico e social, grande parte dos moradores não recorre a eles. Ou porque, em se tratando de política social brasileira, ela tem pouca consistência como direito, ou porque os acessos são tão difíceis e seletivos que alguns preferem depender de parentes e de sua própria penúria. Um entrevistado diz: - *“A gente vê o que o pessoal passa... Se for pra isso, prefiro ficar sem”* (Argelino). Ele está desempregado há seis meses e vive de alguns trabalhos esporádicos que consegue arrumar.

Uma das moradoras entrevistadas, Rita, tem um filho portador de síndrome de Down. E a filha de Denilson tem múltiplas deficiências. As duas famílias recebem o BPC, que é um dos recursos previstos na Política de Assistência. Rita diz que teve de *“correr muito atrás”* para receber

114 O Programa Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda com condicionantes, voltado para famílias em situação de pobreza (com renda mensal por pessoa de R\$ 70 a R\$ 140) e extrema pobreza (com renda mensal por pessoa de até R\$ 70). Já o Benefício de Prestação Continuada (BPC) se propõe a transferir um salário mínimo mensalmente a pessoas idosas e portadores de deficiência incapacitados para a vida independente e para o trabalho. Em ambos os casos, os público alvo deve pertencer a famílias com renda por pessoa inferior a 1/4 do salário mínimo.

o recurso. Enfrentou a burocracia e a falta de informações consistentes e objetivas para o acesso, o que é marcante no encaminhamento da população usuária desses “benefícios” sociais. Ela depende dessa renda também para garantir um pouco de segurança para seus filhos. Esse ganho mensal, juntando com o faturamento obtido em seu pequeno comércio na comunidade, “dá pra viver”, diz ela, “mas nunca sobra”. Constata-se tal situação nas condições precárias de moradia em que ela se encontra.

Denilson também apresenta situação similar com relação ao benefício recebido em função da situação da filha. Ele afirma: -“*O dinheiro dela é só pra ela, porque a gente gasta muito com ela*”. Sua esposa teve que deixar o trabalho para ficar com a menina em função das complicações do tipo de deficiência de que ela é portadora. Percebe-se que o impacto destas situações nas famílias é enorme, sobretudo naquelas que se encontram em situação de pobreza. O benefício repassado atenua um pouco esses impactos, porém, frente às enormes demandas que vão se avolumando para as famílias em razão de inúmeras carências, o recurso não garante acessar melhor qualidade de vida, por exemplo. De qualquer forma, faz diferença na renda familiar. Para Denilson, por exemplo, o recurso significa prover minimamente a filha portadora de deficiência, com remédios, fraldas e alimentos.

O próprio Denilson encontra-se afastado do trabalho por doença, “encostado” como ele diz. O recurso que recebe também é baixo. Ele trabalhava como jardineiro/roçador, mas teve um aneurisma e foi afastado. Ele diz: “*Eu queria melhorar para poder ir trabalhar. Não queria ganhar este salário mixado aí da prefeitura. Mas todo o dia eu tenho dor de cabeça, todo o dia eu tenho que tomar remédio*”. Desta forma, Denilson mostra sua indignação com a própria situação. O salário recebido do Estado lhe é pouco e parece soar como uma concessão também. Gasta muito com remédios. Os remédios para ele próprio, diz conseguir na Policlínica, mas os da filha, “*tem que correr atrás*”. Algumas vezes, orientado por profissionais da saúde, teve que acionar a Promotoria Pública para poder acessá-los¹¹⁵.

Embora poucos recebam seguro desemprego (5% - metade dos que responderam estas desempregados), alguns admitem terem feito “acordo” com patrão para poderem utilizar a rescisão e o seguro desemprego para organizar a vida (reformatar a casa, tratar de um filho doente). O seguro desemprego é visto muitas vezes pelos trabalhadores empobrecidos como um dos seguros sociais garantidos e relativamente fácil de acessar,

115 Muitas vezes esta é a única forma de acesso aos medicamentos de alto custo em função da sua indisponibilidade na rede pública de saúde.

evitando-se as filas, burocracias e por vezes, humilhações que tem que se passar para acessar outros benefícios sociais citados.

Os gastos com desempregados estão entre as despesas federais que mais cresceram nos últimos anos no país. Em 2007, por exemplo, no Brasil, houve 14,3 milhões de contratações e 12,7 milhões de desligamentos e a rotatividade foi de 44,8%, grande parte deles atendidos com esse recurso. Entre os maiores programas de transferência de renda no país, o seguro desemprego, existente há 22 anos, fica atrás apenas da Previdência Social. O Bolsa Família ocupa a quarta colocação, atrás do BPC. Segundo o Ministério do Trabalho, o crescimento do número de empregos formais, que saltou de 22,3 milhões, no início de 2002, para 29,1 milhões no final de 2007, denota uma espécie de “efeito colateral” do crescimento econômico, onde os trabalhadores “conquistaram mais direitos”. No entanto, as próprias autoridades consideram “anormal” a taxa de rotatividade de mão-de-obra¹¹⁶.

No Brasil parece que os avanços e retrocessos vão acontecendo paralelamente. Se a tendência mundial são os cortes nas conquistas históricas dos trabalhadores, aqui, dado ao pouco que se tinha avançado, qualquer perda significa muito, ou seja, o rebatimento destas perdas na vida dos trabalhadores já empobrecidos e com tão poucos direitos efetivos, podem ter efeitos dramáticos.

Só para se ter um exemplo, analisemos o caso da França, uma das maiores potências econômicas mundiais e que tem sido “referência, por um longo tempo, de um capitalismo europeu temperado e social, de fato”. Lá o Estado sempre teve um papel determinante na economia, chegando, nos últimos anos, a ter 35% das atividades industriais e 84% das financeiras controladas diretamente pelo Estado. “Os trabalhadores representam quase metade da população total e 75% são efetivos. Apesar de, ultimamente, os índices de pobreza relativa terem baixado, houve queda nos subsídios sociais a partir de 2003. O salário desemprego passou a ser concedido “**por dois anos**” e não sem prazo, como ocorria anteriormente”¹¹⁷. O que se denominava de renda mínima de colocação (RMI) foi convertida em renda mínima da atividade (RMA) não mais paga pelo Estado, mas por entidades locais, e ainda com a obrigação por parte do beneficiário, de aceitar o trabalho que lhe for proposto, sob o risco

116 Informações obtidas na Folha de São Paulo, domingo, 25 maio de 2008. Caderno B, p.3. Mesma fonte diz que o governo estudava na época possibilidade de redução desse benefício, cujo acesso está condicionado hoje há seis meses de vínculo empregatício. O governo estuda possibilidade de ampliar para 1 ano esta exigência.

117 Grifo meu

de perda do subsídio (VASAPOLLO,2005 p.78/79). De qualquer forma, a situação é bem diferente do Brasil. Aqui se discutem migalhas ainda. E o foco nos Programas de transferência de renda (como Bolsa Família), embora importantes do ponto de vista de segurança social em tempos tão difíceis para os trabalhadores, se afastam de percepção necessária de que a imensa pobreza no país tem relação direta com a estrutura econômica sobre a qual a economia se sustenta, e com as decisões políticas de escolha de um tipo de desenvolvimento. A solução, nessa perspectiva, ou políticas efetivas para seu enfrentamento, teriam que partir de uma melhor distribuição de riqueza gerada pelo trabalho de todos. O que se observa, em tempos de neoliberalismo, no entanto, segundo Pochmann (2007 p.16):

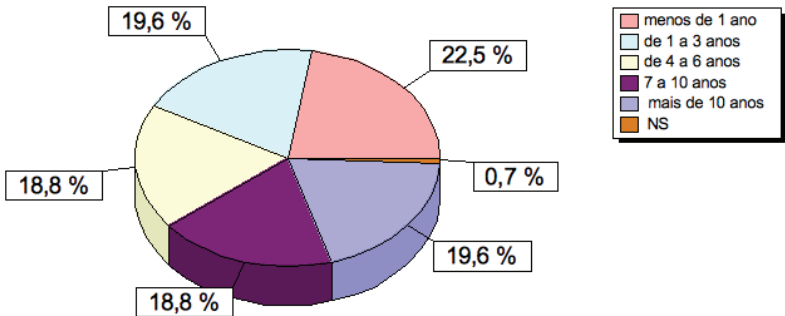
Do final da década de 1970 à metade da primeira década do século XXI, a participação do rendimento do trabalho na renda nacional caiu quase 12 pontos percentuais. Simultaneamente, cresceu a porcentagem relativa às formas de riqueza associadas aos proprietários (lucros, juros, aluguéis, renda da terra

Voltando a pesquisa realizada com os moradores das áreas, com relação à **trajetória de trabalho** desses moradores, obedece-se ao perfil dos empobrecidos deste país. Um número significativo deles (20%) iniciou suas atividades de trabalho ainda criança (de 6 a 11 anos). A maioria dos entrevistados respondeu tê-la iniciado com 12 a 17 anos, na fase da adolescência (66%). Somando-se os dois tem-se 86% dos pesquisados iniciados no trabalho enquanto crianças/adolescentes, em atividades que se destacaram como: babás, domésticas, roça, limpeza, serviços gerais, ajudante de carga e descarga, ajudante de serralheria, servente de pedreiro, jardineiro,etc. Todos com histórico de altos níveis de exploração, caracterizando-se como trabalhadores “avulsos”, ou seja, aqueles que geralmente fazem tudo e qualquer coisa porque são pobres. A sociedade se beneficia largamente dessa farta mão de obra.

A reprodução histórica dessa pobreza, com seu agravamento nos últimos anos – talvez não quantitativamente falando, já que os números oficiais demonstram queda dos níveis de pobreza – com relação às formas precarizadas de inserção no mundo do trabalho, levou as famílias dos trabalhadores empobrecidos a buscarem por sua própria conta, resolver em alguma medida suas demandas.

Quanto aos **tempo de ocupação** das áreas que foram objeto da pesquisa, obteve-se o seguinte resultado:

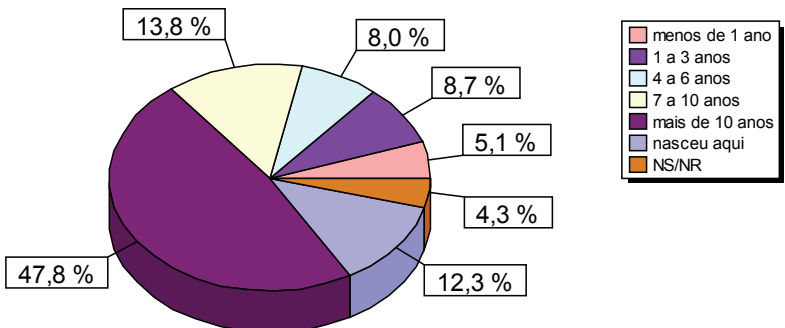
Gráfico 8 - Anos que Mora neste Lote ou Casa



Conforme demonstra o gráfico acima, pôde-se perceber que a maioria foi ocupada no período pós anos 1990. Alguns poucos moradores ocupavam essas áreas antes, conforme o seu histórico. Por outro lado, somando-se os que residem “há mais de 7 anos”, com os que estão “há mais de dez anos” na área, são quase 40%, o que mostra que a ocupação já está bem consolidada. 23% dos entrevistados, no entanto, passaram a residir ali há menos de um ano, o que significa que as ocupações continuam avançando. É bem compreensível, levando-se em conta, conforme já visto nos últimos anos, os dados gerais de empobrecimento dos trabalhadores locais, situação agravada pela ausência de uma política habitacional e pelo último desastre que deixou centenas de moradores sem casa.

Com relação ao tempo de moradia em Blumenau, levantou-se a seguinte situação:

Gráfico 9 - Anos que Mora em Blumenau



Grande parte dos moradores das áreas estudadas reside há muito tempo na cidade. Ou seja, quando perguntados sobre o tempo de moradia em Blumenau, 13% responderam ter nascido aqui, e 48% morar há mais de 10 anos na cidade, totalizando 60% dos moradores.

Difícil, nesse sentido, caracterizar os moradores que “são de Blumenau” e os que não são. Se ser cidadão com todos os direitos de pertencimento a um local ou a um país, dependesse do tempo de moradia, teria que se destituir desse direito grande parte dos moradores das cidades atuais. Há uma grande mobilidade social no país desencadeada a partir de 1950, quando se consolida o processo de industrialização nas cidades. O percentual de brasileiros ausentes de seu local de nascimento em relação à população total passou de 18% em 1960 para 36% em 1991 (M. SANTOS e SILVEIRA, 2001 p.212). Se o critério para definir tais cidadãos é o modo de inserção social desses “novos” moradores, também é questionável. Um país democrático não pode deixar de permitir que seus cidadãos se movam com liberdade entre cidades e regiões que consideram mais promissoras para si e para seu grupo familiar. Ainda mais com um Estado que oferece tão pouca proteção social.

Mas não são somente os pobres que migram. Os ricos exercem bem este “direito de ir e vir”. No entanto, os discursos xenófobos de proteção dos nascidos, ou nativos, são bem acentuados no mundo todo mostrando a própria contradição destes tempos de globalização. Países como o Reino Unido, por exemplo, tem 9,5% de sua população vivendo no exterior, quer dizer, fora do seu território. Enquanto países como o México e Filipinas (comparativamente pobres) têm 10% de sua população na condição de migrantes¹¹⁸. Os migrantes destes últimos passam geralmente a serem vistos como um problema para os países que os “recebem”. Porém, na prática, como aqui, os migrantes pobres acabam por realizar as tarefas que os “mais bem posicionados” já não querem mais. Há aí uma grande “utilidade” na existência desses trabalhadores pobres, que aparece por vezes até no discurso de seus defensores.

Voltando à pesquisa, procurou-se levantar um histórico de moradia, tentando traçar, em parte, a mobilidade dessas famílias em termos de residência. Questionados então **sobre o último local de moradia**, 40% os entrevistados responderam que moravam em Blumenau mesmo, e 32% vieram de alguma cidade do próprio Estado. Entre os que vieram de outros Estados, aparece o Paraná, com 16%, São Paulo (3%) e outros:

118 Dados emitidos por Robert Skeldon, professor da Escola de Estudos Sociais e Culturais da Universidade britânica de Sussex. Retirados da Folha de São Paulo, domingo, 24/08/2008. Caderno A. p.23

Rio Grande do Sul, Alagoas, Bahia, Mato Grosso (estes últimos contando com apenas 1 a 3 famílias cada). Quanto ao Paraná, não é de estranhar, tratando-se de um Estado vizinho e levando-se em conta que o estado é a origem do maior fluxo migratório para Santa Catarina. De qualquer forma, esse dado desconstrói um pouco o discurso recorrente de que a maioria dos moradores empobrecidos das periferias da cidade são paranaenses.

O ritmo de crescimento populacional da cidade também tem apontado uma diminuição nos últimos anos, conforme tem ocorrido em todo o país. Chama a atenção o fato de Gaspar e Indaial (municípios vizinhos) terem um crescimento maior que Blumenau na segunda metade dos anos 1990¹¹⁹. Conforme analisado no item 3, essa situação se deu em função das empresas que se instalaram nesses locais. Observa-se que estas pequenas cidades já começam também enfrentar situação agravante de pobreza.

Quanto aos **motivos da mudança para a área de ocupação**, a maioria dos responsáveis pelas famílias justificou a necessidade de “casa própria/sair do aluguel” (70%). O fato dos terrenos acessíveis foi também argumento, levando em conta que eles próprios tiveram que construir suas casas.

Outros motivos apareceram para a ocupação, quais sejam: “*buscar emprego e melhor qualidade de vida*”, justificado pelas famílias que vieram de cidades menores e trabalhavam com agricultura (“*roça*”, como responderam) e procuraram, em Blumenau, melhores possibilidades de acesso ao trabalho com carteira assinada, ao atendimento em saúde, educação para os filhos; ganhos estes que, na maioria das vezes, foram alcançados, conforme relatos.

Um dos entrevistados, Elias, tinha uma facção e, com sua mulher, costurava para uma empresa média do ramo têxtil. O casal permaneceu por dois anos nessa função. A empresa faliu e eles tiveram que fechar também. A idéia de se ter seu próprio negócio é alardeada como possibilidade concreta de sucesso, suprimindo a demanda pela terceirização de serviços que antes eram realizados no próprio espaço da fábrica, da grande indústria capitalista. Em Blumenau, o razoável número de facções que surgiu nos anos 1990, cumpria essa função. Neste aspecto, Siebert (2006 p.19) resalta o fato da indústria local se caracterizar pela predominância de micro e pequenas empresas na cadeia produtiva, sendo que essas empresas operam prestando serviços às empresas médias e

119 Na década de 1980 o ritmo de crescimento na região era de 3,19a.a., baixou para 2,06 na primeira metade da década de 1990, e 1.12 na segunda metade de 1990 (BLUMENAU, 2009 p. 97).

grandes, cumprindo-se a lógica das terceirizações (verticalizações) da produção.

O então faccionista Elias, agora trabalha no comércio como “conferente de móveis”. Morava em outra comunidade também caracterizada como área de pobreza, mas lá podia pagar aluguel quando tinha a facção – atente-se para o fato de que o mesmo não obtinha lucros que lhe possibilitassem comprar uma casa ou ascender muito na escala social. Depois da falência da empresa, conta que, não deu mais conta de manter o aluguel e se mudou para a área em que reside, onde adquiriu a casa (em precaríssima condição). Ele disse que veio há bastante tempo para Blumenau, trabalhar na construção, contratado por uma empresa, para construir o shopping (Neumark), e acabou ficando. Veio do Rio Grande do Sul, de uma pequena cidade chamada Maraú. - “*Lá não tinha trabalho*”, ele diz. - “*Aqui não tem emprego bom, mas pelo menos tem*”, completa.

Observando-se o fato da maioria dos moradores das áreas pesquisadas já residirem na cidade antes, e constatando-se a trajetória de trabalho e faixa salarial dessas famílias, fica claro que a necessidade de “sair do aluguel” tem relação direta com a impossibilidade, cada vez maior, dessa despesa caber no orçamento das famílias. Situação agravada pelas enchentes e desastres sócio-ambientais ocorridos, quando a procura por imóveis em locais mais seguros aumentou, assim como o valor dos aluguéis.

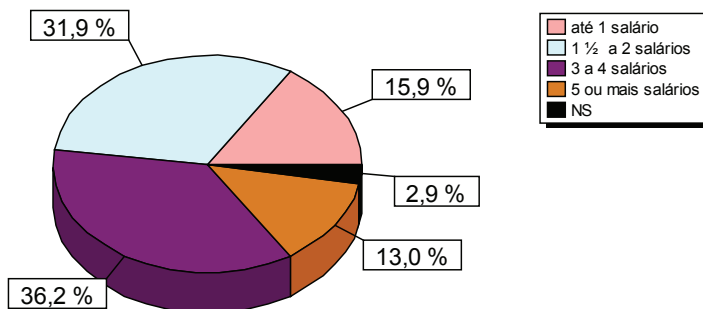
Outros motivos aparecem para a escolha do local de moradia. Entre eles se destacam: proximidade com família (5%); busca de um lugar melhor (4%); além outros em menor número ainda: proximidade com o local de trabalho (para os que trocaram de emprego); casamento; possibilidade de morar sozinho; proximidade com atendimento saúde (Policlínica); aluguel mais barato; perda da casa no desastre. Quase todos os motivos se constituem como fragilidades sociais decorrentes de um modelo de desenvolvimento econômico-político-social do país que não conseguiu assegurar condições dignas para a maioria dos trabalhadores e suas famílias.

As mudanças recentes nos processos de produção aumentaram tal fragilidade. O mercado de trabalho, conformado pelo modelo de acumulação flexível, oferece poucas expectativas de segurança no emprego, fazendo com que milhões de trabalhadores, em sua maioria, empobrecidos, circulem de um trabalho para outro; e por consequência, de um lugar para outro, na mesma cidade. Por vezes, até para além delas,

onde o acesso a alguma forma de trabalho se constitua como possibilidade.

Percebe-se, também, como consequência dessas mudanças, ou parte delas, a relação direta com situação de trabalho, causando o que se poderia chamar de “uma aceleração da mobilidade do trabalho”, ou seja, um aumento de deslocamentos, por motivo de mudança de emprego ou de residência. Dessa forma, “[...] a instabilidade empregatícia e a diminuição de renda anual, pela alternância entre emprego e desemprego, favorecem o movimento interno para zonas de menor valorização do solo” (PIMENTA, 2003, p.74).

Gráfico 10 - Renda Familiar



A renda da grande maioria das famílias moradoras de tais áreas (84%), provenientes em sua quase totalidade do trabalho, conforme visto, não ultrapassa 4 salários, conforme se pode observar no gráfico acima (10). Levando-se em conta que o número médio de componentes das famílias seja de 4 pessoas e considerando a defasagem do salário mínimo nas últimas décadas, pode-se constatar a situação de pobreza vivida pelas famílias locais. Lembrando que a grande maioria está inserida no mercado de trabalho. Mas num mercado com níveis de exploração cada vez maior.

O empobrecimento local deve-se ao fato dos trabalhadores terem empobrecido, o que se pode constatar através dos dados apresentados. Os baixos salários e a precarização do trabalho são hoje os fatores determinantes do empobrecimento das cidades; características dos impactos da nova forma “globalizada” do capitalismo se organizar. Nessa direção, países como a Alemanha, considerados os mais ricos e bem sucedidos, também registram, nos últimos anos, aumento da disparidade entre pobres e ricos e aumento da pobreza. Um dos fatores que motiva essa mudança, segundo “Informe sobre a Pobreza e Riqueza”

é a existência de um setor amplo de pessoas sujeitas a contratos atípicos e com salários baixos que, mesmo trabalhando, encontram-se na faixa dos pobres (VASAPOLLO 2005 p.73/74).

Se essa é a “tendência” do atual mercado de trabalho, o enfrentamento dessa realidade vai ser um grande desafio, porque não depende somente de políticas urbanas. É necessário, mais do que nunca, articular políticas econômicas, urbanas e sociais. Em países como o Brasil, na periferia do capitalismo, que não contaram com estrutura de um Estado Provedor e de um projeto nacional consistente que incluísse a maioria dos trabalhadores empobrecidos, a tarefa é mais difícil ainda.

Blumenau conseguiu manter uma certa particularidade desde o início da ocupação da Colônia, estendendo-se para o processo de industrialização, possibilitando relações de trabalho mais próximas e salários menos desiguais. Porém, em se tratando de uma cidade brasileira, logo as características no modelo de desenvolvimento nacional se evidenciaram aqui. O agravamento dessas características nefastas, tais quais a desigualdade e os maiores níveis de exploração do trabalho, incidem sobre a qualidade de vida local, não somente alterando os índices, mas, sobretudo, alterando a vida de centenas de pessoas que vivem na cidade.

4.3 As Trajetórias de Trabalho Vivenciadas pelos Moradores destas Áreas: o empobrecimento local

Luzinete morava em Presidente Getúlio¹²⁰. Lá ela iniciou sua trajetória de trabalho num frigorífico (Pamplona) que era um dos aportes da economia local. Conta ter vindo no final da década de 1980 para Blumenau: -“*por causa de emprego*”. “*Porque na época*”, diz ela, “*era só a Pamplona que tinha lá. Não tinha mais trabalho. Hoje em dia tem mais, facção e essas coisas*”. Ela aprendeu a costurar trabalhando alguns poucos meses numa empresa de confecção que abriu lá (filial de grande empresa do ramo de confecção de Blumenau, a Dudalina¹²¹). Essa estratégia fez parte do processo de desverticalização das empresas e abertura de setores em locais menores, aproveitando-se da mão de obra mais barata. Como pretensa costureira, ela veio para Blumenau e aqui aprendeu “mesmo a costurar” conforme ela afirma, numa empresa maior.

120 Cidade de pequeno porte, situada no Alto Vale do Itajaí-SC.

121 Grande empresa de projeção nacional sediada em Blumenau, iniciou fabricando camisas. Aderiu às estratégias da reestruturação produtiva, abrindo filiais em cidades menores onde a mão de obra é farta e mais barata.

Nessa empresa (Mafisa) ela ficou cerca de 5 anos, e então foi demitida. O motivo da demissão, segundo Luzinete, foi o fato de ficar devendo muitas horas para a empresa em função de suas constantes saídas e atrasos para atender os filhos que eram pequenos. Seu próximo emprego foi em outra empresa, também dos ramos das grandes têxteis (Teka). Lá permaneceu durante 5 anos, e então ela mesma se demitiu. Nessa época, já morava na área de ocupação onde está, em local de acesso difícil, situado em terreno bastante acidentado. Ela conta sobre essa época e o motivo de sua auto-demissão.

-“Eu estava cansada de trabalhar lá. Tinha as duas crianças pequenas. Não tinha creche na época. Não tinha ônibus até aqui em cima, não tinha luz na estrada. Eu saía daqui de cima de madrugada, ia a pé até lá no campo do BEC (Blumenau Esporte Clube), com mochila, e quando chovia ia com sombrinha e as crianças no colo”

Luzinete justifica a perda do posto de trabalho por sua dificuldade pessoal, em função dos filhos e do local onde mora. Ela coloca a falta de creche e o difícil acesso a sua moradia como parte dessa dificuldade, mas ainda permanece no âmbito de sua incapacidade de não poder ter outra solução para a situação.

Depois que saiu da Teka, Luzinete passou a trabalhar em algumas pequenas facções, sem registro em carteira. A falta de vínculo e os excessos de tarefas fizeram com que mudasse várias vezes de local de trabalho. No ano de 2008, ela ingressou numa pequena empresa de confecção, dessa vez com registro na carteira. Sobre esta mudança, ela relata:

- “Pra dizer a verdade, não gostava mais de costurar, já estava cansada. Mas quando consegui este emprego aí eu me animei de novo sabe. O ambiente de trabalho é bom. Eles não são pessoa que ficam pegando no teu pé direito; como assim, tem lugares que tu não podes nem olhar pro lado!. Tu é mais livre ali (...) É uma fábrica que faz roupa infantil. O ambiente é bom. Porque em outros lugares como a Teka, onde se cobrava a produção. Meu Deus do céu! Eu não conseguia a produção que eles cobravam. Então me chamavam de malandra, como se eu não conseguisse porque não queria. Mas não era assim. Tem gente que tem mais agilidade, outras não”.

A forma de organização do trabalho tem relação direta com a situação dos trabalhadores e com as relações que eles estabelecem no seu ambiente e com seu trabalho. Nesse caso, Luzinete relata a experiência dolorosa na empresa fabril, em esquema de rendimento por produção, conforme as novas estratégias de reestruturação produtiva adotadas pelas grandes empresas para se adequar ao processo de globalização.

As células de produção iniciaram na década de 1990, em Blumenau, e vigoram até hoje, fazendo parte das estratégias administrativas de reestruturação das empresas. Do ponto de vista da melhoria do desempenho destas instituições, os resultados foram os esperados. Conforme DIEESE, *“as células, muito comuns especialmente no setor de costura, têm sido um instrumento bastante eficiente de melhoria da qualidade, controle do trabalho e aumento da produtividade”* (DIEESE 2003 p.40).

No entanto, do ponto de vista das trabalhadoras – levando em conta que a grande maioria é formada por mulheres - esse novo modo de organizar o trabalho gera um ambiente de competição entre elas, sendo que cada membro da célula se encarrega de cobrar da colega, buscando uma melhor qualidade, rapidez e produtividade, que são os objetivos principais das células (JINKINGS, 2006 p.347). Em estudo realizado sobre a realidade das costureiras em Blumenau, Herweg (2000 p.374/375) buscou caracterizar a realidade de trabalho dessas profissionais. Segundo a autora, guiadas por princípios “modernos” de autogerenciamento e polivalência, as células exigiram que as costureiras passassem de especialistas de máquinas de operações de costura para trabalhadoras polivalentes, que entendessem de todo o processo da confecção. Além disso, precisavam gerenciar o próprio trabalho, pois na relação com as chefias, *“as diferenças de interesse ficam mais descaracterizadas”*. O alto nível de estresse e a impessoalidade das relações, que tem que ser garantida para que as colegas de células possam cobrar umas das outras, geram um ambiente de trabalho desgastante.

Com relação ao caráter flexível das empresas capitalistas atuarem no momento atual, Sennett (2007 p.65) chama atenção para o fato de que *“é raro”* as organizações dentro dessa lógica de trabalho *“estabelecerem metas de fácil cumprimento; em geral as unidades são pressionadas a produzir ou ganhar muito mais do que está em suas capacidades imediatas”*.

As empresas médias, apesar de não conseguirem assegurar os benefícios que garantem algumas das grandes, tornam-se ambientes melhores, qualitativamente, para se trabalhar. É o que relatam alguns dos

entrevistados, como Luzinete.

- “Ali não! A gente trabalha em grupo, então cada um faz uma parte da peça e no fim do dia a produção sai. Daí uma ajuda a outra; é um grupo; todo mundo se ajuda. Tem contato direto com a dona da empresa. Ela passa assim... e a gente pode falar com ela. Agora, o dono da Hering nunca vi, o da Teka muito menos (...) Todo mundo é registrado. Quando eu fiquei doente, falei com a própria dona e disse: eu não tenho culpa de ter ficado doente, mas a empresa também não tem culpa. Então precisava sair para me tratar. Ela disse que precisava de funcionários, mas também entendeu. Espero poder voltar. A empresa tem uns 200 funcionários mais ou menos. Eles contratam facções porque não dão conta de todo o trabalho”.

A proximidade é um elemento que os trabalhadores locais relevaram bastante. Sentem-se valorizados quando podem ter contato com os “donos da empresa”. Esse sentimento possivelmente decorre também da herança de uma cultura local de relações de trabalho de proximidade. Nesse sentido, as empresas pequenas e médias parecem, em alguma medida, poder garantir aos trabalhadores uma condição de trabalho mais próxima do que existia há algumas décadas, antes de serem tomadas pelos novos formatos da reestruturação produtiva. Já as relações impessoais que marcam a grande empresa, junto com cobranças para além de seus esforços, vão desgastando as relações de trabalho, incidindo sobre a própria condição de saúde do trabalhador.

Pellizaro e Santos (2001), em pesquisa realizada na saúde mental em Blumenau, constataram que dos anos de 1997 a 1999, aumentava a participação de empregados da indústria têxtil entre os usuários do Centro de Atendimento Psicossocial/CAPS, (de 12% passou para 25%). Ao entrevistar alguns deles, na época, os depoimentos traziam o nível de estresse e pressão desses trabalhadores, o que contribuía no quadro de sofrimento psíquico que se encontravam. A maioria eram mulheres e uma delas dizia:

- “Como o mercado de trabalho está difícil, nós temos que dar conta das máquinas, que às vezes chegam a ser cinco no total, porque senão, a produção baixa e não recebemos prêmio. Por isso desisti da profissão. Costureira hoje em dia é muito mal tratada, o serviço é muito desgastante. Acho que

isso provocou em mim uma ansiedade, um medo por, talvez, não dar conta do serviço; vivia nervosa (A.R.L. In: PELLIZARO, 2001 p.25)

Ronilda, uma das atuais moradoras das áreas pesquisadas, também é costureira de profissão. Quando exercia, considerava-se uma “boa costureira” e gostava do que fazia. Com um pouco de sotaque alemão, Ronilda caracteriza um tipo de trabalhadora local bem tradicional. Ela conta que também foi levada a deixar a profissão em função das mudanças ocorridas nas últimas décadas. O excesso de trabalho e os baixos salários foram apontados como os principais motivos. Hoje ela trabalha como doméstica, com carteira assinada, comprometendo-se a cumprir carga de trabalho de três dias por semana em troca de 1 salário. Os outros dias ela completa com faxinas, numa condição de “diarista”. Sobre isso, ela diz:

- “Tu não podes escolher o que tu vais fazer. Tu tens uma profissão de costureira, e tu sai ali fora e tem um monte de emprego, mas quem garante que tu vais gostar? E quem garante que o teu salário vai te sustentar? Quando eu vim pra cá, eu não sabia costurar. Entrei como manual, fui revisora e depois costureira. Só que a gente não ganha mais o suficiente. Hoje em dia ser costureira não é mais bom! Porque tu tem que fazer produção, produção... mas o teu salário é deste tamanho!!! [ela junta os dedos designando a redução do mesmo] Então tu desanima! (...) Porque no meu trabalho hoje, eu chego e faço o que dou conta. Se não acabar, amanhã eu termino. A mulher não me cobra nada. Não tem nada a ver com o jeito da fábrica”

As vagas de trabalho são possíveis para sua profissão, mas ela mesma não quer mais. Apesar da suposta ausência de possibilidade de escolha, que ela demarca em sua fala, ela acaba por escolher. Claro que dentro de um leque de oportunidades bastante restrito, mas que denota a capacidade de insujeição do trabalhador a esse novo formato de organização do trabalho, o que é também uma forma de resistência.

Os motivos de ter deixado o trabalho de costureira também têm relação com a forma de organização do trabalho nas empresas e o salário. Sobre a experiência de tentar manter-se na profissão, Ronilda relata:

- “Já cheguei a fazer entrevista numa facção de nem sentar na máquina. Eu disse pra mulher: Eu não preciso de teste! Porque eu sei o que preciso fazer! Mas eu não vou fazer o teste! Não por medo

de não passar, mas porque não vou querer! Este salário eu não sobrevivo! Até que eu gosto. Mas ganha muito pouco!”

Mesmo que no discurso de Ronilda possa se encontrar resquícios de conservadorismo, quando ela diz logo após a fala acima que: “*só não trabalha quem não quer, trabalho tem pra todo mundo!*”, ela mesma não se sujeita às condições de exploração do trabalho das costureiras.

Amadeu veio de Curitiba com sua família ainda menino. Mas o pai nasceu aqui, diz ele, - “*lá na Velha Grande*”. De família pobre, ele começou a trabalhar cedo, empacotando nos supermercados. Mais tarde, a “*escolha*” pela profissão nasceu quase ao acaso. Diz ele: - “*Fui me achar na estamparia*”; profissão que exerceu por 12 anos. Os empregos eram sempre em empresas pequenas. Era onde ele diz que se sentia melhor, e justifica:

- “Trabalhei nas pequenas que fazem serviços pras grandes. Cheguei a ficar oito anos com um cara. Porque tem contato com o patrão. Não tem tanto chefe, é um chefe só. Tu pega melhor o jeito da coisa. Ele também sabe até onde vai te cobrar”.

A proximidade com as chefias também é um dado ressaltado por alguns entrevistados que trabalharam em fábricas. O que é compreensível dado o nível que exigência do trabalho relatado.

Outra questão interessante foi levantada por Amadeu:

- “Trabalhava 12 horas, 15. Cheguei a fazer 26 horas e meia, direto. Ganhava horas extras e mais bonificação. Daí o cara fica muito estressado. E daí firma pequena, até o patrão, ele sabe como lidar com isso (...) Tinha uns quadros enormes que tinha que revezar porque senão, minha mão tinha uns calos enormes. Meu dedo já era de outro jeito. Sempre fiz horas extras. Nunca neguei trabalho. Até porque é pra complementar o salário. Faço muito hora extra. Não nego fogo nas empresas que eu trabalho”

Amadeu deixa claro que está disposto a qualquer esforço de trabalho, ou sobre-trabalho, desde que se sinta respeitado, desde que não sinta perder sua condição de humanidade, que possa ser visto, conhecido em suas “*limitações*”. Conhecer o “*chefe*”, ter contato com ele, são valores importantes trazidos por todos. Mesmo que a exploração do trabalho possa se dar do mesmo jeito nas pequenas empresas e fábricas, mas o compromisso pessoal, o domínio do trabalho a ser realizado, parecem ser

aspectos relevantes na escolha dos trabalhadores.

Mesmo assim, o excesso de trabalho, aliado aos baixos salários também marca a realidade das facções e pequenas empresas para enfrentarem o mercado. Amadeu relata o processo de adoecimento por conta de sua profissão.

- “Na verdade, tu puxa muita hora. O corpo vai sentindo... Tu vai ficando estafado, estafado... E eu não gostava de negar fogo, de dizer: Não vou vir! Eu pensava assim: Já é uma empresa pequena, tem aquele número limitado de funcionários, e ainda um não querer vir... E daí o pouco que tem, vai sofrer mais ainda. Daí, eu sempre fui bem submisso nessa questão. Fui me estressando. Fui ao médico. Quase nunca ia. Se puxar minha ficha lá no postinho, minhas idas eram remotas assim. Me mandaram numa psicóloga. Disse pra ela: não adianta vir aqui. Eu sei o que preciso”.

Para um sentimento que mais parece de lealdade por parte de Lucas, ele designa como submissão. Por certo, levando em conta todo seu processo de adoecimento e abandono da profissão, que ele relata:

- “12 anos de estamparia. Nunca tirei férias direito, só aquelas curtas de final de ano. Fiquei doente. Tentei mudar pra outra estamparia. Mas fiquei com ânsia de vômito, dor de barriga... dos nervos assim. Daí o cara ficou bravo e me mandou embora. Levei os exames do postinho, mas ele não quis saber. Acho que eu tava com a imunidade baixa”.

A sobrecarga de trabalho para os que permanecem no emprego é também uma característica destes tempos. Para além dos maiores níveis de produtividade que se busca alcançar através de maquinário mais moderno e estratégias de organização do trabalho como as células, pode-se observar também um sobre-esforço, o que Rosso designaria como maior “intensificação do trabalho¹²²”. A intensidade “se refere ao grau de dispêndio de energias realizado pelos trabalhadores na atividade concreta”, o que está presente na pessoa do trabalhador, no coletivo dos trabalhadores e não em outros componentes do processo de trabalho (ROSSO, 2008 p.20).

Voltando à história de Amadeu, depois de mudar de vários empregos, ele está trabalhando como auxiliar de instalador. Ele diz estar

122 Rosso segue estudos demarcados por Castels, Gollac Volkoff e Valyre, que em suas pesquisas já haviam caracterizado o fenômeno como característica de tempos recentes.

gostando. O salário não é muito melhor, mas importa sua nova condição de “liberdade”. A fábrica, seja ela a grande empresa ou a facção, parece aprisionar os trabalhadores, conforme percebido nos relatos: tanto em relação aos índices de produção almejados, que implicam em sobre-esforço ou sobre-horas de trabalho, como as cobranças pessoais. Neste sentido, outra entrevistada, Ronilda, também ao relatar o motivo de saída de uma confecção em que trabalhava, desabafou: “*não suporto ficar trancada!*”.

O abandono de uma profissão, para cair num mercado de trabalho marcado pela instabilidade, poderia ser uma decisão pouco razoável, levando-se em conta a situação das famílias empobrecidas no país e na cidade, no entanto, justamente por isso os trabalhadores pobres não têm a lealdade ao trabalho como um valor central. A necessidade de serem flexíveis, e o fato de estarem colocados “à deriva”, características do capitalismo atual¹²³, para os trabalhadores mais pobres soa um tanto familiar. Outra questão a ser levada em conta é a situação dos postos de trabalho possíveis para estampadores e costureiras, por exemplo, que na conjuntura atual das empresas têxteis e das subsidiárias facções, não são nada atrativos.

Claudemir veio morar em uma das áreas de ocupação em 1998. Já possuía uma microempresa no ramo de dedetização neste época. Trata-se de uma empresa pequena, de prestação de serviço no controle de pragas em geral. Ele também foi atingido pelas mudanças no mundo do trabalho. - “*Eu cheguei a ter até 08 funcionários. Hoje não, hoje sou eu e meu filho trabalhando*”, diz ele.

- “*em 82, quando eu comecei a trabalhar com dedetização, só tínhamos nós aqui em Blumenau, outra empresa em Itajaí e depois só em Florianópolis. Então a gente atendia muita gente de fora; abrangíamos uma quantidade grande de clientes. Com o passar do tempo, a concorrência foi tomando espaço. Embora que a população aumente também, mas a tendência é que, além da concorrência aumentar, que tira uma fatia de mercado, os valores também diminuem, porque a concorrência é pra isso. Tu vai: ou mostrar qualidade de serviço, ou melhor preço*”.

A lógica do discurso capitalista é logo assimilada também pelas classes pobres. No entanto, Claudemiro continua:

123 Característica ressaltada por Sennett quando discute as “consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo” (SENNETT, 2001).

- *“Eu acho que é um pouco ilusório. A pessoa acha que é um ramo assim, muito promissor e não é. Tem que ter investimento muito grande, principalmente na área de conhecimento. Por que às vezes as pessoas pensam que combater praga é fácil. Aparentemente olhando de fora sim, mas, por exemplo, se tu vai fazer uma dedetização em um supermercado, tem que ter um produto de qualificação boa, que tu venhas combater as pragas e não venha contaminar os produtos. E é o que muita gente não percebe, não tem conhecimento. Pra ter uma idéia, quando nós começamos em 82, o produto que nós usávamos hoje ainda tem gente que usa. Na época não era o produto específico, era falta de conhecimento e falta de informação.”*

Os pequenos negócios também inserem na nova lógica do mundo do trabalho em que produzir com menos custo, quer dizer, muitas vezes, explorar mais o trabalhador e desqualificar sua capacidade de trabalho em certo sentido. Ou seja, quando produtos novos mais inofensivos estão à disposição da sociedade, a utilização de certos produtos para baratear o serviço para ter “melhor preço” se insere numa lógica de mercado perversa. Mesmo defendendo a qualidade, Claudemiro tem dificuldade de manter a empresa e perde clientela para seus concorrentes que se utilizam dessas estratégias. Assim, mesmo que Claudemiro opte por melhores produtos (mais inofensivos) preservando uma melhor qualidade e utilizando-se do sobre-trabalho da família, sua capacidade competitiva diminui.

- *“Na época eu só prestava serviço para empresas médias, redes de supermercados. Se uma lanchonete pedia para fazer um trabalho para eles, eu dizia: Não, não tenho tempo! Hoje não, se uma casa particular pede para dedetizar tem espaço para isso. Então é bem diferente a situação de hoje e a de antigamente”.*

Claudemiro casou-se novamente e sua atual esposa trabalha como diarista três dias por semana. Nos outros dois dias úteis, trabalha com ele em seu pequeno negócio que funciona na sua casa. Ele conta que, desde que passaram a residir maritalmente, ela trabalha com ele.

- *“me ajudava na empresa, mas como o movimento enfraqueceu lá no inverno, ela tá trabalhando 03 dias fora, de diarista. Ela atende mais telefone, faz contato com o cliente. Eu tenho escritório lá em baixo, porque dependo de um local, eu tenho que*

ter endereço comercial pra fins de documentos. Só que nosso trabalho é como prestação de serviço; então, de 100 clientes, nem que seja um ou dois ligam à noite. E a gente tem siga. Ligam lá e toca aqui em casa, aí ela atende. Ela tem agenda, ela tem os controles de tudo: agenda serviço, agenda orçamento. Aí ela passa para mim, ao meio dia quando eu venho ou à noite. E a gente toca assim”.

A companheira de Alcides é membro de sua empresa. É uma espécie de secretária, recepcionista, e vendedora. Ela também cuida da própria casa, dos serviços domésticos e ainda trabalha como diarista dois dias por semana. Observa-se a sobrecarga de trabalho a que são submetidas as famílias empobrecidas, principalmente quando resolvem ter “seu próprio negócio”. Acabam por constituir uma espécie de auto-exploração do trabalho.

Pedro, como muitos dos moradores dessas áreas, é autônomo, trabalha na construção civil. Iniciou sua trajetória muito cedo. Segundo ele: - *“Comecei a trabalhar com 8 anos como jardineiro, com um vizinho meu. Com 13 anos entrei numa fábrica, lá no Passo Manso; trabalhei lá até os dezenove anos. Era uma metalúrgica”.* Mais tarde, resolveu que ia abrir seu próprio negócio; montou uma serralheria, baseado na experiência que tinha e estimulado por um mercado de pequenos negócios e empresas locais que ia se ampliando na década e 1990, apresentando-se as supostas chances para que, qualquer trabalhador “mais preparado” pudesse ser um pequeno empresário. Resultado do novo formato do mundo do trabalho, conforme analisado.

- *“Não deu certo”*, conta ele. E justifica sua iniciativa:

- “a gente tem aquele sonho de buscar, de melhorar, de tentar. Se você quer um lugar ao sol você tem que ser digno, lutar por ele. Não dá pra ficar esperando por isso. Só que na época eu não estava preparado, não estava maduro o suficiente. Então dá aquela vontade... mas não tinha preparação o suficiente”.

A culpabilização pessoal aparece como o condicionante principal para o “fracasso”, recurso geralmente utilizado pelas classes pobres para o fato de “não terem dado certo”. Ou seja, diante do discurso predominante de cunho liberal de que as possibilidades estão colocadas para todos, no caso de não alcançar as expectativas colocadas, resta acreditar que não se está capacitado a altura do desafio.

Dilmar, da mesma forma que Pedro, conta que tinha um pequeno

negócio que lhe garantia renda razoável, uma casa e alguns bens. Era uma facção que mantinha com sua esposa em casa, e que ele acreditava ser um negócio promissor. A facção não deu certo e ela voltou a trabalhar de empregada doméstica. Ela fabricava com duas outras costureiras e a venda era feita á domicílio. - “28 sacoleiras, pessoas que vinham pegar e revendiam, de casa em casa”, diz ele. - “A gente comprava a matéria prima, elas fabricavam as roupas. Minha intenção era ter uma loja”. Dilmar atribui o término do negócio à falta de capacidade da esposa em lidar com vendas. Segundo ele:

- *“Infelizmente, ela era uma pessoa assim, que trabalha bem, faz um trabalho bonito, mas comercializar não é o forte dela. Hoje ela trabalha de empregada, tendo maquinário todo para ter uma facção em casa, inclusive poderia gerar emprego para uma a três pessoas. Mas aí ela não tinha muita cabeça para negociar, aí foi indo, a gente acabou se separando e ela voltou a trabalhar de empregada e as máquinas estão lá encostadas até hoje”*

A culpabilização pessoal aparece novamente como principal motivo para os pequenos negócios não darem certo. E isso acontece numa conjuntura de organização do trabalho em que surgem inúmeras facções numa situação bem fragilizada – ou porque produzem para a grande indústria tendo que arcar com todo o custo da produção, ou porque vão entrar num mercado competitivo bastante complexo conforme visto, com produtos de melhor qualidade das grandes empresas, ou importados dos países asiáticos com baixos preços, à custa da superexploração do trabalho. Na última pesquisa de sobrevivência e mortalidade de micro e pequenas empresas divulgada pelo SEBRAE (realizadas em 2007) aponta-se que 22% das companhias criadas fecham as portas antes de completar dois anos de existência. Em Santa Catarina, esse número sobe para 24,1%. Outro dado interessante é de que, depois de quatro anos de atuação, apenas 64,1% das empresas criadas continuam operando normalmente¹²⁴.

Com relação ao grande número de “fracassos” vividos com mais intensidade no capitalismo moderno, Sennett analisa tal situação, partindo da realidade dos trabalhadores da grande empresa¹²⁵, também

124 Dados obtidos do sitio <http://www.sebrae-sc.com.br/newart/default.asp?materia=17219>, visitado no dia 10 setembro de 2009.

125 Sennett analisa a situação dos demitidos da IBM no processo de reestruturação pelo qual a empresa passou, tornando-se mais “enxuta”, flexível e competitiva, para manter-se no “novo

subjugados diante das reformas que tiveram que empreender para reforçarem sua capacidade de competição no processo de globalização. Aqueles trabalhadores que pensavam que haviam trilhado caminho seguro em suas carreiras, ao se verem demitidos, têm que recomeçar suas trajetórias de trabalho de outras formas inventivas, em uma conjuntura cada vez mais restrita em termos de possibilidades reais de ascensão e competitividade entre os próprios trabalhadores. Nesse sentido, Sennett observa que “a resignação é um reconhecimento do peso da realidade objetiva” para grande parte das pessoas que, no “capitalismo moderno, estão condenadas a fracassar” (SENNETT, 2007 p.162). Chama atenção o mesmo autor para o fato de que o discurso dominante na literatura popular que enche as prateleiras está cheio de receitas de como vencer, mas pouco dizem sobre como enfrentar os “fracassos” que acabam sendo uma das marcas do momento atual.

Mesmo que os pobres estejam mais familiarizados com perdas, de um modo geral, para esses trabalhadores blumenauenses que já chegaram a ter certa estabilidade e perspectivas de projeção no trabalho realizado, lidar com o fracasso é bem complicado.

O discurso presente em parte da literatura local de que a cidade enriqueceu pela “capacidade de trabalho” dos primeiros moradores, é reafirmado constantemente. Tal discurso pode ser visto como uma forma de apropriação dos valores étnicos pela elite econômica que se formou no desenvolvimento industrial. Ele é incitado principalmente através dos representantes políticos da cidade, historicamente vinculados a essa elite. Nos períodos pós grandes enchentes, por exemplo, em 1984/85, frente ao desafio de refazer a cidade, o então prefeito, assim se pronuncia através de um jornal local (Jornal de Santa Catarina):

“... para recomeçar, teremos, como bravos pioneiros, de nos valer da garra e do inquebrantável espírito de luta da gente blumenauense, criativa, forte e renovadora (...) Será o espírito empreendedor do blumenauense, em sua fortaleza moral, que haveremos de nos abrigar”¹²⁶

O mesmo discurso é também resgatado no momento em que ocorre uma grande greve dos trabalhadores na cidade, em 1989, quando o Sindicato Patronal dos Têxteis busca apelar para o “bom senso” e o “comprometimento” dos trabalhadores blumenauenses¹²⁷.

capitalismo” (SENNETT, 2007).

126 Prefeito Dalto dos Reis, 1989 (In: Simão, 1995 p.137)

127 Esta questão é bem discutida por Simão (1995).

Essas reafirmações estão presentes em vários momentos históricos, reforçando o imaginário social da “cidade do trabalho”. Talvez por isso os efeitos do fracasso sejam muito mais dramáticos aqui.

Pedro mora com a esposa e duas filhas atualmente. Ele saiu de outro casamento quando veio residir nessa área, assim como sua atual esposa. Aqui eles refazem a vida com nova família, com novos desafios. Ele conta que antes da separação tinha uma certa estabilidade social: uma casa própria em local seguro, embora simples; e a garantia de uma renda mensal que dava conta de suas principais necessidades. Com a separação, ele se obriga a construir tudo de novo. - “*Não é mais como antes*”, ele diz. O peso da idade (em torno de 45 anos) e a conjuntura do mercado de trabalho atual não possibilitam mais construir um padrão como ele havia conquistado antes. Ele trabalha como pedreiro atualmente. Claudemir também concorda. Diz que, no início, ele conseguiu alavancar a empresa e constituir certo patrimônio para si e para sua família; coisa que hoje não é possível.

Outras questões interessantes que precisariam ser melhor analisadas são a forma de funcionamento e inserção no mercado dessas pequenas empresas e o fato delas se localizarem, geralmente, na própria casa do proprietário, como é o caso de Claudemir.

Kowarick utiliza o termo “desfiliação” cunhado por Castel (1998) para analisar o aumento das “favelas” sobretudo para caracterizar o fato de que muitos ali, sujeitos ao aumento do desemprego e à precarização do trabalho, já moravam em melhores condições de habitabilidade antes (2002 p.22). O termo “desfiliação” embora criticado pelo próprio autor, em função de não ter havido, no Brasil, uma sociedade salarial nos moldes dos países de primeiro mundo, com garantias trabalhistas e direitos sociais reconhecidos para maioria da população, é pertinente nesse caso, por retratar as perdas de perspectivas que se colocam para grande parte dos trabalhadores que estão na base do sistema produtivo e que já estiveram em situação melhor.

Alguns moradores das ocupações pesquisadas vieram de cidades do interior, da área rural. A maioria desses não se caracterizavam como proprietários de terras que se desfizeram delas para vir para a cidade, como diz a lenda. Trata-se de trabalhadores que já viviam uma situação de exploração tão intensa no “campo”, que a cidade se traduz para eles em possibilidades imensas de inclusão em redes de saúde, educação, e nas próprias “oportunidades” do mercado de trabalho local. Esse movimento, embora esteja ocorrendo em menor intensidade nos últimos anos, ainda

acontece e tem relação com uma parte significativa dos moradores das periferias da cidade. Com relação à sua trajetória, podemos observar como se efetiva esta busca, e em alguma medida, conquista, de “*melhor condição de vida*”, na visão desses moradores.

Arão começou desde cedo o trabalho árduo na terra, na cidade de Quilombo.

- “Daí quando eu casei na época, deixei minha esposa na casa da mãe dela e vim pra Bom Retiro. Trabalhei 09 anos na Erva Mate Bom Retiro, colhendo erva mate, sem registro na carteira. Chamava de tarefeiro, era assim, produção. Quando nós tirava, ganhava, se não tirava tu não ganhava (...) Eles olhavam o mato e calculavam: tanto de erva mate que tem né. Quem pagava era quem agenciava o pessoal pra colher. Cansei daquilo. Depois trabalhei um pouco em Urussanga, na Agro Eliane, uma construtora de Aviário de galinha, chiqueiro de porcos essas coisas; trabalhei não fichado também. Trabalhava de servente. Na época chegou os fiscais lá e aí me ficharam um pouco com carteira. Fizeram uma sujeira porque até hoje, como tem aquele juro do PIS, eu não consigo receber. Acho que não depositavam. Eu sempre vou lá e não tem. Se olhar a data da carteira, deram baixa com um ano de trabalho. Daí eu saí dali. Depois trabalhei em Palhoça com pré-moldados. Foi em 93 pra 94. Fiquei uns 09 a 10 meses trabalhando no Rancho Queimado¹²⁸, roçando pasto. Ali era registrado”.

Percebe-se, na trajetória de Arão, uma situação de trabalho sempre precária, sem garantias trabalhistas e nem qualquer forma de seguro social. Ele mesmo teve dificuldade de exigir seus direitos face à naturalização desse tipo de vínculo nos trabalhos que exercia. Ao ser questionado porque da saída desse último trabalho, ele responde que na época, embora fosse registrado, o salário não lhe dava condições de pagar o aluguel para sua família. A filha mais nova então adoeceu com pneumonia e ele fez um “*acerto*” no trabalho, saindo para ficar com ela no hospital que era longe de sua casa. Depois disso, voltou a trabalhar de roçador, como autônomo. Em 1996, foi para São José, na grande Florianópolis, “*arrumar serviço*”. Foi admitido numa empresa de Engenharia topográfica . Desta vez era registrado.

128 Cidade de pequeno porte, próxima a grande Florianópolis.

O motivo da migração para Blumenau em período recente foi a violência. Segundo ele:

- *“Saí por causa da violência mesmo, não por causa da empresa. A gente teve que sair, era muita violência. Na época que viemos morar lá não existia, era pouca coisa. Agora muito tráfico. Minha filha mais velha estudava à noite, trabalhava, chegava em casa tarde tomava banho e ia pro colégio e começou tiroteio nas COHAB”.*

A violência foi o principal motivo de expulsão da cidade em que residia. Observa-se também o pouco vínculo que conseguiu estabelecer com os locais de moradia e trabalho em função das ocupações e empregos que teve e das mudanças constantes. Sua decisão de vir para Blumenau contou com o apoio de membros de sua família que residiam aqui. Ele veio e passou a ajudar inicialmente o cunhado, *“puxando material reciclado”*, como ele relata: - *“Fiquei trabalhando um mês com ele, aí surgiu esta vaga na URB (Urbanizadora de Blumenau). “Faz dois anos que eu tô na firma”*, ele conta com grande satisfação.

Sobre sua nova realidade na cidade de Blumenau, Arão assim se pronuncia:

- *“Eu acho que deu uma melhorada. Tudo o que a gente passou né!! Hoje não tenho uma boa casa, mas já não pago aluguel. Já é o suficiente. Se tivesse que alugar não ia sobrar pra colocar comida na mesa”.*

Arão elenca alguns elementos positivos como a localização em que se encontra, perto do trabalho, que influenciou em sua escolha pelo local de moradia e sobretudo, o fato de ser registrado em carteira.

Outra entrevistada, Rose, relata sua trajetória após sua chegada na cidade, por volta dos anos 1990.

- *“Quando eu cheguei aqui, eu fui trabalhar lá no Progresso (um bairro da cidade). Trabalhei um mês de segurança de salão de baile, revistando as mulheres. Aquilo não era para mim. Daí eu trabalhei de doméstica, dois anos. Fui depois trabalhar na casa de um dono de mercado. Até meio dia trabalhava na casa, em cima. Depois, de tarde, descia pra loja para ajudar a dona”.*

Após tudo isso, ela se construiu profissionalmente como cozinheira, trabalhando em restaurantes da cidade. Adquiriu uma profissão e trabalhou 14 anos nela (9 anos em um restaurante e 5 anos numa churrascaria).

Do seu ultimo emprego foi demitida e agora está no seguro desemprego. Sua saída deve-se ao fato do restaurante ter sido vendido e o novo dono ter renovado a equipe toda. Então, segundo ela, não houve entendimento com a nova equipe; o que ela atribui ao seu “*gênio forte*”, às diferenças de religião, e a alguns conflitos no local de trabalho. A tendência a culpabilização pessoal fica evidente também em sua fala.

A fragilidade dos vínculos com o trabalho marcam a trajetória histórica desses trabalhadores, vindos em sua maioria de famílias pobres. Nas últimas décadas, no entanto, essa situação se agravou e a possibilidade de laços forte com o trabalho foi se perdendo.

Baumann (2008, p.40) baseado numa distinção de pessoas envolvidas em atividades econômicas, nesses últimos tempos, (traçada por Robert Reich), depois de designar os altos escalões de negociantes que chama de “manipuladores de símbolos”; educadores e funcionários do Estado empenhados na reprodução do trabalho; pessoas empenhadas nos mais diversos serviços pessoais “vendedores de produtos e produtores do desejo”; caracteriza a quarta categoria, que colocaria no lugar de “substrato social” do movimento trabalhista. Esses que ele designa como “as partes mais sacrificadas, descartáveis, intercambiáveis do sistema econômico”. O autor chama atenção para o fato de não lhes ser requerido nenhuma habilidade particular, “possuindo apenas um poder de barganha residual e negligenciável”. Dessa forma:

Eles sabem que são descartáveis. Portanto, não vêm muita razão para desenvolverem apego a seus empregos ou para entrarem em associações duradouras com colegas de trabalho. Eles tendem a ser cautelosos com qualquer lealdade ao local de trabalho, assim como resistem a inscrever seus próprios objetivos de vida em seu futuro projetado (BAUMANN, 2008 p.41).

Esta situação hoje pode ser interpretada, tanto a partir do operário da grande empresa capitalista, como dos trabalhadores das pequenas e medias empresas, em sua grande maioria terceirizadas, as quais, mesmo garantindo relações de mais proximidade não estabelecem compromissos muito duradouros com seus funcionários, porque também e mais facilmente entram na lógica da grandes, às quais encontram-se na maioria das vezes subordinadas.

4.4 Adensamento das Áreas Ocupadas/Mobilidade Social dos Trabalhadores

Dalila está morando em Blumenau há cerca de 40 anos. Mudou para a área de ocupação que mora hoje há 7 anos. Ela conta como se deu a mudança:

- “Na verdade eu não escolhi morar aqui. Não tive opção. Eu pagava aluguel lá na Vila Moinho. É um bairro! Com o salário que a gente ganhava, eu e meu marido, não tínhamos condições. Isso há uns 10 anos atrás. Eu adquiri aqui em 2002.(...) Vim por falta de alternativa. Como eu não podia ficar pagando aluguel, aí foi onde eu comprei aqui, uma meia água. Vim pra cá e comecei a construir aqui. Embora que eu sabia que aqui não tinha documentação nenhuma, que era uma área ocupada. Mas era a única coisa que eu conseguiria adquirir; comprar dentro do que eu poderia assumir”.

Dalila também já foi trabalhadora no ramo têxtil. Conta que, com 14 anos, começou a trabalhar na empresa Garcia (que depois virou Artex e atualmente, Coteminas). Trabalhou 16 anos lá. Ela diz: - “comecei como manual e, depois fui pra talhação”. No final da década de 80, já se podia sentir o que estava por vir com relação à situação de trabalho nas fábricas. Ela conta:

-“Naquela época, eles passaram uma folha pra baixar o pagamento, aí quem não assinava eles mandavam embora. Continuava no teu trabalho, recebia a rescisão e aí contratavam como funcionária nova. Essa era a negociação. Acho que isso foi lá em 89. Como eu não aceitei, saí fora. Minha irmã trabalhou 22 anos, era encarregada de costura, e não aceitou. Teve gente que faltava um ano pra se aposentar. Era com 25 anos naquela época que se aposentava de empresa”.

A história de Dalila é uma parte da história de muitos trabalhadores locais. As estratégias de demissão e recontração por menores salários foram adotadas largamente pelas empresas locais para diminuir os custos da produção, conforme já mencionado por Simão (2000).

Dalila conta que, depois disso, amparada por sua experiência, passou a trabalhar em outra grande empresa do ramo (Tekka), mas com salário menor, e ali, logo depois, conseguiu se aposentar. Mas continua

trabalhando, como faxineira agora, porque - “*a aposentadoria é muito baixa*”, diz ela.

Ieda é jovem, e mora com seu marido e dois filhos pequenos em uma das áreas de ocupação. Ela conta que, desde que casaram, eles moraram em casa alugada. As casas eram bastante simples, em função dos baixos aluguéis que podiam pagar. Diz que ela e o marido “*sempre*” trabalharam fora. Ela nos serviços gerais, limpeza e ele de pedreiro. Mas a situação ficou bem difícil com a vinda dos filhos. Então, para diminuir as despesas com aluguel o marido trocou o terreno por um carro velho. - “*Foi onde que eu saí do serviço e com a rescisão fizemos a casa*”, completa ela.

Essa situação também é recorrente entre as famílias pobres para resolverem em certa medida, sua situação de moradia. A mudança de emprego, os acordos feitos para retirarem os ganhos da rescisão vão se tornando a poupança necessária para reforma ou construção da casa. A falta de uma política específica para enfrentar essa situação, faz com que as famílias utilizem outras garantias sociais que estejam ao seu alcance para enfrentarem o problema da moradia. Muitas vezes para realizar isso, contam com a contribuição dos próprios empregadores, retornando ao mesmo tipo de trabalho depois do “acordo” realizado. Alguns entrevistados relataram esse tipo de “acordo” feito com seus patrões. Percebe-se que a falta de política habitacional, faz com que os trabalhadores empobrecidos tenham que recorrer a outras formas de segurança social, as quais, embora precárias, possibilitam um pouco mais de acesso.

O aumento desse tipo de ocupação também foi notório nas grandes cidades. Embora os dados oficiais não tenham o domínio de todo o fenômeno da pobreza nas cidades, conforme já sinalizado, dão uma idéia de tal situação. Em cidades como São Paulo, por exemplo, o processo de “favelização” se acentuou, nos últimos anos de forma surpreendente. Kowarick (2002 p.19) ressalta o fato de que metade dos “favelados” chegou a essa situação de moradia “extremamente espoliativo entre 1987 e 1993”, denotando “a aceleração de uma dinâmica associada à grave crise econômica do início dos anos de 1990”. Acrescenta o autor que 39% dessas famílias saíram de casas alugadas e somente 9% de residências próprias, o que indica uma “intensa mobilidade sócio-habitacional descendente”.

João foi morar em uma das áreas de ocupação meados de 1990. Veio de Joinville/SC. Ele conta que já tinha vindo para Blumenau através de uns amigos, no ano de 1987, para trabalhar na construção civil, ramo que continua atuar até hoje. Na época, - “*Blumenau tinha serviço a dar com os pés*”, diz ele.

- *“Os patrões davam dinheiro pra gente ir lá buscar quem pudesse vir trabalhar. Tinha tanto serviço! Depois que eu vim, eu fui pra lá buscar pessoas. Chegava aqui e já tinha emprego. Eles davam lugar pra morar. Eram grandes empreiteiras. Uma delas nem sei se ainda existe. O salário em Joinville pra construção civil era bem mais baixo, então fiquei lá um tempo, mas voltei, porque aqui já era conhecido e tinha a possibilidade de ganhar mais”.*

No relato de João, pode-se perceber que as formas que “aliciamento” de trabalhadores de outras cidades ocorreu com grande intensidade na década de 1980, quando a economia local estava em boa fase de desenvolvimento, tanto com relação à indústria, como (e consequentemente) na construção civil. Essa prática de chamamento de trabalhadores de outras cidades, no sentido de garantir uma mão de obra disponível e de baixo valor, no entanto, continua acontecendo, só que se repete nesses novos tempos, sob outras roupagens.

A presidente do SINTRAFITE, Vivian Bertoldi, conta que algumas empresas locais estão “*buscando*” trabalhadores em cidades menores para trabalhar em Blumenau, levando em conta que tais cidades tem menos possibilidades econômicas. As promessas feitas aos trabalhadores giram em torno das possibilidades de registro em carteira e alguns outros benefícios, situação que esses trabalhadores geralmente não encontram no local onde moram. Tratam-se de cidade pequenas da região ou do próprio estado (como por exemplo, Barra Velha) que conta com ônibus especial da empresa empregadora para que os trabalhadores possam se locomoverem ao local de trabalho/Blumenau. Esse “novo aliciamento” também ocorre em outras cidades do nordeste ou centro-oeste do país (onde as grandes empresas daqui possuem matriz ou filiais) e convidam os trabalhadores para virem para cá, garantindo-lhes os postos de trabalho. Com relação a estes últimos, são, de certa forma, atraídos por salários maiores que em sua região. No entanto, o baixo valor dos salários só é sentido depois que os trabalhadores se estabelecem aqui, principalmente com relação ao valor dos alugueis que são caros na cidade (em função da topografia acidentada e dos constantes desastres sócio-ambientais, como já visto). No último desastre (2008), segundo Vivian, essa situação ficou bem evidente, quando muitos desses trabalhadores resolveram se demitir e ir embora da cidade. Os acordos feitos entre o Sindicato dos Têxteis e as empresas para não haverem demissões dos funcionários atingidos

(que tiveram que faltar ao trabalho por vários dias), foi respeitado pelas empresas. Porém, o sindicato foi surpreendido com as demissões a pedido dos próprios trabalhadores. Muitos deles, já descontentes com sua situação de trabalho e atingidos, de alguma forma (direta ou indiretamente) pelo desastre, resolveram ir embora.

Dessa forma, percebe-se que a mobilidade dos trabalhadores tem relação direta com ofertas reais de postos de trabalho na cidade, e com a possibilidade de terem uma vida melhor do que a que tinham no lugar de origem, não significando um aventurar-se dos próprios trabalhadores “desgovernados” ou desinformados. Muitas vezes, os mesmos são convidados a virem, como visto. Nos últimos anos, frente às mudanças ocorridas, o trabalho de baixo custo, ou seja, a mão de obra barata é disputada pelas empresas para reduzir custos e melhorar sua capacidade de competição em um mercado globalizado. Quanto às novas formas de produção, se exige, em alguns setores, trabalho mais qualificado. Porém, em outros, o domínio do processo produtivo pelas máquinas e os novos modelos de administração do trabalho, podem contar com mão de obra menos preparada. Desta forma, se para alguns postos de trabalho se exigem qualificações cada vez mais avançadas, as formas de submissão dos trabalhadores às novas exigências parecem ser requisitos também bastante procurados atualmente em alguns setores.

Voltando às formas de ocupação das periferias, não há dúvida de que a principal motivação dos ocupantes foi a necessidade de “resolver” sua situação de moradia, tirando o aluguel de suas despesas fixas, frente aos baixos salários que recebem.

Sobre a forma como adquiriram o lote, a maioria dos moradores entrevistados afirma ter comprado de alguém que já o ocupava - é claro que por preço bem menor do que ocorre no mercado formal de imóveis. Uma das entrevistadas, Dalila, conta:

- “Meu marido trabalhava em uma firma que presta serviço pra Celesc, era uma firma que faliu. Daí ele ficou desempregado, sem receber. Aí, tinha um pessoal desta firma que ele trabalhava que conhecia o pessoal daqui, que daí ofereceu pra nós comprar por R\$ 400,00. Eu comprei aqui onde eu moro por R\$ 400,00 reais. Eu não invadi aqui, eu não ocupei esta área, eu comprei de outro morador que tava aqui”.

No caso de Dalila, o motivo principal, o desemprego do marido, aponta outro determinante da situação precária vivida pelas famílias

moradoras das áreas em questão. Mesmo que houvesse uma situação melhor antes, que possibilitasse assumir algumas despesas, geralmente os assalariados, principalmente os que sobrevivem com tão baixos salários conforme apontado, não possuem qualquer reserva. A falta de garantias sociais que dê sustentação para essas famílias, nos períodos de desemprego, as deixa a mercê de sua própria sorte. Nos últimos anos, o desemprego, aliado a fragilidade das políticas de segurança social no país, dá uma boa dimensão de como a questão social tem sido tratada. Os seguros-desemprego, por exemplo, duram em média 5 meses. Levando-se em conta a informalidade do trabalho que atinge hoje cerca de 50% dos trabalhadores brasileiros, observa-se quantos deles são excluídos de tal “benefício”. Recorrer às políticas sociais, como a Assistência Social, nesses períodos, nem sempre é tranquilo para os trabalhadores, pois o histórico de tal política que ainda povoa o imaginário social é de que tal recurso seja voltado para os mais empobrecidos e miseráveis, denotando uma situação de extremo fracasso. O próprio modo de operar essa política geralmente ocorre na mesma dimensão, ou seja, os programas e projetos se direcionam para determinados segmentos e por tempo determinado.

O mercado “informal” então, tanto no que se refere ao trabalho como às condições de moradia, acaba se legitimando como possibilidade concreta das famílias trabalhadoras assegurarem por si próprias, mesmo que de forma precária, as condições mínimas de existência.

Quanto às famílias migrantes, quando chegam à cidade, mudam de uma área para outra, até conseguirem uma condição de moradia mais favorável, ou seja, que caiba em seu orçamento, ou mesmo livre seu orçamento do peso do aluguel, que vai ficando insuportável.

Leonora relata o histórico de sua família nessa trajetória. Moravam na Rua Araranguá, (uma das áreas mapeadas na cidade como área de concentração de pobreza), num porão de uma casa que um parente havia lhes cedido. Estavam em 18 pessoas ocupando três peças, uma situação insustentável. Tomaram conhecimento dos terrenos que estavam sendo vendidos a baixos preços na área onde agora residem e resolveram encarar. Eduardo, filho de Leonora conta:

- “Daí era assim na época... o sonho de quem vem do interior... a gente não tinha condições né, porque o ideal seria vir com dinheiro pra comprar uma casa. Como o nosso dinheiro era muito pouco, a ideia era vir, conseguir um trabalho e assim que tivesse uma grana sobrando, se meter num terreno ou numa casa, e pintou isso aqui. Só que a gente

não tinha noção dessa história de área irregular. Tinha contrato. No interior era assim: tudo o que eu vendesse, era meu. Comprei, paguei, é meu. A palavra é que vale”

As formas de acordos em torno da aquisição e negociação de terrenos e outros bens entre as classes pobres ocorre através de um mercado informal, que se estabelece através de relações de confiança. Existe uma lógica nesse tipo de negociação que acaba funcionando na maioria dos casos. Quem vende confirma a venda, assim como o comprador aceita o acordo, o pagamento. Já a construção da casa e as melhorias necessárias no terreno são realizadas ao custo do trabalho árduo dessas famílias. Conforme Leonora:

- “A gente comprou, roçou. Eu que vim aqui roçar porque meu marido tinha machucado o dedo na bitoneira. Vim aqui, rocei tudo. Daí, pra fazer a casa... precisava madeira. Daí, neste mesmo dia, ele conversando com um homem que tinha comprado um terreno aqui, ele tinha uma casa pra vender, lá na 25 de julho¹²⁹. Fomos lá desmanchamos - uma parte tava desmanchada - eu ia com a nora, os netos, atravessava desde a Araranguá até lá, de chapéu, bota... Arrancamos até os tijolos pra fazer os pilar da casa. A gente era acostumado a trabalhar no pesado, cortar mato, cortar lenha pra estufa, cuidar da estufa a noite inteira”.

Relatos como esse deixam claro que a ocupação destas áreas se deram sobretudo à custa do trabalho dos moradores, na forma de autoconstrução; o que se contrapõe à lógica capitalista de produção de moradias como mercadoria. Oliveira (1972 p.31) chama atenção para o fato dessa prática de construção pelos próprios moradores, utilizando dias de folga, fins de semana e formas de cooperação como ‘mutirão, “contribui para aumentar a taxa de exploração da força de trabalho”, sendo que “a habitação, bem resultante dessa operação, se produz por trabalho não-pago, isto é, sobre-trabalho”, inserindo-se na lógica de reprodução da força de trabalho.

“Assim, uma operação que é, na aparência, uma sobrevivência de práticas de ‘economia natural’ dentro das cidades, casa-se admiravelmente com um processo de expansão capitalista, que tem uma de

129 Trata-se de uma rua da Cidade.

suas bases e seu dinamismo na intensa exploração da força de trabalho” (OLIVEIRA, 1972 p.31).

A construção da maioria das casas nas áreas que foram objeto da pesquisa realizada neste trabalho, ficou à cargo dos próprios trabalhadores – lembrando que a grande maioria dos moradores das três áreas em questão são trabalhadores formais. Juntando-se a alguns autônomos e outros que detém pequenos negócios prestadores de serviços, constata-se que quase todos são solicitados de alguma forma pela economia local.

As moradias vão sendo construídas assim numa lógica privatista, reproduzindo a lógica liberal em sua face mais perversa. Se os pobres são culpabilizados por sua própria pobreza, a eles cabe a tarefa de assegurar suas próprias condições de sobrevivência, eximindo-se o Estado de tal função.

Importante demarcar também o fato de que nada lhes foi oferecido de forma gratuita, e dadas as condições em que residem, não se pode afirmar que tenham tido qualquer vantagem na ocupação. Os locais são bastante precários, assim como as casas: os esgotos correm a céu aberto, os acessos são bem difíceis (ruas sem calçamento, enormes escadarias improvisadas), e muitos terrenos estão em área de risco sujeitos a desbarrancamentos constantes.

A permanência no trabalho que permitiria a esses moradores algum planejamento para o futuro em termos de melhoria da condição de vida ou mesmo acesso à casa própria, vai se afastando cada vez mais. Restalhes, portanto, como opção, essas formas de moradia “irregular”, já que o Estado não responde adequadamente a tais necessidades com políticas habitacionais. Em Blumenau, essa situação não é diferente do restante do país. Embora a renda per capita aqui seja um pouco mais alta em relação à maioria das cidades brasileiras, a pobreza as iguala de alguma forma.

As áreas onde se evidencia a concentração territorial de famílias empobrecidas são vistas de forma incômoda pelos moradores da cidade de outras classes, ou que encontram-se um pouco melhor situados em termos de renda e moradia urbana. A esses moradores empobrecidos é atribuído o aumento da violência, e a degradação da vida na cidade. Geralmente são chamados de “invasores”, tidos como “os que não gostam de trabalhar”, ou, os “sem sorte”. Ou então voltam a ser rapidamente associados pelo imaginário social como gente perigosa, “desestruturada”, que precisa estar sob a mira dos mecanismos de controle da sociedade. Sobre isso Kowarich (2000 p.55) diz:

Sobre esta modalidade de moradia, o imaginário social constrói um discurso que esquadrinha a mis-

tura de sexos e idades, a desorganização familiar, a moralidade duvidosa, os hábitos perniciosos, olhando estes locais como focos que fermentam os germes da degenerescência e da vadiagem, e daí o passo para a criminalidade. Ou seja, a condição de sub-cidadão como morador das cidades constitui forte matriz que serve para construir o diagnóstico da periculosidade

Uma das entrevistadas relatou a visita da polícia na comunidade onde reside, justificada como uma espécie de treinamento. -“*Disseram que era treinamento, mas tava mais pra assustamento*”, diz Leonora. Os policiais entraram em toda a área e revistaram os moradores. O filho de Leonora conta que levantou de manhã, mal abriu os olhos e os policiais o pegaram na porta de casa para uma “revista”. Esse tipo de procedimento das instituições públicas estatais, cuja tarefa é garantir a segurança, é comum nas cidades brasileiras. Antes de qualquer informação mais precisa, todos os moradores dessas áreas são tratados como supostos bandidos!!

A relação entre pobreza e violência também compõem o imaginário social, levando a crer que formas de violência são geralmente infringidas pelos pobres. As situações de violência são mais expressivas entre as populações pobres, é fato. Isso se dá, no entanto, em decorrência das más condições em que se encontram em termos de infra-estrutura urbana e acesso aos bens, e também por serem alvo principal dos mecanismos de controle do Estado. Segundo Pinheiro (1997, p.45), na verdade, “os pobres continuam a ser as principais vítimas da violência, do crime e das violações dos direitos humanos”. E isso fica claro nos dados trazidos pelo autor com relação a violência nas grandes cidades. Os jovens provenientes das classes pobres, por exemplo, se constituem na grande maioria das vítimas de homicídios e de violência policial, que, no Brasil, bate recordes.

Transformando-se nos últimos anos as áreas de pobreza, em locais cada vez maiores e mais “visíveis” do ponto de vista físico territorial e político, elas geralmente passam a ser vistas como lugar do vazio, das múltiplas carências, para serem preenchidas muitas vezes pelos sentimentos humanitários. Ou então são vistas como lugar que abriga as classes perigosas, cujas estratégias políticas de enfreamento fazem de seus moradores “um bode expiatório dos problemas da cidade”. Assim demoniza-se o “outro”, o morador da periferia e da favela, que tem que ser “distinto do morador civilizado” (ZALUAR, 1998 p.8). Estas

manifestações, embora de caráter dual, são por vezes mais excludentes que a própria situação material vivida pelos moradores. Nesta perspectiva, ou estes moradores são alvos de criminalização, ou de ajuda humanitária; tudo menos cidadãos.

Muitos moradores entrevistados reclamam da forma como são tratados nos órgãos públicos da administração municipal, como escolas, setores da própria Prefeitura, ou mesmo nas lojas, no comércio (quando dizem que são moradores de determinadas áreas); e sobretudo, pelos órgãos de “controle” como o COMEN (Conselho Municipal de Entorpecentes) e a própria polícia. Um dos moradores entrevistados relata que, por várias vezes fora abordado por representantes deste órgão (COMEN) na imediações da comunidade onde reside, sendo sempre revistado e ameaçado como suposto portador de drogas. A comunidade em questão, ficou muito visada, em função de terem enfrentado representantes da administração municipal na situação de ocupação da área em que moram, por tratar-se de uma área pública. Os moradores ganharam na justiça o direito de permanecer na área, o que foi visto como uma espécie de insulto para alguns destes representantes da administração. O que se espera dos pobres é que se resignem, aceitem o que se tem para “oferecer-lhes”. Os programas e benefícios advindos das políticas sociais muitas vezes entram nesta lógica, destituídos completamente da noção de direitos. A rebeldia é condenada, é rebatida, por isso mesmo, não respeitada como ato de emancipação, de reconhecimento e busca por direitos.

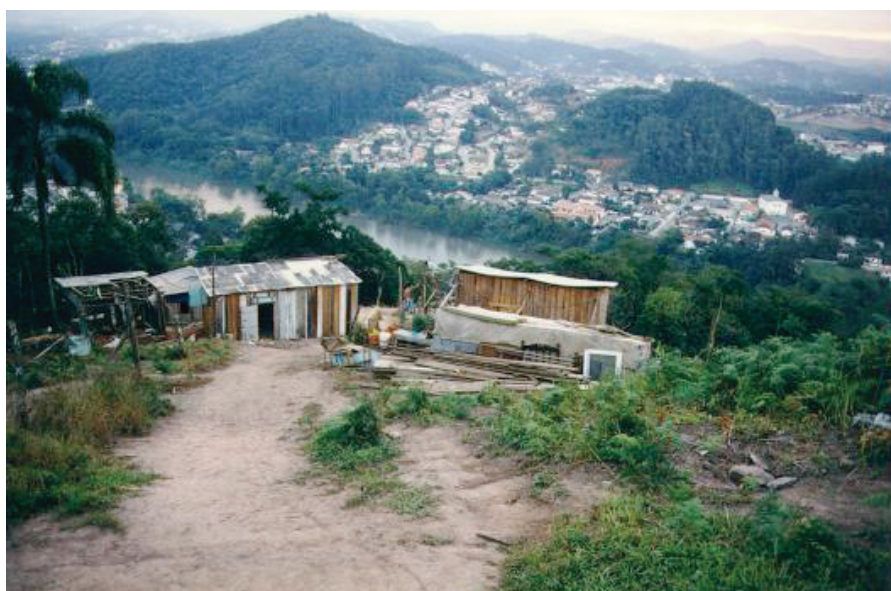
Conforme observado, quando as relações de trabalho em nível local são ressaltadas positivamente em função da “ausência de conflitos”, demonstra-se claramente o que se espera destes “cidadãos” empobrecidos.

4.5 Composição e Recomposição das Famílias

Os grupos familiares empobrecidos que residem nas periferias da cidade, geralmente são extensos. O que se deve, não exatamente pelo número de filhos, como comumente lhes é atribuído, mas porque a solidariedade entre as famílias pobres é prática recorrente e necessária. A proximidade contribui com essa solidariedade, bem como as necessidades vivenciadas pelas famílias que lhes são comuns e, por vezes, se tornam fator de identidade entre as mesmas.

A maioria das famílias encontradas congrega na mesma residência os pais, filhos, noras, netos, e, muitas vezes, outros membros como afilhados, tios, que não têm onde morar, ou seja, que não suportam o

Figura 17: Algumas Áreas de Pobreza



Fonte: Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária / PMB

custo de um aluguel em suas pequenas rendas mensais. Maria é uma das chefes de família que vive tal situação. Afastada do trabalho por motivo de saúde, ela aproveita para cuidar do neto enquanto uma de suas noras trabalha. Com ela moram dois filhos, duas noras, um neto, além de seu marido. Todos trabalham, mas as contas são muito grandes, diz ela. A luz é fornecida através de “rabicho” e consome grande parte do orçamento familiar devido o número de pessoas. A casa é pequena e precisa de reparos.

Leonora, outra moradora, também acolhe, em sua casa, boa parte da família.

- “Moram na casa: eu, meu marido, meu filho, minha filha, o namorado dela e meu neto. A renda vem da aposentadoria minha e dele, do salário do filho e da filha. E dividimos tudo: luz, água, comida. Dá em torno de dois mil. Meu outro filho mora no porão com esposa e filhos. Ele é independente. Trabalha ele e a mulher também”.

As famílias empobrecidas, ao enfrentarem as dificuldades apontadas, vão refazendo novos arranjos a partir das novas situações vivenciadas.

Neivaldo mora com sua nova mulher e cinco filhos. Após a separação, ele passou a viver com ela, que já era moradora da comunidade. Hoje, três dos seus filhos são adultos e não moram com ele. Os outros três compõem sua nova família, junto com dois de Claudia. Os filhos mais velhos de Neivaldo frequentaram a Universidade. Quanto a esses mais novos, ele não sabe se poderá garantir tal nível de formação. Eles vivem com uma pequena renda da aposentadoria dele. Moram na casa da atual esposa, porque a casa onde Neivaldo residia antes foi duramente atingida pelo desastre de 2008. Ele conta que tinha uma condição melhor no primeiro casamento, mas com a separação já nos anos 1990, não conseguiu mais reaver o nível de vida que lavava antes. Outros fatores contribuíram para isso, como problemas de saúde e sobretudo, as mudanças nos mercado de trabalho, conforme relatou.

Claudete já chegou em Blumenau separada, com dois filhos. Hoje ela vive maritalmente com seu novo companheiro e os filhos. Um deles, com 18 anos agora, acaba de arrumar seu primeiro trabalho, como caixa em uma loja no Shopping. Ela trabalha em pequena empresa têxtil e o marido é ajudante de colocador de forro: - “*Ele vai onde tem trabalho*”, diz ela. - “*Agora está em Florianópolis, vai domingo e volta segunda*”. Ela continua: - “*... ele trabalhou numa empresa 12 anos e ela faliu. Então*

tá esperando receber na justiça. E daí ele começou a trabalhar com este pessoal, colocando forro e acabou ficando nisso". A escolha do trabalho do marido foi ocasional, *"mas acabou dando certo"* diz ela, mesmo frente ao baixo salário recebido e às ausências constantes do mesmo. Outras possibilidades de renda são cultivadas para melhorar o orçamento da família :-*"Eu faço umas calcinhas, de vez em quando, e vendo, mas não é nada fixo, quando tenho tempo. Daí entra um dinheiro a mais"*. A filha tem 13 anos e quer trabalhar. Claudete acha - *"um absurdo o governo não permitir"*. E continua: - *"Eu mesma comecei a trabalhar com 12 e ninguém morreu. Não pode trabalhar, mas pra matar pode!"* , retruca. Claudete expressa a maneira equivocada de se perceber o Estatuto da Criança e do Adolescente. A defesa do trabalho, ou seja, da possibilidade de trabalho para os filhos adolescentes, que geraria uma renda a mais para a família supera qualquer capacidade de compreensão. A necessidade de que todos trabalhem para que a família possa ter um pouco mais de conforto, de acessos e de consumo, é a busca constante.

Políticas como o Estatuto significam um grande avanço, sem dúvida, num país onde a morte por homicídio de jovens é quase naturalizada, e o trabalho precoce também. No entanto, a falta de suportes familiares, com políticas sociais e econômicas que dêem garantia de proteção para essas famílias, bem como de inserção mais justa no mercado de trabalho, acabam por desmerecê-lo pela própria população empobrecida, que encontra-se mais vulnerável.

Claudete acha que a vida está um pouco melhor agora, mas justifica que é pelo fato de ter um companheiro com quem dividir as despesas e do filho estar também trabalhando e contribuindo de alguma forma. Mas em termos de ganhos salariais, ela reconhece que já teve muito mais segurança quando trabalhava de costureira em grandes empresas têxteis como a Hering e a Teka. - *"Tinha convênio saúde para mim e os filhos"*, lembra saudosa. Mas as condições de sua atuação no mercado de trabalho, qual seja, numa empresa média, frente às exigências da grande empresa, estão bem melhores, o que motivou sua escolha, conforme já relatado.

Rita mora com seu companheiro e três filhos pequenos. Ela teve sua primeira filha enquanto era solteira, mas diz que o companheiro atual a assumiu como sendo sua. Ele trabalha como pedreiro com registro em carteira e recebe em torno de 600 reais. A filha adolescente parou de estudar na sétima série. Agora ela fica em casa e ajuda nos afazeres domésticos para a mãe trabalhar num pequeno comércio.

Muito provável que os filhos nessa situação, tendam a reproduzir

a pobreza de seus pais. Estudos comprovam que “quanto mais tempo a família fica na pobreza, maiores são suas chances de permanecer nela”¹³⁰. Note-se que a pobreza em que vai mergulhando grande parte dessas famílias vai ficando de herança para seus filhos, quando eles têm que trabalhar muito cedo, deixar os estudos ou colocá-lo em segundo plano.

Leda vive há dez anos com o marido. Eles têm três filhos pequenos. O marido é pedreiro; - “trabalha por conta”, diz ela. - “Uma hora tem trabalho, outras horas não”. Diz que ele já trabalhou com registro em carteira, mas ganha muito pouco. Essa modalidade de trabalho autônomo, segundo relato de Lêda, faz com que seu marido trabalhe no sábado e domingo. Porém, - “às vezes, não tem nada de serviço. Perto de Natal assim, dá até medo. Se fosse fichado aí tava mais seguro, né?”. Percebe-se que, mesmo que o trabalho autônomo em algum sentido, tenha sido uma “opção” para melhorar os ganhos de trabalho, essas famílias sentem o peso da situação de insegurança e instabilidade.

Em relação à situação de renda familiar, muitos tiveram dificuldade em defini-la, em função das mudanças constantes de trabalho, e dos ganhos não fixos, tanto por parte dos autônomos, como de grande parcela dos trabalhadores que dependem de sobre-horas para compor seu salário.

Os laços familiares garantem para muitos certa segurança, quando necessitam. Isso se percebeu nas respostas aos questionários, verificando-se que muitos se movem de uma cidade para outra, ou de uma área para outra, quando se encontram numa situação difícil e são acolhidos por algum membro da família. Essas redes de segurança, nesses casos, respondem em alguma medida pela responsabilidade do Estado Providência que não se concretiza no Brasil e portanto, não cumpre seu papel.

Por outro lado, as perdas dos laços familiares também acompanham as famílias pobres, quando migram de um lugar para outro em busca de novas oportunidades. Por exemplo, o marido de Leda veio do Paraná, de Prudentópolis. Ela conta que: - “Ele veio com um primo. Mas aqui se perdeu dele, nunca mais se viram. A família dele ficou lá. Faz uns 16 anos que ele saiu de lá. Nunca mais voltou. Não conheço a família dele. Não temos contato nenhum”. Face às baixas rendas observadas, essas pessoas nunca conseguiram se organizar para retomar os vínculos com a família de origem. A suposta “liberdade” de ir e vir, alardeada como componente essencial das democracias capitalistas realmente são colocadas em

130 Mudanças no Mercado de trabalho Retiram as Famílias da Pobreza? Determinantes Domiliares e Agregados para a Saída da Pobreza nas Regiões Metropolitanas Brasileiras”. Por Ana Flávia Machado e Rafael P. Ribas, IPEA. Retirado do sítio: <http://www.anpec.org.br/encontro2007/artigos/A07A095.pdf>, visitado em 20 novembro, 2009

xeque quando se discute distribuição de rendas e conseqüentemente, de oportunidades.

As famílias vão se refazendo nessas trajetórias, através de novos arranjos e novas relações com amigos, vizinhos, conhecidos, que vão se abrigando uns aos outros.

4.6 As experiências de Trabalho pouco têm a ver com Escolhas – o trabalho precoce

Conforme apontado nos dados quantitativos, a maioria dos moradores dessas áreas começou a trabalhar bem cedo. Nessa condição, os entrevistados relatam ter enfrentado o trabalho precoce, geralmente na roça, em atividades domésticas ou na fábrica, sendo-lhes exigido desde cedo contribuir na rotina de tarefas familiar e com os ganhos de suas famílias, que eram pobres. Dessa forma, a pobreza se desdobra de geração em geração, levando em conta os impedimentos para melhor formação técnica e a falta de tempo e condições objetivas para amadurecerem qualquer possibilidade profissional mais ousada.

Alguns trabalhadores iniciaram cedo, nas empresas locais, que, na década de 1970/80 admitiam adolescentes para trabalharem na produção. Dalila exemplifica bem a situação em que se encontravam esses trabalhadores.

- “Na verdade, naquela época que eu comecei na empresa Garcia, todo mundo trabalhava na empresa Garcia. A gente morava lá perto, minhas irmãs trabalhavam e aí eu arranjei emprego na empresa. Na verdade naquela época, a gente não tinha outra oportunidade. Éramos filhos de pais pobres, da roça. Meu pai não tinha instrução, era analfabeto. Minha mãe também. Então eles não incentivavam a gente a estudar. E quando a gente queria estudar, gostava de estudar – mas começava a trabalhar das 5 às 13:30, acordava às 3:30 da manhã - não tinha condições de ir pro colégio”.

A condição de operários das indústrias têxtil era caminho certo para famílias pobres que moravam na cidade ou que para cá migravam. Filhos de trabalhadores pobres, como relata Dalila, seriam operários, buscariam trabalho onde tivesse e onde pudessem ser empregados. Este era o curso “normal” esperado. Ao mesmo tempo, o mercado se beneficiava com farta mão de obra disponível para o trabalho industrial.

O espaço para uma possível satisfação com o trabalho realizado se torna confuso e nublado perante a necessidade do trabalho como fonte de renda familiar. Mesmo levando em conta ser essa uma marca do desenvolvimento capitalista, para as famílias de trabalhadores empobrecidos esta situação é bem mais dramática. Conforme Pedro, um dos entrevistados:

- *“Você procura uma satisfação pessoal é certo, mas você procura uma satisfação salarial, né, onde você consiga ter um salário melhor, pra poder dar uma condição pra família melhor. Às vezes não te satisfaz, mas te dá o rendimento que tu precisas, né”.*

Os trabalhadores vindos de áreas rurais de pequenos municípios chegaram à cidade aceitando geralmente qualquer tipo de emprego. Grande parte deles se emprega na construção civil, ou como garçons, assistentes de pedreiros. Alguns “progridem” na escolha e conseguem ter um pouco melhor de satisfação em termos pessoais e também de salário. Nas fábricas porém, conforme já relatado, essa possibilidade não mais se concretiza. Ou seja, fazer uma carreira, conseguir melhores postos de trabalho na mesma empresa, construir uma profissão, são possibilidades cada vez mais remotas.

Com relação ao trabalho doméstico (diaristas, mensalistas), exercido por grande parte das mulheres moradoras dessas áreas, elas se posicionam de formas diferenciadas. Leda diz não gostar desse tipo de trabalho, principalmente quando realizado no ambiente privado das famílias. Ela optou por fazer limpeza em escritórios, prefeitura, onde mais facilmente era registrada em carteira, estabelecendo outros tipos de relações de trabalho e de acessos à benefícios sociais.

Já Ivanilda, que trabalhou muito tempo nessa atividade, diz:

- *“Eu gosto de trabalhar de empregada. O que eu mais gostei de fazer na vida. Porque gosto de ver tudo limpinho, tudo cheiroso. Mesmo que não seja meu. Eu sou muito... como se diz, perfeccionista. Na minha casa não tem essas coisas porque não tenho tempo e os filhos não deixam. E eu toda vida gostei. Gosto por este motivo, mas por outro não gosto. Quer dizer, ver as madames indo ao cabeleireiro, se embonecando, enquanto eu tô trabalhando de faxineira também não é uma sensação boa. A mulher que eu trabalhava era muito querida, deixava eu almoçar com ela na mesa, era bem*

querida. Mas, às vezes me deixava triste. Que nem dezembro né, a mulherada toda ganha presente, e eu nada, nem décimo terceiro. Ela nem sequer disse feliz Natal, nada. Ela arrumou tudo, fez eu botar tudo dentro do carro e foi para a praia. Ela disse: “fecha a casa e deixa a chave pro porteiro”.

Ivanilda relata a contradição que envolve sua atividade de trabalho. No ambiente doméstico, ela presencia concretamente a desigualdade de renda e acessos e assim percebe melhor sua situação de classe. Ela diz que gosta do resultado do seu trabalho, mas que não pode fazê-lo para si, porque sua situação não permite – não tem tempo para sua casa e seus filhos. Sobre a possibilidade de escolher outra atividade mais condizente com seus desejos, ela relata:

- “..eu gostaria de ter feito um curso de cabeleireira, um curso melhor, essas coisas. Mas não tive oportunidade. Fui uma vez tentar fazer o curso de cabeleireira, mas daí não tinha dinheiro pros óculos, e não conseguia ler as embalagens”.

Todas as dificuldades possíveis marcam a trajetória profissional das classes empobrecidas. A falta de acessos aos recursos mais imediatos como uns óculos apropriados pode ser um impeditivo para outros acessos.

As dificuldades para os trabalhadores acessarem qualquer forma de trabalho mais qualificado, ou que lhes garanta melhor remuneração são de toda ordem. Desde a falta de condições básicas de existência apontadas, como de acesso à formação profissional e à educação formal superior, por exemplo. Embora a formação profissional, no momento atual, não seja garantia de ascensão profissional, o acesso a esse tipo de formação deveria se dar por uma questão de cidadania, de garantia de acessos à melhor qualificação. Isso, junto com a possibilidade de usufruir do conhecimento produzido pela sociedade, deveria estar mais no campo das escolhas e não dos privilégios. É o que se esperaria de uma democracia.

A construção de uma profissão para esses trabalhadores é algo que fica cada vez mais distante. Eduardo, um dos entrevistados, hoje é pizzaiolo. Ele diz gostar do que faz. Seu “destino” poderia ter sido trabalhar como pedreiro, tal qual seu pai; trabalho que exerceu desde menino. Aprendeu a profissão atuando como garçom numa pizzaria. Sobre o aprendizado profissional, ele diz: - *”A gente não faz curso não. Nós pobres, somos forjados no calor da batalha!”.*

Os filhos desses moradores aumentaram um pouco os anos de estudo, principalmente nos últimos tempos, porém, as possibilidades

profissionais não avançaram na mesma proporção. Nesse sentido, Daniel, ao se pronunciar sobre a situação das filhas que puderam estudar, ressalta que: - *“Elas estudaram bastante, fizeram segundo grau, mas foi uma coisa que foi pagado e até agora não serviu pra nada. Não adiantou pra nada. Porque na hora de arrumar trabalho tem pouca vaga e muita gente”*.

O que essas famílias projetam de melhor para seus filhos é frustrado pelas condições atuais do mundo do trabalho, cuja exploração se acentua, ao mesmo tempo que diminuem as perspectivas de emprego duradouro, carreira, e, por consequência, melhores salários.

4.7 Os Vínculos de Trabalho que foram se estabelecendo nessas Trajetórias

As trajetórias de trabalhos são marcadas por sucessivas trocas de emprego e períodos sem registro em carteira, o que propicia uma situação de insegurança para a maioria desses trabalhadores, bem marcada em seus relatos.

Muitas das mulheres entrevistadas possuem, em seu histórico, a atividade de empregada doméstica, situação em que ocorrem longos períodos sem registro ou com registros “informais”, que não lhes garantem direitos sociais. Ivanilda conta essa situação vivida:

- *“Antes trabalhei como diarista e quase sempre sem registro. Fui registrada um tempo, mas o registro não foi válido. Era um recibo de 1,99 que ela me dava. Não tinha décimo, não tinha férias. Quando sai não tive direito a nada. Sai porque estava me aborrecendo com isso”*.

O marido de Ivanilda, João, diz ter percebido logo que o registro era falso: - *“não tinha carimbo, nada...”*. Ele mostra sua indignação com a situação, embora ele próprio comenta ter trabalhado sem registro “a vida toda”. Ele é pedreiro, autônomo. - *“Trabalho por conta própria. Dá pra ganhar mais assim”*, afirma ele. Conforme seu relato, trabalhando assim, costuma receber até R\$ 1.500,00 (cerca de 4 salários) e se for trabalhar registrado em uma empreiteira qualquer, o máximo que espera receber como salário é R\$ 600,00 (pouco mais de um salário). - *“Como a gente vai viver assim?”* pergunta ele, levando em conta sua posição de chefe de família e o grande número de pessoas que dependem dele. Ivanilda, que agora trabalha numa empresa de cordas para cachorro juntamente com seu filho, retruca dessa afirmação e conta o fato de uma vez ter sofrido um acidente, quando voltava do trabalho, e ter “a sorte” de

estar registrada em carteira, o que lhe garantiu receber seu salário, mesmo estando impossibilitada de trabalhar. Diz ela:

- *“Quero trabalhar registrada, com direito a tudo. Não pensando na velhice porque, agora não adianta mais pensar. Agora vou ter que trabalhar até os últimos, e deu. Mas pensando assim: até o final do ano eu ganho um brinde, vou ter direito a férias... Ano que vem, no meu aniversário, vou ter meu PIS. Tenho direito a tudo, né, e ali não tinha direito a nada”*.

Pedro também teve a maior parte de sua vida de trabalho marcada pelo “trabalho autônomo”. Em algum momento foi movido pelo desejo de ter algo próprio. E, atualmente, trabalha na construção civil.

- *“Comecei a trabalhar com 8 anos como jardineiro, com um vizinho meu. Com 13 anos entrei numa fábrica lá no Passo Manso, trabalhei lá até os dezoito anos, era uma metalúrgica. Estudei muito pouco. Com quinze anos é que voltei para escola e depois fui fazer o segundo grau. Fiz o segundo grau, até o segundo ano. Montei uma serralheria. Não deu certo (...). Daí eu voltei a trabalhar na Cristais Hering; fiquei uns anos lá. Ai surgiu um comerciazinho pra vender. Comprei e, em seguida me casei. Oito anos depois, me separei, vendi tudo e comecei a trabalhar na construção civil. De 96 pra cá, trabalho na construção civil, como autônomo”*.

Sua história de trabalho se entrelaça com sua vida pessoal, como sempre acontece e interfere em algumas decisões. Mas pode-se observar que o trabalho precoce, a dificuldade de estudar, e as possibilidades de trabalho com baixos salários estão presentes em sua trajetória, como a maioria dos trabalhadores empobrecidos da cidade e do país. O desejo de ter “seu próprio negócio” como ele defende, se coloca para as classes pobres, como uma das poucas “possibilidades” no horizonte da busca por ascensão social.

Porém, as possibilidades de enriquecimento, ou simplesmente, de melhoria da situação econômica, seguida de melhores acessos, estão cada vez mais restritas no mundo atual e, portanto, mais difíceis de serem alcançadas. Sobreviver a tudo isso, viver, buscar alternativas, continuar trabalhando apesar de tudo, parece ser a decisão silenciosa destes trabalhadores empobrecidos.

Observa-se que destinos pouco compartilhados como trabalhadores, demarcam estas narrativas bastante individualizadas (SENNET, 2007 p.174). O que torna um desafio ainda maior no momento atual, pensar em formas de resistência coletiva a essas formas de exploração do trabalho.

É a utilização das possibilidades existentes que nós temos que conhecer para poder fazer delas outra coisa, para torná-las factíveis. E antes de torná-las factíveis, é preciso produzir as idéias.(...) Parece-me que é fundamental, se nós queremos construir um sistema de pensamento que seja suscetível de se tornar um sistema de ação.

Milton Santos (2008 p.22)

Capítulo 5

Aumento Da Pobreza Local E Formas De Resistência.

Neste capítulo serão discutidos e analisados os impactos dessa pobreza estrutural sobre as cidades, no contexto das mudanças no sistema produtivo globalizado. Nessa direção, procura-se apontar alguns elementos que possibilitem compreender a pobreza no contexto atual, contribuindo com o debate ampliado sobre ela e a superação de discursos conservadores e reducionistas que tornam ainda mais difícil vivê-la e enfrentá-la como problemática social.

Neste contexto, a discussão do espaço habitado vem sendo trazido como elemento importante; o qual, na interseção com outros elementos constitutivos do quadro que se delineou como “novas configurações da pobreza na cidade”, pode apontar para uma discussão que possibilite se aproximar melhor dessa realidade.

Focalizando-se Blumenau, parte-se do principio de que essa tarefa é um desafio para as cidades, tanto para os governos, gestores de políticas, como para os trabalhadores empobrecidos, moradores dessas áreas, que, de forma organizada, buscam superar suas dificuldades.

A capacidade desses moradores em resistir à situação em que se encontram é parte fundamental dessa discussão, considerando que são eles os mais atingidos diretamente pelos efeitos do rebaixamento de salários, da precarização do trabalho, do desemprego. Nessa “nova” realidade, os trabalhadores empobrecidos vão refazendo sua própria situação material, bem como seus desejos, seus projetos de vida, e se organizando em alguma medida para o enfrentamento.

5.1 Perspectivas de Trabalho e de Inserção Cidadã para os Trabalhadores Empobrecidos

As perspectivas de empregos para as classes-que-vivem-do-trabalho, no atual contexto do capitalismo, conforme analisado, são bem limitadas. Uma diversidade de trabalhos é “possível”, entre tarefas que são exigidas e necessárias para manutenção das cidades e do sistema produtivo que lhes dá sustentação. No entanto, grande parte delas é de baixa remuneração, baixo reconhecimento social e, geralmente, com vínculos bem frágeis.

O rebaixamento dos salários constatado em Blumenau, assim como a fragilidade dos vínculos de trabalho, e o fato do emprego industrial - que era tido como uma das possibilidades de trabalho duradouro - também ter entrado no quadro dos menos atrativos, temporários, mal remunerados, constituem-se dados novos na realidade local. Esses desdobramentos em relação ao trabalho têm relação intrínseca com o processo de globalização, conforme vem sendo abordado neste estudo. Tais processos são vivenciados hoje mais intensamente pelos trabalhadores mais pobres, os chamados “substratos sociais do movimento trabalhista” ou “trabalhadores de rotina” designados por Reich¹³¹, mas também por amplas parcelas da classe média em todo mundo, conforme abordado por Sennett (2007), Antunes (2000) e Pochmann (1999). Sobre isso, Mézaros (2009 p.69), também se pronuncia:

...quem sofre todas as conseqüências dessa situação não é mais a multidão socialmente impotente, apática e fragmentada das pessoas ‘desprivilegiadas’, mas todas as categorias de trabalhadores qualificados e não qualificados: ou seja, obviamente, a totalidade da força de trabalho da sociedade

Para os trabalhadores mais empobrecidos, no entanto, essa situação vai ocasionar a diminuição drástica de suas perspectivas de segurança e ascensão social através do trabalho, já historicamente bastante frágeis para esses estratos da classe-que-vive-do-trabalho, principalmente nos países da periferia do capitalismo, como o Brasil.

Diante desse quadro, os trabalhadores estão dispostos, muitas vezes, a valorizarem qualquer trabalho que lhes garanta o mínimo de estabilidade. Um dos entrevistados, João, que relatou ter iniciado sua trajetória de trabalho colhendo erva-mate, caracterizando-se como um trabalho sem registro e sem previsão do montante de salário que ia receber,

131 Citado por Baumann (2008).

supervaloriza o fato de hoje estar concursado em uma empreiteira (uma espécie de autarquia que presta serviços para a Prefeitura Municipal de Blumenau) lhe garante a estabilidade tão desejada. Por isso, ele demonstra um alto grau de satisfação frente às perspectivas que se lhe apresentam. Ele diz:

- “O meu salário não é aquele salário bom, mas em vista dos outros salários, pra aquele que não tem estudo tá mais ou menos. Sou registrado como roçador, fiz concurso e passei. A gente queria era trabalhar registrado. E hoje que tô concursado com salário de R\$ 700,00 e pouquinho. Não é aquele salário bom, mas também não é ruim. Se ficar doente, tô seguro!”

Os ganhos em termos de segurança social obtidos pelo fato de estarem registrados em carteira são bastante valorizados pelos trabalhadores mais pobres. Num horizonte que aponta cada vez mais para a fragilidade desse tipo de vínculo, essa possibilidade é muito desejada.

O trabalho industrial também se aproveita desta mão de obra sedenta por algum tipo de segurança. Zenilda trabalha atualmente na grande empresa têxtil (Hering). Ela é revisora de estampa. Está nesse trabalho cerca de 2 anos. Ela também diz estar contente porque antes nunca teve carteira assinada. Morava perto da fronteira com o Paraguai e repassava mercadorias para os compradores interessados. Uma espécie de “laranja” como ela diz, que aproveitando suas cotas pessoais, trazia mercadorias para interessados. Era uma situação temporária e ela ansiava por um trabalho mais estável. Por isso, a conquista de um vínculo de trabalho efetivo é o que ela mais valoriza no trabalho atual. Sobre isso, ela afirma: - *“Na verdade, é o salário! Assim porque, nunca tive carteira assinada. Sempre trabalhei por conta! Agora trabalhando assim vejo o valor que tem trabalhar de carteira assinada!”*. Em seguida, ela elenca os “benefícios” que passou a ter como: férias, 13º, a possibilidade de aposentar-se e ainda uma espécie de “participação nos lucros da empresa” (chamada de PPR). Ela explica que PPR é uma participação sobre o que a empresa vende. Diz que a empresa é uma das campeãs em vendas hoje no Brasil, e isso seria uma espécie de *“participação pros funcionários”*. No ano de 2009, ela recebeu R\$ 350,00 (o salário mínimo, na época, era R\$ 415,00). São cotas pagas em duas vezes por ano e parecem estar relacionadas com a “disciplina” do trabalhador. As faltas, por exemplo, incidem sobre as cotas. Segundo Zenilda: - *“Se você tem falta por causa de criança; tudo eles descontam. Eu nunca ganhei cheio. Ganho uns*

70/80% por que os meninos, às vezes, ficam doentes e tenho que faltar”.

Segundo a dirigente do SINTRAFITE, Vivian Bertoldi, os prêmios de produção, adotados por algumas empresas ocorrem através de exigências muito grandes por parte dos trabalhadores. O que incide sobre uma realidade de trabalho já bastante exigente, contribuindo com o desenvolvimento de doenças como ler-dort e depressão. Muitas vezes os trabalhadores dizem que é bom, porque significa um reforço em seus salários. Mas já foram realizadas várias denúncias no Ministério do Trabalho, revertendo-se algumas situações. Segundo Viviam, o sindicato entende que: - *“a participação é boa, mas, desde que não explorem o trabalhador, em função de metas tão altas a serem atingidas”.*

Os depoimentos marcam a fragilidade de grande parte dos trabalhadores vindos das classes pobres que, historicamente, no Brasil, estiveram sujeitos a trabalho sem vínculo e altos níveis de exploração.

O marido de Zenilda trabalha numa grande empresa têxtil também há cerca de 3 anos. Ela diz que ele já mudou três vezes de setor. Entrou na empresa trabalhando no setor de *“bordado”*, à noite. O fechamento do setor levou-o a trabalhar na *“balança”*. E, em seguida, ele foi para *“talharia”*. O movimento dos trabalhadores de um setor para outro, em tão pouco tempo, explicita a forma como as empresas têxteis vivem o processo de reestruturação produtiva nas últimas décadas (fechamento, desmonte de setores).

Zenilda recebe o piso salarial dos têxteis. - *“Limpo dá uns R\$ 500,00” diz ela.* O marido tem adicional noturno e o salário fica um pouco melhor (cerca de dois salários mínimos). Eles têm apenas 2 filhos. O fato de morarem numa das áreas mencionadas denota a precariedade de sua existência.

Conforme relato acima, pode-se perceber a dificuldade dos trabalhadores tecerem uma identidade de trabalho. Sobre as perspectivas reais de ter uma profissão ou da escolha de um trabalho, outra moradora, Rose assim se coloca:

- *“Eu gosto muito de mexer com a terra. É claro que se eu tivesse estudo, então eu gostaria de ter feito uma faculdade de agronomia (...) E a minha profissão de cozinheira é uma coisa que eu gosto. Trabalhei de doméstica porque não tinha outra opção. Mas eu gosto de cozinhar. Apesar de ser uma coisa cansativa porque você mexe muito com água quente o tempo todo. Eu até estou com problema no meu braço por causa disso, problema nas jun-*

tas. Mas se pintasse outro tipo de serviço eu pegava. Já pensei em pegar assim, de revisora, mas agora depende muito da idade, né. Já estou com 45 anos, então não vai ser aquela facilidade”.

O relato de Maria explicita a situação atual dos trabalhadores, aqueles que, de alguma forma, se sujeitaram ao longo de sua trajetória a realizarem os trabalhos necessários socialmente e com baixa remuneração: pedreiros, diaristas, domésticas, serventes, vigilantes, instaladores, auxiliares de tudo quanto é tipo. Os operários de fábrica, hoje, mais do que nunca, conforme visto, incluem-se nesse grupo de trabalho, caracterizado como: trabalho intensivo, mal pagos, com grande taxas de exploração e provisórios.

O falta de um trabalho definido e de uma profissão marcam as trajetórias dos trabalhadores empobrecidos hoje, mais do que nunca.

Pare além disso, Rose traz vários elementos para se pensar as condições dos trabalhadores na atual configuração do capitalismo. Uma delas está diretamente relacionada à situação dos trabalhadores no Brasil, no que se refere às poucas possibilidades de acessos à formação que tiveram, o que resultou em um grande contingente de trabalhadores com baixa qualificação e, por consequência, sem grandes perspectivas quanto à sua inserção no mercado de trabalho. No entanto, apesar do anunciado “fim da sociedade do trabalho” as ofertas de sub-empregos ou postos de trabalho com salários baixos, alto grau de exploração da mão de obra e pouco uso de tecnologia continuam a povoar a realidade da maior parte desses trabalhadores de forma bastante contundente.

Outra situação apontada por Maria é o fato do trabalho ser o meio de garantir a sobrevivência e como tal não poder ser objeto de muita escolha, o que foi apontado também por outros entrevistados, no decorrer deste estudo. Percebe-se então uma espécie de conformismo: elemento obrigatório para se enfrentar o cotidiano de trabalho duro. Nessa mesma perspectiva, outra moradora, Leda, quando interrogada sobre o que gostaria de ter realizado enquanto trabalho, respondeu: - “*Eu nunca parei pra pensar*”.

O peso da idade também é realçado pelos entrevistados como dificultador nas possibilidades de trabalho. Sobre isso, Ivanilda também se pronuncia:

- “Eu tava tentando uma coisa melhor lá na firma, mas já passei dos 40, não tenho estudo, não tenho pique de uma pessoa de 20 anos. O posto que era pra ser meu, perdi pra um de 20 anos, porque... ele

tem mais pique, tem mais estudo, tem mais capacidade, né. Quer dizer... capacidade pode ser até que não tenha, mas tem juventude”.

Os trabalhadores entrevistados, ao mesmo tempo em que se sentem ameaçados pelos jovens, num mercado de trabalho cada vez mais restrito em termos de empregos, defendem – talvez por necessidade - a inserção precoce de seus filhos no mercado de trabalho. Por outro lado, esperam que eles tenham mais acessos e uma vida melhor. Neste sentido, Ivanilda diz:

- “No que depender de mim, meus filhos vão estudar e ser alguma coisa. Porque eu não tive opção: se não tem tu, vai tu! Queria que no futuro eles tivessem bem mais opção do que eu. Não queria filho meu limpando valeta, limpando a beirada da rua, catando latinha de lixeiro. Eu queria uma vida bem melhor pra eles”

No relato de Ivanilda, alguns trabalhos aparecem como extremamente desvalorizados pelas próprias classes que supostamente os realizariam. Pode-se perceber o grau de hierarquia entre as ocupações no mercado de trabalho e o grau de subalternidade a que estão expostos alguns trabalhadores ao realizarem certas tarefas.

Sobre as perspectivas de trabalho para o filhos, outros entrevistados como Dalila, se colocam da seguinte forma:

- “Eu acho que tá melhor. Tá melhor a tecnologia para eles; têm mais facilidade. Mas como o meu filho casado, ele tem vontade de fazer uma faculdade, mas não tem condições. Tem que trabalhar. Como que vai pagar uma faculdade com o salário que ganham? (o casal) Fizeram o 2º grau. Mas, com a evolução do mundo, da minha época para agora, era pra estar melhor. Pelo menos o acesso ao estudo, curso. Porque se um pobre que nem nós quer fazer um curso técnico, tem que tirar do orçamento R\$ 200,00 a R\$300,00. Não tem condições. Tirar todo o mês, durante 12 meses R\$ 300,00 de quem ganha R\$ 600,00, quanto vai sobrar no final do mês?”

A dificuldade ou impossibilidade de acesso à formação técnica para melhor inserção no mercado de trabalho continua sendo realidade para as famílias de trabalhadores pobres. Frente às necessidades criadas pelos sistemas de gestão do trabalho, em tempos de globalização, cuja tendência é exigir indivíduos cada vez mais qualificados, os jovens

provenientes dessas famílias continuam a reproduzir situação de pobreza e falta de acessos como seus pais. Na região de Blumenau, embora tenham se pulverizado várias faculdades oferecendo curso superior, são todas “pagas¹³²”.

Cursos de nível superior com o ingresso em uma universidade não estão no horizonte dessa parcela da juventude. Apenas um dos entrevistados, Neivaldo, conseguiu garantir que seus filhos concluíssem a universidade. Um deles trabalha como analista de sistemas numa empresa pequena, perto da localidade onde moram. “*Eles fazem programas empresariais criados especificamente para a indústria têxtil*”, diz ele, caracterizando o mercado de trabalho das terceirizações, bastante fragilizado também em termos de ganhos reais. Segundo Neivaldo, o outro filho seguiu o mesmo caminho “*na área de computação*” e trabalha numa grande empresa têxtil, mas está descontente.

“Lá ele é um funcionário do almoxarifado e controla todo estoque. Há um ano e pouco eles terceirizaram este trabalho e ele tá quase como que só acompanhando este serviço. Ele continua na empresa, mas começa a não ser mais interessante. Mesmo em termos de salário, não vai mais corrigindo á altura”.

A situação daqueles que tiverem um pouco mais de acesso também vai evidenciando um mercado de trabalho fragilizado, cujas oportunidades de ingressar em funções bem remuneradas, de se manter no emprego ou de ascender na profissão, são cada vez menores. Os próprios trabalhadores, vão, aos poucos, se percebendo numa conjuntura bastante restrita em termos de possibilidades.

Sobre as perspectivas de trabalho, de um modo geral, muitos moradores acreditam que a tendência é melhorar, mas quando relatam a sua realidade e a de seus filhos, ela aparece de forma objetiva. Maria diz que faltou dinheiro para os filhos continuarem os estudos. De qualquer maneira, eles chegaram a concluir o segundo grau. Hoje trabalham “*de vigia*” como o pai. Ela diz que acreditava que as coisas pudessem ser melhores. Mas agora acha que seus netos terão muita dificuldade se o mercado de trabalho e os salários continuarem como estão.

O acesso à melhor qualificação profissional, no entanto, como passaporte a empregos mais bem remunerados, é questionável. Segundo

132 Uma delas somente tem caráter público (a Universidade Regional de Blumenau/FURB), cuja gestão obedece a tais critérios, porém o financiamento da mesma é custeado 80% pelas mensalidades dos alunos.

Roberto Cavalcanti de Albuquerque, diretor técnico do Inae (Instituto Nacional de Altos Estudos), o capital humano brasileiro (medido através da relação do tamanho da população com 15 anos ou mais de idade e sua alfabetização e escolaridade média, com a variação do PIB, desde 1970), denota que o capital humano, sobretudo na década de 1980 e 1990, cresce em ritmo muito superior ao da economia. Conforme tal estudo, na primeira década (de 1970), as “duas variáveis apresentadas cresceram em ritmos similares, o que indica que a economia gerava empregos compatíveis com a qualificação de mão de obra”. A partir de 1980, entretanto, o que se chamaria de capital humano cresce em ritmo acentuadamente maior do que a variável econômica, denotando um mau aproveitamento do potencial humano que se formou. O que leva o autor a concluir que a formação de mão de obra qualificada é aspecto importante, mas não o único a influenciar o crescimento econômico. Segundo ele, “é preciso ter, de um lado, um processo de formação de capital humano dinâmico, mas, de outro, tem que ter também uma economia que gere os empregos compatíveis com essa evolução. Foi justamente isso que faltou ao Brasil nos anos 80 e 90”¹³³

No entanto, a pobreza histórica de grande parte da população brasileira, agravada nos últimos anos pelo empobrecimento resultante dos processos econômicos da globalização na forma como foram tratados no país, recoloca a necessidade de jovens e adolescentes entrarem no mercado de trabalho prematuramente. Em outros países, onde essa questão foi mais resolvida, esses empregos supostamente ocupados pelos jovens estão à disposição no mercado de trabalho, gerando mais postos, ao mesmo tempo em que se propicia uma formação mais adequada com melhor preparo para futuros cidadãos trabalhadores. Sobre isso, Pochmann¹³⁴ se pronuncia:

do ponto de vista do emprego juvenil, há duas coisas que devem ser feitas. A primeira está associada diretamente a ações que façam o jovem ingressar mais tardiamente no mercado de trabalho. Isso é uma tendência internacional. Os jovens estão se preparando cada vez mais antes de entrar no mercado de trabalho. Aqui no Brasil, sete de cada dez jovens entre 15 e 24 anos de idade estão no mercado de trabalho, enquanto na França somente três estão. O segundo tipo de ações são as voltadas ex-

133 Folha de São Paulo, domingo, 25 de maio de 2008, Caderno A. p.13

134 Entrevista com Marcio Pochmann, Disponível em: <http://www.educacional.com.br/entrevistas/entrevista0027.asp> Acesso em 08.01.2010

clusivamente para a expansão do emprego, especificamente para o trabalhador jovem

Os problemas colocados ao país são tanto da ordem de falta de formação profissional e cidadã ampla e irrestrita para todos (os jovens principalmente), como de política econômica compatível com geração de empregos que possam absorver aos poucos esta população apta para o trabalho. As saídas neste sentido apontam para necessidades de articulação entre políticas econômicas e sociais que possam, a longo prazo, dar melhores repostas para esta realidade.

5.2 Capacidade de Resistir às Mudanças em uma Realidade de Empobrecimento

A região de Blumenau tem um histórico de enchentes e deslizamentos com grandes proporções, conforme já analisado capítulo 3. As periferias da cidade, ou seja, as áreas de ocupação de morros, ou muito próximas aos ribeirões são as mais atingidas. Resultado disso é que esse tipo de ameaça está no imaginário das classes pobres muito mais do que nas outras. De qualquer forma, as pessoas precisam trabalhar, morar, e aprendem a conviver e resistir às situações, tanto em termos de sua localização físico-territorial nas cidades sujeitas a riscos constantes, como em relação ao empobrecimento decorrente de sua situação de trabalho. Algumas acabam se ambientando de alguma forma à sua situação, outras nem tanto. Mas a resistência está posta em quase todas essas atitudes, tanto as de “adequação”, como as de rebeldia.

Ivanilda mostra certo temor com relação a essa situação, principalmente pelo fato de morar na periferia da cidade, sujeita a impactos desse tipo. Conforme seu relato: -“*Qualquer chuva que dá, eu entro em pânico*”.

De um modo geral, porém, a maioria dos moradores valoriza o local de moradia, mesmo se tratando de ocupação “irregular”. Ou seja, mesmo que não tenham a propriedade legal dos terrenos, ela significa, para eles, possibilidade de acesso a uma casa própria. Como também, sair do aluguel, ocasiona um fôlego enorme nas despesas de manutenção de suas famílias frente aos baixos salários observados.

Eduardo é bem enfático quando defende as perspectivas de melhora que sua família obteve na passagem “*da roça para a cidade*”. E das estratégias que elabora para se estabelecer de alguma forma nessa conjuntura.

- *“Aqui, conseguir se manter pra ter, pra sobreviver, torna-se melhor do que lá, porque não tem como oferecer uma chance melhor do que aqui. Porque, se tiver o estudo, se estudar, consegue um trabalho. Aqui a gente tá num paraíso. Eu nunca fiquei um mês sem trabalho. Mais de 90% do pessoal que mora aqui, são tudo trabalhador. Eu tenho na minha carteira de trabalho 8 acordos. Mas é assim... trabalhava um ano ou dois e fazia um acordo, porque eu queria entende”.*

Os vários “acordos” feitos por Eduardo para sair do emprego foram articulados com os patrões, segundo ele, já tendo em vista outro emprego, no qual não era registrado de imediato. Então, as rescisões, bem como os salários-desemprego foram os recursos adicionais que lhe possibilitaram construir sua casa - *“Meu porão”*, diz ele, por tratar-se de construção simples, no mesmo terreno abaixo da casa de seus pais. Eduardo utiliza-se de um recurso público que, de forma indireta, lhe possibilita, embora precariamente, responder ao seu “direito de moradia”. Torna-se essa uma das estratégias dos trabalhadores pobres organizarem uma estrutura básica que possa acolhê-los e a suas famílias na cidade.

Leonora elenca outros motivos que justificam sua permanência no local.

- *“A gente aqui tá muito dentro da cidade! Vai passar uma rua aqui na frente de casa. Mas não precisa o ônibus subir aqui. Tem tanto lugar por ai que tem que andar bem mais. O posto é perto; uns vinte minutos e tá ali. O filho tem moto. Não tem problema de roubo. A moto fica lá embaixo, sem cadeado”.*

Chama atenção o fato dos moradores, de certa forma, se acostumarem com os acessos para suas casas, embora, a qualquer desavisado visitante possa parecer cruel as extensas escadarias para acessar a casa de Leonora. Porém, o conhecimento de sua trajetória até chegar ali e se estabelecer com sua família, deixa claro que isto pode não ser um problema para ela hoje.

Os moradores das periferias pobres da cidade parecem de certa forma bastante adaptados à sua situação. Reconhecem que os salários que recebem são baixos, mas alegam que hoje é o possível de receberem. Por outro lado, não aceitam qualquer situação, resistindo a alguns tipos de trabalho que consideram indignos ou altamente exploradores. Suas trajetórias de trabalho e de vida são marcadas pelas mais diversas situações

de melhora e piora de vida, de emprego e desemprego, de inúmeras fragilidades sociais decorrentes de sua situação de pobreza e das poucas perspectivas que se lhes apresentam como possibilidades concretas de se manterem ou de melhorarem de vida.

Pedro, que já teve uma situação de vida melhor, argumenta da seguinte forma, quando diz que sua intenção é permanecer no local de ocupação:

- “A gente se sente bem, se sente útil, né. Me sinto bem em morar aqui. Por que também, é o seguinte: É uma terra que a gente conquistou, realmente lutou por ela, então tem um valor sentimental, de que você realmente conquistou”.

A conquista, referida por Pedro, trata-se do processo de reconhecimento da área pela administração pública, resultado de muita mobilização e organização da comunidade. Movimento do qual ele participou ativamente.

5.2.1 Organizando formas de Resistência: O Movimento dos Atingidos pelo Desastre/ MAD

O que se denominou como MAD (Movimento dos Atingidos pelo Desastre) nasceu da indignação de um grupo de abrigados por ocasião do desastre sócio-ambiental, ocorrido em 2008. O movimento foi ganhando força conforme se organizava, contando com o apoio de outros movimentos e entidades como o Fórum de Movimentos Sociais, representantes do Programa de Assessoria e Capacitação Comunitária da Universidade Regional de Blumenau (FURB), sindicatos, Igrejas e alguns simpatizantes individuais (professores Universitários, profissionais liberais, etc.).

O MAD tomou espaço considerável na mídia local, através dos embates com o poder público na busca de solução para o problema da moradia. O movimento colocou em questão a situação em que se encontravam os vitimados pelo desastre, pela pobreza local e pela omissão histórica dos governantes no que se refere à provisão de moradias ou mais especificamente, política habitacional.

Vindos das mais diferentes regiões da cidade, os moradores atingidos pelo desastre se caracterizavam como os trabalhadores empobrecidos e moradores das áreas periféricas da cidade, sujeitas aos riscos deste tipo de evento.

A reclamação imediata dos atingidos ocorreu primeiramente com

relação aos abrigos provisórios, que foram organizados em escolas, igrejas e clubes. Nesses locais, eles foram submetidos à regras impostas pelos representantes da administração pública e, por algum tempo, no período emergencial, pelo exército. As reclamações, no entanto, se deram justamente no período posterior, em que a administração pública assumiu sozinha a coordenação dos abrigos. As principais reclamações eram com relação às regras para funcionamento dos abrigos, que definiam horários de entrada e saída, de alimentação, e outras, as quais foram impostas aos moradores. Tais regras foram definidas em um “Manual dos Abrigos” por funcionários da administração pública (prioritariamente da Secretaria de Assistência Social e da Criança/ SEMASCRI).

Muitos abrigados eram trabalhadores, alguns com jornadas noturnas, e as condições do abrigo não lhes possibilitavam manter uma rotina mínima de descanso durante o dia. A diversidade de situações familiares também tornava muito difícil uma convivência digna nos abrigos, com respeito à privacidade e à liberdade dos abrigados.

O tempo passava e ao abrigados não recebiam qualquer informação sobre seu futuro, ou seja, sobre as propostas coletivas de moradia ou sobre o destino das doações feitas ao município. O que deixa claro que tais decisões não contaram com participação da sociedade organizada.

A questão habitacional, que é um problema histórico em Blumenau, emergiu com o desastre. Ela já estava na pauta das reivindicações dos movimentos populares locais, como associações de moradores, Fórum dos Movimentos de Trabalhadores, e a União Blumenauense das Associações de Moradores (UNIBLAM), nos últimos anos. Com a situação dos desabrigados e demais atingidos pelo desastre, essa questão ganhou ênfase no repertório de demandas das comunidades periféricas organizadas.

Quanto às ações organizadas pelo MAD, foram planejadas, junto com outros atores já mencionados, reuniões e assembleias com os abrigados e demais atingidos pelo desastre, buscando definir suas demandas. Foram definidas pautas e marcadas reuniões com prefeitos, secretários e vereadores, sendo grande parte delas desconsideradas por tais representantes que não reconheciam o movimento como legítimos representantes dos abrigados.

Aos poucos, o MAD passou a ser visto, entre os diversos atores dos movimentos populares, como um grupo de grande expressão por ter enfrentado a administração pública em um momento em que os moradores da cidade encontravam-se tão fragilizados. De certa forma, o movimento

avançou e ganhou respeito e reconhecimento na sociedade local frente às não-respostas dos representantes da administração pública para a situação dos atingidos. Atente-se ao fato de que, um ano após o desastre, as famílias ainda continuam nos abrigos. A maioria das que saíram, se “ajeitaram” na casa de parentes ou então voltaram para as áreas de risco.

Os fatores principais que demandaram o movimento foram com relação à falta de informação quanto ao destino dos abrigados. Eles sabiam que estavam sendo gestados projetos habitacionais, mudanças de abrigos, e novos abrigos provisórios, mas não lhes foi possível participar, em nenhum momento, de qualquer decisão. Além disso, não recebiam qualquer informação sobre os encaminhamentos. Neste sentido eram tratados como objetos.

Frente às não-respostas da administração pública, os integrantes do MAD acamparam, por uma semana, no pátio em frente à prefeitura, e, logo depois, frente ao descaso dos representantes da administração pública, organizaram uma ocupação. Atualmente já bem consolidada, ela consta no Mapa das Áreas de Ocupação de Pobreza. O terreno ocupado é uma área pública, localizada no bairro Ribeirão Fresco. Tratava-se, em outros tempos, de uma espécie de camping municipal, mais tarde, abandonado pelas administrações públicas anteriores.

Poucos dias depois, a administração pública entrou com ação de despejo da ocupação contra o movimento, focalizando a responsabilidade em algumas lideranças, buscando, dessa forma, desestabilizá-las. Tendo a prefeitura ganho, em primeira instância, o movimento recebeu ordem de despejo e recorreu com Termo de Agravo¹³⁵. A resposta favorável a este segundo pedido chegou, poucos dias antes do fatídico despejo, quando 28 famílias já ocupavam o local, algumas, inclusive, iniciando a construção de suas casas. Entre outras considerações, o Termo de Agravo assim se pronunciava:

Retirar estas famílias neste momento, para restituí-las ao desolador quadro de que fogem, provocará maiores problemas, tanto aos envolvidos diretamente, quando ao restante da população e à Administração Pública, sob cuja responsabilidade, é bom lembrar, tudo isto está se dando (PALUDO, D. pg. 3, 2009)

O embate político-administrativo acabou, então, sendo objeto de discussão jurídica. As práticas adotadas pela administração pública

135 Agravo de Instrumento n. 2009.012296-3 de Blumenau. Agravado: Município de Blumenau.

demonstram claramente que seu interesse é o da máquina burocrática administrativa e não o dos cidadãos, afrontando, assim, a ordem política jurídica constitucionalmente definida. A situação de enfrentamento foi pacificada temporariamente pelo TJSC (Tribunal de Justiça de Santa Catarina), trazendo à tona o papel do Estado, considerando a possibilidade de atendimento máximo de direitos às garantias fundamentais constitucionalmente protegidos.

A entrada em cena da sociedade civil organizada, através do MAD, reivindicando maior participação nas decisões administrativas e políticas, tornou possíveis os avanços vindos da própria organização das classes pobres. Assim, mesmo que grande parte das famílias atingidas continue nos abrigos (que atualmente se localiza em grandes galpões, nos quais coexistem grande número de diferentes famílias em espaços bem pequenos), esperando que a administração pública se organize para atender suas demandas de moradia, uma parte destas famílias resiste, contando com apoio de movimentos sociais locais. Neste sentido, pode-se perceber conforme Milton Santos (2000, p.63/64), que:

No local tem-se a obediência e a revolta. Há sempre as duas coisas. Evidentemente que há a cultura de massas, que está presente em toda parte, mas existe também a cultura popular que renasce a cada momento, porque há uma produção de pobreza permanente. O lugar geográfico é também o lugar filosófico da descoberta, porque nele se batem forças contraditórias. Há, de um lado, os que buscam o lucro a todo custo e se apropriam dos pontos mais vantajosos e há os demais, mais ou menos afetados por uma situação que desejam mudar para melhor”

A disputa pelo espaço da cidade se acirra em função do último desastre. Os locais que estão fora das áreas de risco ou que não foram diretamente atingidos são supervalorizados, afastando-se cada vez mais das possibilidades de acesso pelas classes trabalhadoras mais empobrecidas. A divisão de classes também ficou bem visível, quando, apesar de grande parte da população local, das mais diferentes classes sociais, ter sido atingida de alguma forma, os mais pobres foram os mais atingidos.

Ressalta-se aqui a dimensão de uma cidadania coletiva que foi se construindo nesse processo, a qual, conforme Gonh (2005, p. 30), tem como característica principal “unir coletivos sociais da sociedade civil” e pressionar a “regulamentação, implementação e vigilância da

aplicabilidade de direitos de inúmeras ordens”; têm ainda a perspectiva de chocar-se com a lógica capitalista no momento em que questiona o direito à propriedade, por exemplo. Porém, o que definirá essa cidadania são as redes de relações, práticas conjuntas e as relações com o Estado, considerando que a esfera pública estatal é onde se asseguram os direitos.

Para fins deste estudo, foi realizada uma breve caracterização dos ocupantes do MAD. Atualmente moram no local 27 famílias, sendo que foram questionados 18 responsáveis. Com um perfil bastante similar aos moradores das outras áreas pesquisadas, eles são bastante jovens, 70% entre 20 a 40 anos, e organizados em famílias nucleares, casal mais filhos (90%). Somente 16% concluíram o ensino médio (a maioria possui apenas ensino fundamental).

Sobre a situação de trabalho, têm-se: 4 das 18 pessoas entrevistadas estão desempregadas, sendo que, grande parte dos atingidos perdeu seu posto de trabalho ou teve que mudar por ocasião do desastre. Entre as profissões dos ocupantes destacam-se: 3 funcionários de empresa têxtil, 3 serviços gerais, 2 domésticas, 2 auxiliares de cozinha, 1 motorista, 1 vigilante, 1 vendedor autônomo, 1 eletricitista, etc. 60% estão nesse trabalho há menos de um ano, denotando também o vínculo precário.

Por outro lado, o fato de alguns empregadores acolherem de certa forma os trabalhadores atingidos pelo desastre, dando-lhes “*apoio moral e psicológico*”, como relataram, como também através de atitudes concretas (abono de faltas, adiantamentos, férias e até fornecimento de transporte para levarem seus pertences para o abrigo), chamou atenção. Esses empregadores eram pequenos empresários, que conheciam seus funcionários, e, com eles, estabeleceram relações mais próximas. Aquelas do tipo desejadas pelos trabalhadores. Somente dois disseram ter sido demitidos por conta do fato. Os que trabalham nas grandes empresas tiveram tratamento mais impessoal, tendo que compensar as faltas ocorridas no período crítico.

Dos que mudaram de emprego, alguns o fizeram pelas contingências dos fatos. Dentre as repostas apareceram: “não tinha com quem deixar as crianças” (a realidade dos abrigos mudou sua rotina e várias demandas, como essa, não foram atendidas); 2 deles disseram ter ficado muito doentes e “perturbados” com a situação, associando, de alguma forma, ao estresse já vivido no trabalho, o que os levou a mudar de emprego; outros 2 alegaram que os salários eram muito baixos frente às novas demandas que se apresentaram para eles e suas famílias após o desastre.

Os salários recebidos pelos participantes do MAD variam entre 1 e

Figuras 18 – Ocupação do Movimento dos Atingidos pelo Desastre





Fotos: Jonatha Jünger

2 salários mínimos, não ultrapassando isso. A maioria recebe até 1 salário e meio (70%), e 20% não recebem nada, são os desempregados. 60% têm carteira assinada e outros 20% são autônomos.

Apesar da situação extrema que passaram, apenas 4 famílias recebem subsídios governamentais em forma de bolsa família, denotando a fragilidade dos recursos públicos para atender demandas ocasionais como essa. Importante frisar que, na época do ocorrido, grande parte dos subsídios da política de assistência social **foram cortados**, justificando-se a criação de um “auxílio reação”, uma espécie de transferência de renda (subsidiada pelas verbas de doações feitas para a defesa civil estadual e repassadas aos municípios) por tempo delimitado, cerca de 6 meses, selecionando-se os mais drasticamente atingidos. Atente-se ao fato de que era muito difícil, na época, essa seleção face a decisão de muitas famílias permanecerem nos locais atingidos; ou de terem perdido seus empregos por conta das faltas; além da perda de alguns parentes; e uma diversidade de situações que fragilizou, ainda mais grande parte de famílias que já se encontravam em situação precária.

O perfil dos moradores aponta também para o fato de 72% dos responsáveis pelas famílias terem nascido aqui ou morarem na cidade há mais de dez anos. Eles moravam nas mais diferentes regiões da cidade atingidas pelo desastre: Velha Grande, Coripós, República Argentina, Garuva, quase todas áreas de concentração de pobreza.

Esses trabalhadores pobres, moradores da periferia, embora da forma mais “sofrida” possível, como atesta um dos participantes do movimento, conseguiram, pela primeira vez, em Blumenau, se ver como cidadãos. Vindos de famílias pobres, trabalhando como operários de fábrica, serventes, motoristas, domésticas, muitos, até então, nunca haviam concebido a política de habitação nem de assistência como direitos. Na lógica da cidade do trabalho, tomavam como pessoal a responsabilidade de prover com seus próprios recursos as suas necessidades, mesmo frente à realidade tão adversa como a engendrada pelo mercado de trabalho atual nos últimos anos. A organização do movimento, as investidas planejadas e concretizadas para que fossem ouvidas suas demandas, levou-os a se perceberem como parte integrante da cidade. Nesse sentido, um dos representantes do movimento diz:

- “Toda semana que a gente procurava o Prefeito; diziam que ele estava em Brasília buscando dinheiro. Nós queríamos que uma parte da população tivesse acompanhando este gasto; nós queríamos mais transparência. Nós queríamos reivindicar,

acompanhar os recursos para que eles fossem bem investidos (...) Eles falavam que nós estávamos nos promovendo em cima da desgraça alheia, mas não era desgraça alheia, era a nossa!”

Talvez o termo exclusão aqui possa ser relevante para analisar a situação dos trabalhadores e suas poucas possibilidades de serem “cidadãos”, considerando-se a realidade de pobreza na cidade e no país. Esses trabalhadores pobres, embora parte integrante da sociedade, são geralmente alijados de processos decisórios, principalmente quando vistos “como parte do problema” pelos que estão em posição de poder nas administrações públicas. Como se a cidade não lhes pertencesse de alguma forma. Referindo-se à situação dos trabalhadores pobres, no Brasil, Pochmann (1999 p.20) afirma:

estes tendem a se encontrar desprovidos das condições materiais que os possibilitem usufruir de benefícios sócio-econômicos (emprego, rendimento) ou de condições institucionais (direitos e deveres) possíveis nos marcos do desenvolvimento capitalista. Se a inclusão depende da capacidade de o indivíduo participar do processo de tomada de decisão e negociação – admitida no marco de institucionalidade econômica, social e política - a exclusão pode ser associada à inexistência de condições básicas para a participação e negociação

Essas são maneiras das cidades excluïrem os moradores empobrecidos que vão ficar nas franjas do território, naturalizando esses lugares como áreas de pobreza, expostos às formas mais subalternizadas na relação com os técnicos do Estado e com as classes médias e ricas, as quais, embora necessitem de seus serviços, têm com esses moradores uma relação bem assimétrica, demarcando, em momentos oportunos, sua “posição” superior de classe.

5.3 Pobreza e Papel do Estado na Diminuição da Desigualdade

No que se refere aos aglomerados de famílias pobres, que se multiplicam nas cidades, de um modo geral, essa questão que vem emergindo no Brasil, é tratada na maioria das vezes, como expressão de “desordem social” e/ou como “conseqüência de dificuldades técnicas e passageiras” da capacidade de integrá-los à cidade.

O Estado atua nesta realidade, quando muito, na forma de medidas administrativas, como se as mesmas pudessem dar conta de resolver tal

problemática, que tem a ver com a desigualdade acirrada no país, com o aumento da pobreza e falta de políticas econômicas de geração de empregos com maior remuneração; ou medidas de melhor distribuição de renda relativas à taxa de impostos; além de políticas sociais de proteção social. Ou seja, esta situação tem relação direta com o vazio no campo de proteção do Estado que aqui ocorreu historicamente e se vê num impasse nestes tempos de globalização .

Não se está aqui isentando o papel do Estado, muito pelo contrário, sabe-se que embora os serviços públicos não resolvam o problema da pobreza, sua ausência agrava ainda mais as condições de miserabilidade da população (SPOSATI 1988.p.23).

As estratégias de se “conter as ocupações” são geralmente o carro chefe dos governos locais, quando se voltam para tal realidade, pressionados, por um lado, pelos discursos conservadores de parte da comunidade local, e, por outro, por demandas históricas do país, em relação à habitação, as quais agora recaem sobre estruturas municipais despreparadas. As ações nessa direção geralmente não conseguem levar em conta a dimensão real da problemática, concentrando todos os esforços em evitar suas consequências. Por vezes, se alimentam de discursos reducionistas, atribuindo as causas dessa incômoda situação à migração, ou então, à falta de qualificação profissional dos trabalhadores para se inserirem no novo formato exigido pelo mercado de trabalho. Por vezes, ainda prevalecem os argumentos da “falta de vontade” ou “desinteresse dos trabalhadores”, com ênfase nos “vindos de fora”, cujo equívoco de transferirem-se para cidades como Blumenau, por exemplo, deve ser arcado por eles próprios.

Em relação à política habitacional, se é que se pode falar que houve uma política habitacional brasileira, como se viu, baseou-se, prioritariamente, “na oferta de subsídios e créditos individualizados para a obtenção da propriedade privada” (ROLNIK, 2009 p.4). Como política social, ela não aconteceu no país. Embora tenha se delineado, nos últimos anos, a perspectiva de que ela se efetive como um Plano de Governo é ainda muito frágil. Dado os Programas esparsos e focalizados que têm sido apresentado como resultados efetivos desta política, não se pode esperar que seja resolutiva no sentido de responder ao tamanho desta demanda reprimida historicamente no Brasil. Para uma política que está sendo desenhada há tanto tempo fora do campo dos direitos, difícil prever que, nestes tempos, ela possa se esboçar como um Política Social efetiva. Para conquistar esse patamar, conforme, argumenta Milton Santos

(2008 p.18), qualquer política social, hoje, teria que estar conectada a um projeto de nação, que seria o pré-requisito necessário para que ela se efetivasse. Na falta dele, o que temos, então, conforme o autor, está no campo de “política pública”, a qual se caracteriza, atualmente, como “fragmentações, apresentação de pedacinhos de soluções que fazem efeito diante das câmeras e dá a impressão de que quem recebe os resultados dessa coisa está sendo atendido”.

No que se refere à política de assistência social, no Brasil, embora com avanços, desde que foi promulgada a LOAS (Lei Orgânica de Assistência), constata-se, em sua operacionalização, imensas fragilidades que vão, desde a pequena alocação de recursos frente às enormes demandas que se avolumaram numa trajetória histórica de perpetuação da desigualdade, quanto à forma dos serviços se relacionarem com a população usuária.

Alguns moradores entrevistados relataram as dificuldades no acesso aos Programas vinculados a essa política, demonstrando a falta de credibilidade na mesma. As Políticas Públicas não são reconhecidas pelos moradores como direito social e os critérios de acesso a recursos são geralmente colocados em dúvida pela população, sendo que os mesmos geralmente são definidos pelos técnicos responsáveis pela política, não havendo uma real preocupação em discuti-los ou esclarecê-los junto ao público alvo.

Grande parte das famílias que buscam acessar qualquer tipo de recurso público, quando se encontram fragilizadas, dificilmente reconhecem na política de assistência, por exemplo, como um direito, estabelecendo com ela uma perspectiva de cidadania. Geralmente a concebem como uma espécie de “ajuda” do governo e se vêem sujeitos aos critérios impostos, ou a contrapartidas exigidas, sem poder questioná-los. Muitas vezes se estabelece uma relação autoritária com a população usuária destes serviços, que já se encontra bastante fragilizada. O que se pôde verificar explicitamente em Blumenau, por ocasião do desastre ocorrido em 2008.

A falta de informação, principal reclamação dos atingidos, bem como dos profissionais que atuavam nos abrigos, é um dos direitos sócio-assistenciais garantidos pela Política de Assistência Social, junto com outros que seriam: direito ao atendimento digno, atencioso e respeitoso, ausente de procedimentos vexatórios e coercitivos; direito ao tempo, de modo a acessar a rede de serviço com reduzida espera e de acordo com a necessidade; direito do usuário ao protagonismo e manifestação de seus

interesses; direito do usuário à oferta qualificada de serviço; direito de convivência familiar e comunitária. Mesmo atendo-se ao fato de que, face à magnitude do evento ocorrido, muitos serviços públicos sofreram prejuízos, entende-se que os direitos sócio-assistenciais estão relacionados, além da oferta material de um benefício, ao relacionamento, ao vínculo estabelecido com a população e ao tratamento a ela dispensado. Nessa perspectiva, todos os direitos foram aviltados por ocasião do desastre (ANGIONI E SAMAGAIA, 2009 p.43). Ou seja, o fato dos moradores atingidos, tanto quanto os que foram abrigados, não terem acesso às informações sobre os recursos vindos para a cidade, ou sobre as possíveis “soluções” para enfrentamento da falta de moradia a curto prazo; e nem à possibilidade de discussão sobre investimentos em habitação popular para as áreas de ocupação, ZEIS, ou áreas atingidas; o corte nos recursos que operava a política de assistência, sem substituição para grande parte do público que estava sendo atendido; tudo isso se traduz em uma afronta a direitos já reconhecidos como de cidadania frente às políticas públicas.

Acredita-se que esta forma de conduzir a gestão da política seja mais comum do que se queira acreditar, decorrente de resquícios de tradição autoritária, populista e patrimonialista nas relações entre sociedade civil e Estado. O que permanece como ingrediente da política atual. Conforme Martins (1994 p.30), a inserção do Brasil na modernidade foi marcada por mudanças características de “história lenta”, não contando com processos revolucionários de rupturas, como ocorreu em outros países. Desta forma, “o novo surge sempre como um desdobramento do velho”. Desta forma, percebe-se que o que marca de forma contundente esta relação é ainda o favor, a troca, ou posturas autoritárias pelos técnicos do Estado e posturas marcadas pelas subalternização dos “beneficiados”.

Esta postura se reforça no momento atual, diante do discurso (seguido de práticas) anti-Estado social. Conforme Sennet (2007 p.170), “o tom ácido das atuais discussões das necessidades assistenciais, direitos e redes de segurança está impregnado de insinuações de parasitismo de um lado, enfrentado pela raiva dos humilhados do outro”. A relação do indivíduo com a política pública é marcada pela dependência e fracasso, menos pelo direito, conforme havia sido cunhado pelo Estado do Bem Estar Social. Nesta relação, ninguém está preparado para perder, então, “quando mais vergonhoso nosso senso de dependência, mais inclinado estamos à raiva dos humilhados”. O que faz com que qualquer proposta de ampliação de redes públicas de atendimento à necessidades sociais ganhem cada vez menos credibilidade.

Neste sentido, a perspectiva que se tem da pobreza ao organizar as ações para seu enfrentamento ainda são marcadas por valores humanitários, tais quais os que se ascendem em épocas de desastres, como o ocorrido em Blumenau, quando amplas parcelas de pessoas e grupos de ajuda de todo o país se mobilizam para “socorrer” os empobrecidos, que, nessa hora, são tidos como “vítimas” da “catástrofe”, ela também tida como involuntária à ação dos homens. No entanto, logo que se “normalize” a situação, os pobres voltam a tomar seu lugar original, destituído de qualquer dimensão política. Agamben (2007), designa essa forma das sociedades dimensionarem tal problemática como “biopolítica”, que se constituiu historicamente com base na “vida nua”, ou seja, na forma de tomar o indivíduo como ser biológico, em sua condição vivente “mais pura”, desvinculada de sua condição política de cidadania. O mesmo autor frisa que essa concepção está presente ainda hoje no projeto democrático-capitalista no ocidente, a partir do qual, “a separação entre humanitário e político, que hoje estamos vivendo, é a fase extrema do deslocamento entre os direitos do homem e os direitos do cidadão”. Esta despolitização fez com que os mesmos sujeitos e interesses que buscam socorrer humanitariamente os “desvalidos” estejam intimamente pactuados com as forças os produzem. Dessa forma, segundo o autor:

as organizações humanitárias, que hoje em número crescente se unem aos organismos supra-nacionais, não podem, entretanto, em última análise, fazer mais do que compreender a vida humana na figura da vida nua ou da vida sacra, e por isso mesmo mantém a contragosto uma secreta solidariedade com as forças que deveriam combater (AGAMBEN 2002 p.140).

Nessa perspectiva, os direitos se baseiam muito mais nos direitos inalienáveis do homem (direitos humanos) do que nos direitos do cidadão. O que dificulta imensamente a consecução destes últimos.

Essa concepção, baseada na “biopolítica”, foi a mesma que fundamentou os Estados totalitários no século XIX, e as atrocidades cometidas nos campos de concentração, através de uma idéia de seleção biológica da espécie humana. Agamben (2002 p.187) chama a atenção para a forma como essa idéia ainda está presente, “ainda que transformada e tornada aparentemente mais humana”, inclusive nos modelos através dos quais as ciências humanas, a sociologia, a urbanística e a arquitetura procuram hoje pensar e organizar o espaço público das cidades.

No Brasil, as cidades estão sujeitas a todos estes processos, conforme assinala Kowarick (2003 p.78):

A atualização desses equacionamentos proclama as leis inescapáveis do mercado, da globalização, do avanço tecnológico ou da hierarquização social e, dessa forma, acaba por levar à individualização da questão do pauperismo. Estar desempregado, morar em favela ou ser assassinado pela polícia ou por bandidos é equacionado como uma sina que cai sobre os deserdados da sorte... Em consequência, não só quem está no comando da relação social se desobriga dos que estão em posição de subalternidade, mas também a própria dinâmica que produz a marginalização ganha a nebulosidade do descompromisso, pois, segundo esse raciocínio, ela é também tida e havida como inelutavelmente natural

5.4 O Empobrecimento Local e Aumento das Ocupações: elementos para análise das novas configurações da pobreza

Buscou-se ao longo deste estudo, caracterizar os rebatimentos da situação atual no contexto da reestruturação produtiva para os trabalhadores que atuam na base do capitalismo, aqueles envolvidos em funções mais mal remuneradas e que, por conta disso, sofreram a precarização mais drasticamente. Assim foram os trabalhadores industriais, operários de fábrica, que compunham grande parte da classe-que-vive-do-trabalho na cidade de Blumenau. Mesmo os que não chegaram a alcançar essa condição de certa estabilidade e reconhecimento em ser trabalhador, ocupando cargos que exigem pouca formação como: zeladores, serviços gerais de limpeza, vigilância, domésticas, construção civil, etc, nos últimos anos sofreram um nível de precarização ainda maior em função da abertura e fechamento de pequenos negócios e das terceirizações.

Nesse sentido, o que se propõe neste estudo é avançar nas possibilidades de compreensão do fenômeno da pobreza atual, buscando principalmente traçar as condições de vida e trabalho de grande contingente de trabalhadores nas cidades, os quais foram afetados, de alguma forma, pelas mudanças ocorridas no sistema produtivo, marcadas pelo paradigma da desregulamentação e flexibilização.

Estas novas perspectivas de vida e de trabalho apontam para o fato de que a crise que está posta com relação ao trabalho atinge também intensamente, como se evidencia, o universo da consciência, da subjetividade do trabalho, nas suas mais diversas formas de representação (ANTUNES 2000, p.42).

Para os trabalhadores empobrecidos e suas famílias que chegam a uma cidade como Blumenau, que por sua característica de cidade industrial, se concebeu historicamente como lugar de possibilidade - do trabalho na fábrica, dos acessos a uma vida melhor - a mudança na realidade objetiva foi enorme. O trabalho na cidade hoje se coloca muito mais no campo da precarização, da falta de vínculos que reforcem a identidade de trabalhador ou que garantam sua permanência, a diminuição dos seguros de toda ordem (assistência médica e social, aposentadoria), e de outros compromissos que há muito eram valores importantes na relação dos trabalhadores com os donos das fábricas e por consequência, com o trabalho realizado.

Hoje, esses trabalhadores buscam, de alguma forma, resgatar esses vínculos, trabalhando em empresas menores, onde, apesar da exploração também ser intensa, eles conseguem resgatar, em alguma medida, essas relações: tornando-se próximos, conseguindo ser vistos, e colocando suas demandas e suas limitações.

A postura de alguns empregadores no momento do último desastre ocorrido na cidade, revela essa relação de proximidade em alguns casos, permitindo aos trabalhadores serem reconhecidos em suas necessidades mais humanas, as quais encontravam-se sobremaneira expostos: o sofrimento, a sensação de perda, a frustração, a incapacidade de superação por suas próprias forças.

Por outro lado, as cobranças mais acirradas do mercado de trabalho em termos de horas de trabalho, produção, e melhor formação, produzem sofrimentos enormes, dos quais não se tem um panorama mais aproximado que possa ajudar a pensar saídas.

Ao se conceber as subjetividades inteiramente relacionadas à situação objetiva vivida pelas diferentes experiências que dizem respeito às classes sociais, pode-se inferir que novas formas de relação com o trabalho vão se estabelecendo e os indivíduos vão se construindo nesse processo, que é, por sua natureza, bastante contraditório.

Sobre a dificuldade dos trabalhadores organizarem suas vidas e seus destinos nestes tempos, Sennett (2007 p.32) faz a seguinte indagação: “Como se podem buscar objetivos de longo prazo numa sociedade de curto prazo?”, acrescentando que “as condições da nova economia alimentam, ao contrário, a experiência com a deriva no tempo, de lugar em lugar, de emprego em emprego”, caracterizando uma forma de “capitalismo de curto prazo” marcado pela flexibilidade nas relações de trabalho. Dessa forma, nesse novo paradigma do capitalismo, “esse mundo não oferece

muita coisa, econômica ou socialmente, para a narrativa. As empresas se dividem ou fundem, empregos surgem e desaparecem, como fatos sem ligações”.

Embora, como aponta Sennet (2007 p,33), a incerteza pudesse ser vista como parte da própria condição humana, no sentido de preparar os homens para enfrentamento de situações adversas, “o que é singular na incerteza hoje é que ela existe sem qualquer desastre histórico iminente; ao contrário, está entremeada nas práticas cotidianas de um vigoroso capitalismo”. Essa que era, então, uma característica das classes pobres, altamente segmentadas e marginalizadas pela sociedade, agora aparece como uma característica que atinge toda a organização social e do trabalho.

A questão das migrações não foi abordada na discussão das ocupações das periferias urbanas de Blumenau por se levar em conta que grande parte da população local hoje é migrante ou são filhos de migrantes que vieram das mais diferentes regiões. E isso se deu desde o início da formação da colônia e depois se expandiu na formação da cidade industrial, e, bem mais tarde, no fim do século se reduziu, diante das perspectivas limitadas de trabalho e melhor condição de vida. Difícil definir no contexto histórico atual então o papel das migrações internas e externas e, diante disso, quem, na verdade tem mais ou menos direito à cidade. Embora esse seja um elemento constantemente alardeado como fator principal do aumento das periferias pobres, ele tem pouca relevância.

Outra questão a pensar nesse sentido é a contraditoriedade do discurso anti-migrantes presente em territórios nacionais tanto quanto em cidades, e que prevaleceu e mesmo se reforçou na mesma intensidade do discurso globalizante de que as fronteiras são abertas a todos os cidadãos. Nesse sentido, como argumenta Milton Santos (2002 p.41-42), a idéia de uma “humanidade desterritorializada” é também desfeita quando se percebe que elas nunca estiveram tão fechadas.

Os posicionamentos e práticas xenófobas foram marcantes nas últimas décadas, principalmente por parte dos países tidos como *Primeiro Mundo* para os quais emigraram grandes contingentes de populações vindas dos países da periferia empobrecida ou em situação de guerra. As ações, no sentido de barrar a entrada dessas pessoas ou “seleccioná-las”, em alguma medida, fizeram parte da política da maioria desses países nas últimas décadas, expressas inclusive, sem o maior constrangimento, no discurso de chefes de Estado. Nas cidades, esse discurso é marcante, principalmente quando não se dá conta de compreender o fenômeno do empobrecimento e suas implicações com o próprio modelo de sociedade

em que é produzido.

Em Blumenau especialmente chama atenção o fato desse movimento ter ocorrido desde o início da colonização, quando muitos trabalhadores para cá migraram (meados do século XIX), subjugados pelos mudanças no processo de industrialização na Alemanha, sendo de pronto incorporados em função da necessidade de ocupantes e trabalhadores para a nova colônia que se instalava. Para alavancar a industrialização, já no início do século XX, procurou-se, a todo custo, “atrair” para a cidade grande contingente de trabalhadores, que se sujeitassem ao trabalho e aos salários das fábricas. No fim do século passado, no entanto, e início desse século, reforçam-se os discursos de repulsa e necessidade de controle das migrações diante da ameaça do desemprego e do crescimento da pobreza. Agindo-se como se os locais pudessem se eximir de um fenômeno que é globalizado.

Sobre a situação de trabalho em Blumenau, percebe-se que a mesma segue a lógica do Brasil, a qual se precariza de um modo geral, como resultado da forma como o país foi atingido historicamente pela economia globalizada e pelas decisões políticas que deram curso ao desenvolvimento. No país, ao lado de postos de trabalho de alto nível em grandes empresas, prevalece o trabalho escravo, e, no meio disso, uma grande heterogeneidade de trabalhos, de um modo geral, muito marcado pela exploração.

A escravidão acaba por ser admitida pelos próprios trabalhadores em lugares onde eles têm acesso mínimo a postos de trabalho com salários que garantam dignidade. Entre 2004 e 2008, por exemplo, 257 trabalhadores receberam seguro desemprego duas vezes pela mesma razão, qual seja, a de serem afastados de trabalhos considerados escravos por fiscais do Estado. Alguns deles entrevistados na época pela Folha de São Paulo, alegaram que o retorno ao trabalho escravo se deu pela falta de trabalho em suas regiões e a necessidade de sustentarem suas famílias, o que os levou a se submeterem a tal situação. O seguro desemprego os manteve durante alguns meses após o afastamento dos postos de trabalho escravo, mas, depois, eles tinham que continuar vivendo¹³⁶. Os cortadores de cana, no país, passam por situação análoga, cuja estimativa de vida útil foi calculada entre 15 a 20 anos por uma pesquisadora da UNESP, Maria Aparecida Morais e Silva¹³⁷.

Já nos últimos anos, mais especificamente nas últimas décadas do final do século, no Brasil, presencia-se o aumento da desigualdade e do

136 Folha de São Paulo. Domingo, 12 de abril de 2009. Caderno A, p.13.

137 Folha de São Paulo, Domingo, 24 agosto de 2008. Caderno Mais, p.10.

desemprego, resultantes da forma como foi incorporado internamente o processo de globalização e da adoção de medidas neoliberais na economia, conforme visto. Resultou que:

“a flexibilização do uso e da remuneração da mão-de-obra, e a elevação da concorrência no mercado de trabalho não permitiram a emergência de uma nova fase de expansão do capitalismo maduro”, resultando em mais pobreza e desigualdade (POCHMANN, 1999 p.16).

Por outro lado, no país, os lucros continuam a ter taxas entre as maiores do mundo. Por exemplo, o “spread” (diferença entre os juros pagos pelos bancos na captação de recursos e a taxa aplicada por eles nos empréstimos que concedem), no Brasil, é o maior do mundo, 11 vezes maior que o dos países desenvolvidos¹³⁸.

Claro está que o problema da pobreza e desigualdade no país tem raízes muito mais políticas do que econômicas. A reprodução da desigualdade faz uma trajetória histórica se refazendo sob novos formatos. Conforme Pochmann (2007 p.16):

os dados disponíveis e confiáveis indicam a persistência estrutural do jogo da distribuição pessoal da renda e da riqueza, mesmo quando ocorre o aparecimento de novos jogadores. Os 10% mais ricos da população impõem, historicamente, a ditadura da concentração, pois chegam a responder por quase 75% de toda riqueza nacional. Enquanto os 90% mais pobres ficam com apenas 25%.

A pobreza no país tem este agravante perverso, que leva a duvidar das possibilidades de crescimento e partilha prometidos. Se esta é uma característica do capitalismo periférico brasileiro, a sua superação diante das tendências globais de aumento da pobreza, do desemprego e da desigualdade, é um desafio ainda maior. E é elemento suficiente para acreditarmos que a pobreza tem raízes estruturais na forma econômica, política e social em que se constituiu o país.

O conhecimento mais aprofundado dos rebatimentos desses processos em diferentes contextos locais podem contribuir, em alguma medida, para seu enfrentamento.

A superação dessa situação vai exigir que se parta do reconhecimento de que as mudanças ocorridas em função dos ditames do “mundo globalizado” não são inevitáveis. Conforme alerta Milton Santos (2008 p.18), essa noção de “fatalidade” diante das técnicas, como se elas

138 Folha de São Paulo, domingo 1 de fevereiro. Caderno B1. Dinheiro.

tivessem vida própria, retira a capacidade de mudança. Conforme diz o autor:

As técnicas somente o são enquanto sócio-técnicas, isto é, não há técnicas que comandem sozinhas o processo. Então o fundamental, e talvez cheguemos até lá, é vermos como essas chamadas tecnologias do presente estão construindo um mundo de excluídos, que comporta, desde as pessoas até as empresas excluídas, as instituições excluídas. E que, produzem, como jamais, milhões de pobres tranquilamente (M. SANTOS 2008 p.18).

Considerações Finais

Pretendeu-se neste estudo, abordar a espacialidade dos impactos do modelo de capitalismo atual sobre realidades locais; tornadas visíveis, sobretudo, no empobrecimento de grandes parcelas das populações, como têm-se observado em todo o mundo.

A discussão foi norteada pela constituição espacial de uma sociedade de classes, em que a desigualdade se apresenta de forma cada vez mais violenta frente às promessas de consumo geradas. Ela ocorre no momento atual, num cenário em que um grande refinamento de produtos se apresentam como possíveis de serem consumidos, mas que não o são para a maioria dos trabalhadores empobrecidos.

Mesmo que alguns números no Brasil, nos últimos anos, apontem para mais acessos em termos de condições mínimas de existência e um pouco mais de consumo, a maior parte das pessoas continuam pobres. Discutir a pobreza hoje implica em confrontá-la com a ampliação das necessidades que se criaram num modelo capitalista de consumo e nas estratégias ampliadas de exploração cada vez mais intensa do trabalho, resultando em redução dos postos de trabalho, baixos salários e, por consequência, empobrecimento e adoecimento das classes-que-vivem-do-trabalho.

Nas cidades estas diferenças estão cada vez mais demarcadas espacialmente. Como ocorre em grande parte das cidades brasileiras, em Blumenau, o aumento das áreas de ocupação pelas classes pobres dá visibilidade a esta afirmação. O acometimento de doenças ou transtornos psíquicos pelos trabalhadores em numero cada vez maior na cidade revela que junto com as inúmeras carências materiais vividas, surgem nestas ultimas décadas, um sofrimento que não se consegue medir. Graus acentuados de ansiedade, medo e depressão, geralmente vinculados a trajetórias de vida e de trabalho insatisfatórios e perspectivas limitadas de melhora frente às possibilidades concretas de mudança. O que se percebeu no relato de muitos entrevistados.

O fato das cidades como Blumenau não comportarem mais lugar adequado para os trabalhadores, com perspectivas de ascensão e dignidade dentro dos parâmetros atuais, nem em termos de postos de trabalho, como (e, por consequência disso também) não lugar de moradias, sobre eles se constroem outras formas de designação. Embora quase todos os sujeitos abordados na pesquisa que deus sustentação a este trabalho estivessem caracterizados como trabalhadores, conforme verificado, os moradores

destas áreas são tratados geralmente como “pobres”, da forma mais pejorativa que implique no termo, como se a pobreza fosse uma condição separada, particular, com relação as possibilidades de trabalho e de riqueza oferecidas pela sociedade. Como acontece nos grandes centros, a eles é atribuído “os problemas” da cidade”, “á sua falta de vontade”, à sua falta de qualificação para o trabalho, ou então, quando se rebelam, como ocorreu com os atingidos pelo desastre, são tidos como “os outros”, os que não conseguem “se adaptar” às condições de trabalho e dos abrigos, ou não respondem aos critérios para acessarem aos recursos escassos das políticas sociais.

Para estes sujeitos trabalhadores, no entanto, através da experiência vivida no MAD, a possibilidade de questionarem sua situação na cidade, assim como as regras impostas pelos dirigentes, permitiu-lhes em alguma medida, se perceberem como cidadãos. E, mesmo que estivessem num momento tão frágil, esta forma de organização coletiva permitiu-lhes ter esperança. A mesma que move as lutas populares diante das poucas perspectivas que se apresentam no mundo atual para a mudança. Mesmo que novas possibilidades de construção da igualdade e justiça social não possam depender de movimentos tão localizados, acredita-se que as mudanças necessárias possam se alimentar destas forças, desta rebeldia, reforçando novas “horizontalidades”, como defende Milton Santos (2008 p.23) frente às forças verticais que se impõem pelo capital. O que leva a acreditar que seja possível alargar os setores horizontais dos territórios atuais, aqueles que tem a ver com os indivíduos em sua grandeza, sua força, e sua capacidade de elaborar o futuro junto com outros. Esta talvez seja uma das possíveis saídas.

Dizer que o Estado está esvaziado de poder e recursos e que estes tempos são de subordinação passiva ao capital internacional também é justificado, quando se constata por exemplo, que em sua função de manter credibilidade econômica e cumprir acordos com elites financeiras, o Estado marca sua presença de forma bem contundente. A indústria financeira internacional, por exemplo, recebeu no ultimo ano quase dez vezes mais dinheiro publico em ajuda do que todos os países pobres em meio século¹³⁹.

A existência de uma elite internacional que acumula cada vez mais vultoso capital, ou seja, concentra a riqueza produzida, configura o outro lado da desigualdade mundial. Conforme Tavares (1993, p.66), a

139 Conforme Relatório da Campanha da ONU pelas Metas do Milênio. Retirado do sitio: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/06/090624_relatoriobancos_rw.shtml acessado, 10/12/2009.

existência dos “paraísos fiscais” utilizado pelos “agentes transnacionais”, deixa claro que o enorme incremento da renda e da riqueza nas últimas décadas não só foi apropriado privadamente de forma muito concentrada, como não tem bases territoriais sólidas. Por outro lado, conforme lembra a autora, a infra-estrutura social e física continuam sendo pagas pelos Estados nacionais.

Compreende-se, como se defendeu ao longo deste trabalho, que os efeitos sociais mais perversos, resultantes deste novo modelo econômico são muito mais resultados de escolhas políticas do que propriamente de evolução tecnológica. Ocorreu que os preceitos neoliberais que deram sustentação política para as mudanças realizadas nas últimas décadas casaram-se bem com interesses econômicos do processo de globalização. A questão social, no entanto, é que se reconfigurou sob modos cada vez mais dramáticos e mais difíceis de serem enfrentados.

A pobreza em Blumenau é como a pobreza em qualquer outra cidade, muito ruim de ser vivida. Talvez inquietante também por tratar-se de uma “cidade rica” em um país que não é pobre. A diminuição de expectativas e o empobrecimento dos trabalhadores na cidade denota uma certa “decadência” de cidades industriais como Blumenau, cujas promessas de inserção social através de oportunidades de trabalho se vê cada vez mais frustrada.

As ocupações “irregulares” de áreas públicas, abandonadas, ou loteadas por seus proprietários, tornou-se prática cada vez mais utilizada para as famílias de trabalhadores empobrecidos, frente à falta de política habitacional efetiva. Estas ocupações, no entanto, que constituem os chamados “problemas habitacionais” precisam ser entendidas “no âmbito de processos sócio-econômicos e políticos abrangentes, que determinam a produção do espaço de uma cidade e refletem sobre a terra urbana e a segregação que caracteriza a excludente dinâmica das classes sociais” (KOWARICK, 1979 p.80).

Quanto ao fator: mobilidade social, nestes últimos anos, percebe-se sua intensidade se deve, sobretudo, às novas configurações do mundo do trabalho. Para as famílias pobres, ou que empobreceram ainda mais neste processo, deslocar-se para as periferias empobrecidas, carentes de infra-estrutura, e tornar-se alvo de muitas críticas pela sociedade local, foi uma necessidade, a qual foi incorporada à sua “nova” realidade, como inevitável. A auto-construção então passou a ser uma forma já consolidada de se prover a habitação no país. A lógica geralmente que se estabelece no tratamento destas situações é a liberal, no seu pior sentido, colocando no

terreno privado o atendimento às necessidades sociais. Como moradores destas áreas, eles passam a aceitar sua nova condição. Um número bem expressivo de moradores busca organizar-se para conquista das melhorias necessárias, buscando estabelecer-se e serem reconhecidos como cidadãos. O desejo de um trabalho “fixo” com carteira assinada, está no horizonte da maioria dos trabalhadores empobrecidos. É o que lhes garante uma certa segurança em tempos tão inseguros!

O problema vivido cada vez mais pelos trabalhadores no capitalismo atual, é o de não ser mais necessário, de não pertencer, de ser descartáveis a qualquer momento, conforme verificado nas narrativas levantadas por Sennett (2007). Esta experiência vivida pelos mais pobres, aos poucos vai atingindo grande parcela das classes-que-vivem-do-trabalho, destruindo possibilidades concretas de ascensão social pelo trabalho, de organizar histórias de vida e de trabalho.

Blumenau então, como a maioria das cidades brasileiras, passa a conviver com tais dilemas, cujas demandas crescentes vão incidir sobre o Estado, pressionando-o a dar respostas. Poder-se-ia sugerir políticas urbanas que se articulem diretamente com políticas econômicas e sociais. Ao mesmo tempo, entende-se que tais questões não irão ser resolvidas somente através de política pública eficiente. Senão através de um Plano Nacional de enfrentamento da desigualdade, traçando um caminho contra a naturalização dos efeitos da globalização. Durante algum tempo esta proposta esteve vinculada à possibilidade de maior divisão de poder político, com maior participação de representações dos trabalhadores nas instancias decisórias nacionais. O que, aqui no Brasil, como em outros países, se viu frustrada nos últimos anos, frente a postura muito mais de “adequação” dos supostos “representantes dos trabalhadores” à lógica do capitalismo internacionalizado.

Nas cidades porém, acredita-se ser possível de se construir as forças que de alguma forma possam se contrapor à globalização como “fatalidade”, produzindo-se a resistência. Segundo Milton Santos (1987 p.61), “as cidades tem um grande papel na criação dos fermentos que conduzem a ampliar o grau de consciência. Por isso são um espaço de revelação”.

Mesmo que, face a pobreza existente, tenhamos em curso, no cenário atual de nossas cidades, conforme aponta Kowarick (2003 p.78), “vastos processos de vulnerabilidade socioeconômica e civil que conduzem ao que pode ser designado de processo de descidadanização”, acredita-se que as formas de resistência locais, organizadas em pequenos

mas numerosos movimentos dos trabalhadores em todo o país, como a experiência do MAD em Blumenau, possam sinalizar as possibilidades de resistência existentes, construindo-se fóruns de discussão em que os mais pessoas possam se perceber também enquanto trabalhadores e cidadãos, buscando participar dos espaços de decisão nas cidades, ou construindo outros espaços de discussão sobre a mesma e sobre sua condição de trabalho.

Acredita-se que melhores padrões de habitabilidade acessíveis para as classes pobres, junto com mudanças urbanas que possibilitem o encontro e a convivência de diferentes classes sociais nas cidades, e ainda a abertura de canais de acesso às decisões sobre a mesma; tudo isso só será alcançado efetivamente com uma mudança radical na direção política do desenvolvimento nacional.

As políticas públicas são importantes como possibilidade de intervenção neste quadro, porém com capacidade limitada. No que se refere a elas, para que fossem mais efetivas, seria necessário contar com a elaboração de políticas urbanas articuladas diretamente com políticas econômicas e sociais. Entende-se, sobretudo, que é preciso que a elaboração de tais políticas, bem como os vazios deixados por elas, possam contar com a participação efetiva de segmentos sociais da sociedade empobrecida que vivem as situações mais dramáticas da realidade urbana deste país. São estas formas de reivindicação popular e exposição pública da situação vivida por grande parte das famílias trabalhadores, os ingredientes para as mudanças que devem acontecer.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANGIONI, Marilda e SAMAGAIA, Jacqueline. A Situação dos Atingidos pelo Desastre e a Assistência (Des) Organizada. In: FRANK, Beate e SEVEGNANI, Lucia (orgs.). **Desastre de 2008 no Vale do Itajaí: Água, Gente e Política**. Blumenau: Agencia de Água do Vale do Itajaí, 2009 (p.12-21).
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** 7ª ed. Campinas: Cortez e Editora da Unicamp, 2000. (versão ampliada).
- _____. **Os Sentidos do Trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial. 2001.
- ANTUNES, Ricardo e POCHMANN, Marcio. A Desconstrução do Trabalho, a Explosão do Desemprego Estrutural e da Pobreza no Brasil. In: CATTANI, A. e CIMADAMORE, A. (orgs.). **Produção de Pobreza e Desigualdade na América Latina**. Porto Alegre. Tomo Editorial/Clacso, 2007, (p. 195-210).
- AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer. O Poder Soberano e a Vida Nua**. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2002. Trad. Henrique Burigo.
- AZEVEDO, Sergio de. A Questão da Habitação Popular no Federalismo Brasileiro. In: **Revista de Administração Municipal IBAM**. Ano 52 n.262, ab/mai/jun 2007.
- _____. Desafios da Habitação Popular no Brasil: políticas recentes e tendências. Coleção Habitare - Habitação Social nas Metrôpoles Brasileiras - Uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX. Retirado do site http://habitare.infohab.org.br/pdf/publicacoes/arquivos/colecao7/capitulo_1.pdf, em 15/09/2009.
- BACELAR, Tânia. AMáquina da Desigualdade. **Le Monde Diplomatique Brasil**. novembro de 2007. Instituto Pólis. São Paulo, (p. 6-7).
- BAUMAN, Zygmunt. **A Sociedade Individualizada: vidas contadas e historias vividas**. Jorge Zahar. 2008, Rio de Janeiro. Trad. José Gradel.
- BLUMENAU. **Observatório do Desenvolvimento Regional**. Diagnóstico da Região de Blumenau. NEUR/ FURB, 2009.
- BLUMENAU, **Perfil dos Bairros 1996**. Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano de Blumenau. Prefeitura Municipal de Blumenau/PMB, 1996.
- BLUMENAU. **Perfil de Blumenau 2000**. Instituto de Pesquisas e

- Planejamento Urbano de Blumenau/IPPUB. Prefeitura Municipal de Blumenau/PMB, 2000.
- CALDEIRA, Teresa P. do Rio. Enclaves Fortificados: A Nova Segregação Urbana. In: **Novos Estudos** n.47. mar/dez.1997. (p.155-176).
- CASTELS, Robert. **As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- _____. As Armadilhas da Exclusão. In: **Desigualdade e Questão Social**. CASTEL, W.; BELFIORE-WANDERLEY. São Paulo: Educ, 2000.
- CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. Tradução Arlene Caetano
- CATTANI, Antonio. Riqueza Substantiva e Relacional: um enfoque diferenciado para análise das desigualdades na América Latina. In: CATTANI, A. e CIMADAMORE, A. (orgs.). **Produção de Pobreza e Desigualdade na América Latina**. Porto Alegre: Tomo Editorial/Clacso, 2007, p. 211-238.
- CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Editora Xamã, 1996. Tradução Silvana Finzi.
- CARDOSO, Adalberto Moreira. **Trabalhar, verbo transitivo: destinos profissionais dos deserdados da indústria automobilística**. Rio de Janeiro: Editora da FGV. 1º edição, 2000.
- CHOMSKY, Noam. Democracia e Mercados na Nova Ordem Mundial. In: **Globalização Excludente**. GENTILI P. (org.). Petrópolis: Vozes, 1999 (p.7-45).
- DIEESE. **Reestruturação Produtiva em Santa Catarina: Um Olhar sobre o Setor Têxtil**. Estudo Regional No.4/ Florianópolis, junho de 2003.
- DOWBOR, Ladislau. Os Limites da Sociedade de Mercado. **Cadernos Le Monde Diplomatique**. Edição Especial, n. 2, jan. 2001.
- _____. Da Globalização ao Poder Local: a nova hierarquia dos espaços. **Pesquisa & Debate** vol.6, São Paulo, 1996. (p.99-119).
- DUPAS, Gilberto. **Economia Global e Exclusão Social**. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- _____. A Lógica da Economia Global e a Exclusão Social. In: **Estudos Avançados**. São Paulo, vol.12, n.34, set.-dez. 1998.
- _____. Globalização, Exclusão Social e Governabilidade. In: **Conferência Latino-Americana e Caribenha de Ciências Sociais**. Recife, novembro/1999. Disponível em: <<http://firgoa.usc.es/drupal/filestore2/download/6386/clacso8.doc>>. Acesso em 15 out. 2006.

- GUEDES, Odilon. Mais para Quem tem Mais. In: **Le Monde Diplomatico Brasil**, agosto de 2008. (p.22/23).
- GOHN, Maria da Glória. **O Protagonismo da Sociedade Civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. São Paulo: Cortez, 2005.
- HARVEY, David. **A Condição Pós Moderna**. 6ª ed. São Paulo: Loyola, 1996.
- _____. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.
Tradução: Idail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves.
- HERING, Maria Luiza Renaux. **Colonização e Indústria no Vale do Itajaí - O Modelo Catarinense de Desenvolvimento**. Blumenau: Edifurb, 1987.
- HERWEG, Vera. A Experiência das Mulheres Costureiras num Processo de Reestruturação Produtiva em Blumenau (SC). In: THEIS, I; MATTEDI e TOMIO, F. (Orgs.). **Novos Olhares sobre Blumenau**. Blumenau: Edifurb, 2000. (p. 361-376).
- HOBBSBAWM, Erich. Renascendo das Cinzas. In: BLACKBURN, R. (org.). **Depois da Queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. (p. 255-270).
- JINKINGS, Isabella e AMORIM, Elaine R.A. Produção e Desregulamentação na Indústria Têxtil e de Confecção. In: **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. ANTUNES, R. (org.). São Paulo: Boitempo, 2006. (p. 337-385).
- KOGA, Dirce. Cidades entre territórios de vida e territórios vividos. In **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n.72, nov. 2002. Ed. Cortez
- KOWARICK, Lucio. Viver em Risco: sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano. **Novos Estudos CEBRAP**. N.63, julho de 2002 (p.9-30).
- _____. Sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil; Estados Unidos, França e Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais/ ANPOCS**. v.18, n.51 (2003) São Paulo (p.61-85).
- _____. **A Espoliação Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- LENZI, Cristiano. **O Modelo Catarinense de Desenvolvimento: uma idéia em mutação**. Blumenau: Edifurb, 2000.
- LEFEBVRE, Henry. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Editora Moraes, 1991.
- LUKÁCS, Georg. In: NETO, J. P. (Org.). **Lukács Sociologia**. São Paulo: Ática, 1992.

- MAMIGONIAN, Armem. Estudo Geográfico das Industrial de Blumenau. Separata da **Revista Brasileira de Geografia n.3**. Ano XXVII, jul./set. 1965. Rio de Janeiro.
- MARICATO, Ermínia. **Brasil Cidades: alternativas para a crise urbana**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.
- MARX, Karl. Manuscritos Econômicos-Filosóficos e outros textos escolhidos. Coleção **Os Pensadores**. Seleção de textos de José Arthur Giannotti (tradução de Jose Carlos Bruni) 4.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.
- MARTINS, Jose de Souza. **O Poder do Atraso: Ensaio de Sociologia da Historia Lenta**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- MATTEDI, Marcos Antonio. **As Enchentes como Tragédias Anunciadas: Impactos da Problemática Ambiental nas Situações de Emergência em Santa Catarina**. Tese de Doutorado defendida no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, 1999.
- MATTEDI, FRANK, SEVEGNANI E BOHN. O Desastre se Tornou Rotina... In: FRANK, B. e SEVEGNANI L. (orgs.). **Desastre de 2008 no Vale do Itajaí: Água, Gente e Política**. Blumenau: Agencia de Água do Vale do Itajaí, 2009 (p.12-21).
- MÉSZAROS, István. **A Crise Estrutural do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- MUNIZ, Marcos César. **Favela Farroupilha: A Face Oculta do Desenvolvimento Blumenauense – o discurso e a prática da década de 1940**. Trabalho de Conclusão de Curso de História. Universidade Regional de Blumenau/FURB. 2007.
- OLIVEIRA, Francisco de A. Economia Brasileira: crítica à razão dualista. **Estudos Cebrap**. São Paulo, n.2, 1972.
- PAUGAM, Serge. **Desqualificação Social: ensaio sobre a Nova Pobreza**. São Paulo: Educ e Cortez, 2003.
- PELLIZARO, Inês e CORRÊA, Ana Lucia. **Trabalho e Saúde Mental**. Relatório Final de Pesquisa. Universidade Regional de Blumenau/PIPE. Setembro de 2001.
- PIMENTA, Margareth de C. Afeche. Cultura Teuto-Brasileira e a Cidade Industrial de Blumenau em Santa Catarina. **IV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**. Sessão temática 2: cultura e cidades: influência européia, indígena e africana. Mimeo.
-
- _____. Uma Outra Pobreza Urbana. In: CASTRIOTA, L.B. (Org.). **Urbanização Brasileira. Redescobertas**. 1ª ed. Belo Horizonte: C/Arte, 2003. p. 66-77

- PINHEIRO, Paulo Sérgio. Violência, Crime e Sistemas Policiais em Países de Novas Democracias. In: **Tempo Social**; Revista Sociologia da USP 9(1), São Paulo, maio/1997.
- POCHMANN, Márcio. **O Trabalho sob o Fogo Cruzado**. São Paulo: Contexto, 1999.
- _____. O País dos Desiguais. **Le Monde Diplomatique Brasil**, outubro de 2007. Instituto Pólis, São Paulo.
- _____. Indicadores da Pobreza e a Pobreza dos Indicadores. In: **Revista de Administração Municipal/ IBAM**. jul/ag/set de 2007. ANO 53, n.263.
- REIS, José Guilherme Almeida. **Emprego no Brasil nos Anos 90**. Texto para Discussão nº 468. Retirado do sítio: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/td0468.pdf> visitado em 08.01.2009.
- ROLNIK, Raquel e NAKANO, Kazuo. As Armadilhas do Pacote Habitacional. In: **Le Monde Diplomatique/Maço/2009**. Instituto Pólis. São Paulo (p.4-5)
- ROSSO, Sadi Dal. Mais Trabalho! **A Intensificação do Laboral na Sociedade Contemporânea**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) **Globalização: fatalidade ou utopia?** Porto: Afrontamento, 2001.
- SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.
- _____. **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.
- _____. **Espaço e Método**. 3ª ed. São Paulo: Nobel, 1992.
- _____. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.
- _____. **Território e Sociedade** Entrevista com Milton Santos. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2000.
- _____. **Por uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- _____. O Futuro das Megacidades:dualidade entre o poder e a pobreza. **Cadernos Metrópole** nº 19, 1º sem. 2008.
- SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: Território e Sociedade no Início do Século XXI**. Rio de Janeiro. Record, 2001.
- SARTI, Cyntia Andersen. **A Família como Espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. Campinas. SP Autores Associados, 1996.
- SCHOENFELDER, Anali R. **A Realidade de uma Ocupação Irregular no Município de Blumenau: Vila União**. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Universidade Regional de Blumenau/FURB, 2004.

- SENNETT, Richard. **A Corrosão do Caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SEYFERTH, Giralda.. **A Colonização Alemã no Vale do Itajaí Mirim: um estudo do desenvolvimento econômico**. Porto Alegre: Editora Movimento, 1974.
- SIEBERT, Cláudia F. Blumenau Fim de Século: o (des)controle urbanístico e a exclusão sócio-espacial. In: **Novos Olhares sobre Blumenau: contribuições críticas sobre seu desenvolvimento recente**. THEIS, I.; TOMIO, F.; MATTEDI M.(orgs.). Blumenau: Edifurb, 2000.
-
- _____. **Indústria e Estado: a Reestruturação Produtiva e o Reordenamento Territorial no Médio Vale do Itajaí**. Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Santa Catarina/ UFSC, Florianópolis, dez/2006.
-
- _____. **Estruturação e Desenvolvimento da Rede Urbana do Vale do Itajaí**. Blumenau: Edifurb, 1996.
- SIGAD. Sistemas de Informações Gerenciais e de Apoio à Decisão**. Universidade Regional de Blumenau/FURB. Instituto de Pesquisas Sociais, 2007. Disponível em www.furb.br/ips/sigad
- SINGER, Paul. O Uso do Solo Urbano na Economia Capitalista. In **A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial**. MARICATO H. (org.). São Paulo: Alfa-Omega, 1979.
- SIMÃO, Vilma Margarete. **Desemprego e Sobrevivência: alternativas de trabalho**. Blumenau: Edifurb, 2000.
- SIMÃO, Vilma M. **Blumenau: Da Indiferenciação Étnica à Diferenciação de Classe**. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. PUC, São Paulo, 1995.
- SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de Comunidade e Participação**. São Paulo: Cortez, 1990.
- SPOSATI, Aldaíza. **Vida Urbana e Gestão da Pobreza**. São Paulo: Cortez, 1988.
-
- _____. Regulação Social Tardia: características das políticas sociais latino-americanas na passagem entre o segundo e terceiro milênio. **VII Congresso Internacional del CLAD sobre Reforma del Estado y de La Administracion Publica**. Lisboa, Portugal, 8-11 oct. 2002.
- TAVARES, Maria da Conceição. **Destruição Não Criadora: memórias**

- de um mandato popular contra a recessão, o desemprego e a globalização subordinada.** Rio de Janeiro: Record, 1999.
- TELLES, Vera da Silva. **Pobreza e Cidadania.** São Paulo: Editora 34, 2001.
- _____. A Cidade e o Trabalho. **Cadernos Le Monde Diplomatique.** jan. 2001.
- _____. Mutações do Trabalho e Experiência Urbana. **Tempo Social: revista de sociologia da USP.** n° 1, vol. 18, jun. 2006.
- THEIS, Ivo M. Globalização e Planejamento do Desenvolvimento Regional. In: SIEBERT, C. (Org.). **Desenvolvimento Regional em Santa Catarina.** Blumenau: Edifurb, 2001.
- THEIS, Ivo M., KEISER, Wilfried. Globalização, acumulação flexível e novos movimentos sociais urbanos. **Boletim Goiano de Geografia.** 18(1):25-46, jan/dez.1998.
- THEIS, Ivo, BAGATTOLLI, Carolina. O Desenvolvimento Recente do Sistema Produtivo Regional de Blumenau. In: **Blumenau em Cadernos.** Tomo XLVI, n.11/12 (Fundação Cultural de Blumenau), nov./dez.2005.
- TOMIO, Fabrício de L. Breve História da Burguesia Industrial Têxtil Blumenauense. In: THEIS, I.; MATTEDI; TOMIO, F. (Orgs.). **Nosso Passado (In) Comum.** Blumenau: Edifurb, 2000.
- VASAPOLLO, Luciano. **O Trabalho Atípico e a Precariedade.** São Paulo: Ed. Expressão Popular. 2005
- VILLAÇA, Flavio. **Espaço Intra-Urbano no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel/FAPEESP. 1998.
- VIEIRA, Litz. **Cidadania e Globalização.** Rio de Janeiro: Record, 1997.
- VIDOR, Vilmar da S. **Indústria e Urbanização no Nordeste de Santa Catarina.** Blumenau: Edifurb, 1995.
- ZALUAR, Alba e NORONHA, J. e ALBUQUERQUE, C. Violência: Pobreza ou Fraqueza Institucional? In: **Cadernos de Saúde Pública.** Rio de Janeiro: 10 (sup.1) (p.213-217). 1994
- ZALUAR, Alba e ALVITO, Marcos (orgs) **Um Século de Favela.** Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1998.

ENTREVISTAS REALIZADAS

Vivian Bertoldi - presidente do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis de Blumenau (SINTRAFITE), realizada no dia 12 de janeiro de 2010.

ANEXO 1

PERFIL DOS MORADORES ENTREVISTADOS

Isaltina – Uma das primeiras moradoras do terreno que depois veio a tornar-se área de ocupação. É uma mulher já com idade avançada, com graves problemas de saúde; mora numa espécie de porão, embaixo da casa de sua filha. Ela carrega um ar de cansaço do peso da vida e do trabalho realizado.

Rosamélia – Mulher com idade avançada também. Uma das primeiras moradoras da área. Ela tem uma situação um pouco melhor de moradia do que a maioria dos ocupantes do local, com muitos dos quais mantém uma relação um tanto conflituosa.

Neivaldo – Homem de cerca de 40 anos. Ele reside na área há bastante tempo. Já teve uma situação econômica e de moradia melhor do que a maioria dos moradores dali, porém constituiu com os eles uma espécie de parceria na luta em favor da regularização da terra e das benfeitorias necessárias. Hoje está afastado do trabalho por situação de saúde.

Leonora – Mulher de idade avançada, ela reside em local bastante íngreme e portanto de difícil acesso. As longas escadas devem lhe tomar boa parte da energia, mas ela não reclama. Participou ativamente de algumas ações junto com a comunidade na luta por reconhecimento da área pelo poder público e melhores condições de moradia. Trabalha como faxineira.

Maria – Mulher com cerca de 50 anos. Foi uma das primeiras ocupantes da área. Mas, nem por isso, está em melhores condições. A situação de moradia é precária; sua família é extensa; e ela se preocupa, sobretudo em garantir o lugar para morarem e um pouco de bem estar, cuidando da casa e dos filhos e netos. Está afastada do trabalho por doença. Trabalhava como servente.

Pedro – Homem de cerca de 40 anos. Ele mora há bastante tempo na área com sua família. Acredita no poder de mobilização da comunidade e participa ativamente de algumas ações neste sentido. Atua como pedreiro.

Dalila – Mulher de cerca de 40 anos. Se constitui em uma liderança no local onde mora. É chefe de família, pequena agora porque os filhos são adultos. Se aposentou na fábrica, mas ainda trabalha como diarista. Participa ativamente da organização comunitária.

Ronilda – Mulher de cerca de 40 anos. Tem uma família bem pequena da qual é a responsável pela manutenção. Costureira de profissão, atua como diarista atualmente. Participou ativamente de algumas ações na comunidade para conquista de acesso a reularização e outras melhorias.

Denílson – Homem de cerca de 50 anos. Ele está afastado do trabalho pro motivo de doença. Era jardineiro. Tem uma filha portadora de deficiência e a mulher precisou deixar o trabalho para cuidá-la. Embora receba pensão (BPC) e seguro saúde, leva uma vida de privações.

Arão - Homem de cerca de 40 anos. Fala calmamente de toda sua longa trajetória de mudanças de trabalho e de lugar de moradia. Tem vínculos fortes com o local onde mora e com sua pequena família. Trabalha como roçador.

Ivanilda – Mulher de cerca de 40 anos. Tem uma família extensa e junto com o marido e filhos, trabalham para mantê-la. As possíveis “sobras” também são para a casa que está inacabada. Atualmente é operaria numa pequena empresa. Ela já atuou junto a organização comunitária. Não tem muito vinculo com a cidade, mas diz que o marido e filhos gostam muito, um dos motivos que a fazem permanecer.

Rita – Mulher aparentando cerca de 35 anos. Ela possui um pequeno comercio na comunidade. Tem poucos filhos e trabalha muito para manter uma situação ainda precária.

Luzinete – Mulher com cerca de 35 anos. É costureira de profissão. Trocou várias vezes de trabalho, agora está numa empresa média. Tem uma pequena família com filhos adolescentes, dividindo as despesas para manutenção da mesma com o marido.

Amadeu – Homem de aproximadamente 35 anos. Pai de família razoavelmente grande, divide as despesas com a esposa que também trabalha fora do espaço doméstico e se diz feliz em poder dar conta da função de provedor. Ele atua como instalador. Participa na organização de sua comunidade de forma expressiva.

Claudemir – Homem com cerca de 50 anos, constitui-se como uma espécie de pequeno empresário, cujo negócio funciona em sua própria casa e é alavancado por seu trabalho e de sua esposa. Família pequena.

Rose – Mulher com cerca de 40 anos. Trabalhou em vários lugares, e nos últimos anos atua como cozinheira. Mora com marido e uma filha. Participa das lutas comunitárias por melhorias.

Leda – Mulher jovem, cerca de 30 anos. Ela reside com marido e dois filhos pequenos. Trabalha como faxineira. Marido trabalha na construção civil. Casa em situação precária.

João – Homem de cerca de 40 anos. Atua na construção civil há bastante tempo. Sua família é extensa e junto com a mulher e filhos trabalham para manterem-se e investir na casa recém reformada.

Eduardo – filho de Eleonora. Homem jovem, dinâmico. Veio de cidade pequena, onde trabalhava na roça e aqui fez família e vínculo com a cidade. Seu trabalho é como pizzaolo.

Daniel – É músico de profissão. Possui cerca de 40 anos. Tem uma família pequena, mas sua situação econômica é bem precária, em função das dificuldades da própria profissão, segundo ele.

Zenilda - Mulher jovem, possui cerca de 32 anos. Trabalha na empresa têxtil em Blumenau. Tem dois filhos pequenos somente e divide despesas com marido que também atua na mesma empresa.